

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-901

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PARA O
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE
INFANTARIA**

2022

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO



ENSINO

ICA 37-901

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PARA O
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE
INFANTARIA**

2022



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS Nº 184/DPE, DE 19 DE JANEIRO DE 2022.

Aprova a edição do “Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria – ICA 37-901”.

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº 9.077, de 08 de junho de 2017, e no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, inciso III, e art. 9º, inciso XII, do Regulamento da Diretoria de Ensino, aprovado pela Portaria Nº 683/GC3, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art.1º Aprovar a edição da ICA 37-901 “Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as Portaria DIRENS nº 16/DPL, de 27 de setembro de 2019; nº 120/SFA, de 9 de agosto de 2021; nº 145/DPL, de 26 de abril de 2019; nº 62/DPL, de 25 de janeiro de 2018; e nº 61/DPL, de 25 de janeiro de 2018.

Maj Brig Ar SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA BASTOS JUNIOR
Diretor de Ensino da Aeronáutica

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1	<u>FINALIDADE</u>	7
1.2	<u>ÂMBITO</u>	7
1.3	<u>CONCEITUAÇÕES</u>	7
1.4	<u>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</u>	9
2	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	14
2.1	<u>IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE ENSINO</u>	14
2.2	<u>INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO</u>	14
2.3	<u>BASE LEGAL DO CURSO</u>	15
2.4	<u>COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC</u>	15
3	APRESENTAÇÃO DO CURSO	17
3.1	<u>CONTEXTUALIZAÇÃO</u>	17
3.2	<u>PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO</u>	18
3.3	<u>JUSTIFICATIVA DO CURSO</u>	19
3.4	<u>FORMAS DE ACESSO/INGRESSO</u>	19
4	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	20
4.1	<u>DIRETRIZ DE ENSINO</u>	20
4.2	<u>DIRETRIZ DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA</u>	22
4.3	<u>DIRETRIZ DE EXTENSÃO</u>	24
4.4	<u>DIRETRIZ DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA</u>	25
5	OBJETIVOS DO CURSO	27
5.1	<u>OBJETIVOS GERAIS</u>	27
5.2	<u>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</u>	28
6	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	30
7	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	31
7.1	<u>CONTEÚDOS CURRICULARES</u>	32
7.2	<u>MATRIZ CURRICULAR</u>	32
7.3	<u>FLUXOGRAMA CURRICULAR</u>	43
7.4	<u>INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR</u>	46
8	METODOLOGIA DE ENSINO PARA O CURSO	51
8.1	<u>PLANO DE DISCIPLINA</u>	52
8.2	<u>ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO</u>	53
8.3	<u>ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO</u>	54
8.4	<u>TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM</u>	56
9	INTERNACIONALIZAÇÃO	57
9.1	<u>CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA</u>	57
9.2	<u>INTERCÂMBIO DE UM SEMESTRE LETIVO</u>	57
9.3	<u>INTERCÂMBIO DE QUATRO ANOS</u>	59

10 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	60
11 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	107
11.1 <u>NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE</u>	107
11.2 <u>ÓRGÃO COLEGIADO</u>	107
11.3 <u>COORDENAÇÕES</u>	108
11.4 <u>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO</u>	109
11.5 <u>CORPO DOCENTE</u>	110
12 APOIO AO DISCENTE	113
12.1 <u>SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</u>	113
12.2 <u>SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA</u>	114
12.3 <u>SERVIÇO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO</u>	114
12.4 <u>SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA</u>	115
13 INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO	117
14 INFRAESTRUTURA	118
14.1 <u>INFRAESTRUTURA DA DIVISÃO DE ENSINO</u>	118
14.2 <u>INFRAESTRUTURA DO CORPO DE CADETES DA AERONÁUTICA (CCAER)</u>	119
14.3 <u>INFRAESTRUTURA DE REFEITÓRIO</u>	121
15 AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	122
16 DISPOSIÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	125
ANEXO A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	128
ANEXO B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES.....	193
ANEXO C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E DOCTRINA	229
ANEXO D – MODELO DE PLANO DE DISCIPLINA	280
ANEXO E – RELACIONAMENTO ENTRE AS DISCIPLINAS E O PERFIL PROFISSIONAL DOS OFICIAIS DA AERONÁUTICA	283
ANEXO F – INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR – TURMA 2019.....	288
ANEXO G – INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR – TURMA 2020	292
ANEXO H – INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR – TURMA 2021	296
ANEXO I – FLUXOGRAMA DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA SEGUNDA CHAMADA DE UMA AVALIAÇÃO PARCIAL.....	300
ANEXO J – FLUXOGRAMA DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA SEGUNDA CHAMADA DE UMA PROVA FINAL.....	301
ANEXO K – MODELO DE ATA TEMPO-PRESENÇA	302
ANEXO L – MODELO DE FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO E SEGUNDA CHAMADA OU DE SEGUNDA ÉPOCA	303
ANEXO M – MODELO DE FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO DE REPROVAÇÃO (RRR).....	304
ANEXO N – MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE REPROVAÇÃO	306
ANEXO O – TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS (THE)	307

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Esta Instrução tem por finalidade estabelecer o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria (CFOInf), da Academia da Força Aérea (AFA).

1.2 ÂMBITO

Academia da Força Aérea (AFA).

1.3 CONCEITUAÇÕES

1.3.1 ATIVIDADE ACADÊMICA

Atividade Acadêmica é o tempo de aula previsto na programação da Divisão de Ensino (DE) para aprimorar a qualidade de estudo do cadete. Possui carga horária de dois tempos de aula por dia, destinados, exclusivamente, para atividades organizadas pelo cadete, o qual terá autonomia de gerência de suas necessidades, para o desenvolvimento das habilidades voltadas a sua formação.

1.3.2 ATIVIDADE COMPLEMENTAR

É um componente curricular que possibilita o reconhecimento de habilidades, conhecimentos e competências do cadete, inclusive as adquiridas fora do ambiente escolar, e que estimula a prática de estudos e atividades independentes e opcionais, transversais e de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho.

1.3.3 ATIVIDADE EXTRACURRICULAR

É a atividade ofertada para acrescentar e complementar a aprendizagem do cadete, além de contribuir para a formação pessoal e profissional. Esse tipo de atividade não faz parte da estrutura curricular.

1.3.4 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Avaliação Diagnóstica é a modalidade que ocorre no início de um novo ciclo de aprendizagem, seja uma nova disciplina ou unidade curricular, e tem o objetivo de identificar os conhecimentos prévios dos estudantes. A avaliação diagnóstica contribui para o planejamento docente na medida em que possibilita reconhecer as dificuldades de aprendizagem dos discentes e estabelecer as metodologias de ensino mais adequadas.

1.3.5 AVALIAÇÃO FORMATIVA

Avaliação Formativa é a modalidade de avaliação realizada ao longo do processo de ensino-aprendizagem. A ferramenta visa acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, identificando se os objetivos propostos estão sendo alcançados. Essa modalidade de avaliação permite ao estudante e ao docente identificarem as dificuldades apresentadas e corrigi-las antecipadamente.

1.3.6 AVALIAÇÃO SOMATIVA

A avaliação somativa é realizada ao final de um ciclo de aprendizagem, tem o objetivo de quantificar a aprendizagem dos estudantes e classificá-los, por meio de notas ou conceitos.

1.3.7 BAREMA

Documento entregue à Seção de Avaliação (SAV) pelo docente, anexo à proposta de Verificação de Aprendizagem, no qual se faz o seu delineamento, especificando itens como a quantidade, o grau de dificuldade e o tipo de cada questão, entre outros.

1.3.8 CHEFE DE TURMA

Cadete responsável pelo controle do efetivo de sua turma e por informar ao docente as faltas à instrução programada. Na ausência do cadete escalado para Chefe de Turma no período, o cadete mais antigo presente assume as atribuições de Chefe de Turma.

1.3.9 DISCIPLINAS

As disciplinas correspondem ao conjunto de conteúdos programáticos e experiências de aprendizagem didaticamente organizadas em prol da consecução dos objetivos de ensino dos cursos/estágios.

1.3.10 DISCIPLINA ELETIVA

É a disciplina ofertada pela instituição, na qual a matrícula é facultada ao cadete, podendo optar por cursá-la ou não.

1.3.11 DISCIPLINA OPTATIVA

É a disciplina disponibilizada pela Instituição como forma de ampliar a formação do estudante. Nesse caso, o aluno pode escolher qual cursar, dentro de um grupo de disciplinas que complementam a sua formação profissional.

1.3.12 EIXO

O Eixo corresponde a um mecanismo para caracterizar a forma agrupada de disciplinas que possuem conhecimentos e aplicações científicas que se utilizam de critérios de base epistemológica única e representam uma formação específica.

1.3.13 HORA-AULA (OU TEMPO DE AULA)

Hora-aula (ou tempo de aula) é o tempo de duração efetivo de uma aula.

1.3.14 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

A Integralização Curricular corresponde à sequência ordenada de disciplinas, hierarquizadas por meio de pré-requisitos, cujo integral cumprimento dará direito ao cadete a um diploma. A Integralização Curricular apresenta a listagem dos componentes de cada etapa e orienta a sequência do início à conclusão das atividades do curso ou estágio.

1.3.15 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE representa uma instância de participação que atuará no âmbito da Organização de Ensino (OE). O NDE é composto por professores, instrutores e corpo técnico-pedagógico com atribuições acadêmicas de acompanhamento. O NDE atua no processo de concepção, consolidação e aprimoramento das necessidades pedagógicas do curso, sendo responsável pela construção/reformulação do PPC.

1.3.16 ORDEM DE INSTRUÇÃO (OI)

Conjunto de exercícios e orientações que compõem determinada missão de instrução.

1.3.17 ÓRGÃO COLEGIADO

Instância de representação de determinado grupo, responsável por tomada de decisões compartilhadas, e assessoramento a outros setores.

1.3.18 PLANO DE DISCIPLINA

É um documento norteador para o planejamento pedagógico, que prevê todo o processo de ensino-aprendizagem para a disciplina.

1.3.19 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)

O PPC é o instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de um curso e apresenta características de um projeto, no qual devem ser definidos os seguintes componentes: concepção do curso, estrutura do curso (currículo, corpo docente, corpo técnico-administrativo e infraestrutura), procedimentos de avaliação (dos processos de ensino e aprendizagem e do curso), instrumentos normativos de apoio (composição do colegiado, procedimentos de estágio, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), etc.), entre outros. O documento orienta o que se preconiza para o ensino, focando, separadamente, cada um dos cursos ministrados pela Instituição.

1.3.20 REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO DE REPROVAÇÃO

Documento pelo qual o cadete requer ao Comandante da AFA a reconsideração de sua reprovação no curso ou estágio, por não ter atingido os parâmetros de avaliação previstos no PPC.

1.3.21 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDIC'S)

Integração das mídias digitais no conjunto de recursos tecnológicos de informação e comunicação, para uma melhor utilização dos Sistemas disponíveis na aprendizagem.

1.4 LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAI	Assessoria de Avaliação Institucional
AD	Avaliação Diagnóstica
ADA	Avaliação do Domínio Afetivo
ADC	Avaliação do Domínio Cognitivo

AF	Avaliação Formativa
AFA	Academia da Força Aérea
AS	Avaliação Somativa
ATC	Atividade de Campanha
BCA	Boletim do Comando da Aeronáutica
BIBLIENS	Rede de Bibliotecas do Ensino
CADA	Coordenadoria de Análise de Desempenho Acadêmico
CAICB	Curso de Adaptação ao Idioma e à Cultura Brasileira
CCAER	Corpo de Cadetes da Aeronáutica
CES	Câmara de Educação Superior
CF	Final
CFE	Conselho Federal de Educação
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFOAv	Curso de Formação de Oficiais Aviadores
CFOInt	Cursos de Formação de Oficiais Intendentes
CFOIG	Curso de Formação de Oficiais de Infantaria de Guarda
CFOInf	Curso de Formação de Oficiais de Infantaria
CGAc	Coordenadoria Geral Acadêmica
CGAd	Coordenadoria Geral Administrativa
CGE	Curso de Gestão de Ensino
CInst	Corpo de Instrutores
CLMP	Coordenadoria de Legislação e Melhoria de Processos
CM	Currículo Mínimo
CNE	Conselho Nacional de Educação
COMAE	Comando de Operações Aeroespaciais
COMAER	Comando da Aeronáutica
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPBV	Campo de Provas Brigadeiro Velloso
CPI	Curso de Preparação de Instrutor
CPPD	Comissão Permanente do Pessoal Docente
CReg	Coordenadoria de Registro
DAepc	Defesa Aeroespacial
DCA	Diretriz do Comando da Aeronáutica
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DE	Divisão de Ensino

DF	Disciplina Formativa
DIRAP	Diretoria de Administração do Pessoal
DIRENS	Diretoria de Ensino da Aeronáutica
DNC	Disciplina Somativa Não Classificatória
DSC	Disciplina Somativa Classificatória
EA	Exame de Admissão
EAD	Educação a Distância
EAP	Exame de Aptidão Psicológica
EIA	Esquadrão de Instrução Aérea
EMAER	Estado Maior da Aeronáutica
EOEIG	Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda
EPCAR	Escola Preparatória de Cadetes do Ar
FAB	Força Aérea Brasileira
FOBs	Ficha de Observação
GAC	Grau do Artigo Científico
GAO	Grau da Apresentação Oral
GF	Grau Final
GP	Grau Parcial
ICA	Instrução do Comando da Aeronáutica
IF	Índice de Facilidade
INSPSAU	Inspeção de Saúde
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAA	Metodologias Ativas de Aprendizagem
MCA	Manual do Comando da Aeronáutica
MD	Ministério da Defesa
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MECI	Metodologia Científica
MFC	Média Final de Curso
MFD	Média Final de Disciplina
MFS	Média Final Somativa Classificatória
MPD	Média Parcial de Disciplina
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NEAG	Núcleo de Estudos Avançados e Geopolíticos

NOREG	Normas Reguladoras
NPA	Norma Padrão de Ação
NSCA	Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica
OE	Organização de Ensino
OI	Ordem de Instrução
OIC	Objetivos Individuais de Condicionamento
OMA	Ordem do Mérito Aeronáutico
ONU	Organização das Nações Unidas
OpEsp	Operações Especiais
PCA	Plano do Comando da Aeronáutica
PE	Prova Escrita
PEMAER	Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
PHC	Procedimento de Heteroidentificação Complementar
PP	Prova Prática
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPOA	Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica
PROFESP	Projeto Forças no Esporte
PRP	Pesquisa de Resultado de Prova
PTL	Programa de Treinamento de Liderança
PTM	Programa de Treinamento Militar
QBRN	Química, Biológica, Radiológica e Nuclear
QOINF	Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica
RDS	Revista Defesa e Segurança
RH	Recursos Humanos
RICA	Regimento Interno do Comando da Aeronáutica
SAAP	Setor de Avaliação e Abordagem Psicopedagógica
SADE	Seção de Análise de Desempenho de Ensino
SAP	Seção de Apoio
SAV	Seção de Avaliação
SCAER	Associação dos Cadetes da Aeronáutica
SCMD	Setor de Coordenação de Material Didático
SDIC	Subdivisão de Instrução Científica
SDEns	Setor de Documentação de Ensino
SDEX	Subdivisão de Execução da Divisão de Ensino
SDIA	Subdivisão de Instrução de Aviação

SDINF	Subdivisão de Instrução de Infantaria
SDINT	Subdivisão de Instrução de Intendência
SDOUT	Seção de Doutrina
SEF	Seção de Educação Física
SEGDEF	Segurança e Defesa
SIAB	Seção de Instrução de Aviação
SIIF	Seção de Instrução de Infantaria
SIIT	Seção de Instrução de Intendência
SIM	Seção de Instrução Militar
SIMT	Seção de Instrução de Militares Temporários
SIPAER	Sistema de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SOp	Seção de Operações
SPPC	Seção de Pesquisa e Produção Científica
SSE	Seção de Serviços Escolares
SUCOI	Sistema Único de Controle de Informação
SVA	Seção de Verificação de Aprendizagem
TACF	Teste de Avaliação do Condicionamento Físico
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TDIC'S	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TFMI	Treinamento Físico Militar
THE	Teste de Habilidades Específicas
TMA	Tiro Militar Avançado
TMB	Tiro Militar Básico
UNIFA	Universidade da Força Aérea
USEGDEF	Unidades de Segurança e Defesa
VA	Verificação de Aprendizagem
ZL	Zona de Lançamento

2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE ENSINO

Nome da Organização de Ensino: Academia da Força Aérea
Página Institucional na internet/intranet: www.fab.mil.br/afa e www.afa.intraer
Cidade: Pirassununga/SP

2.2 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Curso de Formação de Oficiais de Infantaria			
Níveis (conforme Art. 7º da Lei nº 12.464/ 2011)	Educação Básica <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> Ensino Médio		
	Educação Superior <input checked="" type="checkbox"/> graduação X <input type="checkbox"/> pós-graduação <input type="checkbox"/> extensão		
	Educação profissional <input type="checkbox"/> formação inicial e continuada ou qualificação <input type="checkbox"/> profissional educação profissional técnica de nível <input type="checkbox"/> médio educação profissional tecnológica de graduação <input type="checkbox"/> educação profissional tecnológica de pós-graduação		
Fases	<input type="checkbox"/> Preparação	<input checked="" type="checkbox"/> Formação	<input type="checkbox"/> Pós-formação
Classificação	Curso de Graduação		
Modalidade de ensino	<input checked="" type="checkbox"/> Presencial	<input type="checkbox"/> EAD	<input type="checkbox"/> Semi-presencial

Duração do tempo de aula	45 min.
Duração do curso	4 anos.
Carga horária total do curso	9.018 horas/aula.
Titulação conferida	O CFOInf, ministrado pela AFA, conferirá a seus concluintes a graduação de bacharel em Ciências Militares, com habilitação em Infantaria da Aeronáutica, e a graduação de bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública.
Instruções do processo	Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011 – Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica. Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005 – Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração, bacharelado.

2.3 BASE LEGAL DO CURSO

- a) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).
- b) Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 – Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralidade e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- c) Portaria Normativa Interministerial nº 830/MD/MEC, de 23 de maio de 2008.

2.4 COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC

A Comissão de Elaboração dos PPC da AFA foi instituída pela Portaria AFA Nº 39/Sec-DE, de 9 de julho de 2020, apostilada no Boletim Interno Ostensivo nº 143, de 30 de julho de 2020, sendo composta pelos membros abaixo:

- Ten Cel Av RODRIGO SILVA DE **ANDRADE** (3051498) - DE, Coordenador;
- Cel Int R1 JEFFERSON GOMES **BATALHA** (0449393) - DE, Membro;
- Cel Inf R1 ANDRÉ NILSON **GERMANO** (2488248) - DE, Membro;
- Ten Cel Inf **RENATO** PEREIRA BATISTA (3325067) - CCAER, Membro;
- Maj Av JULIO CESAR **NOSCHANG** JUNIOR (3257410) - DE, Membro;
- Maj Int **CHRISTIANE** XAVIER DA LUZ (3412016) - DE, Membro;
- Maj Av HENRIQUE COELHO **BELLI** (3410773) - DE, Membro;
- Maj Av **GUILHERME** ROSÁRIO FREITAS LOPES (93411222) - DE, Membro;

- Cap Inf DIOGO CORREA **MARTINS** (3489817) - CCAER, Membro; e
- Cap Inf EDUARDO **COLOMBO** SANTOS (3821846) - DE, Membro.
- Cap Av RAFAEL CAMPOS DE CASTRO **BARRETO** (4452879) - DE, Membro;
- Cap Int **EWERTON** NOLASCO SANTOS (4453158) - DE, Membro;
- 1º Ten Inf **LUCIANO** GOMES FERREIRA (6195075) - DE, Membro;
- 1º Ten QOCON MLS CARLOS EDUARDO DA SILVA **FARIAS** DOS SANTOS (6638694) - DE, Membro;
- 1º Ten QOCON MTS **VICTOR** TROTTMANN **CORREA** (6826873) - DE, Membro; e
- 2º Ten QOCON PED **DÉBORA** MARIA MOREIRA PASCHOTTO **SUNEGA** (7272448) - DE, Membro.

2.4.1 ORIENTAÇÃO E REVISÃO DOS ASPECTOS PEDAGÓGICOS

- 1º Ten QOAP PED **ANNE** BEATRIZ RIBEIRO VARGAS NASCIMENTO (4360052) - DE, Membro;
- 1º Ten QOAP PED **PEDRO** PAULO PEREIRA **RAMOS** (7366884) - DE, Membro; e
- 2º Ten QOCON PED MURILO HENRIQUE **VENÂNCIO** (7337671) - DE, Membro.

3 APRESENTAÇÃO DO CURSO

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A criação da AFA remete à história da própria Força Aérea Brasileira (FAB). A ideia de criar um Componente Aéreo Militar remonta à Primeira Guerra Mundial, quando coube à Marinha do Brasil a iniciativa de organizar o primeiro Núcleo Militar de Aviação do país. Estava dado o primeiro passo para a criação da instituição denominada Força Aérea Brasileira. Em 1916, surgiu, então, a Escola da Aviação Naval. Dois anos mais tarde, o Exército também fundaria sua Escola de Aviação Militar localizada no Campo dos Afonsos.

O Ministério da Aeronáutica, criado em 20 de janeiro de 1941, reuniu todos os serviços aeronáuticos do país. Logo após a sua criação, e devido às necessidades impostas pela Segunda Guerra, sentiu-se a necessidade de intensificar a formação de pessoal, tanto aeronavegantes quanto especialistas. Assim, em 25 de março do mesmo ano, surgia a Escola de Aeronáutica. Herdeira das aviações do Exército e da Marinha, essa Escola centralizou toda a formação de Oficiais Aviadores do Brasil.

O Decreto nº 30.698, de 1º de abril de 1952, aprovou o Regulamento da Escola de Aeronáutica incluindo a previsão do funcionamento, junto com o Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv), o Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOInt), e também, do Curso de Formação de Oficiais de Infantaria de Guarda (CFOIG).

A Infantaria não era novidade para os cadetes, uma vez que o Aviso Ministerial nº 126, de setembro de 1942, posteriormente transformado em Decreto Presidencial, já permitia a inclusão, no Quadro de Oficiais de Infantaria de Guarda, dos cadetes aviadores da Escola de Aeronáutica desligados do voo por inaptidão à pilotagem militar ou por motivo de saúde.

Para o primeiro QFOIG, já em 1952, foram abertas 30 (trinta) vagas e imediatamente preenchidas por Suboficiais e Sargentos da época. Todavia, esses candidatos aprovados não se sentiram a vontade ao lado dos jovens cadetes oriundos da Aviação, pois alguns tinham a idade dos seus filhos. Então, eles pleitearam, junto ao Comando da Escola, que o curso fosse realizado na Escola de Oficiais Especialistas, instalada em Curitiba, no que foram prontamente atendidos.

Assim, pouco depois da criação do CFOIG na Escola de Aeronáutica, o Decreto nº 33.053, de 15 de junho de 1953, em substituição ao Decreto nº 31.488, de 19 de setembro de 1952, alterou o Regulamento da Escola de Oficiais Especialistas e criou a Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda (EOEIG). O CFOIG foi transferido para a EOEIG, porém, somente em 1959, os ex-cadetes não aproveitados no voo passaram a frequentar os bancos acadêmicos da EOEIG em Curitiba.

A Escola de Aeronáutica passou a atender os cadetes aviadores e intendentes, enquanto a EOEIG passou a centralizar a formação dos Oficiais para os Quadros de Especialistas e de Infantaria de Guarda. Em 1983, o CFOInt é transferido para Pirassununga, em decorrência da desativação repentina da EOEIG.

Em 1981, em consonância com o Parecer CFE nº 326/1981, o CFOInt passou a ser reconhecido como curso superior de Tecnólogo, e desde 1992, de acordo com o Parecer CES 220/1992, o CFOInt é reconhecido como curso superior de graduação plena, embora sem similaridades no sistema civil. Em virtude das necessidades da Força e de sua política de

pessoal, em 2004, é criado e oferecido a todos os cadetes o curso de Bacharelado em Administração.

Com a implementação da Lei de Ensino da Aeronáutica (Lei 12.464/2011), o Oficial de Infantaria ao se formar na AFA recebe os graus de Bacharel em Ciências Militares, com habilitação em Infantaria da Aeronáutica, e Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública. O curso de Administração Pública se mostra imprescindível para a formação dos futuros oficiais da FAB por permitir um aprendizado baseado em princípios republicanos e democráticos, com a defesa dos valores constitucionais e a utilização de ferramentas de gestão que sejam voltadas para os interesses públicos. Desta forma, os cadetes aprendem conteúdos relacionados não apenas à área da administração, mas também das áreas de ciências contábeis, ciências políticas, economia e direito, tornando-os profissionais capazes de gerir as organizações públicas com responsabilidade e responsividade.

O CFOInf tem, atualmente, duração de quatro anos e atende a missão da AFA de desenvolver nos cadetes os atributos militares, intelectuais e profissionais, além dos padrões éticos, morais, cívicos e sociais, obtendo-se, ao final deste processo, oficiais em condições de se tornarem líderes de uma moderna Força Aérea. Nesse contexto, a pesquisa acadêmica passou a corroborar, de maneira mais efetiva, na formação dos cadetes. Desde 2018, com a criação da Seção de Pesquisa e Produção Científica (SPPC), a pesquisa e a produção de conhecimento passaram a ser sistematizados e reorganizados. Novas linhas de pesquisa foram criadas para atender as necessidades do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER). A iniciação científica e os grupos de pesquisa passaram a fazer parte das atividades extracurricular dos cadetes.

3.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO

O CFOInf, ofertado na AFA, será orientado pelo presente Projeto Pedagógico, seguindo os princípios explicitados abaixo.

Compreendendo o Ensino Superior como espaço de construção da autonomia intelectual e do desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo dos estudantes, as ações voltadas para o processo formativo deverão buscar articular o conhecimento teórico à prática profissional, almejando que, ao final do curso, se alcance o perfil do egresso pretendido.

Assim, durante o processo de ensino-aprendizagem, a equipe técnico-administrativa e o Corpo Docente deverão garantir:

- a)** a seleção de metodologias diversificadas que atendam aos objetivos do curso, buscando sempre que possível, a escolha de metodologias que proporcionem ao estudante ser o construtor do conhecimento;
- b)** a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao longo de todo o percurso acadêmico;
- c)** a interdisciplinaridade, buscando romper com a fragmentação dos conteúdos;
- d)** a formação integral do cadete de Infantaria, preparando-o para atuar profissionalmente nas diversas atividades para as quais serão designados; e
- e)** o desenvolvimento da identidade do Profissional Militar.

Nesse sentido, os capítulos abaixo irão refletir os princípios anteriormente descritos, apresentando as diretrizes a serem seguidas por toda a equipe envolvida no processo formativo do cadete.

3.3 JUSTIFICATIVA DO CURSO

Conforme os princípios constitucionais vigentes de não-intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos, a FAB precisa estar preparada para atuar defensivamente, sobrevivendo aos primeiros ataques, priorizando, dessa forma, a tarefa de Proteção da Força, prevista na Doutrina Básica da FAB. Essa tarefa visa garantir a segurança de todos os envolvidos nas atividades de emprego do Poder Aeroespacial – pessoal, material, instalações, informações e comunicações – preservando o poder de combate da FAB.

Atualmente, a Infantaria da Aeronáutica caracteriza-se por atuar nas seguintes áreas: Segurança e Defesa (SEGDEF), Defesa Aeroespacial (DAepc), Operações Especiais (OpEsp) e Busca e Salvamento. Cabe ao CFOInf, capacitar os futuros oficiais em ações afetas diretamente à área de SEGDEF por serem atividades típicas da rotina das Unidades de Segurança e Defesa (USEGDEF).

Assim, o CFOInf justifica-se pela responsabilidade de desenvolver não somente as competências essenciais militares, como o emprego dos recursos humanos disponíveis e os recursos administrativos e financeiros no desenvolvimento da gestão estratégica, como as competências essenciais do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (QOINF) previstas para os primeiros postos do oficialato, como o emprego nas ações de Polícia da Aeronáutica e Segurança das Instalações.

3.4 FORMAS DE ACESSO/INGRESSO

O ingresso ao CFOInf se dá mediante aprovação e seleção no exame aberto, seguindo os critérios estabelecidos nas Instruções Específicas para o Exame de Admissão (EA) ao CFOInf.

O concurso, de âmbito nacional, é dividido em seis etapas:

- a) Exame de Escolaridade (provas escritas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Física e Redação);
- b) Inspeção de Saúde (INSPSAU);
- c) Exame de Aptidão Psicológica (EAP);
- d) Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF);
- e) Procedimento de Heteroidentificação Complementar (PHC); e
- f) Validação Documental.

As Provas Escritas são de caráter classificatório e eliminatório. A INSPSAU, o EAP, o TACF, o PHC e a Validação Documental são de caráter eliminatório. Portanto, para ser matriculado no CFOInf, o candidato deve ser aprovado em todas as etapas e estar classificado dentro das vagas disponíveis.

Todos os requisitos e fases estão detalhados no edital público, o qual pode ser encontrado no site eletrônico <https://ingresso.afaepcar.fab.mil.br/>.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 DIRETRIZ DE ENSINO

Os cursos oferecidos na AFA são desenvolvidos para atender as necessidades específicas do Comando da Aeronáutica (COMAER), preparando os futuros Aspirantes para atuarem nas funções que lhes forem designadas.

A elaboração do PPC para o CFOInf é balizada por diretrizes aprovadas pela Diretoria de Ensino da (DIRENS), a saber:

- a) ICA 37-521 (Objetivos de Ensino e Níveis a Atingir na Aprendizagem);
- b) ICA 37-836 (Normas para elaboração, alteração e atualização de Projeto Pedagógico de Curso); e
- c) PCA 37-17 (Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Ensino).

Existem, também, algumas diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e que fundamentam a confecção do PPC para o CFOInf. São elas:

- a) Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005 – Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado;e
- b) Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 – Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralidade e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Por meio desses normativos, tem-se a base para ser composto o PPC e instituírem-se as diretrizes de ensino. Atualmente, o ensino na AFA é baseado em uma concepção tecnicista, com o foco na formação dos futuros Oficiais mediante a padronização dos conhecimentos técnicos.

A tendência tecnicista está vinculada à concepção de ensino por objetivos, e o ensino é voltado para a verificação da apreensão de conteúdos. Assim, utiliza-se a Taxonomia dos Objetivos Educacionais, também conhecida por Taxonomia de Bloom, para planejamento, definição e hierarquização dos objetivos a serem alcançados ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

Conforme Bloom *et al.* (1956), muitas são as vantagens da utilização dessa taxonomia durante o processo de ensino-aprendizagem. Dentre os benefícios, Ferraz e Belhot (2010, p.422) destacam dois:

- a) Oferecer a base para o desenvolvimento de instrumentos de avaliação e utilização de estratégias diferenciadas para facilitar, avaliar e estimular o desempenho dos alunos em diferentes níveis de aquisição de conhecimento; e
- b) Estimular os educadores a auxiliarem seus discentes, de forma estruturada e consciente, a adquirirem competências específicas a partir da percepção da necessidade de dominar habilidades mais simples (fatos) para, posteriormente, dominar as mais complexas (conceitos).

Esse instrumento classifica os objetivos de ensino-aprendizagem em três domínios: cognitivo, afetivo e psicomotor. Segundo Ferraz e Belhot (2010), “o domínio cognitivo está relacionado ao aprender, dominar um conhecimento. Envolve a aquisição de um novo conhecimento, do desenvolvimento intelectual, de habilidade e de atitudes.” Já o

domínio afetivo: “Envolve categorias ligadas ao desenvolvimento da área emocional e afetiva, que incluem comportamento, atitude, responsabilidade, respeito, emoção e valores.” E o domínio psicomotor “está relacionado a habilidades físicas específicas que incluem ideias ligadas a reflexos, percepção, movimentos aperfeiçoados e comunicação não verbal.”

Cada um dos domínios possui objetivos educacionais que são organizados em categorias. Essas categorias são ordenadas, em uma estrutura de complexidade, do nível mais fácil ao mais difícil. Para progredir dentro das categorias, é necessário ter cumprido todos os requisitos da anterior, pois o conhecimento adquirido é fundamental para a próxima categoria.

Apesar da grande contribuição da Taxonomia para a definição de objetivos e para o planejamento do processo de ensino-aprendizagem, é necessário que busquemos uma transformação desse processo, passando de uma perspectiva conteudista para um enfoque nos discentes, que devem ter participação efetiva durante a construção do conhecimento.

Assim, é necessário que os professores preparem aulas que incentivem a participação e envolvimento dos alunos, utilizando práticas pedagógicas inovadoras que possibilitem aos cadetes alcançarem os objetivos previstos para a disciplina, promovendo a conciliação entre teoria e prática. Por meio dessas práticas, será possível uma capacitação profissional de qualidade e o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo dos discentes.

As metodologias a serem utilizadas em sala de aula deverão estar alinhadas aos objetivos que se pretende alcançar, priorizando estratégias que coloquem os cadetes como responsáveis pela construção do conhecimento. É necessária a diversificação das estratégias, a fim de atender aos diversos estilos de aprendizagem. Com isso, o método expositivo não deve ser utilizado como a única forma de apresentar os conteúdos.

Inovar em sala de aula, como citado anteriormente, não é somente utilizar recursos tecnológicos, mas também buscar a transformação no processo de ensino-aprendizagem. Para isso, o uso das Metodologias Ativas de Aprendizagem (MAA) tem se mostrado muito eficaz, uma vez que o discente se torna o verdadeiro protagonista de seu aprendizado e vê sentido no que está aprendendo. Além disso, não é necessário deixar de empregar o método tradicional, mas aprimorar esse modelo, transformando o docente em um mediador do processo de ensino-aprendizagem.

No contexto do ensino militar, considerando o desenvolvimento de novas tecnologias utilizadas nos combates e os reveses na atualidade, existe a necessidade de formar um militar que, apesar de cumpridor de ordens, também desenvolva um pensamento crítico e reflexivo, capaz de se posicionar em situações desafiadoras.

Com a intenção em aperfeiçoar o desenvolvimento dos alunos, a DE implementou no Currículo Mínimo (CM), em 2019, a Atividade Acadêmica. Considerada uma disciplina, tem por objetivo aprimorar a qualidade de estudo. São dois tempos de aula disponibilizados, diariamente, cuja responsabilidade de gerência é do próprio discente, que deve desenvolver atividades voltadas para sua formação.

Portanto, para que o cadete tenha um ensino de qualidade, é muito importante que todas as ações institucionais, voltadas para o processo formativo, e as práticas pedagógicas, utilizadas durante o processo de ensino-aprendizagem, estejam em consonância com o Perfil do Egresso pretendido para o curso, e seguindo as diretrizes, mencionadas neste Capítulo.

4.2 DIRETRIZ DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O marco legal para o desenvolvimento das atividades de iniciação científica está fundamentado no Art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece como uma das finalidades da educação superior o seguinte princípio: “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive” (BRASIL, 1996).

Por isso, desde 2019, a AFA instituiu o Programa de Incentivo à Iniciação Científica dos Discentes, com a finalidade despertar o interesse e incentivar o desenvolvimento de habilidades para atividades de pesquisa científica orientadas pelos docentes.

Assim, os docentes da AFA podem propor Projetos de Pesquisa ou Grupos de Pesquisa. Durante a proposta, a disponibilidade de vagas deve ser comunicada para os discentes participarem do referido Projeto/Grupo. O professor gerente do Projeto/Grupo é responsável por distribuir as vagas entre os cadetes voluntários.

Como forma de incentivar a participação dos discentes, o Programa concede 45% da nota da disciplina Metodologia Científica para aqueles que participarem da Iniciação Científica. As atividades realizadas na Iniciação Científica podem envolver pesquisa na AFA, em outras Organizações Militares ou Instituições Públicas e Privadas, bem como participação em Congressos e Eventos Acadêmicos. A SPPC é a responsável por coordenar a interação com as atividades externas à AFA.

O andamento do Projeto / Grupo de Pesquisa é acompanhado pela SPPC por meio de relatórios semestrais elaborados pelo Gerente, previstos em Norma Padrão de Ação (NPA) do setor.

Desde 2019, quando o Programa de Iniciação Científica foi iniciado, já foram desenvolvidos 12 (doze) Projetos de Pesquisa e 1 (um) Grupo de Pesquisa com participação de discentes, obtendo a participação de mais de 40 (quarenta) cadetes na iniciação científica.

Tendo em vista os avanços realizados pela Instituição no último biênio, no âmbito da pesquisa, deve-se incentivar que os docentes da AFA proponham Projetos em áreas alinhadas com aquelas preconizadas no PEMAER 2018 – 2027, a saber: aeronáutica, plataformas aéreas não tripuladas, espacial, cibernética, guerra eletrônica, tecnologia da informação, análise operacional, armamentos aéreos, sistemas antiaéreos, sensoriamento remoto, sensores de posicionamento e localização, apoio à decisão, energia alternativa, energia direta, radiação ionizante, enlace de dados e inteligência (BRASIL, 2018).

Para sistematizar tais ações, são dispostas no Quadro 1 as linhas de pesquisa e núcleos temáticos, segundo as premissas do PEMAER.

Quadro 1 - Linhas de Pesquisa e Grupos Temáticos

Linhas de Pesquisa	Núcleos Temáticos
Aeronáutica, Espaço e Tecnologia	Aeronáutica; espaço; plataformas aéreas não tripuladas; cibernética; guerra eletrônica; tecnologia da informação; sensoriamento remoto; sensores de posicionamento e localização; radiação ionizante; enlace de dados; energia alternativa e energia direta.

Logística e Gestão	Logística e logística militar; gestão de Organizações Militares; Operações de paz/internacionais; doutrina militar; análise operacional e apoio à decisão.
Poder Militar	Segurança e defesa; armamentos aéreos; sistemas antiaéreos; relações internacionais; Inteligência; Biossegurança; Defesa QBRN (Química, Biológica, Radiológica e Nuclear) e ações de proteção ao Terrorismo; Insurgência e Crime Organizado; Desempenho humano operacional; Ética e cultura escolar militar; Formação militar, Identidade e ethos militar; História e Literatura Militar; Estudos linguísticos no contexto militar.
Administração Pública	Estado; Organizações e Gestão Pública; Análise de Políticas Públicas; Planejamento Governamental; Finanças Públicas e Controle; Governança Pública; Ética e Liderança; Direito; Auditoria.

A partir das linhas de pesquisa de Aeronáutica, Espaço e Tecnologia e de Poder Militar, os cadetes de infantaria devem atentar-se para o enquadramento delas em uma das temáticas sugeridas a seguir, permitindo ao futuro oficial de infantaria se apropriar sobre as áreas funcionais e assuntos que poderá vivenciar ao longo de sua carreira. Neste sentido, os temas devem ter relação direta com as funções exercidas futuramente pelos oficiais, tais como as de Comandante de Frações de Tropa de Infantaria, até o nível de Esquadrilha, Gestor de materiais de Infantaria, Instrutor de Tiro e Instrutor Militar.

Complementarmente, assuntos que muitas vezes ultrapassam as ações das funções apresentadas, mas possuem relação direta com as competências exigidas do oficial de infantaria, também podem ser estudados, tais como: Operações; Doutrina e Legislação; Pessoal, Recursos Humanos; Materiais e Equipamentos; Organização, Estrutura e Subordinação; Tecnologia; Guerra Assimétrica; Comunicações; Vant/Drone/Arp; Mobilização; Assuntos Cíveis; Exploração da Informação; Controle do Ar; Projeção Estratégica do Poder Aeroespacial; Interdição do Campo de Batalha; Proteção da Força; Sustentação ao Combate.

Os temas listados acima estarão diretamente relacionados às Áreas de atuação da Infantaria da Aeronáutica, discriminadas na Doutrina Básica da FAB (DCA 1-1, 2020) que são elas:

- a)** Segurança e Defesa: Polícia da Aeronáutica - Segurança das Instalações e Autodefesa de Superfície;
- b)** Defesa Antiaérea; e
- c)** Operações Especiais:- Contraterrorismo (Ação Direta/ Reconhecimento Especial / Guia Aéreo Avançado / CSAR / SAR.

Salienta-se que temáticas não listadas, mas que possuam relação direta com as linhas de pesquisa apresentadas, poderão ser estudadas pelo cadete, desde que previamente autorizadas pela Seção de Instrução de Infantaria (SIIF).

Ademais, a formação e formalização de Grupos de Pesquisa no âmbito da AFA, e em parceria com outras instituições, é condição fundamental para o desenvolvimento da Iniciação Científica. Esses espaços, institucionalizados, que abarcarão as linhas de

pesquisa de acordo com os interesses da FAB, propiciarão direcionamento das pesquisas, por meio do compartilhamento de ideias e métodos em torno de objetivos comuns.

Os resultados das pesquisas também devem ter maior destaque, como forma de, não apenas, incentivar outros interessados na iniciação científica, mas também para divulgar os resultados, tal como ocorre comumente na comunidade científica. Assim, deve haver o incentivo às publicações e participação em eventos, bem como a criação de um evento no âmbito da AFA, para divulgação dos artigos e pôsters, possibilitando também a presença de membros de fora da Academia, fortalecendo, assim, o debate de ideias e a divulgação científica.

Tais ações devem ser, sempre que possível, realizadas em conjunto com instituições públicas e privadas, para desenvolver ações compartilhadas, aumentar a capilaridade das pesquisas, fomentar a criação de novas redes de pesquisadores, captar novas fontes de financiamento, dentre outras possibilidades, mediante convênios e parcerias.

Por fim, cabe salientar que as diretrizes de Iniciação Científica têm como intuito que os discentes desenvolvam uma melhor capacidade de leitura e interpretação de textos acadêmicos, aprimorem o domínio da escrita acadêmica e adquiram conhecimentos de metodologia de pesquisa científica. Os cadetes deverão participar ativamente das atividades relacionadas ao projeto, dos encontros e reuniões com os docentes responsáveis e da confecção dos relatórios, atendendo assim às expectativas do programa.

4.3 DIRETRIZ DE EXTENSÃO

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece, também no artigo 43, que uma das finalidades da educação superior é “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

Ainda sobre o assunto, o Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Ensino – PCA 37-17 ressalta que “a extensão é responsável pela ligação que as instituições devem estabelecer com a sociedade em geral, discutindo suas problemáticas no âmbito das atividades de ensino e pesquisa” (BRASIL, 2020).

Na AFA, as atividades de extensão, até o ano de 2020, não estavam formalizadas como Projetos, ocorrendo de forma pontual. Algumas dessas ações eram realizadas por iniciativa dos próprios discentes, através da Associação dos Cadetes da Aeronáutica (SCAER). A SCAER conta com Clubes que se organizam em ações com instituições civis, com diversos propósitos.

O Núcleo de Estudos Avançados e Geopolíticos (NEAG), também realiza atividades pontuais de extensão, como a organização da 12ª edição do Encontro de Geopolítica e Defesa Academia da Força Aérea. A atividade é uma competição de debates inspirada no Parlamento Britânico, que permitiu a interação entre instituições civis e militares, de Faculdades, Universidades e da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR).

O relacionamento entre a AFA e a comunidade externa será concretizado, também, pelas visitas institucionais, em que escolas, asilos e outras instituições visitam a Academia com o objetivo de conhecer o trabalho realizado não só pela AFA, como também pela FAB. Essas visitas são, muitas vezes, conduzidas por docentes e discentes, que disseminam os valores militares para a comunidade civil.

Há ainda o Projeto Forças no Esporte (PROFESP), que é um programa social desenvolvido pelo MD, em parceria com o Ministério do Esporte (ME), o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). Apesar de não ser um Projeto de Extensão da AFA, os discentes e docentes participam do PROFESP de forma voluntária, interagindo e auxiliando na formação de crianças e adolescentes participantes do Projeto.

Como diretriz para o aprimoramento da extensão na AFA, vislumbra-se a formalização de ações regulares, voltadas para integração da instituição com a sociedade civil. Assim, a partir de 2022, as escolas e instituições de Ensino Superior de Pirassununga e região serão convidadas a participarem dos eventos anuais de Seminário Monográfico e Encontro de Iniciação Científica, com o intuito de despertar o interesse sobre a pesquisa científica e a formação militar nos estudantes participantes. A escolha das instituições e as tratativas necessárias serão divulgadas, em momento oportuno, em documento interno.

4.4 DIRETRIZ DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Na contemporaneidade, o processo de inovação requer o aprimoramento de processos, pessoas, sistemas e formas de gerenciar. Esse processo de inovação passou a ser uma necessidade nas diversas áreas organizacionais, assim como no contexto educacional, considerando que a implantação desse processo assegura aos ambientes escolares, espaços propícios à aprendizagem e, principalmente, ao protagonismo discente e à aprendizagem significativa.

A inovação envolve o entendimento, a observação do que existe, a implementação, bem como a busca de estratégias para renovação, além da capacidade para transformar e transformar-se. Assim, para que a inovação ocorra é preciso aceitar a primazia da mudança. Messina (2001, p. 228) destaca que:

A mudança implica passar ou transitar de uma situação ou de um estado ou condição para outro. A mudança é uma viagem, uma passagem, uma virada que é tão animadora quanto ameaçante. Mudar implica desnaturalizar ou distanciarmo-nos do habitus que nos constitui, que é tão estruturante quanto estruturado, separarmo-nos desses modos de sentir, pensar e agir.

Toda inovação educacional, perceptível ou implícita, reflete sobre a ação educativa, questionando a finalidade da mesma, e por meio da reflexão, desenvolve e busca estratégias pedagógicas que se adéquem às finalidades da educação. Assim, pode-se afirmar que as percepções sobre inovação pedagógica na escola e a sua implementação estão ligadas à criação de projetos que a transformem num espaço democrático, que seja atrativo e estimulante (CARBONELL, 2002).

Transformar as práticas pedagógicas habituais não é tarefa simples no ambiente educacional, pois é preciso rever processos, conceitos, aceitar fragilidades e evidenciar potencialidades.

Guimarães (2013) relaciona a inovação educacional à prática docente, isto é, para a adoção de práticas que promovam o desenvolvimento de competências para além dos conteúdos faz-se primordial que o professor perceba a necessidade de mudança em sua prática pedagógica para que seja possível o desenvolvimento das competências exigidas do futuro Aspirante.

Assim, Guimarães (2013) chama a atenção, ainda, para a formação docente, enfatizando que o professor deve estar aberto à implantação de inovação em sala de aula, uma

vez que é um agente de mudanças e precisa assumi-las, porém, sem deixar de lado sua autonomia e identidade.

O professor passa a ser o facilitador da aprendizagem, ou seja, responsável por acompanhar o desenvolvimento do aluno, observando as experiências de aprendizagem e fazendo com que os discentes sejam o centro do processo de ensino-aprendizagem.

Mesquiati (2014) destaca que é preciso investir na formação docente e na motivação de mudança docente, de maneira a se ter professores

capazes de criar novas estratégias de ensino-aprendizagem e que atuem como facilitadores do desenvolvimento de habilidades, competências e conhecimento, mediados pela tecnologia e qualificados a promover o desenvolvimento social e econômico na construção de nações competitivas que fortaleçam sua posição de liderança no cenário mundial. (MESQUIATI, 2014, p. 39)

Cruz e Bizelli (2015) abordam a questão da formação profissional dos professores para a utilização de recursos diferenciados em sala de aula, enfatizando a utilização de ferramentas digitais. Destacam ainda a metodologia ativa no contexto específico do recurso digital, ressaltando que a Educação Superior não pode formar apenas pela abordagem técnica, mas proporcionar espaços de aprendizagem que possibilitem o estímulo à criticidade, à criatividade e à geração de novos conhecimentos.

A qualidade da inovação está atrelada com a aprendizagem significativa em contextos reais, com o trabalho colaborativo e interdisciplinar, uma vez que, por meio da inovação educacional, é possível o desenvolvimento de competências para além da formação técnica, englobando a formação acadêmica, profissional e cidadã. Contudo, para que a inovação ocorra, faz-se imprescindível a aceitação da mudança por parte da Instituição.

Assim, o militar precisa estar preparado para perceber os desafios do tempo presente e pensar a sua ação a partir das continuidades e mudanças do mundo contemporâneo. Para tanto, é preciso estar preparado para compreender essas mudanças e atuar de forma coerente com os princípios demandados das Forças Armadas. Conforme a Concepção Estratégica – Força Aérea 100, “os Meios de Força Aérea deverão ser ajustados aos novos tempos, com a utilização de tecnologias modernas, aliadas a novos conceitos de operação” (BRASIL, 2018).

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 OBJETIVOS GERAIS

Formar oficiais de carreira do QOINF, desenvolvendo os atributos militares, intelectuais e profissionais, além dos padrões éticos, morais, cívicos e sociais, obtendo-se oficiais em condições de se tornarem líderes de uma moderna Força Aérea. Ao final do curso, apresentarão as seguintes competências mínimas comuns a todos os militares da Aeronáutica:

- a)** identificar o papel da FAB na História das Forças Armadas;
- b)** interpretar os princípios, conceitos e doutrinas que orientam o preparo e emprego da FAB em contexto nacional e internacional;
- c)** assessorar a chefia imediata, demonstrando alternativas na resolução de situações-problema;
- d)** expressar-se de modo formal, claro e conciso, observando as regras gramaticais e as normas de redação oficial;
- e)** aplicar doutrinas técnicas e procedimentos de combate e evasão com o objetivo de sobreviver em território hostil ou incerto conforme seu quadro e nível hierárquico;
- f)** empregar armas, em uso na FAB, respeitando as normas de segurança e leis vigentes;
- g)** aplicar as normas básicas de higiene e segurança no trabalho para preservar a integridade física da equipe e garantir um ambiente de excelência;
- h)** comandar tropa ou fração em treinamentos, solenidades e formaturas, respeitando as normas do manual de ordem unida e demais legislações do COMAER;
- i)** contribuir para o aprimoramento e expansão do conhecimento científico e de metodologias que concorram para o desenvolvimento tecnológico aeroespacial e da FAB;
- j)** avaliar o desempenho individual qualitativa e quantitativamente, de maneira justa e imparcial, respeitando as legislações relativas à avaliação de desempenho;
- k)** compreender a filosofia do Sistema de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER) e as ações do COMAER ligadas à prevenção de acidentes aeronáuticos;
- l)** descrever a estrutura organizacional do COMAER elencando as áreas de atuação de cada grande comando e suas unidades subordinadas;
- m)** empregar os recursos humanos disponíveis, no desenvolvimento de gestão estratégica de Recursos Humanos (RH), formando equipes de alto desempenho;
- n)** aplicar os preceitos básicos da doutrina de Inteligência e Contraineligência no trâmite de dados pessoais, de outros ou do COMAER;
- o)** aplicar medidas de segurança das instalações, de pessoal, de material, de documentação e de meios de Tecnologia da Informação, respeitando os preceitos básicos da Doutrina de Contraineligência, nos ambientes administrativo e operacional;

- p) identificar os preceitos básicos da doutrina de Guerra Cibernética no COMAER; e
- q) identificar as características distintivas do profissional militar.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Formar oficiais de carreira do QOINF com a capacitação necessária para o desempenho das atividades de Infantaria da Aeronáutica e das atividades militares, funcionais e administrativas inerentes ao Quadro e às Forças Armadas. Ao final do curso, apresentarão as seguintes competências necessárias para o desempenho de suas funções, de acordo com a sua especialização:

- a) identificar os eventos históricos da Infantaria da Aeronáutica;
- b) identificar o Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica, conforme a Doutrina Básica da FAB;
- c) identificar o COMAE como elo central do Sistema de C² no que diz respeito ao emprego do Poder Aeroespacial;
- d) identificar o COMPREP como elo central do Processo de Preparo Operacional para execução das Ações de Força Aérea, conforme a Doutrina Básica da FAB;
- e) empregar a meteorologia aplicada às Operações Militares;
- f) empregar a Navegação Terrestre nas Operações Terrestres valor militar na interpretação e identificação dos relevos topográficos;
- g) identificar a organização e funcionamento das Unidades de Infantaria da FAB;
- h) empregar as Subunidades de Infantaria e suas Frações de Tropa nas Ações de Força Aérea, conforme a Concepção de Emprego da Infantaria da Aeronáutica;
- i) utilizar os Equipamentos Bélicos nas Ações de Força Aérea, conforme a Doutrina Básica da FAB;
- j) utilizar os Equipamentos de Comunicação Eletrônica nas Ações de Força Aérea, conforme a Doutrina Básica da FAB;
- k) empregar os conhecimentos de Combate terrestre, em missões de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), conforme legislação em vigor;
- l) identificar o Sistema de Salvamento e Contra-incêndio do COMAER;
- m) identificar o Sistema de Serviço Militar no COMAER;
- n) empregar procedimentos de atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes em geral;
- o) empregar a Ação de Força Aérea de Segurança de Instalações, conforme a Concepção de Emprego da infantaria da Aeronáutica;
- p) empregar a Ação de Força Aérea de Polícia da Aeronáutica, conforme a Concepção de Emprego da Infantaria da Aeronáutica;
- q) empregar a Ação de Força Aérea de Autodefesa de Superfície, conforme a Concepção de Emprego da Infantaria da Aeronáutica;

- r) empregar a Ação de Força Aérea de Defesa Antiaérea, conforme a Doutrina Básica da FAB;
- s) empregar as Ações de Força Aérea da área de Operações Especiais, conforme a Concepção de Emprego da infantaria da Aeronáutica;
- t) empregar as Ações de Busca e Salvamento e Busca e Salvamento em Combate, conforme a Concepção de Emprego da infantaria da Aeronáutica; e
- u) ministrar instrução militar, conforme a Doutrina Básica da FAB, no seu nível de responsabilidade.

6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Perfil Profissional é a descrição das competências a serem desenvolvidas por um profissional, ao longo de sua carreira, visando o cumprimento de suas funções. No caso da FAB, o Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica (PPOA), compreende desde a condição de Aspirante a Oficial até o posto de Coronel e tem por objetivo “ser um instrumento norteador para a definição das competências essenciais necessárias aos Oficiais da Aeronáutica, após a capacitação nos cursos e estágios de formação ou adaptação, bem como para os demais cursos de carreira, quando aplicável”.

Entende-se como profissional militar aquele que está envolvido com o ofício de administrar e controlar o uso e o emprego da força em situações de conflito armado. Trata-se de um profissional altamente especializado, cujos conhecimentos técnicos devem direcionar-se à segurança da sociedade e à defesa da nação, evocando valores patrióticos, cívicos e humanitários, sendo-lhe imposta uma responsabilidade social. Sua motivação profissional não é condicionada por recompensas monetárias ou incentivos materiais, sustentando-se por fundamentos morais e vocacionais.

A profissão militar diferencia-se das demais por estar exposta a circunstâncias caracterizadas pelo risco à vida, preceitos rígidos de hierarquia e disciplina, prontidão, disponibilidade permanente, impossibilidade de filiação a partidos políticos/sindicatos e congêneres, mobilidade geográfica, comprometimento da própria vida e atuação em prol de interesses coletivos do Estado.

O egresso do CFOInf deverá apresentar as competências mínimas comuns a todos os militares da Aeronáutica – Competências Essenciais Militares e as competências mínimas necessárias ao QOINF – Competências Essenciais do QOINF, previstas no MCA 36-8 Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Aspirante, ao concluir o CFOInf receberá duas titulações: bacharel em Ciências Militares, com ênfase em Infantaria da Aeronáutica, e bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública.

Assim, conforme determinado no Art. 83 da LDBEN (9.394/1996), e ratificado pela Portaria Normativa Interministerial nº 830/MD/MEC, de 23 de maio de 2008, os cursos ministrados pela AFA são equivalentes aos ofertados em instituições civis.

Por isso, para construção do currículo de Administração, a AFA segue o estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Administração. As diretrizes, apesar de estabelecerem as competências e habilidades que deverão ser desenvolvidas pelos estudantes, e os conteúdos mínimos a serem trabalhados ao longo do curso, são definidas de forma ampla, a fim de que a AFA desenhe o seu currículo atendendo às peculiaridades da atividade militar.

O bacharelado de Ciências Militares não possui DCN publicada pelo MEC.

Desta forma, considerando as certificações a serem conferidas aos concluintes do CFOInf, e a fim de que se tenha uma percepção de continuidade e construção do conhecimento ao longo do desenvolvimento das disciplinas, o curso está dividido em três eixos temáticos, são eles:

- a) Eixo Administração Pública: é composto pelo campo de formação básica, que é comum ao bacharelado de Ciências Militares e pelo campo de formação profissional do Administrador;
- b) Eixo Ciências Militares, composto pelo campo de formação profissional do futuro Oficial de Infantaria; e
- c) Eixo Instrução Militar e Doutrina, composto pelo campo de formação militar.

As disciplinas previstas para a formação dos cadetes serão distribuídas ao longo de quatro anos de formação, conforme a Matriz Curricular prevista no item 7.2. A carga horária das disciplinas e de todas as atividades acadêmicas previstas está apresentada em tempos de aula, que conforme o Capítulo 2, são de 45 minutos cada.

O CFOInf acontecerá em regime de internato e em tempo integral. As aulas são programadas de segunda-feira a sexta-feira de 7h às 17h20. A programação é divulgada semestralmente pela DE.

Além das aulas regulares, estão previstos o Programa de Treinamento de Liderança (PTL) e o Programa de Treinamento Militar (PTM), os quais acontecem em média quatro vezes na semana, conforme cada esquadrão, no período noturno. Essas atividades são acompanhadas pela Seção de Doutrina (SDOUT) do Corpo de Cadetes da Aeronáutica (CCAER).

A flexibilidade curricular está firmada nas atividades complementares e extracurriculares, atividades de iniciação científica e de extensão, além da disciplina eletiva. Essas atividades possibilitam a participação dos cadetes na definição de sua trajetória formativa, atribuindo-lhes autonomia para escolha de assuntos de maior interesse.

A flexibilidade também está expressa no ensino de idiomas, cuja matrícula do discente nas disciplinas de Línguas Estrangeiras está atrelada ao desempenho no teste de proficiência da Língua Inglesa aplicado no início do curso. Os cadetes que apresentarem desempenho de nível B2 ou acima, na escala do Marco Comum Europeu serão direcionados para o estudo de Língua Espanhola nos dois primeiros anos de Academia. Aqueles que se mostrarem abaixo do nível seguirão os estudos de Língua Inglesa, de modo a atingirem, no mínimo, o nível B2 ao final do segundo ano. Já no terceiro e quarto ano todos os cadetes cursarão Língua Inglesa, o que dará aos que já dominam o primeiro idioma a oportunidade de se desenvolverem em duas línguas.

A disciplina eletiva, Construção de Filosofia de Liderança, oferecida para o 4º ano, tem como objetivo ampliar a formação do estudante. Nesse caso, o aluno pode escolher se deseja cursar para complementar a sua formação profissional. Sendo assim, a disciplina é formativa, não tendo avaliações somativas para atribuição de notas aos cadetes. Essa disciplina integra a carga horária total do curso.

Além das disciplinas de Língua Espanhola e Língua Inglesa, a DE está em estudos sobre a viabilidade de ofertar, anualmente, disciplinas optativas, para que o cadete escolha a que deseja cursar. As disciplinas optativas estarão vinculadas às linhas de pesquisas estabelecidas no Capítulo 4. Esse grupo de disciplinas seguirá os mesmos parâmetros de avaliação das demais disciplinas teóricas, porém não farão parte da classificação do cadete.

7.1 CONTEÚDOS CURRICULARES

O Curso de Formação de Oficiais de Infantaria foi elaborado tendo por base a Doutrina Básica da FAB (DCA 1-1), o Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica – PPOA (MCA 36-8), o Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica (DCA 125-5) e a Progressão Operacional do Quadro de Oficiais de Infantaria (ICA 55-102), sendo composto por três Eixos Temáticos: Administração Pública; Ciências Militares; e Instrução Militar e Doutrina.

O Eixo Temático Ciências Militares, desenvolvido pela Subdivisão de Instrução de Infantaria (SDINF), tem por objetivo desenvolver as competências essenciais do QOINF.

O Eixo Temático Administração Pública, desenvolvido pela Subdivisão de Instrução Científica, e o Eixo Temático da Instrução Militar e Doutrina, desenvolvido pelo Corpo de Cadetes da Aeronáutica, tem por objetivo desenvolver as competências essenciais militares.

7.2 MATRIZ CURRICULAR

A integralização do CFOInf prevê ao cadete a formação dentro do período de quatro anos, em cumprimento à matriz curricular ofertada na modalidade presencial, organizada em 104 disciplinas. Para a integralização dos componentes da matriz curricular, o curso prevê um total de 9.018 horas-aula, já computadas as horas referentes às Atividades Complementares e às Atividades Administrativas. O ano letivo regular, independente do ano civil, terá, no mínimo, 200 dias de trabalho acadêmico efetivo (LDBEN, 1996).

As disciplinas do CFOInf estão distribuídas ao longo dos quatro anos de formação, de acordo com os pré-requisitos que cada uma exige. Apesar da organização apresentada na Matriz Curricular, por se tratar de um currículo dinâmico, existe a possibilidade de adequações na oferta das disciplinas em cada ano.

Sendo assim, a Coordenadoria de Análise de Desempenho Acadêmico (CADA) da DE analisará, anualmente, as necessidades de ajustes na distribuição das disciplinas ao longo do período de formação, atendendo às exigências pedagógicas e administrativas do curso. Para tanto, além de analisar os pré-requisitos de cada disciplina, deverá ser utilizado o anexo F, que apresenta a relação de todas as disciplinas previstas para o curso com o PPOA.

As disciplinas previstas para o CFOInf podem ser categorizadas, conforme explicitado abaixo:

- a) Disciplina Formativa (DF):** a disciplina de natureza formativa possui o propósito de fornecer elementos cujos fundamentos auxiliem na formação do cadete. Esse tipo de disciplina não é considerada para efeito de aprovação e reprovação e não conta para classificação do cadete;
- b) Disciplina Somativa Não Classificatória (DNC):** este tipo de disciplina é considerada para efeito de aprovação e reprovação no curso, porém não conta para a classificação do cadete. Portanto, o discente precisa atingir o rendimento mínimo, ponto de corte, nas avaliações para ser aprovado e o aproveitamento dele pode ser medido através de grau, conceito ou frequência; e
- c) Disciplina Somativa Classificatória (DSC):** esta categoria de disciplina, além de ser considerada para efeito de aprovação e reprovação no curso, conta também, para a classificação final do cadete.

EIXO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA						
CAMPO DE FORMAÇÃO	DISCIPLINAS	NATUREZA	CARGA HORÁRIA ANUAL			
			1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
FORMAÇÃO BÁSICA	ATIVIDADE ACADÊMICA	DF	200	200	200	200
	CÁLCULO 1	DSC	66			
	CÁLCULO 2	DSC	66			
	CONSTRUÇÃO DE FILOSOFIA DE LIDERANÇA ¹	DF				30
	DIREITO GERAL	DSC	66			
	DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS	DF			10	
	DIREITO PENAL MILITAR	DSC			36	
	ECONOMIA 1	DSC		32		
	ECONOMIA 2	DSC		46		
	ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	DSC		66		
	FILOSOFIA	DSC	36			
	LÍNGUA INGLESA 1 / LÍNGUA ESPANHOLA 1 ²	DNC	59			
	LÍNGUA INGLESA 2 / LÍNGUA ESPANHOLA 2	DNC	59			
	LÍNGUA INGLESA 3 / LÍNGUA ESPANHOLA 3	DNC		59		
	LÍNGUA INGLESA 4 / LÍNGUA ESPANHOLA 4	DNC		59		
	LÍNGUA INGLESA 5	DNC			59	
	LÍNGUA INGLESA 6	DNC			59	
	LÍNGUA INGLESA 7	DNC				59

1 Disciplina eletiva

2 Disciplina optativa (alocação condicionada ao teste de proficiência em inglês)

	LÍNGUA INGLESA 8	DNC				59
	LÍNGUA PORTUGUESA 1	DSC	36			
	LÍNGUA PORTUGUESA 2	DSC	36			
	LÍNGUA PORTUGUESA 3	DSC		36		
	LÍNGUA PORTUGUESA 4	DSC		36		
	METODOLOGIA CIENTÍFICA	DSC			66	
	PESQUISA OPERACIONAL	DSC				66
	PSICOLOGIA	DSC	36			
	QUÍMICA PARA INFANTARIA	DSC	36			
	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	DSC				66
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	DSC			36	
	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	DSC	36			
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 1	DF				60
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 2	DSC				50
C.H POR ANO			732	534	466	590
C.H. CAMPO DE FORMAÇÃO BÁSICA		2.322				
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	DSC	66			
	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	DSC	36			
	CONTABILIDADE E ORÇAMENTO	DSC		66		
	CUSTOS	DSC			36	
	GESTÃO DE OPERAÇÕES E PROCESSOS	DSC		66		
	GESTÃO DE PESSOAS	DSC	66			
	GESTÃO DE PROJETOS	DSC				66

	GESTÃO FINANCEIRA	DSC		36		
	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO	DSC	66			
	LOGÍSTICA E GESTÃO DE SUPRIMENTOS	DSC			66	
	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	DSC				66
C.H POR ANO			234	168	102	132
C.H. CAMPO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (ADM)			636			
C.H POR ANO			966	702	568	722
C.H. EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			2.958			

EIXO: CIÊNCIAS MILITARES						
CAMPO DE FORMAÇÃO	DISCIPLINAS	NATUREZA	CARGA HORÁRIA ANUAL			
			1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	DEFESA BIOLÓGICA, NUCLEAR, QUÍMICA E RADIOLÓGICA	DSC		36		
	ESCOLA DAS FRAÇÕES DE TROPA DE INFANTARIA	DSC		66		
	EQUIPAMENTOS BÉLICOS	DSC	66			
	ESTÁGIO BÁSICO DO COMBATENTE DE MONTANHA	DSC			60	
	ESTÁGIO DE INSTRUTOR DE TIRO	DSC				86
	ESTÁGIO PRÁTICO DE INFANTARIA	DNC				276
	EXERCÍCIO DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA	DNC		36		
	EXPLOSIVOS	DSC		60		
	FUNDAMENTOS DAS OPERAÇÕES MILITARES	DSC	36			
	INFANTARIA DA AERONÁUTICA 1	DSC	36			
	INFANTARIA DA AERONÁUTICA 2	DSC			66	
	INSTRUÇÃO INDIVIDUAL PARA O COMBATE	DSC		36		
	NAVEGAÇÃO TERRESTRE	DSC	66			
	OPERAÇÕES AEROMÓVEIS	DF				60
	OPERAÇÕES NA SELVA	DF				60
	OPERAÇÕES URBANAS	DNC			300	
	POLÍCIA DA AERONÁUTICA	DSC			50	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES	DSC			36	

	SISTEMAS BÉLICOS	DSC				26
	TÉCNICAS DE INFANTARIA 1	DSC	60			
	TÉCNICAS DE INFANTARIA 2	DSC		60		
	TÉCNICAS DE INFANTARIA 3	DSC		120		
	TÉCNICAS DE POLÍCIA DE AERONÁUTICA	DNC				36
	TRABALHO DE COMANDO	DSC		36		
	VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	DF			60	
C.H POR ANO			264	450	572	544
C.H. EIXO CIÊNCIAS MILITARES			1.830			

EIXO: INSTRUÇÃO MILITAR E DOCTRINA						
CAMPO DE FORMAÇÃO	DISCIPLINAS	NATUREZA	CARGA HORÁRIA ANUAL			
			1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
FORMAÇÃO MILITAR	ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 1	DNC	66			
	ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 2	DNC		20		
	ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 3	DNC			52	
	ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO 4	DNC				26
	ATIVIDADE DE CAMPANHA 1	DSC	100			
	ATIVIDADE DE CAMPANHA 2	DSC			88	
	ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DA AERONÁUTICA	DF				10
	DOCTRINA MILITAR	DF		10	14	26
	ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO MILITAR	DNC	312			
	ÉTICA E DESENVOLVIMENTO HUMANO	DF	36	38	28	28
	FILOSOFIA SIPAER	DF				10
	HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	DF				10
	HISTÓRIA MILITAR BRASILEIRA	DSC		66		
	HISTÓRIA MILITAR MUNDIAL	DSC		66		
	INSTRUÇÃO DE SALTO DE EMERGÊNCIA	DSC	62			
	INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NA SELVA	DSC			90	
	INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NO MAR	DSC		74		
	LEGISLAÇÃO MILITAR 1	DSC		26		

	LEGISLAÇÃO MILITAR 2	DSC			26	
	LEGISLAÇÃO MILITAR 3	DSC				26
	LIDERANÇA	DF		2	44	24
	MOBILIZAÇÃO MILITAR	DF				10
	NATAÇÃO 1	DF	60			
	NATAÇÃO 2	DF		60		
	NATAÇÃO 3	DF			60	
	NATAÇÃO 4	DF				60
	ORDEM UNIDA 1	DF	20			
	ORDEM UNIDA 2	DF		20		
	ORDEM UNIDA 3	DF			20	
	ORDEM UNIDA 4	DF				20
	PODER AEROSPACIAL	DSC				36
	PRIMEIROS SOCORROS	DSC	16			
	TREINAMENTO FÍSICO 1	DSC	266			
	TREINAMENTO FÍSICO 2	DSC		374		
	TREINAMENTO FÍSICO 3	DSC			380	
	TREINAMENTO FÍSICO 4	DSC				380
C.H. POR ANO			938	756	802	666
C.H. EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E DOCTRINA			3.162			

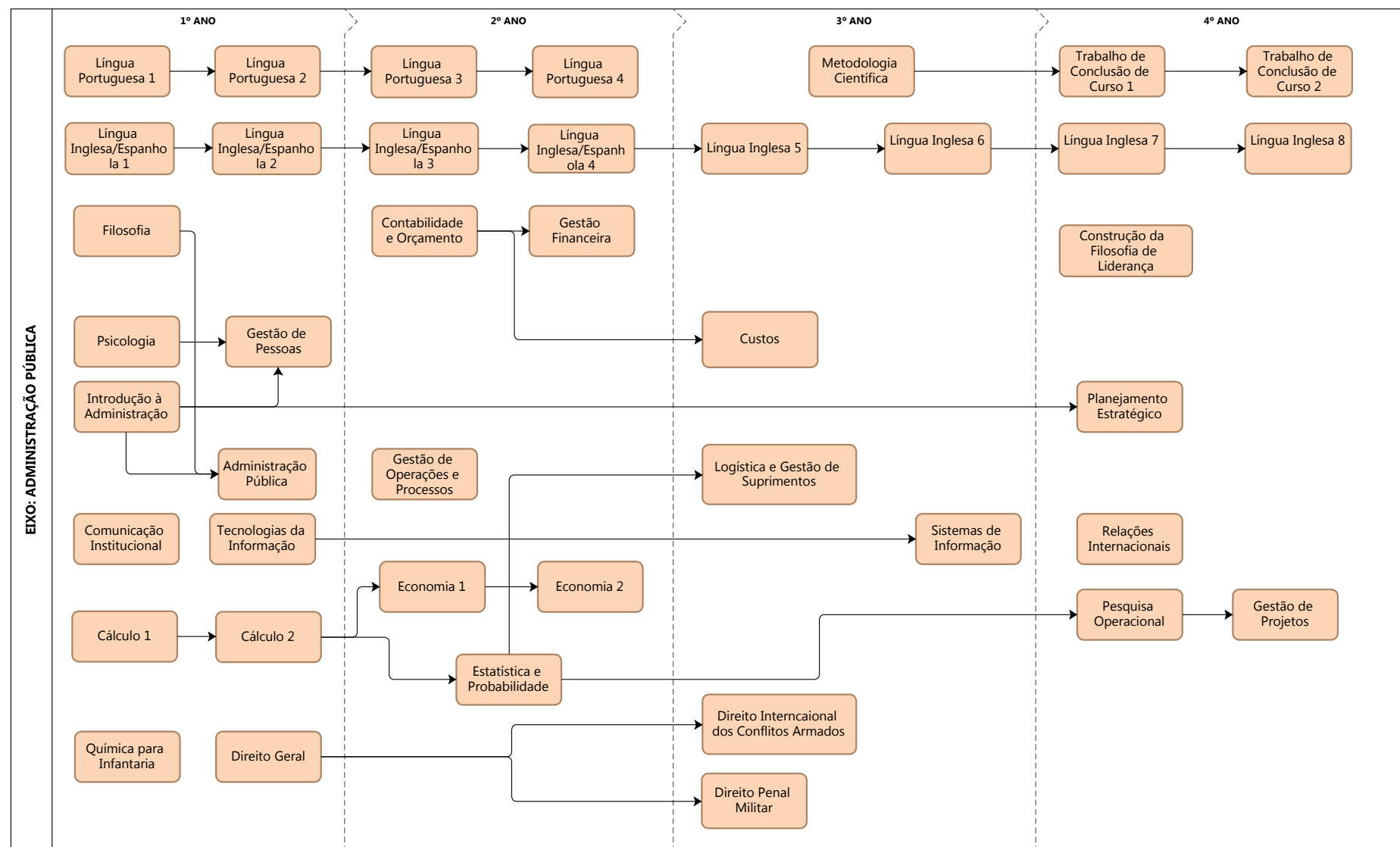
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		
1º ANO		
ATIVIDADE	OBJETIVO GERAL	CH
Chefe de Turma	Familiarizar com procedimentos de controle do efetivo, comunicação e liderança perante sua turma de aula.	60
Ronda do CCAER	Conhecer todos os níveis de atuação que pode ser empregado um militar da Aeronáutica, percebendo a importância de atuar na vigilância de toda a área externa do Corpo de cadetes e suas áreas adjacentes. Dessa maneira, valorizar a importância da segurança patrimonial para as organizações militares.	72
Palestras	Apresentar aos cadetes temas relevantes, e que contribuam com os conteúdos desenvolvidos nas atividades acadêmicas.	20
CH TOTAL 1º ANO		152
2º ANO		
Permanência à Sala do Cadete-de-Dia	Representar o cadete-de-Dia nos horários de descanso dos demais membros da equipe, exercitando o seu processo decisório. Atuar como supervisor das ações dos rondas do CCAER.	60
Chefe de Turma	Exercer o controle do efetivo, comunicação e liderança perante sua turma de aula.	12
Palestras	Apresentar aos cadetes temas relevantes, e que contribuam com os conteúdos desenvolvidos nas atividades acadêmicas.	20
CH TOTAL 2º ANO		92
3º ANO		
Auxiliar do Cadete-de-Dia ao CCAER	Auxiliar no recebimento e distribuição de <i>inputs</i> , no controle patrimonial das instalações e bens sob responsabilidade do cadete-de-Dia ao CCAER. Tem o objetivo de preparar o cadete para os serviços a que concorrerá no ano seguinte.	24
Auxiliar do Cadete-de-Dia aos Esquadrões	Atuar complementando o serviço do cadete-de-Dia aos Esquadrões, zelando para que esses se mantenham disciplinados e cumpram as ordens em vigor e os avisos doutrinários.	36
Permanência ao Salão Nobre	Atuar na gestão do patrimônio pertencente ao Salão Nobre e se postar como supervisor para manter as boas práticas no ambiente de descontração dos cadetes.	24
Chefe de Turma	Exercer o controle do efetivo, comunicação e liderança perante sua turma de aula.	12
Palestras	Apresentar aos cadetes temas relevantes, e que contribuam com os conteúdos desenvolvidos nas atividades acadêmicas.	20
CH TOTAL 3º ANO		116
4º ANO		
Cadete-de-Dia ao CCAER	Praticar a liderança dos cadetes no nível tático. Liderar por toda a equipe de serviço e cumprir todas as atividades da rotina do CCAER. Atuar para manter a disciplina e fiscalizar o cumprimento das ordens em vigor.	24
Cadete-de-Dia aos Esquadrões	Liderar os cadetes no nível tático. Conduzir a rotina do respectivo esquadrão ao qual está cumprindo o serviço e manter a disciplina e fiscalizar o cumprimento das ordens em vigor e Avisos Doutrinários.	72

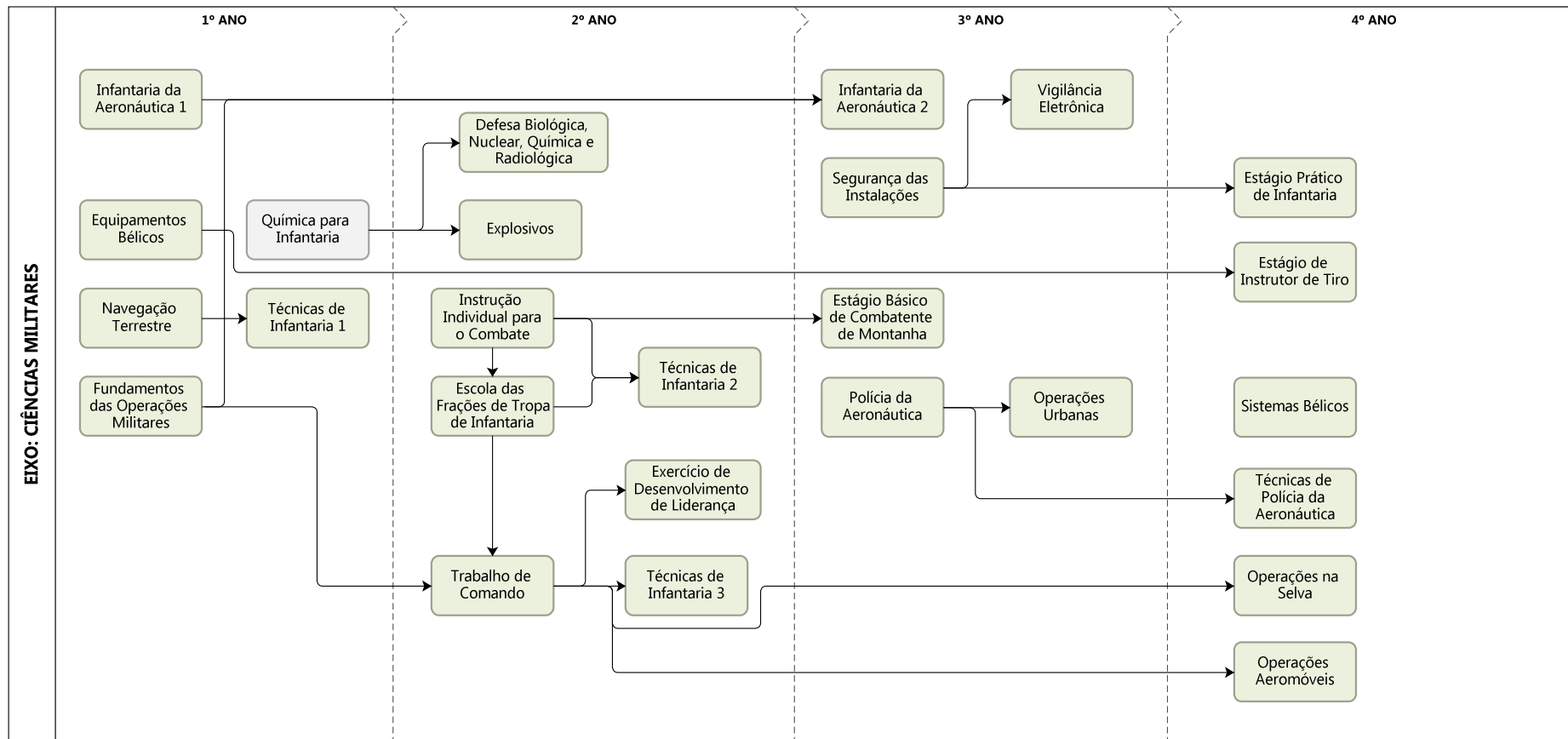
Auxiliar do Oficial-de-Dia	Conhecer a atuação na liderança da equipe responsável pela segurança patrimonial da organização militar.	12
Chefe de Turma	Exercer o controle do efetivo, comunicação e liderança perante sua turma de aula.	12
Palestras	Apresentar aos cadetes temas relevantes, e que contribuam com os conteúdos desenvolvidos nas atividades acadêmicas.	20
CH TOTAL - 4º ANO		140
CH TOTAL PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES:		500

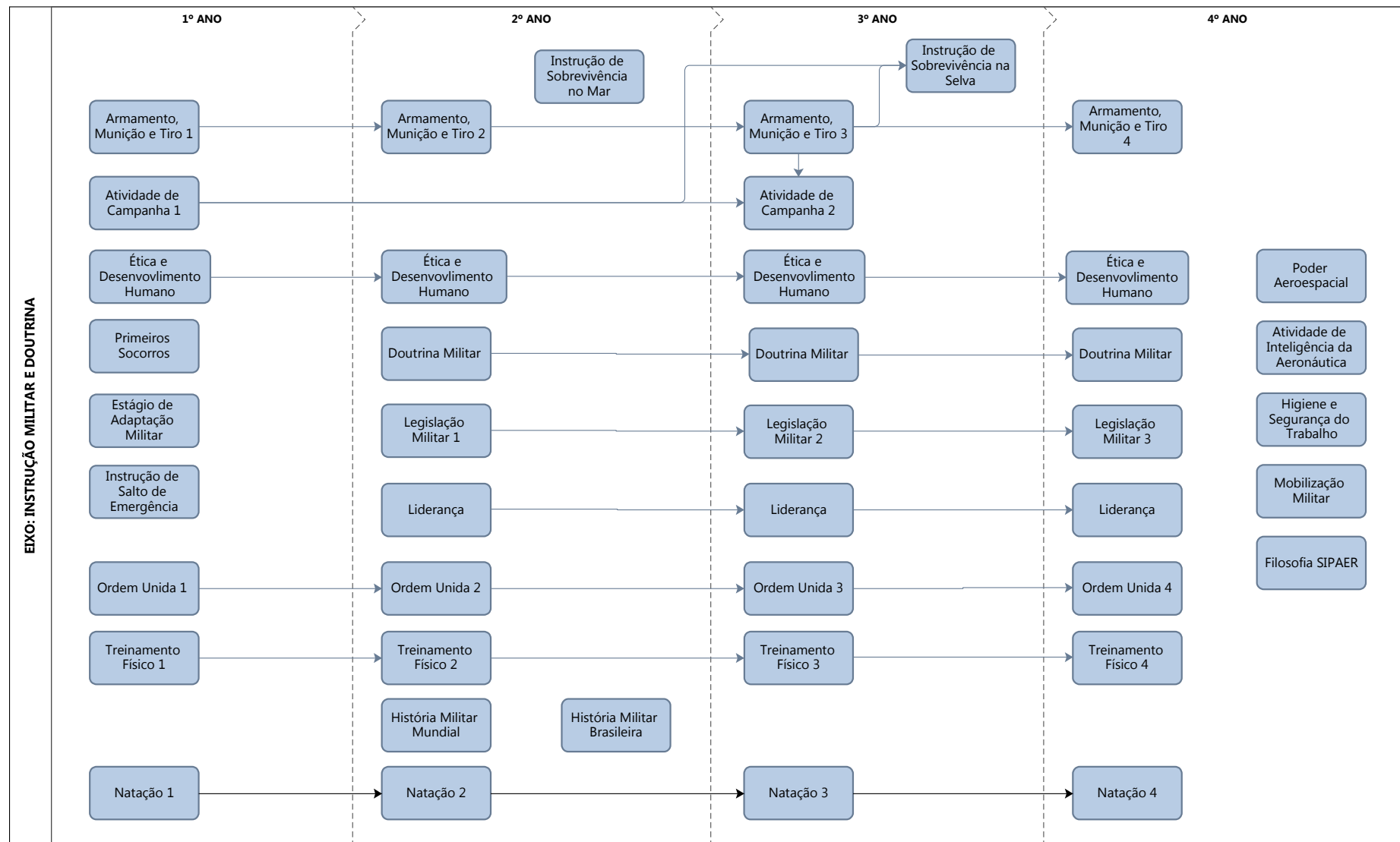
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	CARGA HORÁRIA ANUAL			
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
À DISPOSIÇÃO DO COMANDANTE DO CCAER	20	20	20	20
À DISPOSIÇÃO DO COMANDANTE DO ESQ	20	20	20	20
ASPIRANTADO	12	12	12	12
AULA INAUGURAL	6	6	6	6
BRIEFING DA AVALIAÇÃO	2			
CEM DIAS				12
ESPADIM	12	12	12	12
INSPEÇÃO DE SAÚDE	12	12	12	12
OMA			36	
SIMPÓSIO DE INFANTARIA				12
PSICOPEGAGOGIA	4	4		
TREINAMENTO ASPIRANTADO	12	12	12	49
TREINAMENTO ESPADIM	49	12	12	12
C.H. POR ANO	149	110	142	167
C.H. DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	568			

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE INFANTARIA				
EIXOS TEMÁTICOS	CARGA HORÁRIA			
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	966	702	568	722
CIÊNCIAS MILITARES	264	450	572	544
INSTRUÇÃO MILITAR E DOCTRINA	938	756	802	666
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	152	92	116	140
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	149	110	142	167
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO POR ANO	2.469	2.110	2.200	2.239
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	9.018			

7.3 FLUXOGRAMA CURRICULAR







7.4 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Na tabela abaixo, estarão relacionadas as disciplinas que deverão ser cursadas pelos cadetes para integralização curricular do CFOInf das turmas matriculadas a partir de 2022. A coluna “Avaliação” refere-se apenas à carga horária avaliativa que deverá ser programada (2 tempos de prova final, 2 tempos de vista de prova e 2 tempos de exame), totalizando 6 tempos.

As tabelas indicando as disciplinas que deverão ser cursadas para integralização curricular das turmas que ingressaram até 2021, estão disponíveis nos anexos F, G e H deste documento.

	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AValiação
1º ANO	Atividade Acadêmica	ATCA	Não há	200	00
	Administração Pública	ADPU	Filosofia/Introdução à Administração	60	06
	Armamento, Munição e Tiro 1	AMT1	Não há	66	00
	Atividade de Campanha 1	ATC1	Não há	100	00
	Cálculo 1	CAL1	Não há	60	06
	Cálculo 2	CAL2	Cálculo 1	60	06
	Comunicação Institucional	COIN	Não há	30	06
	Direito Geral	DGEL	Não há	60	06
	Equipamentos Bélicos	EQBE	Não há	60	06
	Estágio de Adaptação Militar	EAMI	Não há	312	00
	Ética e Desenvolvimento Humano	ETDH	Não há	36	00
	Filosofia	FILO	Não há	30	06
	Fundamentos das Operações Militares	FOPM	Não há	30	06
	Gestão de Pessoas	GEPE	Introdução à Administração/ Psicologia	60	06
	Infantaria da Aeronáutica 1	INF1	Não há	30	06
	Instrução de Salto de Emergência	ISEM	Não há	62	00
	Introdução a Administração	ITAD	Psicologia	60	06
	Língua Espanhola 1	LES1	Não há	53	06
	Língua Espanhola 2	LES2	Língua Espanhola 1	53	06
	Língua Inglesa 1	LIN1	Não há	53	06
	Língua Inglesa 2	LIN2	Língua Inglesa 1	53	06
	Língua Portuguesa 1	LPO1	Não há	30	06

	Língua Portuguesa 2	LPO2	Língua Portuguesa 1	30	06
	Natação 1	NAT1	Não há	60	00
	Navegação Terrestre	NAVT	Não há	60	06
	Ordem Unida 1	OUN1	Não há	20	00
	Primeiros Socorros	PSOC	Não há	10	06
	Psicologia	PSIC	Não há	30	06
	Química para Infantaria	QUIF	Não há	30	06
	Técnicas de Infantaria 1	TIN1	Navegação Terrestre	60	00
	Tecnologias da Informação	TCIF	Não há	30	06
	Treinamento Físico 1	TFI1	EAM/TACF Diagnóstico	260	06
	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AVALIAÇÃO
2º ANO	Atividade Acadêmica	ATCA	Não há	200	00
	Armamento, Munição e Tiro 2	AMT2	Armamento, Munição e Tiro 1	20	00
	Contabilidade e Orçamento	CTOR	Não há	60	06
	Defesa Biológica, Nuclear, Química e Radiológica	BNQR	Química para Infantaria	30	06
	Doutrina Militar	DOMI	Não há	10	00
	Economia 1	ECO1	Cálculo 2	26	06
	Economia 2	ECO2	Economia 1	40	06
	Escola das Frações de Tropa de Infantaria	EFTI	Instrução Individual para o Combate	60	06
	Estatística e Probabilidade	ESPR	Cálculo 2	60	06
	Ética e Desenvolvimento Humano	ETDH	Não há	38	00
	Exercício de Desenvolvimento de Liderança	EDLI	Trabalho de Comando	36	00
	Explosivos	EXPL	Química para Infantaria	60	00
	Gestão de Operações e Processos	GOPR	Não há	60	06
	Gestão Financeira	GEFI	Contabilidade e Orçamento	30	06
	História Militar Brasileira	HMBR	Não há	60	06
	História Militar Mundial	HMIM	Não há	60	06
	Instrução de Sobrevivência no Mar	ISMA	Não há	74	00
	Instrução Individual para o Combate	IIPC	Não há	30	06

	Legislação Militar 1	LMI1	Não há	20	06
	Liderança	LID	Língua Portuguesa 1/ Psicologia	02	00
	Língua Espanhola 3	LES3	Língua Espanhola 2	53	06
	Língua Espanhola 4	LES4	Língua Espanhola 3	53	06
	Língua Inglesa 3	LIN3	Língua Inglesa 2	53	06
	Língua Inglesa 4	LIN4	Língua Inglesa 3	53	06
	Língua Portuguesa 3	LPO3	Língua Portuguesa 2	30	06
	Língua Portuguesa 4	LPO4	Língua Portuguesa 3	30	06
	Natação 2	NAT2	Natação 1	60	00
	Ordem Unida 2	OUN2	Ordem Unida 1	20	00
	Técnicas de Infantaria 2	TIN2	Instrução Individual para o Combate/ Escola das Frações de Tropa de Infantaria	60	00
	Técnicas de Infantaria 3	TIN3	Trabalho de Comando	120	00
	Trabalho de Comando	TRCM	Fundamentos das Operações Militares/ Escola das Frações de Tropa de Infantaria	30	06
	Treinamento Físico 2	TF2	Treinamento Físico 1	368	06
3º ANO	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AVALIAÇÃO
	Atividade Acadêmica	ATCA	Não há	200	00
	Armamento, Munição e Tiro 3	AMT3	Armamento, Munição e Tiro 2	52	00
	Atividade de Campanha 2	ATC2	Atividade de Campanha 1	88	00
	Custos	CUST	Contabilidade e Orçamento	30	06
	Direito Internacional dos Conflitos Armados	DICA	Direito Geral	10	00
	Direito Penal Militar	DPMI	Direito Geral	30	06
	Doutrina Militar	DOMI	Não há	14	00
	Estágio Básico do Combatente de Montanha	EBCM	Instrução Individual para o Combate	60	00
	Ética e Desenvolvimento Humano	ETDH	Não há	28	00

	Infantaria da Aeronáutica 2	INF2	Infantaria da Aeronáutica 1 / Fundamentos das Operações Militares	60	06
	Instrução de Sobrevivência na Selva	ISSE	Atividade de Campanha 1 / Armamento, Munição e Tiro - Gauge 36	90	00
	Liderança	LIDE	Língua Portuguesa 1 / Psicologia	44	00
	Língua Inglesa 5	LIN5	Língua Inglesa 4	53	06
	Língua Inglesa 6	LIN6	Língua Inglesa 5	53	06
	Legislação Militar 2	LMI2	Legislação Militar 1	20	06
	Logística e Gestão de Suprimentos	LOGS	Estatística e Probabilidade	60	06
	Metodologia Científica	MECI	Não há	60	06
	Natação 3	NAT3	Natação 2	60	00
	Operações Urbanas	OPUB	Polícia da Aeronáutica	300	00
	Ordem Unida 3	OUN3	Ordem Unida 2	20	00
	Polícia da Aeronáutica	PAER	Não há	44	06
	Segurança das Instalações	SEIS	Infantaria da Aeronáutica 1	30	06
	Sistemas de Informação	SINF	Tecnologias da Informação	30	06
	Treinamento Físico 3	TFI3	Treinamento Físico 2	374	06
	Vigilância Eletrônica	VIGE	Segurança das Instalações	60	00
	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AValiação
4º ANO	Atividade Acadêmica	ATCA	Não há	200	00
	Armamento, Munição e Tiro 4	AMT4	Armamento, Munição e Tiro 3	26	00
	Atividade Inteligência da Aeronáutica	AIAR	Não há	10	00
	Construção de Filosofia de Liderança	CFIL	Liderança	30	00
	Doutrina Militar	DOMI	Não há	26	00
	Estágio de Instrutor de Tiro	ESIT	Equipamentos Bélicos	86	00
	Estágio Prático de Infantaria	EPIF	Não há	276	00

	Ética e Desenvolvimento Humano	ETDH	Não há	28	00
	Gestão de Projetos	GEPR	Pesquisa Operacional	60	06
	Legislação Militar 3	LMI3	Legislação Militar 2	20	06
	Liderança	LIDE	Língua Portuguesa 1/ Psicologia	24	00
	Língua Inglesa 7	LIN7	Língua Inglesa 6	53	06
	Língua Inglesa 8	LIN8	Língua Inglesa 7	53	06
	Mobilização Militar	MOBM	Não há	10	00
	Natação 4	NAT4	Natação 3	60	00
	Operações Aeromóveis	OPAM	Trabalho de Comando	60	00
	Operações na Selva	OPSE	Trabalho de Comando	60	00
	Ordem Unida 4	OUN4	Ordem Unida 3	20	00
	Poder Aeroespacial	POAE	Não há	30	06
	Pesquisa Operacional	PEOP	Estatística e Probabilidade/Gestão de Operações e Processos	60	06
	Planejamento Estratégico	PLES	Introdução à Administração	60	06
	Relações Internacionais	REIN	História Militar Mundial	60	06
	Sistemas Bélicos	SBEL	Não há	20	06
	Técnicas de Polícia de Aeronáutica	TCPA	Polícia da Aeronáutica	30	06
	Trabalho de Conclusão de Curso 1	TCC1	Metodologia Científica 2	60	00
	Trabalho de Conclusão de Curso 2	TCC2	Trabalho de Conclusão de Curso 1	50	00
	Treinamento Físico 4	TFI4	Treinamento Físico 3	374	06

8 METODOLOGIA DE ENSINO PARA O CURSO

A formação no ensino superior envolve necessariamente o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, fortalecendo a capacidade de construção e apropriação dos conhecimentos. Assim, a metodologia para o CFOInf terá foco na articulação entre o conhecimento teórico e a prática, por meio de estratégias de ensino-aprendizagem inovadoras que promovam o desenvolvimento da capacidade reflexiva e interpretativa dos cadetes: estudos de casos, seminários, visitas técnicas, trabalhos em grupos, workshops, construções compartilhadas, dentre outras.

É importante salientar, também, a existência permanente de seleção e definição de metodologias inovadoras para se trabalhar os conteúdos previstos. Para a assertividade da metodologia do ensino, terão relevância os recursos didáticos selecionados pelos docentes, como: vídeos, computadores, data show, softwares, dentre outros.

Nesse sentido, a utilização de MAA no processo de ensino-aprendizagem destaca o papel ativo e o protagonismo por parte dos estudantes durante a construção do próprio conhecimento, conforme já destacado no item 4.1 desta instrução. Assim, as MAA são:

estratégias para facilitar a aprendizagem, que se caracterizam principalmente por serem centradas no aluno. [...] Refere-se, portanto, a métodos em que os alunos passam a ser os protagonistas do processo de aprendizagem, pois assumem a responsabilidade de aprender por si mesmos (GIL, 2020, p. 95-96).

Desta forma, percebe-se a necessidade de fortalecer um processo de ensino e aprendizagem pautado na utilização de métodos e técnicas que promovam a autonomia do cadete, proporcionando experiências de aprendizagem que o habilitem a desempenhar sua profissão com propriedade, sendo críticos e proativos no desenvolvimento das tarefas após a formação.

A ênfase metodológica aplicada no curso deve, ainda, apoiar-se nos princípios da educação de adultos, a saber:

- a) motivação;
- b) autoconceito do aprendiz;
- c) papel das experiências;
- d) prontidão para aprender;
- e) orientação para aprendizagem; e
- f) a necessidade de saber.

Assim, é necessário que seja estabelecido ao longo das aulas um clima colaborativo e de suporte à aprendizagem, além de um diagnóstico do perfil da turma, buscando ao longo do processo de ensino-aprendizagem a utilização de estratégias didáticas que atendam a todos os estudantes.

Apesar de apresentar as possibilidades metodológicas nesse documento, é facultada ao docente a definição da forma de lecionar, buscando identificar e compreender a realidade da turma, como também, da necessidade que cada disciplina tem de desenvolver seus conhecimentos, habilidades e valores afetos à pertinência formativa no contexto do curso. Nesse sentido, o docente deve atentar para:

- a) selecionar e organizar os conteúdos, articulando-os à futura atuação profissional do cadete;
- b) proporcionar a reflexão dos discentes a partir da proposição de situações-problemas;
- c) propiciar condições para que o estudante tenha acesso a elementos novos, que possibilitem a elaboração de resposta aos problemas suscitados;e
- d) interagir com o cadete, acompanhando o processo de construção do conhecimento, intervindo, sempre que necessário.

As disciplinas do Eixo das Ciências Militares visam embasar a formação especializada em Infantaria da Aeronáutica. Serão adotadas, principalmente, as metodologias de aula expositiva, discussão acadêmica dirigida e exercícios práticos no terreno. Quando possível, será utilizado, também, simuladores virtuais – agentes reais operando sistemas simulados em cenários criados em computador - com imersão, nos quais serão realizados os ensaios dos exercícios que ocorrerão no terreno, empregando, preferencialmente, equipamentos de simulação viva – agentes reais operando sistemas reais (armamentos e equipamentos) com o apoio de sensores que permitam acompanhar as ações destes agentes e simular os efeitos dos engajamentos em que eles se envolverem.

Para a formação do combatente militar, contemplada principalmente no Eixo Instrução Militar e Doutrina, são previstas atividades de preparo técnico e psicológico para o emprego da arte de guerrear.

A SDOUT do CCAER é responsável pelo desenvolvimento dos atributos éticos, morais, cívicos e sociais, bem como da Liderança. Para isso, proporciona ao cadete, por intermédio do exemplo, exigências e ensinamentos, o amadurecimento e o conhecimento de suas forças, fraquezas, capacidades e limitações, para que possa controlar e disciplinar a si mesmo e, com isso, liderar pessoas efetivamente, baseando tal liderança na dignidade e no respeito. Esses ensinamentos se dão nos Programas do CCAER: Programa de Treinamento Militar, Programa de Treinamento de Liderança e Programa de Formação de Valores.

As instruções militares têm como principal finalidade a formação ou manutenção operacional do profissional militar, simulando, quando possível, situações reais e condições extremas de combate, como os Exercícios de Campanha previstos ao longo do curso. Costumeiramente, nessas instruções são realizadas atividades que envolvem risco de vida e atividade física intensa. Nessas condições, os riscos de superação dos limites fisiológicos e psicológicos do ser humano devem ser cuidadosamente avaliados, com vistas à prática segura da atividade. Essas atividades são acompanhadas pela Seção de Instrução Militar (SIM) do CCAER.

8.1 PLANO DE DISCIPLINA

8.1.1 DEFINIÇÃO

O Plano de Disciplina é um documento norteador para o planejamento pedagógico, pois é o plano de ação que prevê todo o processo de ensino-aprendizagem para a disciplina. Portanto, é considerado um instrumento didático-pedagógico e administrativo, por ser a garantia da trajetória e continuidade da aprendizagem.

Assim, o Plano de Disciplina apresenta a duração, objetivos, conteúdo programático, estratégias de ensino, recursos didáticos e procedimentos de avaliação da

respectiva disciplina (GIL, 2020). Além disso, deve ser um documento flexível e adaptável a situações novas ou imprevistas, para sempre atender as demandas do ensino.

O modelo adotado pela AFA está disponível no Anexo D.

8.1.2 FINALIDADE

A utilização do Plano de Disciplina tem como finalidade a garantia do planejamento da ação docente e acompanhamento deste planejamento por parte dos Coordenadores, Chefes de Curso e equipe pedagógica.

8.1.3 ELABORAÇÃO E ENVIO

O Plano de Disciplina será elaborado pelo docente responsável por cada disciplina, utilizando como base o PPC do curso. Após elaboração, o docente deverá inserir as informações no sistema de gerenciamento de ensino, o Sistema Único de Controle de Informação (SUCOI) da DE em prazo a ser informado antecipadamente.

Assim, os Coordenadores de Área/Chefes de Curso realizarão uma análise do conteúdo e darão retorno aos docentes, caso existam ajustes necessários.

Após avaliação por parte dos coordenadores de área/chefes de curso, o Setor de Coordenação de Material Didático (SCMD) realizará a análise pedagógica do plano, propondo adequações que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem.

8.2 ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO

Para complementação da formação dos cadetes, a AFA oferece dois grupos de atividades, as Atividades Complementares e as Atividades Extracurriculares.

8.2.1 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam ao aluno o reconhecimento de habilidades e conhecimentos que contribuem com o processo formativo, favorecendo o desenvolvimento de competências relacionadas ao perfil do egresso do curso. As atividades complementares são de caráter obrigatório e deverão ser integralizadas ao longo do curso por todos os cadetes. A relação de atividades previstas para o CFOInf está descrita no item 7.2 desta instrução.

8.2.2 ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

As atividades extracurriculares são aquelas ofertadas pela AFA e que não fazem parte da estrutura curricular. Essas atividades contribuem para a formação pessoal e profissional dos cadetes.

Assim, dentre as atividades extracurriculares do curso, são previstas três viagens de estudo, a saber:

- a)** Viagem a Brasília: tem o objetivo de apresentar aos cadetes a estrutura organizacional da FAB e os órgãos de comando, além de participar da Ordem do Mérito Aeronáutico (OMA);
- b)** Viagem a Manaus: tem o objetivo de apresentar aos cadetes as atividades desenvolvidas pelo COMAER na Região Amazônica, além de apresentar as diferenças culturais regionais;

c) Viagem internacional: essa atividade tem o objetivo de reconhecer a diversidade sociocultural inerente às relações interestatais, além de aperfeiçoar o idioma estrangeiro.

Além das viagens, a Subdivisão de Instrução de Infantaria oferece cursos de Educação a Distância (EAD) disponíveis na FAB aos cadetes. Considerando a disponibilidade de vagas para tal e alinhado com os conteúdos curriculares trabalhados em cada ano, os cadetes poderão realizar, mediante coordenação da SDInf, Cursos e Estágios da FAB na modalidade EAD que venham a contribuir para formação e promover o aprofundamento nos assuntos afetos ao Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica. São exemplos: o Curso Doutrinário de Segurança e Proteção de Autoridade, Curso Básico de Inteligência, Curso Básico de Guerra Eletrônica, Curso Doutrinário de Defesa Antiaérea etc. Recomenda-se a realização de apenas um curso por ano para cada cadete.

Ainda, dentre as atividades extracurriculares que ocorrem na AFA, está a Associação dos Cadetes da Aeronáutica (SCAER), que é uma associação de direito privado e sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover atividades culturais, sociais, recreativas e facilidades para os cadetes. A SCAER está organizada em Assembleia Geral, Conselho de Administração e Controle Interno, além das diversas diretorias previstas na estrutura organizacional da associação.

A SCAER conta, ainda, com os clubes de atividades, são eles: Astronomia, Música, Escalada, Grupo Evangélico, Grupo Católico, Grupo Espírita, Dança, Karatê, Núcleo de Estudos Avançados e de Geopolítica, Tênis, Orientação, Tradições Gaúchas, Tradições Mineiras, Tradições Nordestinas, Literatura, Musculação, Paint Ball, Aeromodelismo, Guerra Eletrônica, Vôlei de Praia e Esquadrilha de Voo a Vela.

Todas as atividades desenvolvidas pela SCAER são acompanhadas pelo Oficial Orientador da SCAER, que faz parte do efetivo do CCAER.

Na AFA, são previstos também, como atividades extracurriculares, os programas de Iniciação Científica e Extensão, conforme mencionado no capítulo 4.

8.3 ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão está previsto no Art. 207 da Constituição Federal de 1988: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988).

A articulação Ensino, Pesquisa e Extensão está presente na AFA e o principal elemento que une os três pilares é o TCC, etapa fundamental na formação do cadete, que formaliza a união entre o ensino abordado nas diversas disciplinas do curso, com as atividades realizadas no âmbito da pesquisa e da extensão.

A AFA conta ainda com a Revista Defesa e Segurança, onde os cadetes podem publicar produções científicas realizadas ao longo do curso.

8.3.1 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O TCC é a formalização do envolvimento do aluno com a articulação ensino, pesquisa e extensão, estando relacionado às linhas de pesquisa e aos núcleos temáticos dispostos no tópico 4.2 desta instrução.

O desenvolvimento do TCC se inicia no terceiro ano com a disciplina de Metodologia Científica (MECI), na qual o discente formaliza a escolha do seu tema de TCC e confecciona o Projeto de Pesquisa. A SPPC avalia os temas escolhidos e pode solicitar mudanças, caso não estejam adequados às linhas de pesquisa.

No quarto ano, a continuidade ocorre nas disciplinas de TCC1 e TCC2. Os tempos de TCC1 são destinados à pesquisa e escrita do aluno sem professor em sala de aula. Já os tempos de TCC2 são destinados à preparação e apresentação oral dos trabalhos.

Os alunos contam ainda com o apoio e com as diretrizes do seu orientador, responsável por nortear a pesquisa e garantir sua adequação metodológica. O processo de orientação é observado pela SPPC, que acompanha o registro de todas as reuniões entre orientador e aluno, bem como o avanço do trabalho.

O TCC é finalizado com a entrega um artigo científico e com a apresentação oral para Banca de Avaliação. De acordo com a Köche (2014):

O artigo é a apresentação sintética, em forma de relatório escrito, dos resultados de investigações ou estudos realizados a respeito de uma questão. O objetivo fundamental de um artigo é o de ser um meio rápido e sucinto de divulgar e tornar conhecidos, através de sua publicação em periódicos especializados, a dúvida investigada, o referencial teórico utilizado (as teorias que serviram de base para orientar a pesquisa), a metodologia empregada, os resultados alcançados e as principais dificuldades encontradas no processo de investigação ou na análise de uma questão. (KÖCHE, 2014, p. 149)

A utilização do artigo científico como TCC na AFA é uma maneira de incentivar a divulgação do conhecimento científico produzido pelos cadetes em todo o meio acadêmico, através da publicação dos trabalhos em periódicos especializados, aumentando, também, a visibilidade acadêmica da Instituição.

Os procedimentos de verificação de aprendizagem referentes às disciplinas MECI, TCC1 e TCC 2 são descritos no capítulo 10.

8.3.2 REVISTA DE DEFESA E SEGURANÇA

A Revista Defesa e Segurança (RDS), ISSN: 2447-9365, é uma publicação científica anual, fundada em 2015, mantida e editada pela AFA. A RDS publica artigos científicos inéditos em português e inglês, na área interdisciplinar, dentro das linhas de pesquisa da AFA.

A Revista é um periódico com acesso disponível à comunidade externa, o que permite que pesquisadores de outras instituições, inclusive civis, possam submeter artigos para avaliação e publicação. Nesse sentido, a RDS é um meio de articulação entre a pesquisa da AFA e os outros dois pilares da Educação Superior.

Para uma maior articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, no que tange à RDS, a partir de 2022, os melhores artigos do Encontro de Iniciação Científica, bem como os melhores TCC, serão indicados para submissão e avaliação na Revista. Tal estratégia promoverá um aumento no número de artigos enviados à Revista, incluindo artigos elaborados por discentes, mediante orientação dos docentes.

8.4 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Graças ao advento tecnológico, a sociedade tem passado por mudanças significativas. Vivemos em um tempo em que diferentes segmentos da sociedade têm buscado se reinventar constantemente no sentido de desenvolverem competências nas mais diferentes áreas. A inovação tecnológica tem contribuído para a criação de processos capazes de gerar e administrar o conhecimento.

Na educação, o uso da tecnologia deixou de ser novidade já há algum tempo e, desde que a informática foi introduzida no dia a dia dos estudantes, as ferramentas digitais que vão surgindo contribuem cada vez mais, com o processo de ensino-aprendizagem, atendendo aos diversos estilos de aprendizagem presentes em sala de aula. A tecnologia não oferece apenas possibilidades mais dinâmicas para trabalhar os conteúdos, ela promove novas formas de aprender, permitindo aos alunos assumirem uma postura muito mais crítica e atuante no processo de desenvolvimento.

Tendo em vista a velocidade com que as informações chegam aos alunos, é importante a utilização de recursos tecnológicos que auxiliem o corpo docente e os cadetes no processo de ensino-aprendizagem. Isso pode ser feito por meios audiovisuais, *tablets*, aplicativos, plataformas, lousas digitais, gamificação e outras ferramentas trazidas para a sala de aula. Entre elas, estão os simuladores e jogos, que podem, inclusive, apresentar experiências que enriquecerão o desempenho docente, usando também o lúdico, contribuindo com a aproximação do professor/aluno.

No contexto da sala de aula, a tecnologia deve ir além da aplicação dos conteúdos e exposição das informações para os alunos. Ela auxilia, e muito, na verificação das dificuldades dos alunos, apresentando dados e relatórios com análises individuais e coletivas.

É possível utilizar ferramentas das TDIC'S no processo de ensino-aprendizagem, aprimorando o percurso formativo traçado para a disciplina, compreendendo os conteúdos que o discente deverá aprender e aplicar, visando à formação profissional e pessoal.

Atualmente, muitos docentes já utilizam as TDIC'S durante as disciplinas, como por exemplo: Moodle, Lousa digital, Simulador de voo, Vídeos de YouTube, Plataformas interativas como: Menti, Powerpoint, Mindmeister, Googleslides, Googleforms, Opinionstage, Googledocs, Tablet, Webex, Plataforma da Oxford, Blogs, Prezi, Spark, Kahoot, Quizlet, Mentimeter, Wordwall, entre outras.

A velocidade com que as inovações tecnológicas surgem pode, às vezes, trazer dificuldades de compreensão e adaptação. É preciso, então, enxergar todo o potencial pedagógico e as vantagens que esses recursos oferecem para o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, é necessário pensar em práticas metodológicas que promovam inovação no processo de ensino-aprendizagem, não significando simplesmente a adoção de novos recursos tecnológicos, mas sim uma nova forma de pensar o ensino e a aprendizagem em uma perspectiva emancipatória, de forma a promover uma reflexão sobre os saberes e as práticas pedagógicas.

9 INTERNACIONALIZAÇÃO

9.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

O COMAER presta, em tempos de paz, contribuições relevantes às Forças Armadas de nações amigas, por meio de atividades de ensino.

Neste cenário, a excelência do ensino na FAB tem sido uma das razões para que exista o interesse, cada vez maior, quanto à obtenção de vagas nos Cursos das nossas Organizações Militares.

Inserida neste contexto, a AFA realiza dois tipos de intercâmbios, os quais se distinguem pela duração. Um dos programas é realizado em um semestre letivo e outro possui quatro anos de duração.

Ambos os programas têm como objetivo não só fortalecer a cooperação militar e o bom relacionamento internacional entre os países, bem como alavancar o ensino da AFA na direção de uma formação mais globalizada, em que nossos futuros Oficiais possam entender melhor a inserção do Brasil no cenário internacional e as dinâmicas que regem as interações entre as Forças Armadas e nações amigas.

Busca-se, também, o desenvolvimento dos alunos por meio do desenvolvimento de competências necessárias para o exercício de funções de liderança em ambientes interculturais, adequados à realidade da FAB. Já nos campos da liderança, do militarismo e da ética, almeja-se promover uma formação distinta daquela oferecida atualmente na AFA com o objetivo de angariar novos elementos de contribuição no processo de aprendizagem.

9.2 INTERCÂMBIO DE UM SEMESTRE LETIVO

Este programa, atualmente, contempla as Forças Aéreas dos Estados Unidos da América e da Colômbia, com possibilidades, no futuro, de aumentar tais cooperações. A escolha destes países foi estabelecida por acordos de cooperação entre as Forças Aéreas correspondentes e a FAB, envolvendo reciprocidade em seus termos.

Os cadetes estrangeiros enviados por essas instituições têm a possibilidade de cursar diferentes disciplinas ofertadas pela AFA em todos os eixos temáticos: Ciências Aeronáuticas, Ciências da Logística, Ciências Militares, Administração Pública e Instrução Militar e Doutrina. A escolha das disciplinas é de responsabilidade da Academia de Origem e está condicionada à oferta da disciplina no semestre a ser realizado o intercâmbio. Esse engajamento dos estrangeiros nas diversas atividades, proporcionadas pela Academia da Força Aérea, colabora para que haja interação e ganhos culturais significativos aos militares envolvidos, tanto estrangeiros quanto brasileiros.

9.2.1 PROCESSO DE SELEÇÃO DE CADETE NACIONAL PARA PARTICIPAR DE INTERCÂMBIO

Os cadetes brasileiros são selecionados dentre os que cursam o 3º (terceiro) ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO). Dentre os fatores que resultam optar por cadetes do 3º ano de formação, destacam-se a inexistência da atividade aérea; o fato de já participarem do PTL; e, ainda, a oportunidade de compartilhamento de experiências adquiridas pelos cadetes a seus pares, quando do retorno à Academia para cursar o 4º ano.

O processo de seleção envolve a análise do desempenho do aluno na DE e no CCAER.

Esse processo é realizado por meio da classificação da turma, testes de proficiência e entrevista na língua estrangeira. A DE é responsável por emitir documento interno que especifique a condução do processo de seleção de cadete nacional para participar de intercâmbio.

As vagas disponibilizadas serão informadas tempestivamente pelo Estado Maior da Aeronáutica (EMAER) à AFA por intermédio da DIRENS, e o preenchimento das vagas se dará pelos cadetes com melhor classificação em cada quadro. Havendo vagas sobressalentes disponibilizadas pela Academia anfitriã, serão preenchidas pelos cadetes que obtiverem os melhores desempenhos nos idiomas correspondentes aos da língua em que o curso é oferecido, sendo respeitados os demais critérios.

Os cadetes selecionados deverão atender aos seguintes requisitos mínimos, válidos para todas as vagas:

- a) haver obtido média de curso (1º e 2º anos) maior ou igual a 8;
- b) não haver sido submetido a exame escolar até o início do processo de seleção;
- c) não ter sido contraindicado pelo respectivo esquadrão do Corpo de Cadetes até o início do processo de seleção;
- d) haver obtido grau de proficiência linguística igual ou superior a B2 (Língua Inglesa) e A2 (Língua Espanhola); e
- e) haver atingido grau maior ou igual a 7,00 em entrevista individual.

O detalhamento dos requisitos para seleção do cadete, bem como as informações referentes à entrevista individual, estará disponível em normativo publicado no Boletim Interno da AFA.

9.2.2 ESCOLHA E DEFINIÇÃO DAS DISCIPLINAS A SEREM CURSADAS

Durante o semestre em que o discente estiver cursando o intercâmbio, ele deverá cursar, ao menos, cinco disciplinas acadêmicas disponibilizadas pela Academia anfitriã. A escolha das disciplinas deverá conciliar carga horária e conteúdo programático, equivalentes àqueles disponibilizados pela AFA no período.

O aluno selecionado deverá elencar 15 (quinze) disciplinas desejadas em ordem de prioridade, dentre as disponibilizadas. Cabe à Chefia do Curso e à Coordenadoria Geral Acadêmica (CGAc) analisar e selecionar, dentre estas, ao menos cinco disciplinas, considerando uma aderência ao perfil desejado para cada quadro. Será também facultado ao cadete participar de um número maior de disciplinas como optativas.

As disciplinas cursadas pelo cadete durante o intercâmbio estarão disponíveis no histórico acadêmico.

9.2.3 REPOSIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E FALTAS.

A reposição das disciplinas que não forem cursadas na AFA pelo cadete, durante o período em que estiver no exterior, ocorrerá somente caso as disciplinas sejam

classificadas como imprescindíveis para a continuidade do curso, fato que será analisado pela Chefia de cada curso.

As disciplinas não cursadas não serão computadas para efeito de classificação, não havendo, portanto, cômputo de faltas neste período.

9.3 INTERCÂMBIO DE QUATRO ANOS

Anualmente, a AFA recebe em torno de cinco cadetes de nações amigas, principalmente de países da América Latina e África. Esses militares cursam os 4 anos dos Cursos de Formação de Oficiais.

Os cadetes estrangeiros, que aqui chegam, realizam o Curso de Adaptação ao Idioma e à Cultura Brasileira (CAICB), previsto pela ICA 37-712 (Currículo Mínimo do Curso de Adaptação ao Idioma e à Cultura Brasileira- Modalidade A/CAICB-A). Neste curso, os candidatos têm instruções de Língua Portuguesa, História e Geografia, Direito e Legislação Brasileira, Educação Física e Tecnologia da Informação, com o objetivo de prepará-los para o CFO na AFA, além de serem submetidos à INSPSAU, ao EAP e ao TACF.

Esses militares são selecionados seguindo critérios estipulados pelo EMAER, de acordo com a ICA 37-21 (Atividades de Ensino no COMAER para Integrantes de Forças Armadas de Nações Amigas).

Nesse programa, não há reciprocidade, não havendo cadetes brasileiros que cursam os quatro anos de formação no exterior. Este intercâmbio tem como objetivo uma melhor interação entre as respectivas Forças Armadas, a troca de experiências e engrandecimento cultural dos cadetes brasileiros.

10 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Considerando a premissa que a avaliação da aprendizagem prevista no CFOInf será empregada de forma processual, contínua e flexível, o presente capítulo tem por finalidade estabelecer, no âmbito da avaliação do corpo discente:

- a) os critérios e procedimentos para apuração do aproveitamento dos cadetes, orientando e regulando a organização e a execução das atividades de ensino e de aprendizagem;
- b) as regras, metodologias, ferramentas e instrumentos relacionados à avaliação da aprendizagem; e
- c) as condições de aprovação no referido Curso.

NOTA: O conteúdo deste capítulo deve ser objeto de instrução, no início do ano letivo, para todo corpo docente e discente da AFA.

10.1 MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

10.1.1 Serão empregadas três modalidades de avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa e somativa.

10.1.2 A avaliação diagnóstica (AD) é a modalidade de avaliação que tem por objetivo diagnosticar os níveis em que se encontram os discentes em relação às competências a serem adquiridas e à aprendizagem dos conteúdos.

10.1.3 A AD visa averiguar, nos discentes, a presença ou ausência de conhecimentos prévios, conhecimentos estes que funcionem como pré-requisitos ou comportamentos de entrada. A avaliação deve ocorrer antes de uma nova aprendizagem.

10.1.4 A AD deve gerar ações imediatas, como: indicações de leitura, estudos dirigidos, programas educacionais informatizados de estágios intensivos e de aconselhamento; acompanhamento individual, médico ou físico; identificação de discentes que necessitem de tratamento ou de orientações pedagógicas específicas.

10.1.5 A avaliação com finalidade formativa (AF) visa caracterizar como os discentes desenvolvem a aprendizagem ao longo de uma disciplina ou módulo. Outrossim, procura evidenciar o grau de domínio, pelos alunos, dos conteúdos ministrados, tendo em vista efetuar modificações para o aperfeiçoamento do processo de aprendizagem e, se necessário, para sanar as dificuldades existentes.

10.1.6 A AF não resulta em ações de certificação, com o intuito de aprovação e/ou promoção dos discentes e, por conseguinte, não deverá receber atribuição de grau que entre no cômputo da nota do discente. Deve ser contínua, e descrever como está se processando a aprendizagem, propiciando mudanças de rumos para o discente e para o docente quando o resultado esperado não for atingido.

10.1.7 A AF implica retroalimentação, na qual docente e discente dialogam sobre as observações realizadas durante o processo de ensino-aprendizagem e sobre a necessidade de propor uma diversidade de atividades que levem o discente à superação de suas dificuldades.

10.1.8 O caráter da AF é construtivo, visando a orientar o docente/discente a atingir os objetivos educacionais propostos em qualquer momento do processo de aprendizagem.

10.1.9 A AF constitui um importante instrumento de coleta de informações que poderá ser utilizada no acompanhamento do rendimento acadêmico do cadete.

10.1.10 A Avaliação Somativa (AS) expressa o rendimento do discente por intermédio de um código que pode ser numérico ou conceitual e estabelece, juntamente às ferramentas de avaliação da Domínio Afetivo, as condições para a classificação do cadete e sua promoção de ano ou conclusão de curso.

10.1.11 A AS distribuir-se-á ao longo do processo ensino-aprendizagem, distinguindo-se, segundo o momento da sua aplicação, em função da complexidade dos resultados de aprendizagem ou pela finalidade.

10.1.12 As Avaliações Somativas serão classificadas quanto aos resultados e quanto às formas de aplicação.

10.1.13 CLASSIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO SOMATIVA QUANTO AOS RESULTADOS

10.1.13.1 A AS será denominada Classificatória quando seu resultado exprimir código numérico a ser computado na obtenção de sua média final, bem como quando for considerado para efeito de aprovação e reprovação no curso.

10.1.13.2 A AS será denominada Não Classificatória quando seu resultado exprimir código numérico ou conceito a ser considerado para efeito de aprovação e reprovação no curso, sem interferir na classificação do cadete.

10.1.14 CLASSIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO SOMATIVA QUANTO ÀS FORMAS DE APLICAÇÃO

10.1.14.1 A AS será classificada como Verificação de Aprendizagem (VA) de controle quando realizada ao término da disciplina e será denominada **Prova Final**.

10.1.14.2 A AS também será classificada como verificação de aprendizagem de controle quando realizada para recuperação de nota em caso de insuficiente aproveitamento e será denominada Prova de Exame, na primeira oportunidade, e Prova de Segunda Época na segunda e derradeira oportunidade.

10.1.14.3 A AS será classificada como VA de acompanhamento quando realizada ao longo de uma disciplina específica e será denominada **Avaliação Parcial**.

10.2 INSTRUMENTOS DE MEDIDA

10.2.1 Instrumentos de medida ou ferramentas de avaliação da aprendizagem são instrumentos pedagógicos que servem para ensinar e avaliar ao mesmo tempo. Devem permitir que se constate, a partir dos resultados obtidos, o nível do discente em relação ao seu desenvolvimento.

10.2.2 As técnicas utilizadas e as atividades pedagógicas desenvolvidas em relação ao grupo de discentes para o qual o docente está atuando devem ser constantemente revisadas de modo a ratificar seus pontos positivos e retificar suas falhas, quando presentes.

10.2.3 Os parâmetros técnicos que devem nortear a elaboração e garantir a qualidade das ferramentas de avaliação são:

- a) abrangência: quando as suas questões são amostras proporcionais da totalidade do conteúdo ministrado. O docente precisa certificar-se também de que a verificação é um exemplo representativo e abrangente dos objetivos a serem medidos;
- b) confiabilidade: relaciona-se às condições de aplicação das ferramentas em situações idênticas para todos os discentes;
- c) contextualização dos itens: sempre que possível, os itens das ferramentas de avaliação da aprendizagem devem ser inseridos em um contexto da vida profissional do discente;
- d) diferenciação: diz respeito ao planejamento de forma que se evidenciem diferenças individuais, isto é, a avaliação deve ser capaz de diagnosticar pequenas diferenças de capacidade de apreensão em relação aos objetivos do curso. Para tanto, uma verificação deve ser composta por questões representativas de diferentes índices de facilidade;
- e) exequibilidade: destina-se à adequação do tempo à solução dos itens propostos. A duração de uma dada prova deve ser determinada em função do tempo necessário à resolução dos itens apresentados;
- f) objetividade: quando se elimina a tendência pessoal do indivíduo que a corrige. Ela é totalmente objetiva quando pessoas diferentes, corrigindo-a, em ocasiões diversas, chegam ao mesmo resultado;
- g) redação: relaciona-se com a clareza, precisão, correção e adequação da linguagem às características dos instruandos;
- h) relevância: avaliar itens que estão de fato vinculados aos objetivos específicos da disciplina; e
- i) validade: avaliar somente os conteúdos previstos nos documentos de currículo e trabalhados em sala de aula.

10.2.4 Os tipos de ferramentas de avaliação a serem empregados nas VA são: atividade de complementação curricular, apresentação oral, discussão/debate, ensaio, estágio, exercício, fórum, parecer técnico, produção e compreensão textual, projeto de pesquisa, prova, relatório de estágio, relatório de pesquisa, seminário, situações-problema, TCC, entre outros.

10.3 ANULAÇÕES

10.3.1 As VA serão objeto de análise e, inclusive, poderão ser anuladas parcial ou integralmente, quando se enquadrarem em, pelo menos, um dos critérios descritos a seguir:

- a) 50% (cinquenta por cento) ou mais dos graus inferiores a 5,000 (cinco) nas Avaliações Parciais e Provas Finais de uma mesma disciplina;
- b) não aprovação de 30% (trinta por cento) dos cadetes submetidos à Prova de Exame ou de Segunda Época, desde que a análise contemple o mínimo de 10 (dez) cadetes;
- c) mais de 10% (dez por cento) do curso reprovado na disciplina;
- d) 90% (noventa por cento) ou mais dos graus iguais ou superiores a 9,000 (nove) nas Avaliações Parciais, Provas Finais, Exames e Segundas Épocas de uma mesma disciplina;
- e) mais de 60% (sessenta por cento) dos cadetes que efetivamente participaram da VA incorrer em:

- concluir a Prova Final (totalmente objetiva) em tempo igual ou inferior a 43,75% (35 min) do tempo total de prova; e
 - obtiver grau igual ou superior a 8,000 (oito).
- f)** mais de 60% (sessenta por cento) dos cadetes que efetivamente participaram da VA incorrer em:
- concluir a Prova Final (mista ou de resposta livre) em tempo igual ou inferior a 37,5% (30 min) do tempo total de prova; e
 - obtiver grau igual ou superior a 8,000 (oito).
- g)** mais de 80% (oitenta por cento) dos cadetes que efetivamente participaram da VA incorrer em:
- concluir a Prova Final em tempo igual ou superior a 87,5% (70 min) do tempo total de prova; e
 - obtiver grau igual ou inferior a 7,000 (sete).
- h)** quando houver discrepância quanto aos parâmetros técnicos, estipulados nessa norma, que norteiam a elaboração e garantem a qualidade das ferramentas de avaliação.

10.3.2 Sempre que uma VA apresentar resultados que se enquadrem em, pelo menos, um desses critérios, a Seção de Verificação de Aprendizagem (SVA) comunicará o corrido à Chefia da DE, ao setor de programação de aulas, à Subdivisão de Curso responsável pela disciplina e ao setor pedagógico responsável pelo acompanhamento do desempenho e do rendimento acadêmico dos cadetes. Sendo este encarregado de conduzir, de acordo com a natureza da avaliação, a Pesquisa de Resultado de Prova (PRP) da VA em questão.

10.3.3 A SVA deverá avaliar junto ao setor de programação de aulas a viabilidade de reagendar a Prova Final e a Prova de Exame da disciplina cuja VA esteja sendo realizada PRP.

10.3.4 O prazo para conclusão da PRP e para envio à Chefia da DE é de até 7 (sete) dias úteis, a contar do dia subsequente ao da comunicação da SVA aos setores responsáveis.

10.3.5 O prazo definido no item 10.3.4, poderá ser prorrogado por igual período pelo chefe do setor responsável pela PRP nos casos que demandar maior profundidade e detalhamento das informações.

10.3.6 O objetivo da PRP é realizar um trabalho de aprimoramento dos diversos aspectos presentes no processo de ensino-aprendizagem inerente a qualquer VA que apresente discrepâncias, segundo os critérios estipulados.

10.3.7 Os resultados da análise gerada pela PRP serão analisados pelo Chefe da DE, que poderá definir, a seu critério, uma ou mais das seguintes soluções:

- a)** manutenção dos graus da VA;
- b)** medidas de aprimoramento do processo ensino-aprendizagem em seus vários componentes;
- c)** anulação de um ou mais itens da VA em análise. Neste caso, os pontos referentes à questão anulada serão redistribuídos igualmente entre as questões válidas; e
- d)** anulação da VA.

10.3.8 A divulgação do resultado da PRP ficará a cargo setor pedagógico responsável pelo acompanhamento do desempenho e do rendimento acadêmico dos cadetes que, após a decisão da Chefia da DE, comunicará ao setor de programação de aulas, à SVA, aos discentes e à Subdivisão de Curso responsável pela disciplina, sendo esta responsável por comunicar os coordenadores de área e os docentes da disciplina.

10.3.9 O Chefe da DE poderá dispensar a instauração da PRP para as disciplinas que, em razão de suas especificidades, comprovarem necessidade de seus resultados sempre se enquadrarem no disposto no item 10.3.2.

10.3.10 Para as disciplinas que se enquadrarem no item 10.3.9, a Subdivisão de Curso deverá encaminhar à SVA, para compor o Dossiê da Avaliação, documento que sustente a necessidade de seus resultados sempre se enquadrarem no disposto no item 10.3.2.

10.3.11 A disciplina que, por motivo de força maior, não tiver sido ministrada de acordo com o previsto no PPC, poderá deixar de ser avaliada, total ou parcialmente, a critério do Chefe da DE.

10.4 SEGURANÇA E SIGILO DAS VERIFICAÇÕES DE APRENDIZAGEM

10.4.1 As cópias das Provas Finais com incorreções serão destruídas.

10.4.2 Os cadernos de questões das VA totalmente objetivas serão descartados após o término do processo.

10.4.3 As Provas Finais sairão da SVA apenas para impressão, aplicação, correção, Vista de Prova, devolução ao cadete (provas preenchidas) e arquivamento (prova matriz).

10.4.4 É proibido o emprego de mensageiros no transporte da documentação relacionada às Provas Finais, sendo esta incumbência exclusiva de militar ou servidor civil pertencente ao efetivo da SVA. Exceção feita aos Fiscais de Prova devidamente escalados para aplicação das avaliações.

10.4.5 Todos os envolvidos no Processo de elaboração, planejamento e execução das Provas Finais são responsáveis pela manutenção do sigilo das informações relacionadas às VA e devem assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, cujo modelo deverá constar em NPA publicada em Boletim Interno da AFA.

10.4.6 O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo ficará arquivado em local apropriado na SVA.

10.5 ARQUIVO DAS VERIFICAÇÕES DE APRENDIZAGEM

10.5.1 Todas as Verificações de Aprendizagem serão devolvidas aos cadetes após o registro das notas e a assinatura do recebimento de prova na ata de tempo/presença.

10.5.2 É responsabilidade da SVA a devolução das Provas Finais aos cadetes, e os docentes se encarregarão da devolução das Avaliações Parciais das disciplinas sob suas responsabilidades.

10.5.3 As Fichas das Avaliações dos Domínios Psicomotor e Afetivo poderão ser devolvidas aos cadetes após o registro das notas, mediante assinatura de recebimento ou ficarão disponíveis e acessíveis aos cadetes em sistema eletrônico próprio. Neste caso, o Arquivo dessas fichas será somente eletrônico e ficará sob responsabilidade do setor que aplicou a avaliação.

10.5.4 O registro das notas será considerado realizado após finalizado o processo de dossiê da avaliação.

10.5.5 As VA que não puderem ser devolvidas ao cadete por quaisquer motivos serão arquivadas na SVA, mediante recibo, por 1 (ano), após o registro das notas. Findo o período estipulado, os documentos serão eliminados.

NOTA: As avaliações que possuam assuntos reservados ou sigilosos deverão seguir legislação específica.

10.5.6 As Provas que resultam em desligamento de cadete, devido baixo rendimento escolar, deverão permanecer arquivadas por 10 (dez) anos, a contar da data em que o militar foi desligado do curso.

10.5.7 DOSSIÊ DA AVALIAÇÃO

10.5.7.1 A toda Prova Final corresponderá um dossiê de avaliação, que é composto pela juntada dos documentos relacionados a seguir e por outros julgados necessários pela SVA:

- a) trâmite;
- b) relatório estatístico;
- c) capa de Prova;
- d) delineamento da VA (barema);
- e) exemplar da VA (em branco);
- f) exemplar de gabarito da VA;
- g) pedidos de revisão (quando couber);
- h) pesquisa de resultado de Prova (quando couber);
- i) listagens de graus com a data da sua divulgação;
- j) ata de tempo/presença;
- k) documentação oficial contendo justificativa de falta às Avaliações Parciais e/ou Prova Final (quando couber); e
- l) notificação do cadete para comparecimento à Prova de Exame, Segunda Época e/ou Segunda Chamada (quando couber).

10.5.7.2 O dossiê da avaliação deverá permanecer arquivado por 10 (dez) anos.

10.5.7.3 Considerando as Avaliações Parciais, os docentes deverão manter a posse e arquivo por 5 (cinco anos) dos documentos discriminados nas letras “d”, “e” e “f” do item 10.5.8.1.

10.5.7.4 O dossiê estará disponível a todo corpo docente para pesquisa e análise. A SVA será encarregada do arquivo e do controle (retirada e devoluções) do dossiê.

10.6 RECURSOS ILÍCITOS

10.6.1 Considera-se incompatível com o comportamento do futuro oficial a condução, o uso ou a tentativa de uso de quaisquer recursos ilícitos ou itens previamente definidos como proibidos, bem como consentir com tais práticas, durante a execução de avaliação de qualquer instrução.

10.6.2 O cadete que adentrar ao local de realização de uma avaliação com material não autorizado ou portando material autorizado contendo inscrições ou observações não permitidas poderá ser enquadrado por utilização de meios ilícitos para resolução de prova.

10.6.3 Caso o Fiscal de Prova venha observar o uso de meios ilícitos pelos cadetes deverá recolher todo material dos envolvidos, determinar que se retirem do local de aplicação da prova e relatar a ocorrência, detalhadamente (se possível com testemunhas), na Ata de Prova.

10.6.4 O cadete que utilizar-se de meios ilícitos receberá grau 0,000 (zero) na respectiva VA e será submetido aos procedimentos para exclusão de curso previstos nas Normas Reguladoras para os Cursos de Formação de Oficiais da AFA (NOREG).

10.6.5 Os procedimentos adotados no artigo anterior não isentarão o cadete das devidas sanções disciplinares e administrativas pertinentes ao caso.

10.7 REPROVAÇÃO NO CURSO

10.7.1 Em caso de reprovação no curso, o cadete será notificado por seu respectivo Esquadrão do CCAER.

10.7.2 O cadete reprovado, após devida notificação, poderá requerer ao Comandante da AFA a reconsideração de sua reprovação, caso tenha interesse.

10.7.3 O Requerimento de Reconsideração de Reprovação (RRR) deverá ser feito mediante o preenchimento de ficha constante deste PPC com as devidas razões e justificativas que fundamentam seu pedido, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da devolução da Notificação de Reprovação no comando de seu Esquadrão.

10.7.4 O processo de reprovação e exclusão do CFO será regulado por NPA publicada em Boletim Interno da AFA.

10.7.5 Caberá ao Comandante da AFA analisar o desempenho global do rendimento acadêmico do cadete para exarar solução ao RRR em favor do interesse da Administração.

10.8 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO COGNITIVO (ADC)

O Corpo Discente será avaliado continuamente durante cada disciplina. De acordo com o perfil da disciplina, serão utilizados instrumentos pedagógicos, denominados VA, mais adequados com o propósito de ensinar e avaliar de forma concomitante.

10.8.1 MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Serão empregadas as três modalidades de avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa e somativa.

10.8.2 INSTRUMENTOS DE MEDIDA

Acerca dos instrumentos de medida a serem utilizados para a avaliação do domínio cognitivo, poderão ser empregados:

- a) testes de sondagem: englobam os testes iniciais, aplicados com finalidade diagnóstica. Cabe ressaltar que o pré e o pós-teste não se enquadram nesta categoria, pois têm como objetivo avaliar a instrução, e não o discente;
- b) verificações imediatas: englobam os testes e os trabalhos escolares, aplicados com finalidade formativa; e
- c) verificações de aprendizagem: englobam as Provas Finais e as Avaliações Parciais, aplicados com finalidade somativa. Encontram-se nesta categoria as provas de 2ª chamada, de Exame e de 2ª época.

10.8.3 PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM DE ACOMPANHAMENTO: AVALIAÇÃO PARCIAL

10.8.3.1 O gerenciamento de todo processo para elaboração, planejamento e execução das Avaliações Parciais é de responsabilidade do docente, que se encarregará de garantir a aplicação, a correção, a vista de prova e, quando aplicável, a segunda chamada.

10.8.3.2 No primeiro contato com os discentes, antes de ministrar qualquer conteúdo referente à disciplina, o docente deve apresentar o Plano de Disciplina. Nesta apresentação, além da programação de ensino da disciplina, deverá ser esclarecida a estratégia de avaliação na qual serão explicitados todas as ferramentas, limites de tempo definidos para realização de cada VA, condições de realização, metodologia de execução e os prazos relacionados ao processo de aplicação das Avaliações Parciais, devendo obrigatoriamente conter as seguintes informações:

- a) **CONTEÚDO:** o docente deverá indicar qual(is) unidade(s) presentes na ementa serão avaliadas;
- b) **ESTRATÉGIA AVALIATIVA:** o docente deverá indicar qual(is) Instrumento(s) de medida ou ferramenta(s) de avaliação da aprendizagem será(ão) empregada(s) para realização da(s) Avaliação(ões) Parcial(is);
- c) **VALOR:** o docente deverá indicar qual peso de cada Avaliação Parcial, considerando que a média dos graus obtidos nas Avaliações Parciais corresponderá à 40% (quarenta por cento) da Média Final da Disciplina; e
- d) **CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E ÍNDICE DE FACILIDADE (IF):** o docente deverá indicar os tipos de itens que compõe as questões (quando couber); os recursos didáticos necessários para execução da avaliação e aqueles não permitidos; e a distribuição do Índice de facilidade nas questões que compõe a avaliação.

10.8.3.3 Os docentes poderão selecionar os tipos de ferramentas que empregarão nas Avaliações Parciais. É recomendado que os docentes utilizem ferramentas diferentes das empregadas em Provas Finais, ou seja, diversifiquem os tipos a serem aplicados nas Avaliações Parciais dentro da mesma disciplina.

10.8.3.4 O docente encarregar-se-á dos trâmites referentes à revisão (leitura), correção, reprodução e aplicação das Avaliações Parciais.

10.8.3.5 Caberá ao Coordenador de Área ou ao Chefe de Curso a orientação dos docentes diretamente subordinados durante o planejamento, a elaboração e a execução das Avaliações Parciais, especialmente no que se refere ao cumprimento do Plano de Disciplina, à qualidade das VA e à observância dos prazos. O coordenador deverá intervir caso haja alguma intercorrência durante o processo.

10.8.3.6 Após iniciada a disciplina, caso o docente julgue necessária alteração na estratégia de avaliação, registrada no plano de Disciplina, deverá:

- a) documentar a referida mudança e encaminhar, via Coordenação de Área ou Chefia de Curso, ao Setor de Documentação de Ensino e à Seção de Verificação de Aprendizagem; e
- b) tempestivamente, apresentar e esclarecer as alterações aos discentes.

10.8.3.7 Poderá constar em uma Avaliação Parcial o conteúdo ministrado no mesmo tempo de aula em que é aplicada.

10.8.3.8 A Avaliação Parcial aplicada a qualquer tempo e sem aviso prévio (“surpresa”) é permitida desde que o docente inclua este instrumento em sua estratégia de avaliação contida no Plano de Disciplina.

10.8.3.9 Os docentes, independente da carga horária da disciplina que ministra, poderão aplicar tantas Avaliações Parciais quantas julgarem convenientes, ressalvadas as quantidades mínimas definidas no item 10.8.3.12.

10.8.3.10 A atribuição de pesos de cada uma das Avaliações Parciais aplicadas é de responsabilidade do docente, sendo obrigatória sua definição e divulgação aos discentes antes do início da disciplina, conforme disposto no item 10.8.3.2.

10.8.3.11 Após realizada a vista de prova de Avaliações Parciais, o docente deverá entregar os graus das Avaliações Parciais à SVA em até 7 (sete) dias úteis a contar do dia subsequente ao término da aplicação da Avaliação Parcial, conforme cronograma previsto no Plano de Disciplina. Exceção é feita à disciplina de Língua Portuguesa, que o docente disporá de 15 (quinze) dias úteis.

NOTA: Caso a aplicação da Avaliação Parcial se aproxime da realização da Prova Final, o docente poderá não dispor dos 7 (sete) dias úteis a contar do dia subsequente ao término da Vista de Prova da Avaliação Parcial. Neste caso, a entrega de graus das Avaliações Parciais será limitada a 5 (cinco) dias úteis antes da data agendada para a realização da Prova Final.

10.8.3.12 Quanto ao planejamento e à execução das Avaliações Parciais, os docentes deverão observar que:

- a) disciplinas com carga horária inferior a 30 (trinta) tempos, não há obrigatoriedade em aplicar Avaliação Parcial;
- b) disciplinas com carga horária igual ou superior a 30 (trinta) tempos e inferior a 60 (sessenta) tempos, há obrigatoriedade em aplicar no mínimo 1 (uma) Avaliação Parcial; e
- c) disciplinas com carga horária igual ou superior a 60 (sessenta) tempos, há obrigatoriedade em aplicar no mínimo 2 (duas) Avaliações Parciais.

10.8.3.13 A composição de graus das Avaliações Parciais corresponderá a 40% (quarenta por cento) da Média Final de Disciplina (MFD).

10.8.4 PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM DE CONTROLE: PROVA FINAL

10.8.4.1 O gerenciamento do processo das Provas Finais é da SVA. A elaboração é de responsabilidade dos docentes, e as demandas relacionadas ao planejamento e à execução são de incumbência da DE.

10.8.4.2 A Subdivisão de Curso deverá realizar a revisão de conteúdo e de formatação da Prova Final antes da assinatura e envio à SVA. Nesta oportunidade, deverá também verificar os seguintes parâmetros:

- a) ABRANGÊNCIA – totalidade do conteúdo ministrado;
- b) DIFICULDADE – correspondente ao sinalizado no Barema;
- c) EXEQUIBILIDADE – adequação do tempo à solução dos itens; e
- d) VALIDADE – conteúdos previstos nos documentos de currículo e trabalhados em sala de aula.

10.8.4.3 Compete à SVA a reprodução xerográfica da Prova Final e a montagem dos malotes de aplicação. No que se refere à revisão e à correção de forma e conteúdo, a Seção não se responsabilizará por falhas que prejudiquem os parâmetros elencados em 10.8.4.2, porém comunicará, oportunamente, o docente sobre a necessidade de reformulações ou correções.

10.8.4.4 Às disciplinas que utilizam somente Avaliações Formativas não serão aplicadas Provas Finais.

10.8.4.5 O tipo de ferramenta empregada nas verificações de aprendizagem de controle para avaliação do Domínio Cognitivo serão as Provas Finais que poderão ser:

- a) escritas - são instrumentos de avaliação que exigem que o discente elabore e/ou analise textos;
- b) orais - são instrumentos que exigem que o discente verbalize ou compreenda auditivamente o assunto que está sendo avaliado; e
- c) mistas - permitem combinar os tipos de prova acima citados.

10.8.4.6 Considerando a elaboração, o planejamento e a execução de uma Prova Final, toda disciplina que, em razão de suas especificidades, necessite empregar características distintas daquelas dispostas no item 10.8.4 e nos seus subitens deverá registrar em suas ementas quais serão os novos parâmetros a serem seguidos.

10.8.4.7 Quanto à confecção, os tipos de itens que compõem as questões das Provas Finais escritas deverão atender ao que segue:

- a) OBJETIVAS – são caracterizadas por itens de respostas selecionadas pelo discente e podem ser apresentados da seguinte maneira:
 - itens de escolha binária: são itens que consistem em uma frase declarativa, que deve ser julgada correta ou incorreta. Incluem itens de CERTO ou ERRADO e de VERDADEIRO ou FALSO. Este tipo de questão poderá ser adaptado ao formato de múltipla escolha;
 - itens de correspondência: são itens que apresentam duas colunas. Cada item de uma coluna deve ser combinado com uma palavra, símbolo, frase ou número da outra coluna. Este tipo de questão poderá ser adaptado ao formato de múltipla escolha; e

– itens de múltipla escolha: são itens que incluem uma parte introdutória (suporte), que contém uma situação-problema, que pode aparecer sob a forma de uma afirmação incompleta ou de uma pergunta direta, seguida de várias alternativas que se apresentam como possíveis soluções, sendo somente uma delas a resposta correta.

b) DE RESPOSTA LIVRE – são aquelas nas quais o discente apresenta a sua resposta e podem ser apresentadas da seguinte maneira:

– resposta curta: são as questões em que se exige conteúdo de caráter objetivo, não sendo solicitado que o discente emita qualquer posição pessoal (julgamento, crítica, apreciação, opinião etc.). A questão poderá ter o formato de pergunta simples ou de preenchimento, na qual o discente deverá completar as lacunas de um enunciado como forma de resposta da questão;

– dissertação: são itens que exigem que as respostas sejam redigidas pelo discente, com as suas próprias palavras. Podem abordar um tema ou uma situação-problema. Os itens redigidos solicitam do discente a produção de respostas pessoais, que não transcrevam partes de textos. A proposição poderá solicitar dissertações, comparações, sumários, demonstrações, cálculos etc.; e

– a elaboração das Provas Finais de Resposta Livre deverá atender aos seguintes parâmetros:

- no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das questões devem ser do tipo dissertação; e
- as questões do tipo dissertação corresponderão a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da prova.

c) MISTAS – definidas assim por combinarem questões objetivas e de resposta livre. A elaboração de Provas Finais mistas deverá atender aos seguintes parâmetros:

- no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das questões deverão ser de resposta livre;
- no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das questões de resposta livre devem ser do tipo dissertação; e
- as questões do tipo dissertação corresponderão a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da prova.

10.8.4.8 As Provas Finais serão VA de resposta livre ou mistas.

10.8.4.9 Considerações sobre a elaboração e utilização de provas compostas totalmente por questões objetivas ou totalmente compostas por questões de resposta curta ou compostas pela combinação entre elas:

- a)** o Chefe da DE poderá autorizar a elaboração destes tipos de provas para as disciplinas que, em razão de suas especificidades, os docentes comprovarem sua necessidade; e
- b)** a Subdivisão de Curso deverá encaminhar à SVA, para compor o Dossiê da Avaliação, documento, aprovado pelo Chefe da DE, que sustente a necessidade da elaboração e utilização de provas totalmente objetivas para disciplina.

10.8.4.10 Nas Provas Finais, poderá ser exigido todo conteúdo ministrado em sala de aula (material didático, slides e orientações verbais) até 72 (setenta e duas) horas antes da data prevista para a aplicação da VA.

10.8.4.11 A cada disciplina corresponderá uma única Prova Final que será a penúltima atividade da disciplina, sendo sucedida somente pela Vista de Prova.

10.8.4.12 A totalidade dos conteúdos cobrados na Prova Final e nas Avaliações Parciais de uma mesma disciplina deve abranger, no mínimo, uma questão por unidade didática. Pode haver, todavia, questões que abranjam assuntos de duas ou mais unidades. Dessa forma, todo o conteúdo previsto na ementa da disciplina deverá ser contemplado nas avaliações.

10.8.4.13 Para elaboração da Prova Final de uma disciplina, caberá ao docente a decisão de utilizar novamente um mesmo conteúdo abordado nas Avaliações Parciais.

10.8.4.14 Todas as verificações de aprendizagem deverão conter, no mínimo, 50% de itens inéditos, a fim de evitar a repetição de questões que já foram propostas em anos anteriores.

10.8.4.15 A composição de graus das Provas Finais corresponderá a 60% (sessenta por cento) da MFD.

10.8.4.16 A proposta de Prova Final deverá ser entregue na SVA em até 5 (cinco) dias úteis antes da data agendada para sua realização.

10.8.4.17 A proposta de Prova Final é composta de:

- a) capa, que dever assinada, conforme modelo padronizado;
- b) delineamento (barema) impresso e assinado, devidamente preenchido, conforme modelo padronizado;
- c) caderno de questões, em que todas as páginas são rubricadas pelo professor(a)/instrutor(a) responsável por sua elaboração; e
- d) Prova Gabarito, ou seja, versão da proposta do caderno de questões com as respostas preenchidas como segue:
 - impressas em itálico, em caso de questões de resposta livre; e
 - impressas em itálico e negrito, em caso de questões objetivas.

NOTA: Os modelos deverão constar em NPA publicada em Boletim Interno da AFA.

10.8.5 APLICAÇÃO DAS PROVAS FINAIS

10.8.5.1 As condições de realização das Provas Finais deverão ser as mesmas para todos os discentes, não sendo permitidas prorrogações no tempo para a sua realização, à exceção dos Cadetes de Nações Amigas, que terão o acréscimo de tempo total previsto nas orientações iniciais da prova, quando couber.

10.8.5.2 Todas as Provas Finais deverão ser aplicadas na DE.

10.8.5.3 Para a aplicação de toda Prova Final haverá um ou mais Fiscais de Prova para garantir a transparência do processo de aplicação e atuar em caso de ocorrência que impeça o início ou a realização normal da Prova.

10.8.5.4 Os procedimentos relativos ao Serviço de Fiscal de Prova junto à DE serão regulados por NPA publicada em Boletim Interno da AFA.

10.8.5.5 Toda Prova Final deverá ser acompanhada de documento, denominado ata de tempo/presença, em que se registre o comparecimento dos alunos à VA, o tempo despendido na sua realização, bem como o relato de ocorrências, caso houver. Deve ser, obrigatoriamente, assinada pelos alunos que participaram da VA e pelo Fiscal de Prova.

- a) O cadete deve adotar os seguintes procedimentos e posturas durante a aplicação da Prova:
- b) ao entrar no recinto de realização da prova, deverá dirigir-se imediatamente ao lugar que lhe é destinado, mantendo-se sentado e em silêncio;
- c) o chefe de turma ou cadete mais antigo deverá realizar a apresentação da turma ao Fiscal de Prova. Após iniciado o briefing da Prova, não será mais permitida a entrada de cadetes ao local da VA;
- d) não portar qualquer material não necessário à realização da VA;
- e) seguir todas as orientações do Fiscal de Prova, especialmente as relacionadas à verificação do material de prova e ao seu correto preenchimento;
- f) quando julgar necessário, solicitar no primeiro quartil do tempo total destinado à realização da prova, esclarecimento ao Fiscal de Prova, a respeito de falhas de impressão ou da montagem da prova. Findo esse prazo, nenhuma pergunta mais será permitida;

NOTA: Dúvidas relacionadas ao conteúdo e interpretação das questões não serão consideradas pelo Fiscal de Prova.

- g) caso ainda esteja no local da prova, ao sinal de término do tempo de realização, deverá obedecer ao comando de “ATENÇÃO SALA” e aguardar em posição de sentido o recolhimento da sua prova pelo Fiscal de Prova; e
- h) não retornar ao local de aplicação da Prova, sob hipótese alguma, após a entrega do material de prova, assinatura da Ata de Prova e retirada do local.

10.8.6 CORREÇÃO DAS PROVAS FINAIS

10.8.6.1 Logo após a entrega do malote de prova pelo Fiscal na SVA, a Seção comunicará, via e-mail funcional, à Subdivisão de Curso correspondente que o material se encontra disponível ao docente para retirada e correção.

10.8.6.2 É responsabilidade da Subdivisão de Curso informar ao(s) docente(s) que o material de prova se encontra disponível e que o prazo para correção terá início no dia útil subsequente ao da comunicação realizada pela SVA.

10.8.6.3 A correção das Provas Finais será realizada:

- a) pela SVA: para provas com todas as questões objetivas que atendam ao disposto no item 10.8.6.4; e
- b) pelo instrutor ou professor da disciplina: para as provas objetivas que não se enquadrem na disposição anterior e para provas que possuem questões mistas ou somente de resposta livre.

10.8.6.4 A correção das provas objetivas pela SVA dar-se-á da seguinte maneira:

- a) será realizada por meio de Cartão-Resposta, devidamente preenchido;
- b) somente serão processados para correção os Cartões-Resposta cujas provas atendam aos parâmetros a seguir:
 - conter o mínimo de 20 (vinte) questões por VA;
 - utilizar-se somente de itens de múltipla escolha em que cada questão apresente 4 (quatro) alternativas para resposta; e
 - possuir todas as questões da VA com o mesmo peso.
- c) o Caderno de Questões não terá validade para a correção da VA;
- d) caberá à SVA, a eliminação dos Cadernos de Questões que contenham somente questões objetivas, ao término do processo; e
- e) ocorrerá em até um dia útil após o docente entregar na SVA o parecer do Pedido de Revisão de Prova.

10.8.6.5 A correção das provas objetivas que não são objeto de correção pela SVA e das provas mistas ou de resposta livre seguirá os seguintes parâmetros:

- a) utilizar caneta esferográfica vermelha e, com base na solução padrão ou nas soluções possíveis constantes do gabarito, assinalar as respostas com os seguintes códigos:
 - C = acerto integral ou acerto de parte da resolução de um item;
 - X = erro integral ou de parte da resolução de um item;
 - N = omissão integral ou de parte da resolução de um item; e
 - NSP (não sujeito a ponderação) = para as questões respondidas a lápis.

NOTA: Questões com resolução a lápis não serão consideradas para efeito de pedidos de revisão.

- a) atribuir, ao lado de cada passo ou parte de um item, os pontos correspondentes e, em seguida, determinar a pontuação integral alcançada em cada questão;
- b) caso a correção seja realizada por mais de um professor/instrutor, assegurar que o item seja corrigido pelo mesmo professor em todas as Verificações de Aprendizagem;
- c) preencher todos os campos existentes no Caderno de Questões que sejam da competência do docente;
- d) o uso adequado da norma-padrão da Língua Portuguesa deverá ser considerado nas correções da prova. O decréscimo de nota dos alunos poderá ser de, no máximo, 1,0 (um) ponto, considerando a escala decimal para nota final da Prova;
- e) a apuração dos valores correspondentes aos erros de linguagem e de rasura seguirá as penalizações abaixo discriminadas, as quais se aplicam, obrigatoriamente, à prova como um todo de todas as disciplinas, com exceção de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Língua Espanhola, que terão penalizações específicas:

CRITÉRIO	VALOR A SER DEDUZIDO PARA CADA ERRO
Erros de Linguagem (Ortografia, Neologismos, Informalidade, etc.)	0,1
Rasuras	0,1
Desconto Total: 1,0 ponto (máx.)	

f) caso o cadete cometa qualquer erro textual ou matemático, deve-se invalidá-lo, tachando-lhe (risco horizontal na região central do texto ou do número) ou utilizando-se da palavra “digo”. Nestes casos, o erro não será considerado rasura. Ex: O Brasil é um “paiz”, digo, país da América do Sul. O Brasil é um ~~paiz~~ país da América do Sul;

g) é proibida a utilização de qualquer tipo de corretor (líquido, fita corretiva, etc.), e a sua utilização implicará na perda dos pontos previstos no respectivo item;

h) o docente deverá retirar a prova na SVA para correção em até um dia útil após sua realização; e

i) o instrutor/professor da disciplina disporá de 5 (cinco) dias úteis após a retirada das provas para efetuar a correção e devolvê-las na SVA.

NOTA: Para a disciplina de Língua Portuguesa, o docente disporá de 15 (quinze) dias úteis após a retirada das provas para efetuar a correção e devolvê-las na SVA.

10.8.6.6 Quanto à disciplina de Língua Portuguesa, tanto para as Provas Finais quanto para as Avaliações Parciais, será atribuída nota zero à redação que:

- a) fugir ao tema e/ou gênero propostos;
- b) estiver em branco;
- c) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e/ou palavras soltas);
- d) for escrita em outra língua que não a portuguesa;
- e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
- f) apresentar o texto definitivo fora do espaço reservado para tal;
- g) apresentar 7 (sete) linhas ou menos (sem contar o título);
- h) apresentar menos de 8 (oito) linhas AUTORAIS (não copiadas da prova, dos textos de apoio, de modelos prontos de redação ou de outras fontes) contínuas e/ou for composta PREDOMINANTEMENTE por cópia de trechos da coletânea ou de quaisquer outras partes da prova e/ou por reproduções (plágio) de textos divulgados em mídias digitais (sobretudo internet) ou impressas;
- i) for idêntica ou muito semelhante a outra(s) redação(ões); e
- j) apresentar formas propositais de anulação, como impropérios, trechos jocosos ou preconceituosos, ou ainda a recusa explícita em cumprir o tema proposto.

10.8.6.7 Os procedimentos adotados no item anterior não isentarão o cadete das devidas sanções disciplinares e administrativas pertinentes ao caso.

10.8.6.8 As avaliações de Língua Inglesa e de Língua Espanhola, devido às suas metodologias específicas, podem ser realizadas de acordo com a necessidade da disciplina. A Prova Final não precisa ser, necessariamente, uma prova escrita. Caso seja uma prova escrita não precisará respeitar as regras de proporções e tipos de questões. Dependendo do nível da turma e do conteúdo a ser ministrado, durante o planejamento da disciplina o professor tem autonomia, sob supervisão da Coordenadoria de Área, de decidir pela melhor alternativa. A avaliação final pode até mesmo ser realizada considerando a produção oral dos cadetes.

10.8.6.9 Na correção das Provas Finais, deverão ser consideradas as respostas corretas dos cadetes, ainda que difiram da solução do respectivo gabarito. Estas novas soluções serão acrescentadas ao gabarito, sendo consideradas para outros cadetes que não as tenham apresentado.

10.8.7 VISTA DE PROVA

10.8.7.1 Atividade conduzida em sala de aula, pelo docente/instrutor responsável pela disciplina ou por substituto designado, em que o cadete tomará ciência do gabarito e da correção feita pelo docente/instrutor de sua VA.

10.8.7.2 Durante a Vista de Prova, quando houver erro de soma (apuração) ou engano de correção, cuja solução não implique entrar no mérito do julgamento da resposta, o pedido poderá ser atendido diretamente pelo próprio docente, sem a necessidade de preenchimento do formulário de Pedido de Revisão de Prova.

10.8.7.3 Durante a Vista de Prova, caso haja incorreção detectada que resulte em anulação da questão, o docente deverá registrar a anulação em Ata de Vista de Prova, justificando a causa da anulação do item.

NOTA: Caso o docente decida pela anulação do item revisado, os pontos referentes à questão anulada serão redistribuídos igualmente entre as questões válidas.

10.8.7.4 Caberá à Seção de Planejamento de Ensino da DE, o agendamento para a realização da Vista de Prova das Provas Finais, respeitando o prazo mínimo de 7 (sete) dias úteis após a realização da prova do tipo aberta ou mista. Para provas objetivas, a Vista de Prova poderá ocorrer no mesmo dia, após sua realização.

10.8.7.5 Considerando as Provas Finais de resposta livre ou mista, após a realização da Vista de Prova, o docente disporá de 1 (um) dia útil para entregar os graus, em formulário padronizado, e todo material de prova na SVA.

10.8.7.6 Considerando as Prova Finais objetivas, o docente deverá entregar o material de prova na SVA logo após a realização da Vista de Prova.

10.8.7.7 A condução da Vista de Prova das Avaliações Parciais é de responsabilidade do docente e seguirá os mesmos procedimentos aplicados às Provas Finais, naquilo que couber.

10.8.7.8 Todo cadete ausente à vista de Prova deverá constar como faltoso no campo relacionado à Vista de Prova na ata de tempo/presença e o docente deve informar o motivo da ausência.

10.8.7.9 O processo de divulgação de graus e comunicação de resultados não será descontinuado quando o total das ausências da Vista de Prova, por curso, não for superior a 15% (quinze por cento).

10.8.7.10 Aos cadetes ausentes por motivo justificado será concedida a realização da Vista de Prova, diretamente na SVA, até 15 (quinze) dias úteis após a realização da Vista de Prova oficial.

10.8.7.11 O prazo para realização da Vista de Prova pelos ausentes está limitada até 15 (quinze) dias úteis antes do término do ano letivo para os cadetes de todos os anos, exceção aos do 4º ano, cujo limite de 15 (quinze) dias úteis se refere à data da formatura de Conclusão de Curso.

10.8.7.12 A não realização da Vista de Prova pelo cadete não o isenta de realizar as Provas de Exame e de Segunda Época, caso esteja indicado para tal e tenha sido comunicado com a antecedência prevista nesta norma.

10.8.8 PEDIDO DE REVISÃO DE PROVA E COMUNICAÇÃO DE GRAU PROVISÓRIO DE PROVA

10.8.8.1 Caso persistam dúvidas quanto à correção ou ao gabarito, o cadete poderá encaminhar à SVA pedido de Revisão de Prova, por meio de formulário padronizado até o final do dia em que foi realizada a Vista de Prova da disciplina de interesse.

10.8.8.2 O formulário padronizado de Pedido de Revisão de Prova aplicar-se-á somente às Provas Finais. Os pedidos de revisão de Avaliações Parciais deverão ocorrer no transcurso entre a aplicação da Avaliação Parcial e a entrega dos graus à SVA. O docente é encarregado de registrar e controlar todos os pedidos e suas respectivas soluções.

10.8.8.3 A revisão será limitada, unicamente, aos itens ou questões indicados nos formulários de pedidos de revisão.

10.8.8.4 O docente deverá, ainda, julgar a argumentação do cadete apenas quanto ao mérito do conteúdo/assunto, devendo revisar, tão somente, o(s) item(ns) apontado(s) pelo cadete. Caso seja observado algum aspecto que fira a conduta disciplinar do cadete, o docente deverá comunicar o fato por meio de Ficha de Observação (FOBs).

10.8.8.5 Somente serão analisados os pedidos de revisão de correção, cujas repostas foram preenchidas a caneta no caderno de questões.

10.8.8.6 Caso o docente decida pela anulação do item revisado, os pontos referentes à questão anulada serão redistribuídos igualmente entre as questões válidas.

10.8.8.7 A análise do Pedido de Revisão de Prova pelo docente poderá resultar em aumento ou em redução da nota atribuída para a questão.

10.8.8.8 O docente é autorizado a divulgar os graus das Avaliações Parciais aos discentes, todavia os graus provisórios que cabem recurso serão aqueles divulgados oficialmente pela SVA.

10.8.8.9 O formulário de Pedido de Revisão de Prova será encaminhado ao docente/instrutor, que terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para emitir o seu parecer e entregá-lo na SVA.

10.8.8.10 A SVA disporá de até 2 (dois) dias úteis para, após análise, ratificar ou não o parecer do docente e proceder a divulgação dos graus provisórios da VA aos discentes.

10.8.8.11 A solução exarada aos pedidos de Revisão de Prova é considerada definitiva, não cabendo recurso posterior.

10.8.9 PEDIDO DE REVISÃO DE GRAU E COMUNICAÇÃO DE GRAU FINAL DE PROVA

10.8.9.1 Tanto para as Provas Finais quanto para as Avaliações Parciais, caso haja alguma dúvida quanto ao grau provisório de prova divulgado, o cadete poderá encaminhar à SVA o pedido de revisão de grau, por meio de formulário padronizado.

10.8.9.2 Para o cômputo de acerto de item de seleção de VA Objetiva, somente será considerado o cartão-resposta preenchido corretamente em sua totalidade.

10.8.9.3 O formulário de Pedido de Revisão de Grau deverá ser encaminhado à SVA até o final do dia útil subsequente ao da divulgação dos graus provisórios. Por sua vez, a SVA disporá de 1 (um) dia útil para divulgar o parecer sobre o pedido e a relação de graus finais de prova.

10.8.9.4 A solução exarada aos pedidos de Revisão de Grau é considerada definitiva, não cabendo recurso posterior.

10.8.10 SEGUNDA CHAMADA

10.8.10.1 O cadete cuja falta for justificada e/ou autorizada tem direito à 2ª Chamada.

10.8.10.2 Os motivos que justificam falta às Provas Finais e às Avaliações Parciais são:

- a) consulta médica, em caso de urgência ou devidamente autorizado;
- b) dispensa por prescrição médica;
- c) ausência por motivo de doença, comprovada por médico militar;
- d) baixa hospitalar, com impossibilidade de realizar a prova;
- e) convalescença em casa, por doença comprovada por médico militar;
- f) autorização expressa do Comandante do CCAER, registrada em documento oficial, para realização de atividades extracurriculares; e
- g) dispensa por motivo de força maior, concedida pelo Comandante do CCAER, registrada em documento oficial.

NOTA: Toda e qualquer falta à atividade escolar programada implicará seu cômputo, mesmo que se trate de motivo justificado ou de concessão por autoridade competente.

10.8.10.3 Os casos de ausências não justificadas implicarão atribuição de grau zero ou do conceito insuficiente aproveitamento ou da menção não apto, sem prejuízo das possíveis sanções disciplinares, quando cabíveis.

10.8.10.4 Todas as exigências estabelecidas para a organização, impressão, aplicação e julgamento das provas em 1ª Chamada serão igualmente aplicadas à 2ª chamada, devendo esta manter similaridade com aquela, na forma, no conteúdo avaliado e, dentro do possível, no grau de dificuldade.

10.8.10.5 A Prova de Segunda Chamada tem precedência sobre todas as outras atividades. Seu agendamento ocorrerá consoante a programação divulgada pela Seção de Planejamento de Ensino. Após a definição da data e a ciência do cadete, registrada em formulário padronizado, não serão mais aceitas alterações, mesmo após mudanças tempestivas que possam ocorrer no cronograma divulgado pela Seção de Planejamento de Ensino. Se houver conflito de horário com outro evento, o cadete deve priorizar o comparecimento à prova, sob pena de ser aplicado o item 10.8.10.3.

10.8.10.6 As Provas de Segunda Chamada não consumirão carga horária das disciplinas e poderão ocorrer em dias não previstos naqueles de trabalho acadêmico efetivo, como sábados, domingos e feriados.

10.8.10.7 Os procedimentos apresentados a seguir, que estão descritos graficamente em fluxograma constante dessa norma, serão adotados para realização de Segunda Chamada de uma Avaliação Parcial:

- a) o docente, após a constatação na ata de tempo/presença da Avaliação Parcial, comunicará a falta, por meio de e-mail, à SVA, em até um dia útil após o ocorrido;
- b) caso a SVA avalie que não há tempo hábil para aplicação da Segunda Chamada antes da aplicação da Prova Final correspondente, o cadete será impedido de realizar a Prova Final;
- c) a SVA comunicará a falta à Avaliação Parcial ao CCAER, em até um dia útil após haver sido notificada;
- d) o CCAER deverá encaminhar resposta à SVA, em até dois dias úteis, em que indica se a ausência foi justificada ou não. Deverá, ainda, indicar a data a partir da qual cessa o impedimento do cadete e que pode ser agendada a Segunda Chamada;
- e) não havendo justificativa, será aplicado o item 10.8.10.3;
- f) sendo ausência justificada, a SVA informará ao docente que deverá gerenciar a confecção e a aplicação da Prova de Segunda Chamada da Avaliação Parcial junto ao docente; e
- g) o resultado da Prova de Segunda Chamada da Avaliação Parcial deverá respeitar o prazo para entrega de graus das Avaliações Parciais, conforme calendário da disciplina.

10.8.10.8 Os procedimentos apresentados a seguir, que estão descritos graficamente em fluxograma constante dessa norma, serão adotados para realização de Segunda Chamada de uma Prova Final:

- a) a SVA, após a constatação na ata de tempo/presença, comunicará a falta à prova ao docente responsável pela disciplina e ao CCAER, em até um dia útil após o ocorrido;
- b) o CCAER deverá encaminhar resposta à SVA, em até dois dias úteis, em que indica se a ausência foi justificada ou não. Deverá, ainda, indicar a data a partir da qual cessa o impedimento do cadete e que pode ser agendada a Segunda Chamada;
- c) não havendo justificativa, será aplicado o item 10.8.10.3;
- d) sendo ausência justificada, a SVA informará o ocorrido às Chefias de Cursos e aos coordenadores de áreas para que gerenciem a confecção da Prova

de Segunda Chamada junto ao docente, que deverá entregar a prova na SVA em até 3 (três) dias úteis após a notificação; e

e) a SVA é responsável por agendar a Prova de Segunda Chamada e por notificar o cadete, por meio de formulário padronizado, com pelo menos 48 horas de antecedência da data programada para sua aplicação.

10.8.10.9 Para realizar a Prova Final, o cadete deverá ter realizado todas as Avaliações Parciais correspondentes à disciplina.

10.8.10.10 O prazo limite para realização da Segunda Chamada das Provas Finais é de 20 dias úteis antes do término do ano letivo para os cadetes de todos os anos, exceção aos do 4º ano, cujo limite de 20 dias úteis se refere à data da formatura de Conclusão de Curso.

10.8.10.11 Caso não haja tempo hábil para realização da Segunda Chamada e o limite definido no item 10.8.10.10 tenha sido excedido, será atribuído grau zero, menção de insuficiente aproveitamento ou não apto ao cadete, sendo o cadete reprovado do curso.

10.8.11 AVALIAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

10.8.11.1 As avaliações de recuperação da aprendizagem consistem em oportunidades para que o discente demonstre que, em tempo hábil, corrigiu as limitações ou dificuldades de seu processo de aprendizagem.

10.8.11.2 São da modalidade somativa, classificadas como verificação de aprendizagem de controle e de caráter não classificatório, ou seja, são consideradas para efeito de aprovação e reprovação no curso, sem interferir na classificação do cadete.

10.8.11.3 Realizadas para recuperação de nota em caso de insuficiente aproveitamento, serão denominadas Prova de Exame, na primeira oportunidade, e Prova de Segunda Época na segunda e derradeira oportunidade.

10.8.11.4 As avaliações de recuperação da aprendizagem não consumirão carga horária das disciplinas e poderão ocorrer em dias não previstos naqueles de trabalho acadêmico efetivo, como sábados domingos e feriados.

10.8.11.5 O discente será submetido a uma avaliação de recuperação da aprendizagem sempre que:

- a) não atingir o ponto de corte da disciplina necessário para aprovação direta, conforme parâmetros dispostos nesta norma; e
- b) a disciplina prever a aplicação desse instrumento (Exame e/ou Segunda Época).

10.8.11.6 O agendamento e a programação para realização das avaliações de recuperação da aprendizagem dar-se-á como segue:

a) EXAME:

- divulgação na Programação de Aulas, conforme calendário anual, respeitando o prazo mínimo de aplicação após o 6º (sexto) dia útil após a aplicação da Vista da Prova Final; e
- caso haja atualização da Programação, a alteração da data de aplicação respeitará pelo menos 48 (quarenta e oito horas) de antecedência a partir da divulgação.

b) SEGUNDA ÉPOCA:

- divulgação em quadro de avisos e por notificação pessoal, conforme formulário padronizado, com pelo menos 48 (quarenta e oito horas) de antecedência.

10.8.11.7 O cadete somente poderá entrar em gozo de férias escolares, ou de dispensa, após ter realizado todas as VA de Exame, de Segunda Época e de Segunda Chamada previstas nesta norma.

10.8.12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Todos os procedimentos para avaliação das disciplinas TCC1, TCC2 e MECI deverão seguir os mesmos parâmetros descritos no domínio cognitivo, naquilo que couber. Entretanto, em razão de suas especificidades, serão listados novos procedimentos distintos daqueles dispostos no item 10.8, que deverão ser seguidos.

10.8.12.1 Modalidade de Avaliação

10.8.12.1.1 A modalidade de avaliação de aprendizagem somativa do tipo classificatória será empregada nas avaliações das disciplinas TCC2 e MECI.

10.8.12.1.2 À disciplina TCC1 será empregada a modalidade de avaliação de aprendizagem formativa.

10.8.12.2 Instrumentos de Medida

As ferramentas utilizadas para medir, a partir dos resultados obtidos, o nível do discente em relação ao seu desenvolvimento serão:

a) MECI:

- Avaliação Parcial: deverão seguir os mesmos parâmetros descritos no domínio cognitivo, naquilo que couber; e
- Prova Final: utilizará o Projeto de Pesquisa.

b) TCC2:

- Avaliação Parcial: não há; e
- Prova Final: utilizará o Artigo Científico.

10.8.12.3 Elaboração, planejamento e execução

Os procedimentos referentes à elaboração do Projeto de Pesquisa e do Artigo Científico, no que diz respeito ao conteúdo obrigatório e à formatação, deverão constar em NPA publicada em Boletim Interno da AFA.

10.8.12.4 Aplicação das avaliações

10.8.12.4.1 Na disciplina MECI, a aplicação da Prova Final consistirá na entrega do Projeto de Pesquisa pelo discente em versão digital na plataforma Moodle na data prevista para a Prova Final, segundo programação de aula, até o horário das 23:59.

10.8.12.4.2 O controle de entrega do Projeto de Pesquisa será de responsabilidade da SPPC.

10.8.12.4.3 Para a disciplina TCC2, a aplicação da Prova Final consistirá em duas etapas:

- a) entrega do Artigo Científico pelo discente será realizada somente na versão digital utilizando a plataforma Moodle, na data e no horário previstos para Prova Final, segundo a programação de aulas; e
- b) apresentação oral e defesa do TCC, conforme modelo e diretrizes estabelecidos pela Instituição e segundo prazo definido pela SPPC.

10.8.12.4.4 O controle de entrega e de presença nas aplicações das avaliações de TCC2 serão de responsabilidade da SPPC.

10.8.12.4.5 O não cumprimento do prazo de entrega da versão final do Trabalho Escrito acarretará grau 0,000 (zero).

10.8.12.4.6 A apresentação oral e a defesa do TCC serão realizadas pelos discentes a uma banca de no mínimo 3 membros, sendo constituída pelo orientador ou co-orientador, um professor escolhido pelo orientador e um professor escolhido pela SPPC, segundo cronograma estabelecido pela SPPC.

10.8.12.5 Correção das avaliações

10.8.12.5.1 Em MECI, a correção da Prova Final será realizada pelo docente responsável pela disciplina. O docente disporá de até 20 (vinte) dias úteis para a correção dos Projetos de Pesquisa.

10.8.12.5.2 A correção será feita tendo como base o Formulário de Avaliação do Projeto de Pesquisa, conforme NPA publicada em Boletim Interno da AFA. Tal Formulário poderá, mediante aprovação da SPPC, ser alterado a fim de atender às necessidades da disciplina.

10.8.12.5.3 Na disciplina TCC2, o orientador e demais membros da banca deverão preencher o Formulário de Avaliação do Trabalho Escrito e Formulário de Avaliação da Apresentação Oral. Caberá ao orientador reunir os formulários, preencher o Formulário de Avaliação Final e entregar todos os documentos à SPPC. Todos os formulários e prazos deverão constar em NPA publicada em Boletim Interno da AFA.

10.8.12.5.4 O orientador também deverá enviar os Formulários de Avaliação do Trabalho Escrito ao orientando, para que este possa corrigir o TCC de acordo com as sugestões e correções obrigatórias apontadas pelos membros da banca.

10.8.12.5.5 Caso a primeira entrega do Artigo Científico necessite de ajustes apontados pela banca avaliadora, o cadete deverá realizar as correções apontadas para entregar a versão final.

10.8.12.5.6 O discente deverá entregar o trabalho corrigido na 2ª Entrega do TCC, via Moodle, em data estabelecida pela SPPC. Quando houver correções obrigatórias pontuadas no Formulário de Avaliação do Trabalho Escrito, a SPPC deverá verificar se as correções foram adotadas. Caso necessário, a SPPC deverá contatar novamente a banca para validar a nota do trabalho escrito.

10.8.12.5.7 O não cumprimento do prazo da 2ª entrega da versão final do Trabalho Escrito, sem justificativa, acarretará nota 0,000 (zero).

10.8.12.5.8 Os cadetes deverão realizar a 2ª entrega da versão final do Trabalho Escrito na data definida pelo cronograma elaborado pela SPPC, divulgado após definição da programação anual pela Seção de Planejamento.

10.8.12.5.9 A quantidade de dias para cada cadete realizar a correção dependerá da data de realização da sua banca, entretanto o discente disporá de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis para realizar a tarefa.

10.8.12.5.10 A SPPC entregará uma única nota final referente à disciplina TCC2, após processamento da 2ª entrega da versão final do Trabalho Escrito. Ou seja, a segunda entrega não é considerada exame, mas uma etapa da Prova Final.

10.8.12.6 Vista de Prova

10.8.12.6.1 Para disciplina de MECI, caberá à Seção de Planejamento da DE o agendamento para a realização da Vista de Prova da Prova Final, respeitando o prazo mínimo de 20 (vinte) dias úteis após a realização entrega dos Projetos de Pesquisa.

10.8.12.6.2 Após a realização da Vista de Prova, o docente disporá de 5 (cinco) dias úteis para entregar os graus, em formulário padronizado na SVA.

10.8.12.6.3 Não haverá vista de prova para a disciplina de TCC 2.

10.8.12.7 Pedido de Revisão e comunicação de graus

10.8.12.7.1 Para disciplina de MECI, o docente/instrutor disporá de até 5 (cinco) dias úteis para emitir o seu parecer acerca do Pedido de Revisão e entregá-lo na SVA.

10.8.12.7.2 Não haverá Pedido de Revisão de Prova para a disciplina de TCC2.

10.8.12.7.3 Caberá à SPPC o envio à SVA da listagem com as MFD das disciplinas de MECI e TCC2 até 15 (quinze) dias úteis antes da data da formatura de Conclusão de Curso.

10.8.12.8 Segunda Chamada

10.8.12.8.1 Para a disciplina de TCC2, caso um membro da banca esteja ausente na data e horário marcados, a SPPC reagendará a apresentação oral, mantendo sua configuração original. Não sendo possível, a SPPC reagendará a apresentação oral substituindo o referido membro da banca.

10.8.12.8.2 Caso o cadete esteja ausente na data e horário marcados, a SPPC informará a SAV, que verificará com o CCAER se o cadete possui justificativa válida para sua ausência.

10.8.12.8.3 Caso não haja justificativa, ao cadete será atribuído grau 0,000 (zero) na Apresentação Oral.

10.8.12.8.4 Em caso de falta justificada, a SPPC reagendará a banca em data mais próxima possível. Se o motivo de indisponibilidade do cadete se mantiver e não houver prazo hábil para realizar a Apresentação Oral, ao cadete será atribuído grau 0,000 (zero).

10.8.12.8.5 Para o Trabalho escrito (Artigo Científico) em suas 1ª e/ou 2ª entregas não será admita Segunda Chamada. O não cumprimento do prazo da 1ª e 2ª entrega da versão final do Trabalho Escrito acarretará nota 0,000 (zero).

10.8.12.9 Avaliação de Recuperação da Aprendizagem

10.8.12.9.1 As avaliações de recuperação de aprendizagem (exame ou segunda época) da disciplina de MECI consistirão na entrega de uma nova versão do Projeto de Pesquisa digital (no Moodle), de forma semelhante à entrega da Prova Final.

10.8.12.9.2 A Seção de Planejamento deverá agendar o Exame após, no mínimo, 10 (dez) dias úteis da Vista de Prova e a Segunda Época após, no mínimo, 10 (dez) dias úteis do exame.

10.8.12.9.3 Não haverá exame nem segunda época para a disciplina de TCC2.

10.9 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO PSICOMOTOR – CIÊNCIAS MILITARES

10.9.1 MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

10.9.2 A modalidade de avaliação de aprendizagem formativa será empregada nas seguintes disciplinas do Eixo Temático das Ciências Militares:

- a) Operações Aeromóveis; e
- b) Operações na Selva.

10.9.3 A modalidade de avaliação de aprendizagem somativa não classificatória será empregada nas seguintes disciplinas do Eixo Temático das Ciências Militares:

- a) Estágio Prático de Infantaria;
- b) Exercício de Desenvolvimento de Liderança;
- c) Operações Urbanas; e
- d) Técnicas de Polícia da Aeronáutica.

10.9.4 A modalidade de avaliação de aprendizagem somativa classificatória será empregada nas seguintes disciplinas do Eixo Temático das Ciências Militares:

- a) Estágio Básico do Combatente de Montanha;
- b) Estágio de Instrutor de Tiro;
- c) Técnicas de Infantaria 1;
- d) Técnicas de Infantaria 2; e
- e) Técnicas de Infantaria 3.

10.9.5 INSTRUMENTOS DE MEDIDA

10.9.5.1 As disciplinas que serão objetos de avaliação do domínio psicomotor do Eixo Temático das Ciências Militares são:

- a) Estágio Básico do Combatente de Montanha;
- b) Estágio de Instrutor de Tiro;
- c) Estágio Prático de Infantaria;
- d) Exercício de Desenvolvimento de Liderança;
- e) Operações Aeromóveis;
- f) Operações na Selva;
- g) Operações Urbanas;
- h) Técnicas de Infantaria 1;
- i) Técnicas de Infantaria 2;
- j) Técnicas de Infantaria 3; e

k) Técnicas de Polícia da Aeronáutica.

10.9.5.2 Estas disciplinas englobam especificidades em seus exercícios e apresentam grande variedade de avaliações procedimentais como montagem, manuseio e emprego de arma de fogo; exercícios de escalada e de marchas; e infiltração e exfiltração aérea.

10.9.5.3 Em razão da singularidade apresentada pelas disciplinas, o instrumento de medida, ou seja, a Prova Prática empregada em cada uma delas terá previsão em norma própria publicada em Boletim Interno da AFA, sob responsabilidade da SDINF, que conterà as OI dos exercícios previstos para cada disciplina.

10.9.6 ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DA AVALIAÇÃO

10.9.6.1 No primeiro contato com os discentes, antes de ministrar qualquer conteúdo referente à disciplina, a SDINF deverá apresentar o conteúdo da Ordem de Instrução (OI). Nesta apresentação, além da programação de ensino da disciplina, deverá ser esclarecida a estratégia de avaliação na qual serão explicitados todas as ferramentas, limites de tempo definidos para realização de cada exercício, condições de realização, metodologia de execução e os prazos relacionados ao processo de aplicação das Provas Práticas. Exceto para as disciplinas Estágio Básico do Combatente de Montanha, Operações Urbanas e Operações na Selva que terão seus parâmetros estipulados por documento específico da Organização Militar do Exército Brasileiro responsável pela condução da atividade.

10.9.6.2 A elaboração, o planejamento e a execução das Avaliações, pormenorizadas na OI e aplicadas durante a instrução prática, deverão observar os parâmetros dispostos nesta norma.

10.9.6.3 A SDINF é a responsável pela confecção da OI de cada Prova Prática. Neste documento, deverá ser elencado o conjunto de exercícios e de orientações que compõem determinada prática avaliada.

10.9.6.4 A OI da avaliação deverá apresentar as seguintes características:

- a) discriminar todos os exercícios que serão avaliados;
- b) definir a forma que será realizada a apuração de resultado da avaliação, sendo aceitas 3 (três) opções:
- c) graus: variando de 0,000 (zero) a 10,000 (dez);
 - menção: empregando a escala Insuficiente (I), Regular (R), Bom (B), Muito Bom (MB) e Excelente (E); e/ou
 - conceito: utilizando Apto/Inapto, Sim/Não, Fez/Não fez.
- d) estabelecer a fórmula ou equação de conversão dos graus brutos para obtenção da MFD, no caso das disciplinas somativas classificatórias; e
- e) apresentar modelo de Ficha de Avaliação.

10.9.6.5 A Ficha de Avaliação é um documento padronizado que deverá conter todos os itens que serão avaliados em determinada prática.

10.9.6.6 A Ficha de Avaliação deverá ser assinada pelo docente/instrutor que a preenche e pelo cadete, após tomar conhecimento do conteúdo.

10.9.6.7 As Fichas de Avaliação poderão ser preenchidas por meio do sistema eletrônico próprio, neste caso não serão impressas. Para efeito de assinaturas, serão considerados os cálculos de “ciência”, registrados nesse sistema.

10.9.6.8 As condições de realização das Provas Práticas deverão ser as mesmas para todos os discentes, não sendo permitidas prorrogações no tempo para a sua realização.

10.9.6.9 Durante a execução das avaliações práticas, um ou mais docentes/instrutores estarão constantemente avaliando o desempenho e interagindo com o cadete.

10.9.6.10 Ao término da Prova Prática deverá ser confeccionada uma Ficha de Avaliação com os graus ou menções atribuídas ao cadete e, quando cabível, comentários dos exercícios executados pelo cadete.

10.9.7 VISTA E PEDIDO DE REVISÃO DAS AVALIAÇÕES

10.9.7.1 A vista das avaliações práticas ocorrerá logo após a execução da atividade.

10.9.7.2 A vista poderá ocorrer por sistema eletrônico próprio, quando disponível, até 5 (cinco) dias úteis após a realização da Prova Prática.

10.9.7.3 Para as avaliações das disciplinas que compõem o domínio psicomotor do eixo temático das Ciências Militares, não é aplicável o Pedido de Revisão de Prova.

10.9.7.4 Para o Pedido de Revisão de Grau, serão aplicados os mesmos procedimentos previstos na Avaliação do Domínio Cognitivo.

10.9.8 SEGUNDA CHAMADA DAS AVALIAÇÕES

10.9.8.1 Não caberá Segunda Chamada para as avaliações do domínio psicomotor do Eixo Temático das Ciências Militares. Ao discente que não puder realizar essas disciplinas, por motivo justificado ou não, será atribuído grau 0,000 (zero), menção INSUFICIENTE ou conceito NÃO APTO.

10.9.9 AVALIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO

10.9.9.1 Não caberá recuperação para as avaliações do domínio psicomotor do Eixo Temático das Ciências Militares. Exceção será dada à disciplina de Estágio de Instrutor de Tiro, em que o cadete que não atingir o ponto de corte na VA Teórica será submetido diretamente à Segunda Época, não havendo possibilidade de avaliação de recuperação para VA Prática.

10.9.10 PROMOÇÃO EM CONDICIONALIDADE

10.9.10.1 Para as avaliações das disciplinas que compõem o domínio psicomotor do eixo temático das Ciências Militares, ao cadete que tenha seu RRR deferido aplicar-se-á:

- a) sua promoção em condicionalidade;
- b) o grau obtido pela disciplina que gerou a reprovação não será considerado para o cálculo de sua Média Final de Ano (MFA), no ano da reprovação; e
- c) o grau obtido no ano subsequente será computado apenas com a finalidade de aprovação na disciplina referente a sua promoção em condicionalidade e não será considerado para fins de classificação.

10.9.10.2 Ao cadete será oferecida a oportunidade de realizar a disciplina durante o CFOInf, devendo atingir todos os parâmetros estabelecidos no programa de instrução.

10.10 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO PSICOMOTOR – INSTRUÇÃO MILITAR E TREINAMENTO FÍSICO

10.10.1 MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

10.10.1.1 A modalidade de avaliação de aprendizagem somativa do tipo Não Classificatória será empregada nas seguintes disciplinas do domínio psicomotor sob responsabilidade do CCAER:

- a) Armamento, Munição e Tiro (AMT); e
- b) Estágio de Adaptação Militar (EAMI).

10.10.1.2 A modalidade de avaliação de aprendizagem somativa do tipo classificatória será empregada nas seguintes disciplinas do domínio psicomotor sob responsabilidade do CCAER:

- a) Atividade de Campanha (ATC);
- b) Instrução de Salto de Emergência (ISEM);
- c) Instrução de Sobrevivência na Selva (ISSE);
- d) Instrução de Sobrevivência no Mar (ISMA); e
- e) Treinamento Físico Militar (TFIM).

10.10.2 INSTRUMENTOS DE MEDIDA

10.10.2.1 As disciplinas que serão objetos de avaliação do domínio psicomotor sob responsabilidade do CCAER são:

- a) Armamento, Munição e Tiro (AMT);
- b) Atividade de Campanha (ATC);
- c) Estágio de Adaptação Militar (EAMI);
- d) Instrução de Salto de Emergência (ISEM);
- e) Instrução de Sobrevivência no Mar (ISMA);
- f) Instrução de Sobrevivência na Selva (ISSE); e
- g) Treinamento Físico Militar (TFIM), por meio do TACF.

10.10.2.2 Estas disciplinas englobam especificidades em seus exercícios e apresentam grande variedade de avaliações procedimentais como montagem, manuseio e emprego de arma de fogo; exercícios de acampamento e de marchas; e salto de paraquedas.

10.10.2.3 Em razão da singularidade apresentada pelas disciplinas citadas, o instrumento de medida, ou seja, a Prova Prática empregada em cada uma delas terá previsão em norma própria publicada em Boletim Interno da AFA, sob responsabilidade do CCAER, que conterà as OI dos exercícios previstos para cada disciplina.

10.10.3 ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS

10.10.3.1 No primeiro contato com os discentes, antes de ministrar qualquer conteúdo referente à disciplina, o CCAER deverá apresentar o conteúdo da OI. Nesta apresentação, além da programação de ensino da disciplina, deverá ser esclarecida a estratégia de avaliação na qual serão explicitados todas as ferramentas, limites de tempo definidos para realização de cada exercício, condições de realização, metodologia de execução e os prazos relacionados ao processo de aplicação das Provas Práticas.

10.10.3.2 A elaboração, o planejamento e a execução das Avaliações, pormenorizadas na OI e aplicadas durante a instrução prática militar, deverão observar os parâmetros dispostos nesta norma.

10.10.3.3 O CCAER é o responsável pela confecção da OI das disciplinas de ATC, ISEM, ISMA e ISSE. Neste documento, deverá ser elencado o conjunto de exercícios e de orientações que compõem determinada prática avaliada da instrução militar do domínio psicomotor.

NOTA: A disciplina de AMT não utilizará OI. Seu respaldo normativo será amparado por legislação específica em vigor.

10.10.3.4 A OI da avaliação da instrução militar deverá apresentar as seguintes características:

- a) discriminar todos os exercícios que serão avaliados;
- b) definir a forma que será realizada a apuração de resultado da avaliação, sendo aceito 3 (três) opções:
 - graus: variando de 0,000 (zero) a 10,000 (dez);
 - menção: empregando a escala Insuficiente (I), Regular (R), Bom (B), Muito Bom (MB) e Excelente (E); e/ou
 - conceito: utilizando Apto/Não apto, Sim/Não, Fez/Não fez.
- c) estabelecer a fórmula ou equação de conversão dos graus brutos para obtenção da MFD, no caso das disciplinas somativas do tipo classificatórias, incluindo o fator de correção do Teste de Habilidades Específicas (THE); e
- d) apresentar modelo de Ficha de Avaliação de Instrução Militar.

10.10.3.5 A Ficha de Avaliação de Instrução Militar é um documento padronizado que deverá conter todos os itens que serão avaliados em determinada prática avaliada da instrução militar do domínio psicomotor.

10.10.3.5.1 A Ficha de Avaliação de Instrução Militar deverá ser assinada pelo docente/instrutor que a preenche e pelo cadete, após tomar conhecimento do conteúdo.

10.10.3.5.2 As Fichas de Avaliação de Instrução Militar poderão ser preenchidas por meio do sistema eletrônico próprio, neste caso não serão impressas. Para efeito de assinaturas, serão considerados os cálculos de “ciência”, registrados nesse sistema.

10.10.3.6 As condições de realização das Provas Práticas deverão ser as mesmas para todos os discentes, não sendo permitidas prorrogações no tempo para a sua realização.

10.10.3.7 Durante a execução das avaliações práticas, um ou mais docentes/instrutores estarão constantemente avaliando o desempenho e interagindo com o cadete, de forma a corrigir e orientar o cadete quanto à execução correta dos exercícios.

10.10.3.8 Ao término da Prova Prática deverá ser confeccionada uma Ficha de Avaliação de Instrução Militar com os graus ou menções atribuídas ao cadete e, quando cabível, comentários dos exercícios executados pelo cadete.

10.10.3.9 Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF)

10.10.3.9.1 A Avaliação da disciplina TFIM é de responsabilidade do CCAER e será avaliada mediante a aplicação do TACF.

10.10.3.9.2 O TACF será aplicado segundo as orientações constantes na NSCA 54-3 “Teste de Avaliação do Condicionamento Físico no Comando da Aeronáutica”.

10.10.3.9.3 A apuração de resultado do TACF se fará por meio da aplicação das tabelas contidas na NSCA 54-3 “Teste de Avaliação do Condicionamento Físico no Comando da Aeronáutica”, com exceção da aplicação dos pontos de corte de cada um dos OICs (Objetivos Individuais de Condicionamento) e do ponto de corte do grau final, que respeitarão o disposto no item 10.12.3.7.10 desta norma.

10.10.3.9.4 Durante o ano letivo serão realizados 2 (dois) TACF. O primeiro, denominado TACF-1 será aplicado no 1º semestre e terá caráter formativo. No 2º semestre será aplicado o TACF-2, com caráter somativo do tipo classificatório.

10.10.4 VISTA E PEDIDO DE REVISÃO DAS AVALIAÇÕES DA INSTRUÇÃO MILITAR E TREINAMENTO FÍSICO

10.10.4.1 A Vista das avaliações práticas ocorrerá logo após a execução da atividade.

10.10.4.2 A Vista poderá ocorrer por sistema eletrônico próprio, quando disponível, até 5 (cinco) dias úteis após a realização da Prova Prática.

10.10.4.3 Para as avaliações das disciplinas que compõem o domínio psicomotor da instrução militar e do treinamento físico, não é aplicável o Pedido de Revisão de Prova. Para o Pedido de Revisão de Grau, serão aplicados os mesmos procedimentos previstos na Avaliação do Domínio Cognitivo.

10.10.5 SEGUNDA CHAMADA DAS AVALIAÇÕES DA INSTRUÇÃO MILITAR E TREINAMENTO FÍSICO

10.10.5.1 Os procedimentos de Segunda Chamada para as Avaliações das disciplinas de AMT e TFIM deverão seguir os mesmos parâmetros descritos ao domínio cognitivo, naquilo que couber.

10.10.5.2 Para a disciplina de TFIM, a Segunda Chamada do TACF-1 poderá ser aplicada até o último dia letivo útil do mês de junho.

10.10.5.3 Para aplicação do TACF-2, a Segunda Chamada poderá ser aplicada como a seguir:

- a) para os cadetes dos 1º e 2º Esquadrões: até 20 (vinte) dias úteis antes do término do ano letivo; e
- b) para os cadetes dos 3º e 4º Esquadrões: até 20 (vinte) dias úteis antes da data da formatura de Conclusão de Curso.

10.10.5.4 A Segunda Chamada, para o TACF 2, deverá ter data pré-agendada pela Seção de Educação Física e ser divulgada no Calendário Acadêmico. Será realizada em único dia para os cadetes dos quatro esquadrões.

10.10.5.5 As datas do Exame e Segunda Época do TACF 2, deverão, também, ser divulgadas no Calendário Acadêmico. Estas datas poderão ser utilizadas, para a realização da Segunda Chamada dos cadetes que não puderam realizá-la na data programada pela Seção de Educação Física, mediante justificativa.

10.10.5.6 Para as aplicações do TACF 1 e TACF 2 não haverá notificação para Segunda Chamada, devendo ser observadas as datas divulgadas no Calendário Acadêmico.

10.10.5.7 Caso o cadete não logre êxito no TACF-2 e não haja tempo hábil para realização de Avaliação de Recuperação (Exame ou Segunda Época) até a data da formatura de Conclusão do Curso, será atribuído grau zero, menção de insuficiente aproveitamento ou não apto ao cadete, sendo o cadete reprovado do curso.

10.10.5.8 Para as disciplinas ATC, EAMI, ISEM, ISMA e ISSE, não caberá Segunda Chamada. Ao discente que não puder realizar essas disciplinas, por motivo justificado ou não, será atribuído grau 0,000 (zero), menção INSUFICIENTE ou conceito NÃO APTO.

10.10.6 AVALIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DA INSTRUÇÃO MILITAR E TREINAMENTO FÍSICO

10.10.6.1 Os procedimentos de Recuperação para as Avaliações das disciplinas de AMT e TFIM deverão seguir os mesmos parâmetros descritos ao domínio cognitivo, naquilo que couber.

10.10.6.2 Para as disciplinas de AMT e TFIM são previstas as aplicações de Exame e de Segunda Época.

10.10.6.3 O intervalo mínimo entre a aplicação do TACF-2 e de seu Exame é de 30 (trinta) dias.

10.10.6.4 O intervalo mínimo entre a aplicação do Exame do TACF-2 e de sua Segunda Época é de 20 (vinte) dias.

10.10.6.5 Para as disciplinas ATC, EAMI, ISEM, ISMA e ISSE não caberá avaliação de recuperação.

10.10.7 PROMOÇÃO EM CONDICIONALIDADE

10.10.7.1 Para as disciplinas AMT, ATC, ISEM, ISMA, ISSE e TFIM, ao cadete que tenha seu RRR deferido aplicar-se-á:

- a) sua promoção em condicionalidade;
- b) o grau obtido pela disciplina que gerou a reprovação não será considerado para o cálculo de sua MFA, no ano da reprovação; e
- c) o grau obtido no ano subsequente será computado apenas com a finalidade de aprovação na disciplina referente a sua promoção em condicionalidade e não será considerado para fins de classificação.

10.10.7.2 Ao cadete será oferecida a oportunidade de realizar a disciplina durante o curso, devendo atingir todos os parâmetros estabelecidos no programa de instrução.

10.10.7.3 Para a disciplina de TFIM, o TACF-1, realizado no ano posterior, poderá ser utilizado para a suspensão dessa condição em caso de aprovação.

10.10.7.4 Caso, depois de promovido em condicionalidade, não realize nenhum dos TACF previstos no ano seguinte, o cadete será reprovado.

10.10.7.5 Para o cadete do 4º ano reprovado no TACF em razão de sua não realização por motivo de força maior, caso tenha seu RRR deferido pelo Comandante da AFA, poderá ser promovido com grau 0,000 (zero vírgula zero zero zero) na disciplina.

10.10.8 TESTE DIAGNÓSTICO DE NATAÇÃO

10.10.8.1 Todo início de ano letivo, será realizado um Teste Avaliatório de Natação na modalidade diagnóstica, sob responsabilidade da Seção de Educação Física (SEF) do CCAER, cujas condições de execução são:

a) para o Teste de Natação:

- QUANTIDADE DE TENTATIVAS: será autorizada apenas uma tentativa de realização do teste;
- INÍCIO DO TESTE: será obrigatório um salto da borda da piscina;
- EXECUÇÃO: o estilo será livre sendo permitido mudar de estilo durante a prova (exceto costas);
- POSIÇÃO DE REPOUSO: não será permitida; e
- PROIBIÇÕES: será proibido o uso de nadadeiras, palmares, boias, ou de qualquer outro equipamento que melhore seu desempenho, com exceção de óculos de natação e touca de natação; e o cadete que segurar nas raia, em outro indivíduo, nas bordas laterais da piscina, que apoiar-se nela ou que utilizar o fundo da piscina para impulsionar-se terá o teste invalidado.

b) para o Teste de Flutuação:

- QUANTIDADE DE TENTATIVAS: será autorizada apenas uma tentativa de realização do teste;
- INÍCIO DO TESTE: cadete flutuando na posição vertical;
- EXECUÇÃO: ao sinal de início do teste, o cadete deverá manter-se flutuando na posição vertical, sem deslocamento horizontal;
- POSIÇÃO DE REPOUSO: a critério do cadete, desde que se mantenha na vertical, sem afundar a cabeça na água; e
- PROIBIÇÕES: será proibido flutuar na posição horizontal; tocar nas raia, em outro indivíduo, nas bordas laterais da piscina, no fundo da piscina; e realizar qualquer deslocamento (nadar) dentro da piscina.

10.10.8.2 O Teste possui o objetivo de desenvolver nos cadetes uma capacidade natatória suficiente para o cumprimento das disciplinas do Domínio Psicomotor que exigem transposição de cursos d'água e para superação do desempenho mínimo estabelecido em cada THE.

10.10.8.3 Para o Teste Avaliatório de Natação serão considerados como satisfatórios os seguintes parâmetros, sem o caráter de reprovação:

- a) 1º Esquadrão - mínimo de 5 minutos de sustentação em meio líquido e nadar o mínimo de 100 metros na piscina;
- b) 2º Esquadrão - mínimo de 5 minutos de sustentação em meio líquido e nadar 200 metros;
- c) 3º Esquadrão - mínimo 10 minutos de sustentação em meio líquido e nadar 300 metros; e
- d) 4º Esquadrão - mínimo 15 minutos de sustentação em meio líquido e nadar 400 metros.

10.10.8.4 Caso o cadete não possa realizar o teste, por motivo justificável, terá a oportunidade de realizar a 2ª chamada nos mesmos moldes do TACF.

10.10.8.5 O cadete que não obtiver aproveitamento satisfatório no Teste Diagnóstico de Natação cumprirá o Programa de Natação conduzido pela SEF. Este Programa, de caráter formativo, objetiva desenvolver habilidades específicas nos cadetes para consecução satisfatória do Teste Avaliatório de Natação e ocorrerá em horários alternativos, controlados pela SEF.

10.10.8.6 A disciplina de natação, de caráter formativo e realizada em tempos de aula diferentes daqueles destinados à Instrução de TFIM, será oferecida aos cadetes de todos os Esquadrões ao menos em uma oportunidade ao longo do curso de formação, sendo desejável ocorrer todos os anos.

10.10.9 TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS (THE)

10.10.9.1 Em função das particularidades inerentes à profissão militar, as escolas de formação devem empregar abordagens pedagógicas que promovam o desenvolvimento nos campos cognitivo, psicomotor, afetivo e físico, sempre mantendo o foco nas habilidades que podem ser exigidas em contextos de engajamento real. Agindo desta forma, os níveis de prontidão para o combate serão elevados, ou seja, as tropas estarão cada vez mais prontas para desempenharem suas atividades-fim.

10.10.9.2 Com relação ao campo físico, especificamente, faz-se necessário entender quais tarefas precisam ser desempenhadas pelos militares, de forma que os programas de treinamento e avaliação sejam corretamente dimensionados. Sabe-se que, em uma missão real, podem surgir diversos agentes estressores tais como sobrecarga psíquica, restrição de sono, déficit energético, exaustão física, entre outros, que não podem ser evitados, mas cujo impacto negativo pode ser minimizado por meio de uma preparação adequada. Isso posto, o aprimoramento das capacidades físicas do militar pode atuar de forma significativa para elevar os níveis de prontidão para o combate, podendo, inclusive, desenvolver atributos psicológicos como: manutenção do estado de humor, das capacidades cognitivas e dos limiares de dor (NINDL et al., 2018).

10.10.9.3 Nesse contexto, com o intuito de desenvolver a capacidade combativa dos futuros oficiais da FAB, a SIM do CCAER ministra as disciplinas elencadas no item 10.10.2.1 ao longo dos quatro anos de formação, com destaques para:

- a) Atividade de Campanha (ATC);
- b) Instrução de Salto de Emergência (ISEM);
- c) Instrução de Sobrevivência no Mar (ISMA); e
- d) Instrução de Sobrevivência na Selva (ISSE).

10.10.9.4 Em função de suas especificidades, as disciplinas supracitadas exigem uma condição mínima de atributos físicos e cognitivos para que sejam concluídas com aproveitamento, o que pode ser mensurado por meio de testes de habilidades focados nas tarefas julgadas essenciais, que passam a ser denominados a partir de agora como THE.

10.10.9.5 Aplicação do THE

10.10.9.5.1 A SIM do CCAER é o setor responsável pela aplicação dos THE, com o apoio de profissionais da área de educação física. A SIM deve, ainda, elaborar controles estatísticos anuais para futuras análises.

10.10.9.5.2 Antes da realização das disciplinas elencadas em 10.10.9.3, será aplicado ao cadete um THE, conforme anexo constante desta norma.

10.10.9.5.3 Precipuamente o THE possui o intuito de elevar a condição física e mental dos alunos, preparando-os para os desafios representados pela realização dos exercícios práticos em campo. Desta forma, a reprovação do cadete no THE não deve servir de impeditivo para que o militar realize a instrução, entretanto, caberá ao CCAER averiguar os motivos que provocaram esta situação.

10.10.9.5.4 Para cada disciplina elencada em 10.10.9.3 será realizado um THE específico. Caso o cadete não possa realizar o teste, por motivo justificável, terá a oportunidade de realizar a 2ª chamada nos mesmos moldes do TACF.

10.10.9.5.5 As Vistas de Prova, os Pedidos de Revisão de Prova e de Grau, e as Avaliações de Recuperação dos THEs seguirão os mesmos parâmetros de suas respectivas disciplinas.

10.11 AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO AFETIVO

10.11.1 A Avaliação do Domínio Afetivo (ADA) é orientada pela observação sistemática do comportamento e das opiniões do discente que são evidenciados na prática cotidiana.

10.11.2 Servindo-se de instrumentos padronizados, os instrutores da AFA oferecem informações que subsidiam a avaliação da área atitudinal em quaisquer das atividades realizadas pelos cadetes.

10.11.3 A síntese desses dados resulta em uma avaliação integrada do cadete por levar em consideração informação dos diversos setores por ele frequentados (CCAER, DE e Divisão de Operações Aéreas (DOA)) e das diferentes situações que o discente é submetido ao longo do curso.

10.11.4 A ADA objetiva informar como se encontra o desenvolvimento das atitudes do cadete em determinado momento, e orientá-lo com melhores estratégias a serem utilizadas para alcançar os objetivos estabelecidos no curso.

10.11.5 MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

A ADA será realizada na modalidade somativa do tipo classificatória.

10.11.6 INSTRUMENTOS DE MEDIDA

10.11.6.1 Em razão da singularidade apresentada pela ADA, o instrumento de medida empregado terá previsão em norma própria publicada em Boletim Interno da AFA, sob responsabilidade do CCAER, que discriminará todas as atitudes que serão objetos de avaliação e, ainda, conterá as Fichas ADA assim distribuídas:

- a) Ficha ADA CCAER: cujos aspectos serão avaliados por instrutores do CCAER durante o cumprimento da rotina acadêmica do cadete. Nesta ficha também são considerados aspectos do conceito horizontal atribuído pela turma a qual o cadete pertence e do conceito que a Cadeia de Liderança atribui ao avaliado;
- b) Ficha ADA DE: cujos aspectos serão avaliados por instrutores e docentes que tiveram contato com cadetes em sala de aula ou disciplinas do Domínio Psicomotor dos Eixos de Logística ou de Ciências Militares; e
- c) Ficha ADA Integrada: cuja função é sintetizar as informações coletadas das demais fichas e dos demais instrumentos disponíveis (Conceito Horizontal, FOBs, punições, referências elogiosas etc.) para atribuir o grau Conceito Final.

10.11.7 ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DA AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO AFETIVO

10.11.7.1 O conteúdo da Avaliação ADA deve ser objeto de instrução, no início do ano letivo, para todo corpo docente e discente da AFA. Nesta apresentação, o CCAER deverá esclarecer a estratégia de avaliação na qual serão explicitadas todas as ferramentas, condições de realização, métodos de execução e os prazos relacionados ao processo de aplicação.

10.11.7.2 A elaboração, o planejamento e a execução das avaliações deverão observar os parâmetros dispostos nesta norma e serão pormenorizadas na NPA própria, sob responsabilidade do CCAER.

10.11.7.3 A NPA da Avaliação ADA deverá apresentar as seguintes características:

- a) discriminar todas as atitudes que serão avaliadas;
- b) apresentar os modelos de Fichas ADA que:
 - deverão conter todas as atitudes que serão avaliados em determinada área;
 - deverão conter escala de frequência para cada atitude avaliada, conforme legenda a seguir:

CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA	OBSERVAÇÃO CORRESPONDENTE	VALOR CORRESPONDENTE
Não Evidenciado	O cadete não evidenciou a atitude	0
Pouco Evidenciado	O cadete demonstrou dificuldade em evidenciar a atitude	1-4
Evidenciado	O cadete demonstrou a atitude de maneira satisfatória	5-7
Muito evidenciado	O cadete evidenciou, de maneira marcante, a atitude avaliada e alcançou resultados em alto nível	8-10
Não Observado	Não foi possível observar	-

- deverão conter somente a escala discriminada na coluna “Classificação Atribuída”. Os itens discriminados na coluna “Valor correspondente” serão utilizados somente na confecção da Ficha ADA Integrada;
- deverão apresentar campo para ser assinada pelo docente/instrutor que a preenche e pelo cadete, após tomar conhecimento do conteúdo; e
- poderão ser preenchidas por meio do sistema eletrônico próprio, neste caso não serão impressas. Para efeito de assinaturas serão considerados os cálculos de “ciência” registrados nesse sistema.

- c) apresentar a sistemática de aplicação do conceito horizontal;
- d) apresentar a sistemática de aplicação do conceito vertical atribuído pela Cadeia de Liderança;
- e) definir os momentos e as quantidades de aplicação de cada Ficha, devendo atender os seguintes parâmetros:
 - Ficha ADA CCAER (vertical, horizontal e liderança): obrigatoriamente aplicar uma avaliação próximo ao término do ano letivo, sendo desejável uma aplicação anterior;
 - Ficha ADA DE: programar para que cada cadete seja avaliado por, no mínimo, 3 (três) avaliadores ao longo do ano letivo. Devendo a avaliação ocorrer até 15 (quinze) dias corridos após o término da disciplina; e
- f) estabelecer a fórmula ou equação de conversão dos graus brutos para obtenção da MFD com a apresentação de graus variando de 0,000 (zero vírgula zero zero zero) a 10,000 (dez vírgula zero zero zero);
- g) definir a sistemática de designação dos avaliadores; e
- h) capacitar os avaliadores, observando-se o seguinte:
 - realizar familiarização com a documentação normativa pertinente;
 - ressaltar os possíveis problemas que podem ocorrer, tais como: características pessoais do avaliador, grande número de discentes, poucas oportunidades de observação, dentre outros;
 - divulgar as principais interferências subjetivas que influenciam no julgamento das pessoas; e
 - conscientizar das falhas relacionadas com as características do próprio avaliador, como os aspectos de sua personalidade, capacidade de observação, capacidade de percepção, memória e de seu envolvimento com a missão.

10.11.8 VISTA E PEDIDO DE REVISÃO DAS AVALIAÇÕES DO DOMÍNIO AFETIVO

10.11.8.1 Tendo em vista a classificação deste tipo de documento (informação pessoal), suas fichas não são ostensivas e a devolutiva do desempenho do cadete será informada diretamente ao interessado, somente.

10.11.8.2 Para a ADA não é aplicável o Pedido de Revisão de Prova. Para o Pedido de Revisão de Grau, serão aplicados os mesmos procedimentos previstos na Avaliação do Domínio Cognitivo.

10.11.8.3 O cadete que obtiver Conceito Final abaixo de 6,000 (seis vírgula zero zero zero) será orientado, pessoalmente, pelo Comandante do Esquadrão.

10.11.9 SEGUNDA CHAMADA E AVALIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DO DOMÍNIO AFETIVO

Para a ADA não caberá aplicação de Segunda Chamada nem avaliação de recuperação.

10.11.10 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DO DOMÍNIO AFETIVO

O CCAER se encarregará de preencher a Ficha ADA integrada. Esta ficha é responsável por totalizar o desempenho do cadete e obter como resultado o desempenho ADA do cadete traduzido em graus variando de 0,000 (zero vírgula zero zero zero) a 10,000 (dez vírgula zero zero zero), que será considerado como o Conceito Final da disciplina.

10.12 LEVANTAMENTO DE RESULTADOS

10.12.1 O levantamento de resultados define as condições gerais de aprovação do cadete no curso de formação. A aprovação ou reprovação do cadete tem por respaldo o resultado obtido nas disciplinas curriculares e nas atividades avaliadas, imprescindíveis à aprovação final de curso.

10.12.2 As disciplinas curriculares e as atividades avaliadas consideradas imprescindíveis à habilitação escolar são todas aquelas que se utilizam de avaliações de controle enquadradas na modalidade somativa, sejam elas não classificatórias ou classificatórias.

10.12.3 PONTO DE CORTE

10.12.3.1 O ponto de corte é o rendimento mínimo que o discente necessita obter para que seja aprovado. O aproveitamento do cadete pode ser medido em termos de grau, conceito ou frequência.

10.12.3.2 Para efeito de classificação será considerada apenas a MFD. Os resultados obtidos pelas avaliações de recuperação, como o Exame e a Segunda Época, serão utilizados em termos de aprovação ou reprovação do cadete (caráter não classificatório).

10.12.3.3 O cadete que não atingir o ponto de corte da MFD será submetido a Exame.

10.12.3.4 O cadete que não atingir o ponto de corte da Prova de Exame será submetido a Segunda Época.

10.12.3.5 O cadete será aprovado quando:

- a)** obtiver grau igual ou superior a 7 (sete) na MFD;
- b)** obtiver grau igual ou superior a 7 (sete) na Prova de Exame – quando aplicável;
- c)** obtiver grau igual ou superior a 7 (sete) na Prova de Segunda Época – quando aplicável;
- d)** for considerado APTO nas avaliações práticas do domínio psicomotor (Instrução militar e Treinamento Físico) por meio de conceito ou menção;
- e)** for considerado apto nas avaliações práticas do domínio psicomotor (Eixo Temático das Ciências Militares) por meio de conceito ou menção;
- f)** obtiver grau igual ou superior a 5 (cinco) no Conceito Final da ADA;
- g)** obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas no ano; e
- h)** for considerado recuperado seu rendimento escolar na disciplina e demais atividades escolares consideradas imprescindíveis à habilitação escolar – quando aplicável.

10.12.3.6 O cadete será reprovado quando incorrer em uma ou mais das condições a seguir:

- a)** obtiver grau inferior a 7 (sete) na Prova de Segunda Época;

- b)** exceder a submissão de 2 (duas) Provas de Segunda Época em disciplinas distintas, no mesmo ano letivo;
- c)** exceder a submissão de 6 (seis) Provas de Segunda Época em disciplinas distintas, durante o curso de formação;
- d)** for considerado NÃO APTO nas avaliações práticas do domínio psicomotor (Instrução militar e Treinamento Físico) por meio de conceito ou menção;
- e)** for considerado NÃO APTO nas avaliações práticas do domínio psicomotor (Eixo Temático das Ciências Militares) por meio de conceito ou menção;
- f)** obtiver grau inferior a 5 (cinco) no Conceito Final da ADA;
- g)** exceder o cômputo de faltas à atividade escolar programada, mesmo que se tratar de motivo justificado ou de concessão por autoridade competente, em mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total de horas letivas no ano; e
- h)** não for considerado recuperado seu rendimento escolar na disciplina e demais atividades escolares consideradas imprescindíveis à habilitação escolar.

10.12.3.7 Pontos de Corte da Avaliação do Domínio Psicomotor – Instrução Militar e Treinamento Físico

10.12.3.7.1 O cadete que, durante o desenvolvimento de qualquer avaliação prática, atentar contra as normas de segurança previstas para sua realização, demonstrar insuficiência técnica ou conduta incompatível à condição de futuro Oficial da Aeronáutica, será impedido de continuar na atividade e ao discente será atribuído grau 0,000 (zero), menção INSUFICIENTE ou conceito NÃO APTO.

10.12.3.7.2 Ao cadete que, tendo iniciado uma avaliação prática, deixar de completá-la sem ter atingido o rendimento mínimo estipulado nesta norma, será atribuído grau 0,000 (zero), menção INSUFICIENTE ou conceito NÃO APTO.

10.12.3.7.3 Em razão das singularidades apresentadas pelas disciplinas do Domínio Psicomotor – Instrução Militar e Treinamento Físico –, são estipulados parâmetros específicos de rendimento mínimo que o discente necessita obter para que seja considerado apto em uma disciplina. Será atribuído grau 0,000 (zero) ou menção INSUFICIENTE ou conceito NÃO APTO ao final da avaliação prática, caso um ou mais dos parâmetros descritos a seguir não forem cumpridos.

10.12.3.7.4 Armamento, Munição e Tiro (AMT):

- a)** para o Tiro Militar Básico (TMB), a quantidade mínima de acertos para aprovação deverá ser igual ou superior a 60% (sessenta por cento), em cada uma das avaliações práticas; e
- b)** para o Tiro Militar Avançado (TMA), a quantidade mínima de acertos para aprovação deverá ser igual ou superior a 60% (sessenta por cento) do Fator que expressa o desempenho ideal para a pista, conforme previsto em legislação específica.

10.12.3.7.5 Atividade de Campanha (ATC):

- a)** participar das duas Fases da disciplina (Teórica e Prática);
- b)** atingir, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos objetivos propostos para a disciplina, com base nas Fichas de Avaliação de Instrução Militar;

- c) atingir, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos objetivos propostos em 3/4 (três quartos) das oficinas que compõem a disciplina, independente do grau final obtido na disciplina;
- d) ter, no mínimo, 75% de frequência da carga horária teórica alocada para a ATC; e
- e) ter, no mínimo, 85% de frequência da carga horária alocada para a Fase Prática da disciplina.

10.12.3.7.6 Estágio da Adaptação Militar (EAMI):

- a) ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária alocada para Ordem Unida Desarmada, participando efetivamente das instruções e atingindo os objetivos específicos referentes a esta atividade;
- b) ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária alocada para Treinamento Cardiopulmonar, Treinamento Neuromuscular, Treinamento Utilitário e Treinamento Complementar, participando efetivamente das sessões práticas de treinamento e atingindo os objetivos específicos, referentes a esta atividade; e
- c) ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária teórica alocada para as disciplinas teóricas, atingindo os objetivos específicos, referentes a esta atividade.

10.12.3.7.7 Instrução e Salto de Emergência (ISEM):

- a) atingir o conceito “APTO”, com, no mínimo, menção “S” na disciplina “Procedimentos a Bordo e de Saída da Aeronave”;
- b) atingir o conceito “APTO”, com, no mínimo, menção “S” na disciplina “Técnicas de Aterragem no Balanço”;
- c) atingir, no mínimo, conceito “APTO”, com menção “B” em, pelo menos, um tipo de aterragem, ou seja, uma frente direita ou esquerda, uma lateral direita ou esquerda e uma costa direita ou esquerda. Nas demais aterragens o cadete deverá, no mínimo, obter a menção “S”;
- d) atingir o conceito “APTO”, com, no mínimo, menção “B” na disciplina “Procedimentos de Emergência”;
- e) não atingir a menção “I” em um dos procedimentos da disciplina;
- f) ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária alocada para a Fase Técnica; e
- g) participar da Fase Prática da disciplina, ou seja, realizar o salto de emergência.

10.12.3.7.8 Instrução de Sobrevivência no Mar (ISMA):

- a) participar de todas as Fases da disciplina;
- b) ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária alocada para as Fases Teórica e Prática Orientada da disciplina; e
- c) permanecer na Fase Prática da disciplina por, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária prevista.

10.12.3.7.9 Instrução de Sobrevivência na Selva (ISSE):

- a) participar de todas as Fases da disciplina;
- b) ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária alocada para as Fases Teórica e Prática Orientada da disciplina;
- c) atingir 70% (setenta por cento) dos objetivos propostos para a disciplina, com base nas Fichas de Avaliação de Instrução Militar; e
- d) permanecer na Fase Prática da disciplina por, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária prevista.

10.12.3.7.10 Treinamento Físico Militar (TFIM):

- a) não haverá aplicação da Zona de Tolerância no TACF dos cadetes;
- b) obtiver escore igual ou superior a 15,000 (quinze) pontos avaliação da composição corporal (OIC 01 e 05);
- c) obtiver escore igual ou superior a 5,000 (cinco) pontos na avaliação da resistência muscular dos membros superiores (OIC 02 e 06);
- d) obtiver escore igual ou superior a 5,000 (cinco) pontos na avaliação da resistência muscular da região abdominal (OIC 03 e 07);
- e) obtiver escore igual ou superior a 25,000 (vinte e cinco) pontos avaliação da capacidade aeróbica máxima (OIC 04 e 08); e
- f) obtiver grau final do TACF igual ou superior a:
 - 1º Esquadrão: 50,000 (cinquenta) pontos;
 - 2º Esquadrão: 55,000 (cinquenta e cinco) pontos;
 - 3º Esquadrão: 60,000 (sessenta) pontos; e
 - 4º Esquadrão: 65,000 (sessenta e cinco) pontos.
- g) o Exame e a Segunda Época seguirão os mesmos pontos de corte do TACF.

10.12.3.8 Pontos de Corte da Avaliação do Domínio Psicomotor – disciplinas do Eixo Temático das Ciências Militares

10.12.3.8.1 O cadete que, durante o desenvolvimento de qualquer avaliação prática, atentar contra as normas de segurança previstas para sua realização, demonstrar insuficiência técnica ou conduta incompatível à condição de futuro Oficial da Aeronáutica, será impedido de continuar na atividade e ao discente será atribuído grau 0,000 (zero), menção INSUFICIENTE ou conceito NÃO APTO.

10.12.3.8.2 Ao cadete que, tendo iniciado uma avaliação prática, deixar de completá-la atingindo ou não o rendimento mínimo estipulado nesta norma, sendo por motivo particular ou solicitação de desligamento, será atribuído grau 0,000 (zero), menção INSUFICIENTE ou conceito NÃO APTO.

10.12.3.8.3 Em razão das singularidades apresentadas pelas disciplinas do Domínio Psicomotor do Eixo Temático das Ciências Militares, são estipulados parâmetros específicos de rendimento mínimo que o discente necessita obter para que seja considerado apto. Será atribuído grau 0,000 (zero), menção INSUFICIENTE ou conceito NÃO APTO ao final da avaliação prática, caso um ou mais dos parâmetros descritos a seguir não forem cumpridos.

10.12.3.8.4 As disciplinas Estágio Básico do Combatente de Montanha, Operações Urbanas e Operações na Selva são conduzidas, prioritariamente, pelo Exército Brasileiro e será adotado como ponto de corte o grau necessário para a conclusão com aproveitamento dos Estágios, considerando o que segue:

- a) o grau final obtido no Estágio e informado pelo Exército Brasileiro será considerado como a Média Final da Disciplina;
- b) caso não seja fornecido grau, ao cadete que concluir com aproveitamento será atribuído o grau 10,000 (dez), já ao cadete que não concluir com aproveitamento será atribuído o grau 0,000 (zero); e
- c) caso as disciplinas citadas não sejam realizadas pelo Exército Brasileiro, a elaboração, o planejamento e a execução das Avaliações serão pormenorizadas em OI, sob responsabilidade da SDINF.

10.12.3.8.5 A disciplina Estágio de Instrutor de Tiro é avaliada por meio de uma VA Teórica e uma VA Prática, com ponto de corte de 70% (setenta por cento) em cada uma. O cadete que não atingir o ponto de corte na VA Teórica será submetido diretamente à Segunda Época, de modo que servirá de recuperação apenas para a nota da VA Teórica, não havendo possibilidade de avaliação de recuperação para VA Prática.

10.12.3.8.6 As disciplinas Técnicas de Infantaria 1, 2 e 3, Estágio Prático de Infantaria, Exercício de Desenvolvimento de Liderança, Técnicas de Polícia da Aeronáutica e Operações Aeromóveis contarão apenas com VA Prática com ponto de corte de 70% (setenta por cento), sem possibilidade de avaliação de recuperação.

10.12.3.9 Considerando o rendimento mínimo que o discente deve apresentar para que seja aprovado, toda disciplina que, em razão de suas especificidades, necessite empregar características distintas daquelas dispostas no item 10.12.3 e nos seus subitens deverá registrar em seus Planos de Disciplina quais serão os novos parâmetros a serem seguidos.

10.13 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A interpretação de resultados descreve o procedimento que deve ser adotado para efetuar o cômputo do aproveitamento dos cadetes em termos de graus ou de conceitos, bem como especifica a atribuição de pesos diferenciados para diferentes Verificações de Aprendizagem previstas no Curso. Por fim, detalha os cálculos das médias de disciplina, de recuperação, do ano e de curso.

10.13.1 MÉDIA PARCIAL DE DISCIPLINA (MPD)

A Média Parcial de Disciplina (MPD) será expressa pela média aritmética ou ponderada, conforme definido no plano de disciplina, de todos os graus obtidos nas Avaliações Parciais (GP) do ano letivo da respectiva disciplina:

$$MPD = \frac{p_1 \times GP_1 + p_2 \times GP_2 + \dots + p_n \times GP_n}{p_1 + p_2 + \dots + p_n}$$

10.13.2 MÉDIA FINAL DE DISCIPLINA (MFD)

10.13.2.1 A MFD será expressa pela média ponderada entre a MPD e o grau da Prova Final (GF), em que o GF corresponderá a 60% (sessenta por cento) da MFD, conforme a seguir:

$$MFD = \frac{MPD \times 4 + GF \times 6}{10}$$

10.13.2.2 A MFD de TCC2 será expressa pela média ponderada entre o grau obtido na Apresentação Oral (GAO) e o grau do Artigo Científico (GAC), em que o GAC corresponderá a 80% (oitenta por cento) da MFD, conforme a seguir:

$$MFD_{tcc} = \frac{GAO \times 2 + GAC \times 8}{10}$$

10.13.2.3 A MFD da disciplina Estágio de Instrutor de Tiro será expressa pela média ponderada entre o grau obtido na Prova Escrita (PE) da disciplina (grau da VA Teórica) e grau obtido na Prova Prática (PP) da disciplina (grau da VA Prática - valor obtido conforme ficha elaborada pela SDINF), conforme equação a seguir:

$$MFD_{tcc} = \frac{PE \times 4 + PP \times 6}{10}$$

10.13.3 MÉDIA FINAL DE ANO (MFA)

10.13.3.1 Ao término de cada ano letivo os cadetes serão classificados com base na MFA.

10.13.3.2 Para efeito de classificação, não serão considerados os graus obtidos dos Exames e das Segundas Época.

10.13.3.3 Persistindo a igualdade nos resultados finais, deverá ser adotado o prescrito no § 2º do Art.17, da Lei nº 6880 de 09 DEZ 80 – Estatuto dos Militares, devendo a classificação final obedecer à seguinte precedência:

- a) ao mais antigo na graduação. Para os fins desta alínea, o cadete rematriculado é mais antigo que os cadetes recém-promovidos na mesma graduação, até que se estabeleça nova classificação ao final do ano correspondente;
- b) ao mais antigo no posto ou graduação anterior;
- c) ao mais antigo baseado na data de praça; e
- d) ao de mais idade.

10.13.3.4 A MFA se utilizará da média ponderada das MFD de todas as disciplinas somativas do tipo classificatórias, Média Final Somativa Classificatória (MFS) previstas no currículo, em que o peso atribuído a cada disciplina guarda relação direta com a carga horária a ela conferida, conforme tabela a seguir:

Faixas de cargas horárias das disciplinas (Tempos de aula)	Peso
$2 \leq X < 30$	1
$30 \leq X < 60$	2
$60 \leq X < 90$	3
$X \geq 90$	4

10.13.3.5 Para efeito de cálculo da MFS, à disciplina de TFIM será atribuído o peso 3 (três), independentemente da carga horária utilizada pela disciplina.

10.13.3.6 A MFS será expressa pela equação a seguir, em que “p” refere-se ao peso da disciplina segundo sua faixa de carga horária:

$$MFS = \frac{\sum MFD \times p}{\sum p}$$

10.13.3.7 A Média Final de Ano será expressa pela média ponderada entre a MFS e o grau do Conceito Final (CF), em que a MFS corresponderá a 90% (noventa por cento) da MFA, conforme a seguir:

$$MFA = \frac{MFS \times 9 + CF \times 1}{10}$$

10.13.3.8 As MFA obtidas em cada ano (MFA1, MFA2, MFA3 e MFA4) serão utilizadas para calcular a classificação dos cadetes ao longo do curso.

10.13.4 MÉDIA FINAL DE CURSO (MFC)

10.13.4.1 No início do 1º ano, o posicionamento hierárquico será definido segundo a numeração atribuída durante a matrícula.

10.13.4.2 Para o início dos demais anos, a posição hierárquica será definida pela classificação que o cadete obtiver no cálculo da Média Final de Curso (MFC), ao final do primeiro ano, e no cálculo da média aritmética entre as MFA de ano cursado, ao término dos demais anos, conforme a seguir:

$$MFC\ 1(1^{\circ}\ Ano) = MFA$$

$$MFC\ 2(2^{\circ}\ Ano) = \frac{MFA\ 1 + MFA\ 2}{2}$$

$$MFC\ 3(3^{\circ}\ Ano) = \frac{MFA\ 1 + MFA\ 2 + MFA\ 3}{3}$$

$$MFC\ 4(4^{\circ}\ Ano) = \frac{MFA\ 1 + MFA\ 2 + MFA\ 3 + MFA\ 4}{4}$$

10.13.4.3 Ao término do quarto ano, os cadetes serão classificados dentro do Curso, consoante o grau obtido no cálculo da média aritmética entre as MFA de todos os anos cursados, sendo que a classificação ao final do curso coincide com a MFC4.

10.13.5 ESCALA, APROXIMAÇÃO E ARREDONDAMENTO

10.13.5.1 Considerando as VA das disciplinas somativas do tipo classificatórias, o resultado obtido pelo cadete será expresso utilizando-se o sistema de graus absolutos e aplicados numa escala de 0,000 (zero) a 10,000 (dez), com aproximação até três casas após a vírgula.

10.13.5.2 Ao resultado (pontuação ou nota) obtido pelo cadete denominar-se-á grau.

10.13.5.3 Para todos os cálculos de médias constantes nessa norma, serão utilizadas 10 (dez) casas decimais.

10.13.5.4 Sempre que necessário, os graus serão arredondados com os seguintes critérios:

- a) quando o algarismo da décima primeira casa após a vírgula for igual ou maior que 5 (cinco), somar-se-á 1 (uma) unidade à casa do centésimo de bilionésimo, desprezando-se as casas subsequentes; e
- b) quando o algarismo da décima primeira casa após a vírgula for menor que 5 (cinco), conservar-se-á a casa do centésimo de bilionésimo, desprezando-se as casas subsequentes.

10.14 REGISTRO E COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS

10.14.1 REGISTROS DE GRAUS

10.14.1.1 Os graus obtidos em todas as VA serão registrados por meio de listagens e arquivados na SVA.

10.14.1.2 Caberá à SDINF enviar à SVA a listagem dos alunos considerados aptos e não aptos, com as MFD, já convertida para escala decimal, das disciplinas do Eixo Temático das Ciências Militares, nos seguintes prazos:

- a) até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da atividade avaliada;
- b) 4º Esquadrão: até 15 (quinze) dias úteis antes da data da formatura de Conclusão de Curso;
- c) 3º Esquadrão: até 15 (quinze) dias corridos antes da data da formatura de Conclusão de Curso; e
- d) demais Esquadrões: até 3 (três) dias corridos antes da data da formatura de Conclusão de Curso.

10.14.1.3 Caberá ao CCAER enviar à SVA a listagem dos considerados aptos e não aptos, com as MFD, já convertida para escala decimal, das disciplinas da Avaliação do Domínio Psicomotor (Instrução Militar e Treinamento Físico) e da ADA, nos seguintes prazos:

- a) até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da atividade avaliada;
- b) 4º Esquadrão: até 15 (quinze) dias úteis antes da data da formatura de Conclusão de Curso;
- c) 3º Esquadrão: até 15 (quinze) dias corridos antes da data da formatura de Conclusão de Curso; e
- d) demais Esquadrões: até 3 (três) dias corridos antes da data da formatura de Conclusão de Curso.

10.14.2 COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS

10.14.2.1 A comunicação de resultados das Avaliações do Domínio Cognitivo aos discentes será realizada por meio da Vista de Prova.

10.14.2.2 Após a correção das VA e da apreciação dos pedidos de Revisão de Prova, os graus provisórios e os graus finais das Provas Finais serão divulgados aos discentes em quadro de avisos ou meio eletrônico adequado.

10.14.2.3 A divulgação dos graus provisórios das Avaliações Parciais ocorrerá com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data programada para a realização do Prova Final correspondente.

10.14.2.4 No caso da MFD e da Prova de Exame, a comunicação dos resultados aos discentes ocorrerá com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data programada para a realização do Prova Final de Exame e da Prova de Segunda Época, respectivamente.

10.14.2.5 Ficha Individual de Notas

10.14.2.5.1 A Ficha Individual de Notas é o documento sob responsabilidade da SVA expedido anualmente. Ela que possibilita aos cadetes tomarem conhecimento de todas as notas por eles obtidas durante o ano letivo.

10.14.2.5.2 A divulgação ocorrerá prioritariamente ao final de cada ano ou, quando necessário, na apresentação do cadete para o ano subsequente.

10.14.2.5.3 Serão emitidos em 03 (três) vias, sendo 01 (uma) para o cadete, 01 (uma) para o CCAER e 01 (uma) que deverá ser restituída à SVA para o arquivo.

10.14.2.5.4 O cadete assinará todas as vias. Se ainda for constatada alguma alteração, a SVA deverá ser prontamente notificada, a fim de que sejam corrigidas possíveis irregularidades constantes na referida ficha.

10.15 CONTROLE DE FREQUÊNCIA

10.15.1 O docente/instrutor é a autoridade responsável pela retirada de faltas.

10.15.2 As faltas serão informadas pelos Chefes de Turma e, após aprovadas pelo docente/instrutor, seguirão para o CCAER para apuração dos motivos e para DE para fins de registro e controle.

10.15.3 Toda e qualquer falta à atividade escolar programada implicará o cômputo de 1 (uma) falta por aula, mesmo quando o cadete estiver devidamente autorizado por autoridade competente.

10.15.4 Independentemente do motivo, o limite de faltas às atividades didáticas será de 25% da carga horária planejada para o ano letivo. Atingido esse limite, o cadete será reprovado no curso.

10.15.5 A DE e o CCAER deverão realizar eficaz monitoramento das faltas, que se encarregarão de documentar todos os procedimentos detalhados em norma própria.

10.16 ACOMPANHAMENTO DO RENDIMENTO ESCOLAR

10.16.1 O cadete é o principal responsável por esse processo. Assim, toda vez que um cadete obtiver um desempenho abaixo do esperado em qualquer aspecto de sua rotina escolar, deverá buscar orientação superior para melhoria de seu rendimento escolar.

10.16.2 Os setores responsáveis pela condução da formação do cadete (CCAER e DE) deverão monitorar o desempenho escolar de seu corpo discente e prover meios de suporte aos cadetes para melhoria de desempenho.

10.16.3 Nos casos em que o cadete apresentar baixo desempenho, incorrendo na realização de Exame, mediante o interesse do cadete e a disponibilidade da administração, atividades extracurriculares de reforço de aprendizagem poderão ser coordenadas pelo Setor de Abordagem Psicopedagógica juntamente ao Corpo Docente e ao Corpo de Instrutores.

10.16.4 Será obrigatório o reforço de aprendizagem quando o cadete não for aprovado na avaliação de Exame incidindo para a Segunda Época. Caso o cadete não queira realizar as aulas de reforço, deverá assinar o documento no SAAP responsabilizando-se pelo desempenho na avaliação de 2ª Época.

10.16.5 A não realização das atividades de reforço de aprendizagem não é impeditiva para a aplicação de atividade de avaliação previamente agendada.

10.17 CADETES ESTRANGEIROS

10.17.1 Aos cadetes estrangeiros serão exigidos os mesmos critérios estabelecidos aos cadetes brasileiros, excetuando-se pelos aspectos aqui discriminados.

10.17.2 Nem todas as disciplinas previstas para os cadetes brasileiros serão oferecidas para os cadetes estrangeiros, principalmente, as que contenham documentações e publicações de natureza sigilosa ou que envolvam assuntos que não devam ser de seu conhecimento. Estas disciplinas deverão constar de documento específico aprovado pela DIRENS.

10.17.3 Os cadetes estrangeiros assistirão às aulas e realizarão as provas das disciplinas de Língua Portuguesa e àquelas relacionadas à sua Língua Pátria, porém não terão os graus das avaliações computados para aprovação.

10.17.4 Os cursos serão ministrados na Língua Portuguesa, devendo o cadete estrangeiro ter conhecimento suficiente deste idioma, tanto escrito como falado, conforme previsto na ICA 37-21 “Atividades de Ensino no COMAER para integrantes de Forças Armadas de Nações Amigas”.

10.17.5 Ao cadete estrangeiro será facultado o limite máximo de 4 (quatro) Segunda Épocas, em disciplinas distintas, no mesmo ano letivo. Caso não atinja a média no Exame da 5ª (quinta) disciplina, será reprovado no curso, podendo apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação.

10.17.6 No caso de insuficiente desempenho, o cadete estrangeiro será reprovado no curso, podendo apresentar RRR. Caso o parecer seja desfavorável, deverá ser encaminhado um documento ao EMAER, via DIRENS, solicitando a homologação da decisão para que a AFA adote as providências cabíveis.

10.17.7 Ao cadete estrangeiro, reprovado no curso, que apresentar RRR será assegurado o direito de continuar na rotina, seguindo suas atividades de ensino até a definição de sua situação, conforme previsto na ICA 37-21 “Atividades de Ensino no COMAER para integrantes de Forças Armadas de Nações Amigas” e na NOREG da AFA.

10.18 CADETES REMATRICULADOS

10.18.1 O cadete rematriculado deverá obedecer às regras estabelecidas neste Plano de Avaliação.

10.18.2 Ao ser rematriculado na mesma turma, o cadete deve retomar as atividades de seu Curso sem prejuízo ao seu rendimento acadêmico, devendo cumprir em horários alternativos o conteúdo não cumprindo durante o período de afastamento. Será mantida sua classificação provisória na turma e considerados os graus já obtidos em todas as disciplinas.

10.18.3 Ao cadete cuja matrícula seja efetivada em turma diferente da sua de ingresso deverá ser observado que:

- a) deverá atender a todos os requisitos do PPC do ano do curso para o qual foi rematriculado. Para tanto, será submetido ao PPC do Curso atual, devendo ser feitas as adequações necessárias quanto à verificação de equivalências e cumprimento das disciplinas não comuns;
- b) terá aproveitamento dos graus obtidos em disciplinas já cursadas, não sendo necessária a realização das verificações de aprendizagem novamente, cabendo às Subdivisões de Curso assessorar o Chefe da DE quanto à necessidade de o cadete participar novamente das aulas nas quais já obteve a equivalência;
- c) o aproveitamento citado na letra “b” não se aplica ao TACF, o qual o cadete rematriculado deverá participar de todas as avaliações previstas;
- d) no ano da matrícula, será reclassificado na última posição na classificação provisória da nova turma. Caso mais de um cadete seja rematriculado na mesma turma, a classificação provisória será realizada de acordo com a ordem cronológica da matrícula dos cadetes;
- e) no ano da matrícula, para MFA serão considerados todos os graus das disciplinas já cursadas e com equivalência às disciplinas do atual Curso em que o cadete foi rematriculado; e
- f) para a classificação no final do ano em que for rematriculado, serão utilizados os valores de MFA obtidos nos anos anteriores.

10.18.4 O aproveitamento de estudos é obtido por equivalência entre disciplinas já cumpridas e concluídas com aproveitamento (disciplinas em que o cadete tenha sido aprovado) nos cursos oferecidos pela AFA.

10.18.5 A equivalência é concedida quando há compatibilidade entre os conteúdos das disciplinas e compatibilidade de cargas horárias superiores a 70% (setenta por cento).

10.18.6 Para equivalência, a disciplina deve ter sido concluída com aproveitamento nos últimos 10 (dez) anos, tomando como referência a data da matrícula e a data de conclusão da disciplina.

10.18.7 A extinção de uma atividade não cursada pelo cadete, por alterações na matriz curricular, obriga-o a cursar a atividade equivalente.

10.19 ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO

10.19.1 Caberá ao setor de planejamento programar que a aplicação de Provas Finais ocorra nos seguintes prazos:

- a) 4º Esquadrão: até 25 (vinte e cinco) dias úteis antes da data da formatura de Conclusão de Curso;
- b) 3º Esquadrão: até 20 (vinte) dias corridos antes da data da formatura de Conclusão de Curso; e
- c) demais Esquadrões: até 15 (quinze) dias corridos antes da data da formatura de Conclusão de Curso.

10.19.2 Após o término do ano letivo, em até 10 (dez) dias úteis, a DE da AFA encaminhará ao CCAER a relação com as médias finais e a classificação dos cadetes aprovados do 1º e 2º Esquadrões. Oportunidade em que também serão enviadas as relações de cadetes do 1º, 2º e 3º Esquadrões que fazem jus ao mérito acadêmico.

10.19.3 Devido à passagem de liderança, a classificação dos cadetes do 3º Esquadrão deverá ser concluída e encaminhada ao CCAER até 12 dias corridos antes da data da conclusão dos CFO do 4º Esquadrão.

10.19.4 A classificação do 4º Esquadrão deverá ser concluída 5 dias corridos antes da data do processo de escolha das Unidades, devendo ser enviada ao CCAER para o processo de escolha das Unidades.

10.19.5 Após o processo de escolha, a relação dos concluintes em ordem de classificação contendo as Unidades escolhidas será remetida à DIRENS e à DIRAP, bem como os nomes dos primeiros colocados de cada curso, conforme PCA 11-34.

10.19.6 Ao enviar classificação do 4º Esquadrão, a DE deverá encaminhar ao CCAER os nomes dos cadetes do 4º Esquadrão que satisfazem as condições de indicação à Medalha-Prêmio Santos-Dumont e Medalha-Prêmio Salgado Filho.

10.20 PROMOÇÃO DE CADETES

10.20.1 Ao término do ano letivo, a DE da AFA encaminhará ao CCAER a relação com as médias finais e a classificação dos cadetes aprovados para promoção ao ano seguinte.

10.20.2 A DE providenciará a publicação da promoção em aditamento ao Boletim Interno, baseada na relação das médias finais e na classificação dos cadetes aprovados.

10.20.3 Será considerado, para a promoção, o dia 1º de janeiro do ano seguinte ao término do ano letivo.

10.21 DIPLOMAÇÃO E TITULAÇÃO

10.21.1 No que se refere à Diplomação e à Titulação, será obedecido o previsto na NOREG da AFA.

10.21.2 Caberá à Seção de Serviços Escolares (SSE) da DE a expedição de Diplomas, Certificados, Históricos Escolares, Declarações e demais documentos comprobatórios de Conclusão dos Cursos, assim como todo o respectivo registro em livro próprio dos referidos documentos e arquivamento permanente de dados referentes aos Cursos ministrados na AFA e aos seus ex-cadetes.

10.21.3 O cadete que concluir o curso com aproveitamento tem acesso gratuito à primeira via do Diploma e do Histórico Escolar. O ex-cadete não concluinte do curso tem acesso gratuito à primeira via do Histórico Escolar.

10.21.4 A segunda via do Diploma e do Histórico Escolar poderá ser solicitada a qualquer tempo e sobre ela incidirá os encargos das taxas administrativas divulgadas pela AFA, conforme ICA 37-468 “Procedimentos para a Confecção, Expedição, Registro, Apostilamento de Diplomas, Certificados e Históricos Escolares” e NPA própria.

10.21.5 Correções de nome e número de documentos no Diploma e Histórico Escolar devem ser informadas pelo cadete antes da confecção dos documentos. Nova emissão com outros dados terá custos financeiros arcados pelo solicitante.

11 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

11.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O NDE é o órgão responsável por construir, revisar e atualizar em caráter permanente os PPC dos cursos ministrados na AFA, oferecendo subsídios para a implementação dos mesmos, observando a qualidade da formação dos futuros Oficiais da FAB.

O NDE é constituído pelo Presidente, Membros Efetivos e Membros Consultivos. O Presidente do NDE é o Chefe da DE. Os Membros Efetivos do NDE, pertencentes ao quadro de instrutores do curso, são:

- Chefe da Coordenadoria de Análise e Desempenho Acadêmico (CADA);
- Chefe da Subdivisão de Instrução Científica (SDIC);
- Coordenador Geral Acadêmico;
- Chefe da Subdivisão do respectivo Curso de Formação (CFOAv/ CFOInt/ CFOInf); e
- Chefe da Seção de Instrução do respectivo Curso.

O NDE poderá ser complementado por Membros Consultivos que deverão ser professores/instrutores com notório saber e representantes do CCAER convocados pelo Presidente, quando se fizerem necessários em função do assunto a ser analisado.

O órgão se reunirá, ordinariamente, uma vez por semestre e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente.

Assim, as atribuições do NDE são:

- a) Acompanhar e propor a elaboração, a execução e as atualizações para os PPC ministrados na AFA;
- b) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação da DIRENS;
- c) Supervisionar as formas de avaliação do curso;
- d) Analisar as solicitações de alteração de PPC;
- e) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino; e
- f) Sugerir providências de ordem didática, científica e administrativa que se entendam necessárias ao desenvolvimento das atividades do curso.

11.2 ÓRGÃO COLEGIADO

11.2.1 COMISSÃO PERMANENTE DO PESSOAL DOCENTE (CPPD)

A Comissão Permanente do Pessoal Docente (CPPD) é um órgão de assessoramento do dirigente máximo da Instituição Superior de Ensino, previsto no art. 26 da Lei nº 12.772/12, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. A CPPD, consoante o disposto no artigo retro mencionado, tem por responsabilidade prestar assessoramento quanto ao dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas; à contratação e admissão de professores efetivos e substitutos; à alteração do regime de trabalho docente; aos processos de avaliação do

desempenho para fins de progressão e promoção funcional, aos processos de solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado; e à liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, sendo universitárias ou não. O parágrafo 2º da Lei em questão dispõe que “demais atribuições e forma de funcionamento da CPPD serão objeto de regulamentação pelo colegiado superior ou dirigente máximo das instituições de ensino, conforme o caso.”

Assim, no âmbito da AFA, a NPA 085/DE/2019 regulamenta a CPPD, constituída por membros efetivos e consultivos, além de um secretário, designado pelo Comandante da Organização Militar, responsável por cuidar dos aspectos formais do funcionamento da CPPD. São membros efetivos da CPPD, o Comandante da AFA (Presidente da CPPD), o Chefe da DE, o Chefe da SDIC), o Coordenador Geral Administrativo, o Coordenador Geral Acadêmico, o Coordenador de Ciências Exatas (Área 1); o Coordenador de Ciências da Administração (Área 2), o Coordenador de Ciências Humanas (Área 3), o Coordenador de Ciências da Linguagem (Área 4), o Coordenador de Ciências do Esporte (Área 5), e o Professor da maior classe. Participam das reuniões da CPPD os membros efetivos, com um quórum mínimo de cinquenta por cento, e por convocação do Presidente da CPPD, os membros consultivos diretamente envolvidos com os assuntos a serem analisados.

Competem à CPPD da AFA, além das atribuições elencadas no art. 26 da Lei nº 12.772/12, a análise e manifestação sobre títulos, diplomas e certificados apresentados pelos docentes, bem como sobre equivalência de cursos; a emissão de parecer sobre docentes que atuam em funções administrativas ou em cargos diferenciados na OE; o assentimento quanto à capacidade do docente para o magistério de disciplina diferente da de provimento; o acompanhamento da compatibilidade da titulação obtida pelo docente no aperfeiçoamento de ensino na OE; o assessoramento do Comandante sobre casos de autorização para desenvolvimento de pesquisa, realização de pós-graduação, cursos e participação em eventos científicos, em locais externos a OE, sem que haja prejuízo às atividades de sala de aula; e, finalmente, o desenvolvimento de estudos e análises que permitam fornecer subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos.

11.3 COORDENAÇÕES

Para auxiliar o cumprimento dos objetivos previstos neste PPC, a DE da AFA e o CFOInf se organizam em Subdivisões, as quais possuem coordenadores com os seguintes requisitos mínimos e principais atribuições:

11.3.1 SUBDIVISÃO DE INSTRUÇÃO CIENTÍFICA (SDIC)

O Chefe da SDIC é Tenente-Coronel do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, preferencialmente concurso acadêmico em nível de pós-graduação, e também, preferencialmente, com Curso de Preparação de Instrutor (CPI) e/ou Curso de Gestão de Ensino (CGE). Possui as seguintes atribuições:

- a) Supervisionar a execução pelo Corpo Docente, subordinados às Coordenadorias de Área, dos conteúdos curriculares referentes aos Bacharelados de Ciências Aeronáuticas, de Ciências da Logística, de Ciências Militares e de Ciências da Administração, de acordo com a legislação em vigor;
- b) Coordenar com a Subdivisão de Aviação (SDIA), Subdivisão de Intendência (SDINT), Subdivisão de Infantaria (SDINF), a integração dos conteúdos curriculares referentes aos Bacharelados de Ciências Aeronáuticas, de Ciências

da Logística, de Ciências Militares e de Ciências da Administração, respectivamente;

c) Supervisionar as atividades de cunho acadêmico e científico das Coordenadorias Geral e de Áreas;

d) Assegurar a observância, o cumprimento e a compatibilização das legislações e do ensino geral da Aeronáutica nas práticas de formação de nível superior;

e) Coordenar, no plano acadêmico e curricular, os trabalhos das Coordenadorias de Áreas;

f) Propor atualizações nos projetos e práticas pedagógicas dos cursos oferecidos no âmbito da DE;

g) Supervisionar a aplicação de metodologias de ensino que atendam aos objetivos preconizados pela legislação vigente e projeto pedagógico;

h) Estabelecer com os docentes da área os perfis de relacionamento entre disciplinas, matérias e atividades sob sua coordenação;

i) Distribuir, obedecendo aos critérios estabelecidos, a carga horária entre os docentes de cada disciplina sob sua coordenação; e

j) Assessorar o Chefe da DE nos assuntos que lhe são afetos.

11.3.2 SUBDIVISÃO DE INSTRUÇÃO DE INFANTARIA (SDINF)

O Chefe da SDINF é Tenente-Coronel do QOINF da ativa, preferencialmente com o CPI e o CGE. Possui as seguintes atribuições:

a) coordenar as atividades de ensino-aprendizagem relacionadas com as instruções do campo técnico-especializado de suas Seções e de seu Corpo de Instrutores; e

b) assessorar o Chefe da DE nos assuntos que lhe são afetos.

11.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO

Para auxiliar o cumprimento dos objetivos previstos neste PPC, a DE da AFA está organizada em Subdivisões, das quais os principais cargos e funções para atuação junto ao CFOInf estão descritos abaixo:

11.4.1 SUBDIVISÃO DE INSTRUÇÃO DE CIENTÍFICA (SDIC):

I - Chefe;

II - Instrutores Militares;

III - Coordenadoria Geral Acadêmica (CGAc), constituída por:

a) Coordenador;

b) Adjunto;

c) Coordenadoria de Ciências Exatas (Área 1);

d) Coordenadoria de Ciências da Administração (Área 2);

e) Coordenadoria de Ciências Humanas (Área 3);e

f) Coordenadoria de Ciências da Linguagem (Área 4).

IV - As Coordenadorias constantes das letras “b” a “f” do item III acima são subordinadas à CGAc para fins acadêmicos e são constituídas por:

- a) Coordenadores; e
- b) Docentes.

V - Coordenadoria de Registro (CReg), constituída por:

- a) Coordenador; e
- b) Adjunto.

11.4.2 SUBDIVISÃO DE INSTRUÇÃO DE INFANTARIA (SDINF):

I – Chefe;

II – Adjunto;

III – Seção de Instrução de Infantaria (SIIF), constituída por:

- a) Chefe; e
- b) Adjunto

IV - Seção de Operações (SOp), constituída por:

- a) Chefe;

V - Seção de Doutrina (SDOUT), constituída por:

- a) Chefe;

VI - Seção de Instrução de Militares Temporários (SIMT), constituída por:

- a) Chefe; e
- b) Adjunto.

VII - Seção de Apoio (SAp), constituída por:

- a) Chefe; e
- b) Auxiliares.

VIII - Corpo de Instrutores (CInst), constituído por:

- a) Chefe; e
- b) Instrutores

11.5 CORPO DOCENTE

No que se refere ao corpo docente, a Lei de Ensino da Aeronáutica (BRASIL, 2011) define que:

Art. 33. O corpo docente das organizações de ensino do SISTENS será composto por professores integrantes da carreira de magistério superior e da carreira de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico e por militares qualificados e designados para o desempenho das atividades de ensino, denominados instrutores.

§ 1º O corpo docente das organizações de ensino do SISTENS poderá ser complementado por professores visitantes, conferencistas ou militares convidados, ou profissionais com reconhecida competência.

§ 2º Poderão também ser contratados, de acordo com lei específica, serviços educacionais para as atividades complementares de ensino.

Nesse sentido, a LDBEN (BRASIL, 1996) determina ainda que:

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - Um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - Um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

O Corpo Docente do CFOInf da AFA é composto por professores integrantes do magistério do ensino superior e por militares pertencentes ao Quadro de Oficiais Convocados (QOCON), Prestação por Tempo Certo (PTTC) e de carreira.

A diversidade de áreas do conhecimento envolvida na formação do futuro Oficial de Infantaria faz com que a qualificação requerida ao Corpo Docente seja diferente dependendo do tipo de instrução ministrada.

Diante disso, este documento apresenta a caracterização do Corpo Docente para cada uma das Divisões da AFA envolvidas com a formação do oficial de infantaria. A saber: DE e CCAER.

11.5.1 DIVISÃO DE ENSINO

A DE é responsável pela formação científica e parte da técnico-especializada do futuro oficial.

Assim, a parcela do Corpo Docente pertencente a esta Divisão está dividida em duas Subdivisões: a SDIC e a SDINF.

11.5.1.1 Subdivisão de Instrução Científica (SDIC)

A SDIC é responsável pela formação básica dos cadetes de infantaria.

Atualmente, a SDIC dispõe de uma parcela do Corpo Docente da AFA que é composta, atualmente, por docentes civis pertencentes à Carreira do Magistério Superior e por docentes militares. Estes últimos podem ser: Oficiais pertencentes ao QOCON, oficiais da reserva em PTTC e de Oficiais de Carreira.

Como uma Instituição de Ensino Superior, a capacitação e a titulação do Corpo Docente são fundamentais para qualidade do ensino ministrada na Academia. Neste sentido, a SDIC possui um corpo docente qualificado cuja titulação pode ser apresentada por Doutores, Mestres e Especialistas.

11.5.1.2 Subdivisão de Instrução de Infantaria (SDINF)

A SDINF é responsável pela formação profissional dos cadetes de infantaria. Assim, todas as disciplinas do eixo Ciências Militares são ministradas e/ou coordenadas por esta Subdivisão.

11.5.2 CORPO DE CADETES DA AERONÁUTICA

A parcela do Corpo Docente dedicada à formação militar, doutrinária e de treinamento físico dos cadetes de infantaria está dividida em três seções especializadas: a SEF, a SIM e a SDOUT.

11.5.2.1 Seção de Educação Física (SEF)

A SEF oferece aos cadetes de infantaria a disciplina de Treinamento Físico dividido nas seguintes modalidades: atletismo, basquete, esgrima, futebol, judô, natação, orientação, pentatlo, polo aquático, tiro, triatlo, voleibol e treinamento físico militar.

Seção de Instrução Militar (SIM)

A SIM oferece aos cadetes de infantaria as seguintes disciplinas: Instrução de Salto de Emergência, Atividade de Campanha 1 e 2, Instrução de Sobrevivência no Mar, Instrução de Sobrevivência na Selva, Legislação Militar 1/2/3/4, Armamento, Munição e Tiro 1/2/3/4 e Primeiros Socorros.

Seção de Doutrina (SDOUT)

A SDOUT oferece aos cadetes as seguintes disciplinas: Estágio de Adaptação Militar, Ética e Desenvolvimento Humano, Doutrina Militar e Liderança.

12 APOIO AO DISCENTE

12.1 SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A atuação do profissional de Serviço Social no ambiente escolar possibilitará o desenvolvimento de um trabalho voltado para as questões sociais e para vulnerabilidades que se encontram no dia a dia no âmbito acadêmico. Considerando as especificidades das escolas de formação militar, o profissional de Serviço Social inserido nessas OE desenvolverá atitudes propositivas no que se refere às problemáticas que podem emergir nesse contexto, como o baixo rendimento escolar, problemas familiares, consumo abusivo de álcool e/ou outras substâncias psicoativas, desenvolvimento de transtornos mentais e outras situações vinculadas à realidade escolar e social.

Os objetivos do serviço social são:

- a)** contribuir para a formação militar e de cidadania dos cadetes; e
- b)** minimizar as causas e efeitos de questões sociais que emergem no período de formação.

Assim, são atribuições do Assistente Social no âmbito da AFA:

- a)** realizar pesquisas de natureza socioeconômica e familiar para definição do diagnóstico da comunidade escolar;
- b)** elaborar, em conjunto com a coordenação psicopedagógica, projetos e campanhas educativas com temas pertinentes à comunidade escolar;
- c)** articular com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias, com vistas ao encaminhamento dos cadetes aos órgãos e serviços competentes para atendimento de suas necessidades;
- d)** promover, junto ao CCAER, ações voltadas aos cadetes oriundos de outros estados ou de outros países na perspectiva de acolhimento;
- e)** elaborar plano de trabalho específico para o cadete vindo do exterior;
- f)** identificar e mobilizar recursos institucionais e extrainstitucionais socioassistenciais, humanos ou materiais, para o atendimento às demandas dos cadetes em matéria de Serviço Social;
- g)** assessorar o Comandante do CCAER, Direção e Chefias das OE, em matéria de Serviço Social;
- h)** desenvolver, junto com a coordenação psicopedagógica, trabalho de prevenção ao desligamento precoce do cadete, que contemple orientação social e familiar, visando à identificação de demandas sociais e o melhor desempenho do aluno na carreira militar;
- i)** compor equipe interdisciplinar com o objetivo de promover o intercâmbio de saberes entre as áreas de conhecimento, visando um atendimento integrado ao cadete; e
- j)** realizar o atendimento social do cadete que necessitar acessar os benefícios socioassistenciais, principalmente, os que se referem ao Projeto Saúde e ID Jovem.

12.2 SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

A Seção de Assistência Religiosa da AFA é composta por dois Oficiais do Quadro de Capelães da Aeronáutica, um do segmento Católico e outro do segmento Evangélico. Este se encarrega da responsabilidade concernente às atividades de Capelania Evangélica, enquanto aquele da concernente à Capelania Católica da Guarnição de Aeronáutica de Pirassununga.

A capelania realiza as seguintes atividades:

- a) Prestar assistência religiosa, moral e espiritual ao efetivo da AFA e das Organizações Militares da Guarnição de Aeronáutica de Pirassununga;
- b) Preparar a agenda de celebrações religiosas e de eventos festivos;
- c) Planejar e coordenar os atos religiosos previstos;
- d) Participar da Comissão Permanente de Funeral para as providências religiosas;
- e) Assessorar o Comandante nos assuntos referentes à assistência religiosa;
- f) Apoiar os grupos religiosos em suas necessidades, quanto à programação dos eventos, locais, pessoal e materiais necessários à realização das suas atividades;
- g) Fornecer apoio espiritual nos sepultamentos, apoiando as famílias enlutadas antes e após o ocorrido;
- h) Encaminhar à DE proposta de data da celebração da Páscoa dos Militares e solicitar a inclusão dela no calendário anual das atividades; e
- i) Zelar pelo bom andamento e pela realização das atividades religiosas no âmbito da Guarnição de Aeronáutica de Pirassununga, sobretudo no CCAER.

No que concerne o atendimento exclusivo aos cadetes, há celebrações de missas e cultos durante a semana e aos finais de semana, além de um atendimento permanente para orientação moral e espiritual. Esta orientação se dá tanto por meio de conversas individuais como por meio de encontros, cursos e palestras que são organizadas ao longo do ano.

12.3 SERVIÇO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

12.3.1 SEÇÃO DE PSICOLOGIA DO CORPO DE CADETES DA AERONÁUTICA

A Seção de Psicologia do CCAER é composta por duas psicólogas, uma de especialidade clínica e outra de especialidade organizacional e está subordinada diretamente ao Comandante do CCAER. O objetivo da Seção é apoiar a formação e o desenvolvimento psicológico dos futuros líderes da FAB, oferecendo suporte e atenção à saúde mental, na área individual, grupal e organizacional, conforme a necessidade da demanda apresentada.

Todas as atividades executadas dentro da Seção de Psicologia são seguidas de acordo com as diretrizes estabelecidas pela NSCA 38-1/2004, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema de Psicologia da Aeronáutica, pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo e pela NPA 185/ CCAER/2019 – Funcionamento da Seção da Psicologia.

De acordo com a NPA 185/CCAER/2019 – Funcionamento da Seção da Psicologia – as principais atribuições são:

- a) Realizar atendimentos individuais dos cadetes e estagiários, quando procurada por demanda espontânea ou por encaminhamento dos Oficiais do CCAER, fazendo o devido encaminhamento ao Esquadrão de Saúde dos casos em que houver demanda para psicoterapia;
- b) Realizar entrevista de desligamento dos cadetes e/ou estagiários que solicitarem desligamento do curso e/ou estágio;
- c) Manter-se em sobreaviso durante o estágio de adaptação militar, podendo ser acionada para avaliar e acompanhar possíveis ocorrências que envolvam a saúde mental dos estagiários;
- d) Planejar ações preventivas e educacionais para os cadetes de acordo com as demandas levantadas pela Psicologia;
- e) Assessorar os Comandantes de Esquadrões nos assuntos pertinentes ao desenvolvimento psicológico dos cadetes, respeitando os limites estabelecidos pelo Código de Ética do Profissional Psicólogo;
- f) Assessorar o Comandante do CCAER e o Comandante da AFA quanto aos aspectos psicológicos que possam estar envolvidos nas questões afetas à reprovação de estagiários e cadetes que não cumprirem os critérios de aprovação no curso, respeitando os limites estabelecidos pelo Código de Ética do Profissional Psicólogo;
- g) Acompanhar o clima organizacional do CCAER e desenvolver estratégias de melhoria.

12.4 SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Considerando a aprendizagem um processo complexo, que envolve diversos fatores, a Psicopedagogia possui um caráter multidisciplinar, sendo uma ferramenta colaborativa com o desenvolvimento educacional e emocional do cadete na Academia da Força Aérea. Nesta perspectiva, a aprendizagem socioemocional consiste no processo de desenvolvimento de competências sociais e emocionais, correspondendo aos conhecimentos, atitudes e aptidões que cada indivíduo precisa consolidar, a fim de realizar escolhas coerentes, ter relações interpessoais gratificantes e um comportamento socialmente responsável e ético.

Sendo assim, o trabalho psicopedagógico é realizado em duas linhas de ação na AFA: A Clínica e a Institucional. No que se refere ao primeiro aspecto, objetiva-se traçar um diagnóstico das dificuldades do cadete, aplicar técnicas específicas à realidade individual, para que as adversidades sejam superadas durante o processo de ensino e aprendizagem. Os acompanhamentos Psicopedagógicos abrangem a elaboração de Planos de Estudos e Tarefas que apoiam os cadetes no gerenciamento da sua rotina acadêmica, assessoramento aos cadetes de Exames e 2º Época e/ou que indicam a necessidade de reforço de aprendizagem. Além disso, caso seja diagnosticado alguma situação que extrapole a questão de ensino e aprendizagem, o Setor de Avaliação e Abordagem Psicopedagógica (SAAP) encaminha o cadete para atendimento psicológico ou médico diante das queixas apresentadas.

Ademais, o cadete é o principal responsável por acompanhar seu rendimento escolar. Assim, toda vez que obtiver desempenho abaixo do esperado nas disciplinas afetas à DE, deverá buscar no Setor de Avaliação e Abordagem Psicopedagógica orientação para melhoria de seu rendimento escolar. Nos casos em que o cadete apresentar baixo desempenho, incorrendo na realização de exame, mediante o seu interesse e a disponibilidade da administração, atividades extracurriculares de reforço de aprendizagem poderão ser coordenadas pelo Setor de Abordagem Psicopedagógica juntamente ao Corpo Docente e

Corpo de Instrutores. Será obrigatório o reforço de aprendizagem quando o cadete não for aprovado na avaliação de exame incidindo para a 2ª Época. Caso o cadete não queira realizar as aulas de reforço, deverá assinar o documento no SAAP responsabilizando-se pelo desempenho na avaliação de 2ª Época.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento da autorregulação nos cadetes do CFO, destacam-se ações cujo enfoque perpassa o âmbito clínico em favor de uma visão sistêmica e global da instituição, em seu âmbito psicopedagógico institucional, buscando atingir, em um curto espaço de tempo, o maior número de cadetes orientados. Desse modo, os cadetes recebem orientações psicopedagógicas em sala de aula, com atividades previamente elaboradas e planejadas pelo SAAP, enfatizando temas como técnicas de estudo, planejamento, flexibilidade cognitiva, memória de trabalho, atenção seletiva, controle inibitório, monitoramento, organização, priorização, manejo do tempo, autonomia, atenção sustentada, iniciação e persistência em direção ao objetivo, regulação emocional, entre outras técnicas de estudo que integram a “autorregulação” e as “funções executivas”, que são habilidades inerentes ao contexto educacional militar.

Essa linha de caráter Institucional corrobora, através de intervenções de caráter preventivo e/ou terapêutico, com o acompanhamento do engajamento nos estudos. O SAAP utiliza recursos como o autorrelato, periódico de habilidades socioemocionais, cognitivas e comportamentais, o acompanhamento do desempenho acadêmico dos cadetes, bem como a assessoria e parceria com os docentes. Neste contexto, o apoio ao discente tem por objetivo integrar e readaptar o cadete à situação escolar, com vistas a sanar as dificuldades de aprendizagem.

Atualmente, o SAAP está subordinado à CADA, junto ao Setor de Análise de Desempenho de Ensino. Esses setores atuam nas análises referentes ao desempenho dos cadetes, com a finalidade de identificar dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, e atuar com ações preventivas com a participação dos demais setores da AFA, que estão vinculados à formação dos cadetes.

Ambos os setores assessoram o Comandante da OM no que se refere ao desempenho educacional dos futuros Oficiais da FAB. O Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Ensino propõe que o psicopedagogo analise a dinâmica institucional com todos os processos nela inseridos, detectando os possíveis problemas e intervindo para que o processo de ensino e aprendizagem se reestruture adequadamente. Por conseguinte, ao analisar o atual cenário da AFA, tendo em vista o apoio discente no âmbito da Psicopedagogia, faz-se necessário traçar metas para atender as demandas desta organização de ensino. Para ampliar a Psicopedagogia Institucional, trata-se como meta, estabelecer parceria com o Setor de Psicologia do Corpo de Cadetes da Aeronáutica, a fim de oportunizar ações institucionais preventivas por meio de uma atuação multidisciplinar, com o objetivo de desenvolver intervenções assertivas no que se refere ao aspecto emocional do cadete.

13 INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A comunicação interna entre o efetivo e os cadetes no âmbito da AFA acontece através dos canais de comunicação oficiais. Atualmente, esses canais são:

- a) E-mail institucional zimbra;
- b) Sigadaer, que é uma ferramenta institucional para trâmite de documentos;
- c) Site intraer da AFA, que divulga notícias e campanhas institucionais;
- d) Site intraer da DE, onde consta a programação de aulas, currículo resumido dos docentes, informações sobre os procedimentos relacionados à pesquisa na AFA, bem como convites e notícias com a divulgação de atividades de interesse no meio acadêmico, como palestras, congressos, entre outros.
- e) Fale com o Comandante, que possibilita o contato dos cadetes e do efetivo com o Comandante da AFA;
- f) Ramais telefônicos;
- g) Plataforma Cisco Webex, para realização de videoconferências; e
- h) Redes sociais oficiais da AFA.

A partir dos canais acima, os cadetes, corpo técnico-administrativo, corpo docente, chefes de curso e Subdivisões e o comando da AFA se comunicam e divulgam informações para a comunidade acadêmica.

14 INFRAESTRUTURA

A AFA está localizada em Pirassununga-SP desde 1971. É o berço de formação superior para o CFOAv, CFOInt, CFOInf.

A AFA possui uma área total de 65 km². Junto à AFA, ainda se hospedam mais seis Organizações Militares pertencentes à GUARNAE-YS, somando aproximadamente um efetivo de 2.700 militares e 650 cadetes.

14.1 INFRAESTRUTURA DA DIVISÃO DE ENSINO

Na DE, no âmbito da AFA, as instalações são adequadas para o desenvolvimento das atividades de ensino. As salas de aulas, bem como as salas administrativas para os docentes são amplas, dotadas com sistema de climatização, mobiliário e equipamentos eletrônicos que contribuem para o bom funcionamento das aulas e o atendimento/orientação aos cadetes. Ainda possui banheiros masculinos e femininos, bebedouros e área de alimentação e convívio. Os auditórios, laboratórios e biblioteca são equipados com toda a aparelhagem específica.

14.1.1 SALAS DE AULAS

A DE possui salas de aulas adequadas para o bom desenvolvimento das atividades de ensino, sendo um total de 24 salas de aulas com capacidade para até 45 cadetes cada uma. Essas salas são utilizadas pelo CFOAv, pelo CFOInt e CFOInf. Todas as salas são climatizadas e com equipamentos multimídias para áudio e vídeo. Todas as salas são equipadas com computadores com acesso a rede intraer e internet, datashow, telão para projeção e quadro negro; além desses equipamentos, as salas possuem carteiras-armário em que há a possibilidade de trancá-las com cadeado.

Outrossim, a AFA possui 10 laboratórios de Línguas, com capacidade para até 20 cadetes cada. As salas são todas climatizadas, com carteiras confortáveis, quadro branco, lousa digital, datashow, telão e computadores com acesso a rede intraer e internet, bem como todo equipamento de multimídia necessário para o perfeito funcionamento.

14.1.2 AUDITÓRIOS

A Academia oferece 03 auditórios no estilo anfiteatro. Sendo um de grande porte com capacidade para 1100 pessoas, outro de médio porte com capacidade para 222 pessoas; e um último de pequeno porte, com capacidade para 56 pessoas. Todos os auditórios são equipados com computadores com acesso à rede intraer e internet, com possibilidade para conectar notebook, além de kit multimídia, passador de slides, datashow, telão de projeção e ar-condicionado.

14.1.3 LABORATÓRIOS

Além dos laboratórios de línguas que citamos no item 14.1.1, a Academia dispõe de 02 laboratórios, sendo um de Experimentos Didáticos (Química) com capacidade para 20 cadetes e um laboratório de informática que comporta até 48 cadetes. Esse último é equipado com computadores individuais que têm acesso à rede intraer e à internet, projetor e ambiente climatizado.

14.1.4 BIBLIOTECA

A Biblioteca da AFA é responsável pela gestão, guarda e disponibilização do acervo que ela custodia. Atualmente, ela faz parte da Rede de Bibliotecas do Ensino (BIBLIENS), sendo uma das principais bibliotecas da Rede, por contar com um acervo de 20.183 títulos e 27.800 exemplares, incluindo os TCC elaborados pelos cadetes.

A Biblioteca conta com estantes de aço para o acondicionamento do acervo. Há uma sala separada para a Chefia e atividades administrativas como desenvolvimento de coleções onde também é realizado todo o tratamento técnico dos livros.

Apresenta os seguintes mobiliários: 20 computadores de uso público (usuários); 5 computadores de uso interno (funcionários); 13 mesas de quatro lugares cada (52 assentos); 10 mesas para leitura individual (10 assentos); 1 balcão de empréstimos, com 2 pontos de atendimento simultâneo; 1 mesa de atendimento individual à pesquisa.

Oferece ainda o acesso a base de dados de Publicações periódicas (em parceria com a Universidade da Força Aérea (UNIFA) e é ofertada a assinatura do Portal de Periódicos da CAPES, coleção composta por 108 títulos de periódicos eletrônicos).

Por fim, os cadetes e o efetivo desta academia têm acesso ao Catálogo online com acesso as obras da BIBLIENS, onde se concentra a produção acadêmica da Instituição como o acervo de TCC da AFA e UNIFA, e a Biblioteca Virtual da Pearson com mais de 8 mil títulos em eBooks. Além dos títulos da Pearson, a plataforma conta com títulos de 25 editoras parceiras, e está disponível para consulta no endereço: <https://redebib.direns.fab.mil.br/>.

14.1.5 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

A Academia dispõe de sanitários femininos e masculinos. Os serviços de limpeza e higienização são prestados por uma empresa terceirizada.

14.2 INFRAESTRUTURA DO CORPO DE CADETES DA AERONÁUTICA (CCAER)

O prédio do CCAER oferece acomodações e infraestrutura adequadas para atender às necessidades dos cadetes.

14.2.1 ALOJAMENTOS

O CCAER dispõe de alojamentos para os cadetes, os quais são divididos em 3 prédios com capacidade total de 700 leitos. São 210 quartos no total, cada quarto possui banheiro próprio.

14.2.2 AUDITÓRIO

O CCAER oferece 01 auditório no estilo anfiteatro. A capacidade é de 96 pessoas. É equipado com computador com acesso à rede intraer e internet, com possibilidade para conectar notebook, além de kit multimídia, passador de slides, datashow, tela de projeção e ar-condicionado.

14.2.3 SEÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO CCAER:

A SEF do CCAER possui uma estrutura desportiva composta por um Ginásio de Esportes com arquibancada para aproximadamente 1000 pessoas, uma quadra oficial de

Basquetebol e Voleibol, Sala de Musculação com completa aparelhagem para a prática, tatame para os treinamentos de lutas, e, ainda, uma piscina Semiolímpica aquecida e uma piscina de 16x 8 m usada para iniciação de Natação. Possui 10 vestiários/banheiros estrategicamente localizados para atender aos cadetes e o efetivo da AFA.

Faz parte desta estrutura o Estádio Olímpico que conta com uma pista de atletismo padrão internacional, quatro (4) quadras poliesportivas ao ar livre, além da Pista de Cordas, a área de lançamento de Granadas usadas no Pentatlo Militar e a sala de Esgrima equipada com todos os aparelhos para o treinamento das três (3) armas e toda armaria necessária.

14.2.4 SEÇÃO DE INSTRUÇÃO MILITAR (SIM)

A SIM possui instalações adequadas para as atividades operacionais e de campanha desenvolvidas durante o CFOInf. Sua infraestrutura está disposta em diversos locais da área patrimonial da Guarnição de Aeronáutica de Pirassununga, utilizando-se, ainda, áreas externas a esta Academia para a execução das atividades de sobrevivência na selva e mar, permitindo uma maior interação com os ambientes específicos e propícios a estes treinamentos. São áreas de instrução militar:

- a) Área de Estágio Paraquedista: Esta Academia dispõe de uma completa área de Estágio onde é possível realizar o treinamento adequado para a atividade de Salto de Emergência, a qual é pré-requisito para o início do voo da fase Primário de Instrução. Suas instalações dispõem de uma pista de cordas, falso avião, balança e plataforma de aterragem. Ambas com capacidade adequada para suprir a quantidade de cadetes em formação;
- b) Zona de Lançamento (ZL): Localizada nas imediações da Pista de pouso do Setor W, está localizada a Zona de Lançamento de paraquedistas, com espaço amplo e propício à aterragem segura de militares que realizam o treinamento do salto de emergência na AFA;
- c) Área de Acampamento: Área destinada às atividades de Campanha desenvolvidas ao longo da formação dos cadetes. Dispõe de local apropriado para a instalação de toda estrutura de campanha para o efetivo de instrutores e alunos, além de possuir 06 clareiras onde são montadas as diversas oficinas das atividades realizadas;
- d) Pedreira: Para as atividades de rapel e transporte de cargas é utilizado local propício para a atividade, localizado no limite da área patrimonial da AFA, às margens do Rio Mogi. Suas características rochosas proporcionam boa imersão dos alunos ao ambiente de montanha;
- e) Lagoa: Para as atividades envolvendo transposição de curso d'água é utilizada a Lagoa dos cadetes, localizada próximo ao portão Sul desta academia. As dimensões da lagoa são adequadas para todas as atividades realizadas em meio aquático;
- f) Estande de tiro: Com infraestrutura completa para a atividade desportiva de tiro, esta academia possui instalações que superam as necessidades para as instruções de tiro previstas na formação dos cadetes, proporcionando ambiente adequado para o emprego do treinamento de tiro militar; e
- g) Infraestrutura externa: De modo a imergir o cadete em ambiente mais próximo possível de uma situação real, são utilizadas as instalações da Primeira Brigada de Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro, localizada no Guarujá-SP, para a realização da Instrução de Sobrevivência no Mar. Utiliza-se,

também, a área patrimonial do Campo de Provas Brigadeiro Veloso (CPBV), em Novo Progresso-PA, para a realização da instrução de Sobrevivência na Selva.

14.3 INFRAESTRUTURA DE REFEITÓRIO

14.3.1 RANCHO

A AFA dispõe de um refeitório com capacidade de atender todos os cadetes simultaneamente nas refeições de café da manhã, almoço, jantar e ceia.

15 AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Assessoria de Avaliação Institucional (AAI) foi instituída na AFA a partir das orientações constantes na ICA 37-752 “Instrução de Avaliação Institucional do Sistema de Ensino da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria DIRENS nº 430 /DNT, de 12 de dezembro de 2017, publicada no BCA nº 216, de 18 de dezembro de 2017.

No RICA 21-103 “Regimento Interno da Academia da Força Aérea”, aprovado pela Portaria DIRENS nº 63/SDGE, de 9 de dezembro de 2019, publicada no BCA nº 229, de 17 de dezembro de 2019, consta a previsão da AAI, subordinada diretamente ao Comando AFA e constituída de Chefe – Oficial Superior do Quadro de Oficiais da ativa – e Auxiliares.

Conforme orientações da DIRENS, a aprovação do Manual de Avaliação Institucional do Ensino estabelecerá as diretrizes e regras para a constituição da AAI e da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e definirá o Ciclo Avaliativo, o Calendário e os Instrumentos da Avaliação Institucional, entre outras informações.

Dessa forma, a Assessoria de Avaliação Institucional será estruturada para o desempenho das 6 (seis) Dimensões da Avaliação:

- a) Organização Institucional – avalia o projeto global da OE, considerando a sua missão, as ações institucionais propostas, bem como o próprio processo de Avaliação Institucional;
- b) Corpo Docente – mensura o desempenho profissional do agente executivo que, na OE subordinada, tem funções definidas em leis, regulamentos ou outras disposições ligadas diretamente à atividade de ensino, considerando os professores e instrutores (civis e militares);
- c) Corpo Discente – mensura a qualidade do ensino ofertado na OE subordinada, tendo por base os normativos aprovados para os cursos ou estágios, naquilo que faz referência ao atendimento das diretrizes de formação do discente;
- d) Organização Didático-Pedagógica – mensura a operacionalização de todo o arcabouço normativo do ensino e sua estruturação em relação aos objetivos da OE e dos cursos ou estágios;
- e) Infraestrutura e Apoio – mensura a qualidade de ensino nos aspectos de recursos humanos técnico-administrativos, das instalações, do material e dos equipamentos utilizados na OE; e
- f) Pós-Curso – mensura os aspectos da atividade profissional, a continuidade do processo de formação do militar que envolve a sua formação, a pós-formação e a capacitação.

No momento, diversos setores da estrutura organizacional da AFA, por força de seu Regimento Interno, têm atribuições relacionadas à Avaliação Institucional, são eles:

- a) A CADA da DE coordenar as atividades de planejamento e de avaliação do processo de ensino-aprendizagem e participa no desenvolvimento das ações de Avaliação Institucional;
- b) O Setor de Documentação de Ensino (SDEns), da Coordenadoria de Legislação e Melhoria de Processos (CLMP), acompanha, por meio de processo pedagógico, os PPC, para prover o assessoramento no processo de ensino-aprendizagem na DOA e no CCAER;

- c)** A Seção de Análise de Desempenho de Ensino (SADE), da CADA, gerencia as informações obtidas na Avaliação do Corpo Docente e da Instrução, bem como a Avaliação dos Currículos da AFA e do Desempenho Pós-Curso;
- d)** A Subdivisão de Execução da DE (SDEX-DE) supervisiona as atividades relativas à avaliação dos Discentes;
- e)** A SAV, da SDEX, coordena e executa as atividades de avaliação do processo de ensino-aprendizagem, além de avaliar e regular, permanentemente, os meios de avaliação;
- f)** A Coordenadoria Geral Administrativa (CGAd), da Subdivisão de Instrução Científica da DE (SDIC-DE), supervisiona a avaliação de desempenho acadêmico do Corpo Docente do Magistério Superior da Aeronáutica, sob responsabilidade da AFA, encaminhando os processos administrativos e de progressão funcional destes Docentes à Assessoria de Recursos Humanos da DIRENS;
- g)** A Seção de Instrução de Aviação (SIAV), da Subdivisão de Instrução de Aviação da DE (SDIA-DE) acompanha o processo de avaliação do Corpo Discente e da instrução técnico-especializada envolvida com o Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv);
- h)** A Seção de Instrução de Intendência (SIIT), da Subdivisão de Instrução de Intendência da DE (SDINT-DE) acompanha o processo de avaliação do Corpo Discente e da instrução técnico-especializada envolvida com o Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOInt);
- i)** A SIIF, da Subdivisão de Instrução de Infantaria da DE (SDINF-DE) acompanhar o processo de avaliação do Corpo Discente e da instrução técnico-especializada envolvida com o CFOInf;
- j)** Por sua vez, a Seção de Instrução de Militares Temporários (SIMT), da SDINF, acompanhar o processo de avaliação do Corpo Discente e de todas as instruções ministradas nos Estágios; e
- k)** A Subseção de Instrução, do Primeiro Esquadrão de Instrução Aérea (1o EIA), e a Subseção de Instrução, do Segundo Esquadrão de Instrução Aérea (2o EIA), programam e executam as atividades de instrução e de avaliação relativas à Instrução de Voo, no âmbito de seus respectivos Esquadrões.

16 DISPOSIÇÕES FINAIS

Este PPC entrará em vigor a partir da data de publicação em Boletim do COMAER.

Os casos não previstos no presente documento serão submetidos à apreciação do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

BLOOM, B. S. et al. **Taxonomy of educational objectives**. New York: David Mckay, 1956. 262 p. (v. 1)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980. **Estatuto dos Militares**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 dez. 1980.

BRASIL. Lei nº 7.772, de 28 de dezembro de 2012. **Dispõe Sobre a Estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011. **Dispõe sobre o Ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei no 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nos 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Academia da Força Aérea. **Missão, Visão e Valores**. 2000a. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/afa/index.php/sobre-a-afa/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 08 set 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Academia da Força Aérea. Portaria nº1/EC_SECT, de 30 de agosto de 2018. **Orientações para elaboração de uma Norma Padrão de Ação (NPA 001-EC/2018)**. Boletim Ostensivo nº 175, Pirassununga, SP, 18 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Academia da Força Aérea. Portaria DIRENS nº 63/SDGE, de 9 de dezembro de 2019. **Aprova a reedição do Regimento Interno da Academia da Força Aérea**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Brasília, DF, 17 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Portaria COMGEP nº 12/ALE, de 28 de fevereiro de 2020. **Aprova a reedição do Serviço Social no Âmbito do Comando da Aeronáutica (NSCA 163-1)**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Brasília, DF, 28 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Portaria COMGEP nº 179/3SC2, de 05 de agosto de 2021. **Aprova a edição do MCA 36-8 – Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica – PPOA – Volume I – QOAV, QOINT e QOINF**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Brasília, DF, 26 ago.2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Portaria COMGEP nº 955/DPM, de 20 de junho de 2018. **Aprova a edição da Movimentação de Pessoal Militar (ICA 30-4)**. Boletim do Comando da Aeronáutica nº 108, Brasília, DF, 26 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Portaria COMGEP nº1.673/DLE, de 24 de agosto de 2016. **Aprova a edição da Situação**

Militar dos desligados dos Cursos e Estágios de Formação de Oficiais e Praças da Ativa e do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (NSCA 33-2). Boletim do Comando da Aeronáutica nº 2.146, Brasília, DF, 27 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DIRENS nº 3/DAV, de 26 de agosto de 2019. **Aprova a edição do Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Ensino (PCA 37-17).** Boletim do Comando da Aeronáutica, Brasília, DF, 06 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENS nº 56/DE-1, de 10 de fevereiro de 2012. **Aprova a reedição dos Procedimentos para a Confecção, Expedição, Registro, Apostilamento de Diplomas, Certificados e Históricos Escolares (ICA 37-468).** Boletim do Comando da Aeronáutica nº 34, Brasília, DF, 16 fev. 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENS nº 143/SDTP, de 16 de março de 2017. **Aprova a reedição do Plano de Modernização do Ensino da Aeronáutica (PCA 37-11).** Boletim do Comando da Aeronáutica, Brasília, DF, 05 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENS nº 266/DE-1, de 30 de agosto de 2012. **Aprova a edição da Instrução referente a “Objetivos de Ensino e Níveis a Atingir na Aprendizagem” (ICA 37-521).** Boletim do Comando da Aeronáutica, Brasília, DF, 04 set. 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Portaria DEPENS nº 430/DNT, de 12 de dezembro de 2017. **Aprova a edição da Instrução de Avaliação Institucional do Sistema de Ensino da Aeronáutica (ICA 37-752).** Boletim do Comando da Aeronáutica, Brasília, DF, 18 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. Portaria DIRENS nº 99/DPE, de 12 de maio de 2020. **Aprova a edição da Instrução que estabelece as Normas para a elaboração, alteração e atualização de Projeto Pedagógico de Curso (ICA 37-836).** Boletim do Comando da Aeronáutica, Brasília, DF, 21 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. Portaria DIRENS nº 145/DPL, de 26 de abril de 2019. **Aprova a edição do Plano de Avaliação da Academia da Força Aérea Brasileira – Volume I (MCA 37-5).** Boletim do Comando da Aeronáutica nº 115, Brasília, DF, 02 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria nº 1.597/GC3, de 10 de outubro de 2018. **Aprova a reedição da DCA 11-45 – Concepção Estratégica Força Aérea 100.** Boletim do Comando da Aeronáutica, Brasília, DF, 15 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Parecer CNE/CES nº 4, de 17 de junho de 2010. **Sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE.**

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Resolução CNE/CES nº 1, de 01 de junho de 2010. **Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.**

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. **Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos**

relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de julho de 2007. **Dispõe sobre procedimentos adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.**

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado.**

BRASIL. Portaria Normativa Interministerial nº 830/MD/MEC, de 23 de maio 2008. **Dispõe sobre a equivalência dos cursos de formação de oficiais das Forças Armadas.** Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

BROWN, D.H. **Language Assessment: principles and classroom practices.** Longman: USA, New York, 2004.

CARBONELL, J. **A aventura de inovar: a mudança na escola.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

CRUZ, J. A. S.; BIZELLI, J. L. Docência para o ensino superior: inovação, informação e construção do conhecimento na era digital. **Cadernos De Educação, Tecnologia e Sociedade**, Inhumas, v. 8, n.1, p. 79-90, 2015.

FERRAZ, A. P. C. M.; BELHOT, R. V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, jan. 2010.

GARCIA, J. Avaliação e aprendizagem na educação superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v.20, nº 43, maio/ago. 2009.

GIL, A. C. **Metodologia do Ensino Superior.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.

LUCKESI, C. C. Educação Universitária e a formação do ser humano. **Revista da FAEEBA**, Salvador, n. 1, jan./jun., 1992.

LUCKESI, C. C. O que é mesmo o ato de avaliar? **Revista Pátio**, ano 3, nº12 – fevereiro/abril de 2000.

MAGALHÃES, A. (org.). **Dicionário Enciclopédico Brasileiro.** Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1943.

MENEZES, E.T.; SANTOS T.H. Verbete Interdisciplinaridade. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil.** São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/interdisciplinaridade/>. Acesso em: 08 set 2020.

MESQUIATTI, L. F. A educação superior no Reino Unido: expansão e internacionalização. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 1, p.22-42, 2014.

MESSINA, G. Mudança e inovação educacional: notas para reflexão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 225-233, novembro 2001.

SILVA. M. C. A. **Psicopedagogia: a busca de uma fundamentação teórica.** 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ANEXO A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Administração Pública Carga-Horária: 66h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Conceituar as teorias de administração, economia e contabilidade aplicáveis nas Forças Armadas. b) Relacionar as ferramentas administrativas e sua aplicabilidade na gestão administrativa da FAB.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1. Fundamentos de Ciência Política, Governo e Administração Pública. 2. Governabilidade, governança e accountability na Administração Pública. 3. Mudanças no Estado e na Administração Pública. 4. Modelos de Estado, Governo e Administração Pública. 5. Economia, Administração Pública e Agências Reguladoras. 6. Controle da Administração Pública no Brasil. 7. Desafios e Perspectivas da Administração Pública.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Descrever as principais características da Administração Pública (Cp); b) Compreender que a Administração Pública representa uma estrutura organizacional e ao mesmo tempo um arcabouço legal sendo influenciada por diversas disciplinas (Economia, Administração, Direito, Ciência Política e Sociologia) no seu desenvolvimento (Cp); c) Analisar a organização, a estrutura, o histórico e as práticas recentes de gestão do estado brasileiro (An); d) Identificar modelos e funções do Estado, Governo e Administração Pública e sobre os sistemas de controle da Administração Pública (Cp); e) Descrever modelos de responsabilização na Administração Pública e o papel dos agentes da administração da Aeronáutica (Cp); f) Identificar os desafios e perspectivas da Administração Pública (An).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, Ed. Saraiva. Col. Saraiva De Legislação - 55ª Ed. 2018. MATIAS-PEREIRA, J. Administração Pública – Foco nas Instituições e Ações Governamentais. São Paulo: Atlas, 2018. BRESSER PEREIRA, L. C., SPINK, P. (org). Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. 6ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>SANTOS, C. S. dos. Introdução à Gestão Pública. São Paulo: Saraiva, 2006 FARAH, M. F. S. Administração Pública e Políticas Públicas. Revista de Administração Pública, v.3, n.45, 2011 PETERS, B.G.; PIERRE, J. (orgs.). Administração Pública: coletânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010 SOUZA, C. et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.</p>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Cálculo 1 Carga-Horária: 66h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Descrever a dinâmica da pesquisa científica, desde a elaboração de pré-projeto à conclusão da pesquisa; b) Valorizar a inovação tecnológica e a pesquisa científica para o desenvolvimento nacional.
EMENTA
1) Técnicas de Limites e Definição da Continuidade de uma Função Real; 2) Derivada: Regras de Derivação e Propriedades; 3) Aplicações do Cálculo Diferencial: Intervalos de Crescimento e Decrescimento; Máximos e Mínimos; Intervalos de Concavidades; Pontos de Inflexão e Teste da Derivada Segunda.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Identificar os conceitos do Cálculo Diferencial visando uma disponibilização de técnicas e de conhecimentos da matemática básica do Ensino Superior (Cp); b) Identificar o comportamento de funções reais utilizadas em disciplinas subsequentes que necessitem da compreensão de fenômenos naturais, teorias econômicas ou otimização de recursos (Ap).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
THOMAS, B., WEIR, M.D., HASS, J. Cálculo . Editora Person Education do Brasil, Volume 1, São Paulo, 2012. FLEMMING, D. e BUSS, M. Cálculo A: Funções, Limite, Derivação e Integração . Editora Prentice Hall, edição 6, vol. 1, São Paulo, 2007. STEWART, J. Cálculo . Editora Cengage Learning, Tradução da 8ª Edição Norte Americana, Volume 1, São Paulo, 2017.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BARBOSA, A. C. C.; ROJAS, A.; CONCORDIDO, C. F. R. e CARVALHAES, C. G. Cálculo Diferencial e Integral de Funções de uma Variável com Python . Editora Ciência Moderna. Rio de Janeiro, 2019. GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo . Editora LTC, 5ª edição, Rio de Janeiro, 2001. SILVA, L. M. O. e MACHADO, M. A. S. Matemática Aplicada à Administração, Economia e Contabilidade . Funções de uma e mais variáveis. Cengage Learning. São Paulo, 2011.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Cálculo 2 Carga-Horária: 66 h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Descrever a dinâmica da pesquisa científica, desde a elaboração de pré-projeto à conclusão da pesquisa; b) Valorizar a inovação tecnológica e a pesquisa científica para o desenvolvimento nacional.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Integral Indefinida: Função Primitiva e Integrais Imediatas; 2) Processos Elementares: Métodos de Integração; 3) Integral Definida: Conceito Analítico e o Teorema Fundamental do Cálculo; 4) Aplicações: Cálculo de Áreas e Volumes; 5) Noções Básicas de Equações Diferenciais Ordinárias: Equações Separáveis e Equações Lineares Completas.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Apresentar conceitos do Cálculo de Integrais visando à disponibilização de técnicas para a resolução de problemas geométricos que envolvem áreas e volumes (Cp). b) Permitir a modelagem matemática através do estudo das taxas de variações ou das equações diferenciais ordinárias empregadas em disciplinas subsequentes que necessitam da compreensão de fenômenos naturais, teorias econômicas ou de otimização de recursos (Ap).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>THOMAS, B., WEIR, M.D., HASS, J. Cálculo. Editora Person Education do Brasil, Volume 1, São Paulo, 2012. FLEMMING, D. e BUSS, M. Cálculo A: Funções, Limite, Derivação e Integração. Editora Prentice Hall, edição 6, vol. 1, São Paulo, 2007. STEWART, J. Cálculo. Editora Cengage Learning, Tradução da 8ª Edição Norte Americana, Volume 2, São Paulo, 2017.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>BARBOSA, A. C. C.; ROJAS, A.; CONCORDIDO, C. F. R. e CARVALHAES, C. G. Cálculo Diferencial e Integral de Funções de uma Variável com Python. Editora Ciência Moderna. Rio de Janeiro, 2019. ZILL, D.G. Equações Diferenciais com aplicações em modelagem. Cengage Learning, Tradução da 10ª Edição Norte Americana, São Paulo, 2016. SILVA, L. M. O. e MACHADO, M. A. S. Matemática Aplicada à Administração, Economia e Contabilidade. Funções de uma e mais variáveis. Cengage Learning. São Paulo, 2011.</p>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Comunicação Institucional Carga-Horária: 36h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Empregar os recursos administrativos e financeiros no desenvolvimento de ações de gestão estratégica e coordenação de fluxos administrativos, respeitando as políticas públicas e leis vigentes no país</p> <p>b) Explicar a importância das relações interpessoais, intersetoriais e entre organizações do COMAER.</p> <p>c) Conceituar os fundamentos legais e os meios de relacionamento na gestão do COMAER.</p> <p>d) Aplicar e respeitar os valores e tradições do Brasil e das Forças Armadas Brasileiras, em especial da FAB.</p> <p>e) Valorizar o relacionamento interpessoal, intersetorial e entre organizações do COMAER.</p> <p>f) Reportar para a chefia os problemas identificados.</p> <p>g) Atuar de forma discreta e comedida no ambiente virtual, primando pela proteção de dados pessoais e organizacionais.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Processo de Comunicação: etapas do processo de comunicação; elementos do processo de comunicação; 2) Comunicação Interna e Comunicação Externa: vertente estratégica; 3) Comunicação Integrada: Relações públicas; Propaganda Institucional; 4) Mídias Sociais: Conceitos; aplicações; estratégia; 5) Imagem Organizacional: conceitos da imagem organizacional; importância e formação da imagem; ferramentas de mensuração.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Definir comunicação e suas aplicações no contexto pessoal e organizacional (Cn);</p> <p>b) Conhecer as etapas do processo de comunicação (Cn);</p> <p>c) Analisar as principais ferramentas de comunicação interna e externa e suas aplicações estratégicas, (Cp);</p> <p>d) Conhecer as redes formais e informais de comunicação (Cn);</p> <p>e) Analisar os fundamentos do endomarketing (Cp);</p> <p>f) Compreender a comunicação integrada sobre a ótica de Margarida Kunsh; (Cp);</p> <p>g) Compreender os conceitos, as características e a aplicabilidades da Propaganda no contexto da FAB; (Cp);</p> <p>h) Compreender as mídias sociais como ferramenta de Comunicação Institucional; (Cp);</p> <p>i) Compreender os conceitos e a formação de uma imagem institucional positiva enquanto objetivo fim do planejamento de comunicação; (Cp).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>KOTLER, Philip & ARMSTRONG, Gary. Princípios de Marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2003.</p> <p>KUNSCH, M. M. Krohling. Comunicação organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas In: MARCHIORI, Marlene. Faces da cultura e da comunicação organizacional. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2006, pp.167-190. <i>Disponível em:</i> http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/11868/material/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20organizacional%20conceitos%20e%20dimens%C3%B5es%20dos%20estudos%20e%20das%20pr%C3%A1ticas.pdf</p> <p>WEILER. Aline. Comunicação Interna e Gestão de Pessoas Facilitando os</p>

relacionamentos em um ambiente organizacional diversificado. Monografia (Bacharel em Comunicação Social) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 92p. 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28017/000767535.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Comunicação Organizacional: práticas, desafios e perspectivas digitais, São Paulo, Ed. Summus, 2021.

FREIRE, Marla; CAMINHA, Rakel de Alencar Araripe Bastos; SILVA; Liliana Rodrigues da. **Os ruídos comunicacionais na Pós-Modernidade: barreiras pessoais, físicas e semânticas para uma comunicação efetiva.** XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, 2015. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/norte2015/resumos/R44-0360-1.pdf>

PERLES, João Batista. Comunicação: conceitos, fundamentos e história. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Construção de Filosofia de Liderança Carga-Horária: 30h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar a teoria da guerra enquanto fenômeno social, bem como suas consequências para a sociedade. b) Relacionar a psicologia com a gestão estratégica de pessoas com vista à melhoria do desempenho da instituição. c) Atuar em negociações e apresentações com clareza e eficácia.
EMENTA
1) Conceitos e Princípios Filosóficos de Liderança no Contexto Militar; 2) Dilemas Atuais na Construção de uma Filosofia de Liderança.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Identificar a guerra enquanto fenômeno psicossocial e suas consequências para a sociedade (Cp); b) Identificar competências individuais básicas ao desenvolvimento da liderança e sua aplicação na gestão estratégica de pessoas (Ap); c) Discutir os desafios para a liderança em um cenário mundial complexo, ambíguo, dinâmico e volátil, enfatizando conflitos recentes com características híbridas (Cp); d) Discutir as competências e conhecimentos necessários para a atuação em negociações e apresentações com clareza (Cp); e) Praticar exercícios de dinâmica de grupo que destaquem as habilidades e conhecimentos necessários à liderança e na gestão estratégica de pessoas (Ap).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL, Ministério da Defesa. MCA2-1 - Manual de Liderança da FAB . Estado Maior da Aeronáutica – EMAER. Brasília, DF, 2016. GADDIS, J. L. As grandes estratégias: de Sun Tzu a Franklin Roosevelt, como os grandes líderes mudaram o mundo . São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. ISBN 978-85-422-1589-2 SILVA, F.(org.) Enciclopédia de guerras e revoluções: vol. III . Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ANDRADE, Suely Gregory. Teoria e prática de dinâmica de grupo: jogos e exercícios . São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa . Brasília, DF: 2020. BYHAM, W.C., SMITH, A.B., PAESE, M. J. Formando Líderes: como identificar, desenvolver e reter talentos de liderança . São Paulo: Ed. Pearson, 2003.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Contabilidade e Orçamento Carga-Horária: 66h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Empregar os recursos administrativos e financeiros no desenvolvimento de ações de gestão estratégica e coordenação de fluxos administrativos, respeitando as políticas públicas e leis vigentes no país.</p> <p>b) Descrever as políticas públicas aplicadas no Brasil e nas Forças Armadas.</p> <p>c) Relacionar as ferramentas administrativas e sua aplicabilidade na gestão administrativa da FAB.</p> <p>d) Descrever os instrumentos metodológicos de gestão que auxiliam na identificação de situações-problema e delimitação das possíveis causas e alternativas de solução.</p> <p>e) Utilizar as ferramentas de gestão administrativas para racionalizar os meios materiais, humanos e orçamentários.</p> <p>f) Identificar os processos de seu setor e interpretar o fluxo de processos da OM.</p> <p>g) Identificar as situações-problema existentes em seu âmbito de atuação funcional.</p> <p>h) Propor para a chefia ações para a solução de problemas identificados.</p> <p>i) Coordenar os processos administrativos sobre sua responsabilidade, atuando de forma a aperfeiçoá-los.</p> <p>j) Aplicar as ferramentas de Gestão aos processos de Administração Organizacional.</p> <p>k) Apreciar os conhecimentos e as ferramentas aplicadas aos procedimentos administrativos, considerando as esferas Geral e Pública, conforme a evolução científica e práticas da Administração, propondo atualizações.</p> <p>l) Contribuir para um ambiente de excelência administrativa.</p> <p>m) Atuar com imparcialidade e profissionalismo, primando pelos interesses da FAB.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Introdução à contabilidade; 2) Demonstrações financeiras básicas; 3) Contabilidade Pública; 4) Introdução ao orçamento público; 5) Prática de elaboração de orçamento público; 6) Normas de contabilidade aplicadas ao setor público.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Identificar os diferentes usuários das informações contábeis (Cn);</p> <p>b) Identificar os princípios contábeis geralmente aceitos (Cn);</p> <p>c) Explicar os principais grupos pertencentes ao Balanço Patrimonial (Cp);</p> <p>d) Elaborar escrituração contábil e demonstrações contábeis: métodos das partidas dobradas (Si);</p> <p>e) Explicar o enfoque orçamentário e patrimonial na contabilidade pública (Cp);</p> <p>f) Apresentar a estrutura do planejamento-orçamentário brasileiro (Cp);</p> <p>g) Apresentar os princípios orçamentários e o ciclo orçamentário (Cp);</p> <p>h) Praticar escrituração contábil com modelo de plano de contas (Ap);</p> <p>i) Elaborar relatórios contábeis da área pública (Si);</p> <p>j) Compreender a repercussão do estudo no plano de ação para o planejamento e orçamento da FAB (Cp).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ANGÉLICO, J. **Contabilidade Pública**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIACOMONI, James. **Orçamento Governamental: teoria/sistema/processo**. 1/2019 ed. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 15ª ed., São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, Diana Vaz. **Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público**. 1/2018 ed. São Paulo: Atlas.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Valmir Leôncio da. **A Nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal**, de 05 de outubro de 1988 (atualizada).

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal).

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA)**. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica/Comando da Aeronáutica – RCA-1, 2004.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Custos Carga-Horária: 36h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Empregar os recursos administrativos e financeiros no desenvolvimento de ações de gestão estratégica e coordenação de fluxos administrativos, respeitando as políticas públicas e leis vigentes no país;</p> <p>b) Conceituar as teorias de administração, economia e contabilidade aplicáveis nas Forças Armadas;</p> <p>c) Relacionar as ferramentas administrativas e sua aplicabilidade na gestão administrativa da FAB;</p> <p>d) Descrever os instrumentos metodológicos de gestão que auxiliam na identificação de situações-problema e delimitação das possíveis causas e alternativas de soluções;</p> <p>e) Utilizar as ferramentas de gestão administrativas para racionalizar os meios materiais, humanos e orçamentários;</p> <p>f) Identificar as situações-problema existentes em seu âmbito de atuação funcional;</p> <p>g) Propor para a chefia ações para a solução de problemas identificados;</p> <p>h) Coordenar os processos administrativos sobre sua responsabilidade, atuando de forma a aperfeiçoá-los;</p> <p>i) Contribuir para um ambiente de excelência administrativa;</p> <p>j) Atuar com imparcialidade e profissionalismo, primando pelos interesses da FAB.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Fundamentos da contabilidade de custos: terminologias e conceitos de custos, classificação de custos. 2) Custos na administração pública: métodos de custeio aplicados à gestão pública, Sistema de Informação de Custos no Setor Público (SIC), decisões baseadas em custos. 3) Sistemas de custos no COMAER: Estrutura e funcionamento do Sistema de Informações de Custos no COMAER.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) identificar os conceitos de contabilidade de custos, com maior foco e profundidade para os aspectos relacionados à contabilidade pública (Cn);</p> <p>b) interpretar a correta gestão dos procedimentos relacionados à Administração Pública para a tomada de decisões e controle (Cp).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>ANDRADE, Samara Lima; VILELA, Dirley Lemos. Levantamento de Custos na Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga utilizando documentos do Tesouro Gerencial. 1º Colocado no 9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019. Instituto Social Iris: Natal, 2019.</p> <p>AZEVEDO, Adriano Maia Ribeiro. Perfil de custos do COMAER: análise dos impactos decorrentes de um cenário de restrição orçamentária. Revista da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, ano VII, no 9, out. 2016, p. 48-57.</p> <p>BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Informações de Custos do Governo Federal. Brasília: 2018.</p> <p>MAGLIANO JUNIOR, Giovanni. O custo da Aeronáutica para o Brasil. Revista da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, ano VI, n. 8, out. 2015, p. 42-48.</p> <p>MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p>

MEGLIORINI, Evandir. Custos: análise e gestão. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HOLANDA, Victor Branco; LATTMAN-WELTMAN, Fernando, GUIMARÃES, Fabrícia (org). Sistema de informação de custos na administração pública federal: Uma política de Estado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 160 p.

MACHADO, Nelson; HOLANDA, Victor B; BEZERRA FILHO, João E. Sistema de Informação de Custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental. 191 p. Instituto Social Iris. Natal: 2018.

STARK, José Antônio. Contabilidade de Custos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, William O. Contabilidade Gerencial. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Direito Geral Carga-Horária: 66 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Explicar a destinação constitucional das Forças Armadas; b) Desenvolver as missões ligadas à atuação de seu quadro com foco no combate e no emprego da Força Aérea no campo de batalha, bem como no cumprimento de suas atribuições constitucionais; c) Conceituar os fundamentos legais e os meios de relacionamento na gestão do COMAER; d) Declarar as atribuições constitucionais das Forças Armadas e da Força Aérea Brasileira; e) Citar as legislações básicas de Direito nas áreas constitucional, administrativa, civil e militar, que influenciam nas tomadas de decisão.
EMENTA
1) Noções Introdutórias do Direito: Os princípios gerais do Direito e a interpretação das leis; Classificações do Direito; As fontes do Direito e o processo de formação das leis; 2) Teoria Geral do Estado: A estruturação histórica e jurídica dos Estados Nacionais; Os Elementos Constitutivos do Estado; O Estado enquanto pessoa jurídica dotada de soberania; Formas de Estado, Formas de Governo e Regimes de Governo; 3) Direito Constitucional: A evolução das constituições; A organização do Estado; A Teoria Geral da Separação de Poderes; Estrutura e características da Constituição Federal Brasileira e os direitos humanos fundamentais; O sistema de reconhecimento da nacionalidade brasileira; Funções Essenciais à Justiça; Defesa do Estado e das instituições democráticas; 4) Direito Administrativo: Os princípios e os poderes da Administração Pública; Atos administrativos; Responsabilização dos agentes e entidades públicas.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Compreender a lei como fonte principal do Direito (Cp); b) Compreender os princípios gerais do Direito (Cp); c) Analisar o surgimento e a evolução do Direito Constitucional (An); d) Analisar o surgimento e a evolução do Direito Constitucional (An); e) Analisar a Constituição Federal e os princípios que regem o Direito Constitucional (An); f) Compreender os princípios fundamentais norteadores do Direito Administrativo Brasileiro (Cp).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito . Editora Saraiva. 27ª edição, 2009 DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado . Editora Saraiva. 32ª edição, 2013 BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo . Editora Saraiva. 4ª edição, 2013 CARVALHO SILVA, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . Editora Lumen MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro . Malheiros Editores
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil . Editora Saraiva. 27ª edição, 2009 AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado . Editora Globo. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional . Editora Saraiva. JAQUES, Paulino. Curso de Introdução à Ciência do Direito . Editora Forense MALUF, Said. Teoria Geral do Estado . Editora Saraiva TELLES JUNIOR, Goffredo. Iniciação na Ciência do Direito . Editora Saraiva. 4ª edição

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Direito Internacional dos Conflitos Armados Carga-Horária: 10h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar os tratados internacionais ligados ao Direito Internacional dos Conflitos Armados dos quais o Brasil é signatário, seus desdobramentos e aplicações. b) Citar as principais legislações e tratados dos quais o Brasil é signatário, no campo do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) e dos Direitos Humanos.
EMENTA
1) Noções básicas do Direito Internacional dos Conflitos Armados: Origens e Histórico do DICA; 2) Fundamentos, Tratados e Convenções do Direito Internacional dos Conflitos Armados; 3) Comportamento na Ação - o âmbito de aplicação do DICA; 4) As relações Internacionais e o DICA: Tratados internacionais; 5) O DICA e as Operações de Manutenção da Paz.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Descrever o Direito Internacional dos Conflitos Armados, suas origens e Histórico (Cp); b) Relatar os Fundamentos, Tratados e Convenções Internacionais (Cn); c) Enunciar a teoria apresentada quando do seu emprego nas Operações de Manutenção de Paz (Cn).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CINELLI, Carlos Eduardo. Direito Internacional Humanitário. Editora Juruá, 1ª edição, 2011. PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e Justiça Internacional. Editora Saraiva, 5ª edição, 2014. PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. Editora Saraiva, 14ª edição, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Brasil em Missões de Paz. Ed Usina do Livro. 2005. CRETELLA NETO, José. Curso de Direito Internacional Penal. Ed UNIJUÍ. 2ª edição, 2014. RÉGIS, André. Intervenções Nem Sempre Humanitárias. Ed. Universitária/UFPB. 2006.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Direito Penal Militar Carga-Horária: 36h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Descrever os documentos e procedimentos aplicados à esfera administrativa de Polícia Judiciária Militar, quanto a: Direito Penal Militar, Inquérito Policial Militar (IPM), Auto de Prisão em Flagrante (APF), Sindicância e outros.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Direito Penal Militar: Preceitos Fundamentais do Direito Penal Militar; Crime Propriamente e Impropriamente Militar; Peculiaridades da Lei Penal Militar em relação à Lei Penal Comum; Penas Principais e Penas Acessórias; Crimes Militares em tempos de Paz; Crimes contra a Administração Militar; 2) Atos de Polícia Judiciária Militar: Inquérito Policial Militar, Prisão em flagrante e Sindicância, Teoria e Prática; A Justiça Militar da União.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) distinguir as peculiaridades da Lei Penal Militar com relação ao Direito Penal comum, os preceitos fundamentais do Direito Penal Militar, por intermédio da apresentação de sua doutrina introdutória (Na); b) discutir o funcionamento da Justiça Militar da União (Cp); c) aplicar a sindicância, por meio da realização de exercícios práticos (Ap); d) diferenciar o crime militar próprio do crime militar impróprio, bem como diferenciar o crime da transgressão disciplinar (An); e) analisar os trâmites relativos aos atos de Polícia Judiciária Militar: Inquérito Policial Militar, Auto de Prisão em flagrante, e Termo de Deserção, por meio de explicação teórica e exercícios práticos (An); e f) analisar gestão dos meios da Força Aérea de acordo com a sua área de atuação, a partir do conhecimento da legislação básica de Direito Penal e de Direito Penal Militar (An).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal, Parte Geral (2019). Editora Juspodivm, 7ª ed., 2019. CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal, Parte Especial (2019). Editora Juspodivm, 11ª ed., 2019. LIMA, Renato Brasileiro. Manual de Processo Penal. Vol. Único. Editora Juspodivm, 7ª ed., 2019.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>LIMA, Renato Brasileiro. Código de Processo Penal Comentado. Editora Juspodivm, 2019. ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Manual de Direito Penal. Editora Saraiva, 10 edição, 2014. NEVES, Cícero Robson Coimbra; STREIFINGER, Marcelo. Manual de Direito Penal Militar. Editora Saraiva, 4ª edição, 2014. PRADO, Luiz Régis. Curso de Direito Penal Brasileiro – Parte Geral. Editora Revista dos Tribunais, 13ª edição, 2014. ROSSETTO, Enio Luiz. Código Penal Militar Comentado. Editora Revista dos Tribunais, 1ª edição, 2012.</p>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Economia 1 Carga-Horária: 32h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Apreciar os conhecimentos e as ferramentas aplicadas aos procedimentos administrativos, considerando as esferas Geral e Pública, conforme a evolução científica e práticas da Administração, propondo atualizações; b) Conceituar as teorias de administração, economia e contabilidade aplicáveis nas Forças Armadas; c) Localizar assuntos nacionais e internacionais de interesse do COMAER identificando as oportunidades e os riscos envolvidos no assunto.
EMENTA
1) Introdução ao estudo da economia: divisão do estudo econômico -micro e macroeconomia, sistemas econômicos; 2) Pressupostos básicos da microeconomia; 3) Demanda, oferta e equilíbrio de mercado; 4) Teoria firma: teoria da produção, custos econômicos, custos de curto e longo prazos, economia de escopo; 5) Estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio, concorrência monopolista e oligopólio.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) discutir os conceitos da microeconomia (Cp); b) demonstrar o comportamento e o funcionamento dos diferentes tipos de mercado (Ap); c) discutir os conceitos microeconômicos básicos que permitam interpretar o contexto macroeconômico (Ap).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de, GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de Economia . São Paulo: Saraiva, 6 ed, 2019. VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia Micro e Macro . São Paulo: Ed. Atlas, 6ª ed, 2017. PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia . Pearson Learning, 8ª ed., 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
O'SULLIVAN, Arthur. Introdução à economia: princípios e ferramentas . São Paulo: Pearson, 2004. PARKIN, Michael. Economia . São Paulo: Pearson Universidades, 8a ed., 2008. TEBCHIRANI, Flávio Ribas. Princípios de Economia: micro e macro . São Paulo: Ed Intersaberes, 2012.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Economia 2 Carga-Horária: 46h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Apreciar os conhecimentos e as ferramentas aplicadas aos procedimentos administrativos, considerando as esferas Geral e Pública, conforme a evolução científica e práticas da Administração, propondo atualizações; b) Conceituar as teorias de administração, economia e contabilidade aplicáveis nas Forças Armadas; c) Localizar assuntos nacionais e internacionais de interesse do COMAER identificando as oportunidades e os riscos envolvidos no assunto.
EMENTA
1) Introdução à Teoria Macroeconômica: conceitos básicos e noções de Contabilidade Nacional; 2) O Lado Real: modelo básico keynesiano, oferta e demanda agregadas e renda de equilíbrio; 3) Política Fiscal; 4) O Lado Monetário: oferta e demanda de moeda, taxa de juros e sistema financeiro; 5) Setor externo, taxa de câmbio, políticas cambial e comercial, balanço de pagamentos, organismos internacionais.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) descrever o ambiente macroeconômico interno e externo (Cp); b) interpretar os cenários macroeconômicos interno e externo, inclusive no âmbito das relações internacionais (Ap); c) analisar situações econômicas de caráter nacional e internacional (An).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de, GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de Economia . São Paulo: Saraiva, 6 ed, 2019. VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia Micro e Macro . São Paulo: Ed. Atlas, 6ª ed, 2017. BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia . São Paulo: Pearson Universidades, 5a. ed., 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
O'SULLIVAN, Arthur. Introdução à economia: princípios e ferramentas . São Paulo: Pearson, 2004. PARKIN, Michael. Economia . São Paulo: Pearson Universidades, 8a ed., 2008. TEBCHIRANI, Flávio Ribas. Princípios de Economia: micro e macro . São Paulo: Ed. Intersaberes, 2012.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Estatística e Probabilidade Carga-Horária: 66 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Descrever a dinâmica da pesquisa científica, desde a elaboração de pré-projeto à conclusão da pesquisa. b) Interpretar os parâmetros utilizados nos testes de aptidão e condicionamento físico. c) Demonstrar visão prospectiva na elaboração de hipóteses.
EMENTA
1) Introdução à Estatística; 2) Análise Exploratória de Dados; 3) Probabilidade: axiomas e teoremas de abordagem frequentista; 4) Distribuições Discretas: Binomial e Poisson; 5) Distribuições Contínuas: Exponencial, Normal e <i>t</i> de <i>Student</i> ; 6) Teorema Central do Limite.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Incentivar o raciocínio crítico para análise de resultados estatísticos em forma gráfica ou numérica (Cp); b) Utilizar planilhas eletrônicas para o cálculo das principais medidas estatísticas (Cp); c) Fornecer técnicas básicas para o auxílio na tomada de decisões baseadas em conceitos estatísticos e de probabilidade (Ap); d) Introduzir a importância conceitual das distribuições normais nos processos de aproximação das distribuições Binomial e Poisson (Cn); e) Analisar as Aplicações dos modelos <i>t</i> e Normal em problemas diversos (An); f) Ilustrar a tomada de decisões baseadas nas distribuições discretas e contínuas (Ap); g) Fornecer aplicações diversas do Teorema Central do Limite (Ap).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
TRIOLA, M. F. Introdução à Estatística: Atualização da Tecnologia. LTC, 12ª ed. São Paulo, 2017. BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. Editora Saraiva. 9ª ed, São Paulo, 2017. ANDERSON, D. R. et al. Estatística Aplicada à Administração e Economia. Editora Cengage Learning, 4ª ed. São Paulo, 2019.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
MORETIN, L.G. Estatística Básica: probabilidade e inferência, Editora Pearson, ed.01, São Paulo, 2009. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1997/pdf/0 LARSON, R., FARBER, B. Estatística Aplicada, Editora Pearson, ed 04, 2010. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1242/pdf/0 MacCLAVE, J.T., BENSON, P.G., SINCICH, T. Estatística para Administração e Economia, Editora Pearson, ed. 10, 2009. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/402/pdf/0

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Filosofia Carga Horária: 36h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar a teoria da guerra enquanto fenômeno social, bem como suas consequências para a sociedade. b) Declarar as atribuições constitucionais das Forças Armadas e da Força Aérea Brasileira. c) Citar as legislações básicas de direito nas áreas constitucional, administrativa, civil e militar, que influenciam nas tomadas de decisão. d) Identificar os processos de construção do caráter militar. e) Enunciar os valores éticos e profissionais típico dos militares, em especial das Forças Armadas Brasileiras e da Força Aérea Brasileira.
EMENTA
1) Platão: conceito de justiça apresentado na República, coerção e comportamento moral, lei como sinônimo de justiça; 2) Aristóteles: conceito de virtude, virtudes morais, ética teleológica e eudaimonia e conceito de justiça a partir da Ética a Nicômaco; 3) Estatuto dos Militares: ética aplicada às Forças Armadas, importância dos valores militares, análise do programa de formação de valores; 4) Estado Nacional e Forças Armadas: poder, legitimidade e violência; 5) Guerra: política e conflitos armados, limites da guerra, guerra justa e injusta.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Relacionar os conceitos de justiça na aplicação em conflitos armados (Ap); b) Identificar a importância da reflexão ética para as Forças Armadas (Cn); c) Mostrar através de casos reais e hipotéticos a relevância de cada decisão que implique aspectos éticos (Ap); d) Analisar os direitos e deveres do militar à luz da ética presente no Estatuto dos Militares (An); e) Relacionar os conceitos éticos e os valores morais com a profissão militar (Ap); f) Demonstrar raciocínio crítico frente aos dilemas morais impostos pela guerra (Ap).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
COITINHO, Denis. <i>Os sentidos da justiça em Aristóteles</i> . 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. LIMA, Ricardo Rodrigues Alves de. <i>Introdução à sociologia de Max Weber</i> . Curitiba: InterSaberes, 2012. PLATÃO. <i>A República</i> . Tradução de Leonel Vallandro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. SEDGWICK, Sally. <i>Fundamentação da metafísica dos costumes: uma chave de leitura</i> . Tradução de Diego Kosbiau Trevisan. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. KNIHS, Karla. <i>Direito Internacional Público</i> . Curitiba: Contentus, 2020.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ARON, Raymond. <i>Pensar a guerra, Clausewitz: a era planetária</i> . Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. (Pensamento Político, 722) ASSMANN, Selvino José. <i>Filosofia e Ética</i> . Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. CORTINA, Adela. <i>Ética Mínima: Introdução à Filosofia Prática</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2009. MATTAR, João. <i>Introdução à Filosofia</i> . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. WALZER, Michael. <i>Guerras justas e injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Gestão de Operações e Processos Carga-Horária: 66 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
<p>a) Empregar os recursos administrativos e financeiros no desenvolvimento de ações de gestão estratégica e coordenação de fluxos administrativos, respeitando as políticas públicas e leis vigentes no país.</p> <p>b) Relacionar as ferramentas administrativas e sua aplicabilidade na gestão administrativa da FAB.</p> <p>c) Explicar os processos administrativos utilizados na FAB.</p> <p>d) Recordar os conceitos básicos e legislações ligados à área de administração pública e de recursos financeiros e gerência de processos.</p> <p>e) Explicar como a gestão estratégica pode melhorar o desempenho da organização a curto, médio e longo prazo.</p> <p>f) Descrever os instrumentos metodológicos de gestão que auxiliam na identificação de situações-problema e delimitação das possíveis causas e alternativas de soluções.</p> <p>g) Utilizar as ferramentas de gestão administrativas para racionalizar os meios materiais, humanos e orçamentários.</p> <p>h) Identificar os processos de seu setor e interpretar o fluxo de processos da OM.</p> <p>i) Identificar as situações-problema existentes em seu âmbito de atuação funcional.</p> <p>j) Propor para a chefia ações para a solução de problemas identificados.</p> <p>k) Coordenar os processos administrativos sobre sua responsabilidade, atuando de forma a aperfeiçoá-los.</p> <p>l) Contribuir para um ambiente de excelência administrativa.</p> <p>Atuar com imparcialidade e profissionalismo, primando pelos interesses da FAB.</p>
EMENTA
<p>1) Introdução sobre a função produção nas organizações: operações na FAB, tipos de hierarquia, proteção e dimensões das operações; 2) Papel estratégico, objetivo e estratégia da função produção: o papel da função de operações, objetivos de desempenho, estratégia e hierarquia de operações, decisões estratégicas de operações; 3) Projeto de operações e processos na FAB: projeto de operações, efeito volume-variedade no projeto de operações, passos para a elaboração do projeto de operações e processos, tecnologia de processos; 4) Planejamento, controle e melhoria da qualidade no âmbito da FAB: evolução do conceito de qualidade, custos de qualidade, detecção, prevenção e recuperação de falhas; 5) Gestão por processos: bases conceituais e conceitos básicos, modelagem de processos, análise e gerenciamento de desempenho dos processos, transformação dos processos.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<p>a) Examinar as operações e os processos existentes da Força Aérea (An);</p> <p>b) Investigar o papel estratégico, objetivos de desempenho e estratégia das operações da Força Aérea (An);</p> <p>c) Examinar as operações e processos de forma a atingir os objetivos de desempenho dos setores da Força Aérea (An);</p> <p>d) Apresentar o escopo das atividades de projeto de produto, processo e de rede de operações (Cp);</p> <p>e) Descrever os conceitos básicos de Gestão da Qualidade (Si);</p> <p>f) Aplicar conceitos e técnicas de melhoria da qualidade nas operações e processos da Força</p>

Aérea (Ap);
g) Empregar os conceitos e as técnicas de Gestão por Processos (Ap).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SLACK, N., CHAMBERS, S., JOHNSTON, R. Administração da Produção. São Paulo. 3ª Ed. Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHASE, R. B., AQUILANO, N. J., JACOBS, F. R. Administração da Produção e Operações para Vantagens Competitivas. Editora McGraw-Hill – Artmed. 11ª Edição, 2006.

MARTINS, P. G., LAUGENI, F. P. Administração da Produção. São Paulo. 2ª Ed. Saraiva, 2005.

SLACK, N. et al. Gestão de Operações e Processos. São Paulo. Ed. Bookman, 2008.

SLACK, N. et al. Administração da Produção. Edição Compacta. São Paulo. Ed. Atlas, 2006.

CORRÊA, H.; CORRÊA, C. Administração da Produção e Operações. São Paulo. Ed. Atlas, 2004.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Gestão de Pessoas Carga-Horária: 66h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Identificar o conceito de avaliação de desempenho adotado pelo COMAER. b) Interpretar os erros mais comuns ocorridos na avaliação de desempenho. c) Identificar as etapas do processo de avaliação de desempenho. d) Executar feedback, apresentando ao avaliado o seu desempenho. e) Aplicar os fundamentos de liderança para empregar os recursos humanos sob sua responsabilidade, primando pela otimização das capacidades individuais e coletivas dos subordinados, estimulando o desenvolvimento das competências administrativas e minimizando eventuais limitações que venham a prejudicar o trabalho. f) Utilizar os conceitos básicos da gestão de pessoas por competências. g) Aplicar os conceitos, técnicas e instrumentos metodológicos na gestão do trabalho em equipe. h) Explicar como a gestão estratégia pode melhorar o desempenho da organização a curto, médio e longo prazo. i) Identificar os fundamentos de liderança e sua aplicação na gestão estratégica de pessoas. j) Apresentar os conceitos básicos e metodologias de gestão do trabalho em equipe. k) Valorizar a avaliação de desempenho para o aprimoramento pessoal e profissional do efetivo da FAB e para o assessoramento na seleção de oficiais de maior mérito. l) Acompanhar continuamente o desempenho do avaliado. m) Valorizar e incentivar o espírito de equipe. n) Valorizar seus subordinados identificando suas potencialidades e fraquezas, buscando a melhoria de sua performance e da equipe.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) As pessoas e as Organizações: as Organizações: ênfase no Comaer; as Pessoas no contexto das Organizações; a Gestão de Pessoas no Comando da Aeronáutica; 2) Abordagem Estratégica da Gestão de Pessoas: missão, visão, valores e objetivos organizacionais; Planejamento Estratégico da Gestão de Pessoas; 3) Gestão de Pessoas por Competências: conceitos básicos; Mapeamento e avaliação de competências; Competências exigidas do gestor de pessoas em uma instituição militar; 4) Treinamento e desenvolvimento de pessoas: o Treinamento como um processo; Elaboração de projetos de treinamento; Andragogia: ferramentas para o ensino-aprendizagem de adultos; 5) Avaliação de Desempenho: modalidades e métodos; a importância do feedback; novas ferramentas de orientação de pessoas: coaching e mentoring; Avaliação de Desempenho no Comaer; 6) Liderando a equipe de trabalho: eficácia do líder; liderança situacional; a Inteligência Emocional; a Resiliência; o relacionamento inter e intrapessoal; Proatividade, Criatividade e Flexibilidade; a gestão de conflitos.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Compreender a aplicação dos conceitos que envolvem a interação entre pessoas e organizações (Cp); b) Compreender a aplicação dos conceitos de planejamento estratégico da Gestão de Pessoas e a missão da organização (Cp);</p>

- c) Explicar a importância do mapeamento e avaliação de competências do efetivo (Cp);
- d) Apontar as diversas fases do treinamento de pessoal (Cn);
- e) Compreender a aplicação dos conceitos de Andragogia nos processos de ensino-aprendizagem de adultos (Cp);
- f) Compreender a aplicação dos conceitos de Avaliação de Desempenho para a melhoria dos processos e das pessoas de uma organização (Cp);
- g) Compreender a aplicação dos conceitos que envolvem o processo de liderança situacional (Cp);
- h) Apontar as capacidades analíticas, críticas e criativas no exercício da liderança e da gestão de organizações militares em tempos de paz (Cn).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações. São Paulo: Editora Manoele Ltda, 2014.

LEME, R. - Gestão por Competências no Setor Público. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

SCHOLTES, P. R. Times da qualidade, Rio de Janeiro. Quality Mark, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIRCHAL, F. S. Um Estudo sobre o Modelo de Liderança situacional de Paul Hersey & Kennet Blanchard em uma empresa brasileira de pequeno porte. Universidade do Algarve – Faro – Portugal. 2013.

BRASIL A. S., CAMARGO R. F. & RAFACHINHO E. M. Resiliência com foco no ambiente de trabalho Brasil, São Paulo, 2015.

SILVA E.W. Inteligência Emocional e sua Importância nas Lideranças no Trabalho.XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Rio de Janeiro. 2016.

BERGUE, S.T – Gestão de Pessoas em Organizações Públicas. UCS, Caxias do Sul, Editora Educs,2010.

MASCARENHAS, A. O.- Gestão Estratégica de Pessoas: evolução, teoria e crítica. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

FILHO, A.S. - Avaliação 360 graus – Um guia Prático para profissionais de RH. São Paulo. Editora: autor independente,2015.

SOTO, E. Comportamento Organizacional – Impacto das Emoções. São Paulo: Pioneira Thomson Learning,2005.

CRAMIGNA M.R. Modelo de Gestão de Competências e Gestão dos Talentos. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Gestão de Projetos Carga-Horária: 66h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Contribuir para o aprimoramento e expansão do conhecimento científico e de metodologias que concorram para o desenvolvimento tecnológico aeroespacial e da Força Aérea Brasileira;</p> <p>b) Descrever a dinâmica da pesquisa científica, desde a elaboração de pré-projeto à conclusão da pesquisa;</p> <p>c) Empregar os recursos humanos disponíveis, no desenvolvimento de gestão estratégica de RH, formando equipes de alto desempenho; e</p> <p>d) Empregar os recursos administrativos e financeiros no desenvolvimento de ações de gestão estratégica e coordenação de fluxos administrativos, respeitando as políticas públicas e leis vigentes no país.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1)Características dos projetos; 2) Seleção de projetos; 3) Iniciação de projetos; 4) Planejamento; 5) Gestão do escopo; 6) Gestão do cronograma; 7) Gestão da qualidade; 8) Gestão dos recursos; 9) Gestão das mudanças, 10) Gestão das comunicações; 11) Gestão dos riscos, 12) Gestão das partes interessadas; 13) Monitoramento e controle de projetos; 14) Encerramento de projetos; 15) Aspectos humanos na gestão de projetos, o Gerente e a Equipe.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Descrever as fases e características de um projeto (Cp);</p> <p>b) Resumir as atividades de iniciação de um projeto (Cp).</p> <p>c) Explicar os critérios de seleção de projetos (Cp);</p> <p>d) Descrever os principais aspectos da gestão do escopo, gestão do cronograma, gestão da qualidade, gestão dos recursos, gestão das mudanças, gestão das comunicações, gestão dos riscos e das partes interessadas (Cp);</p> <p>e) Identificar os fatores relacionados ao encerramento dos projetos (Cp);</p> <p>f) Compreender as responsabilidades e as atribuições do gerente de um projeto (Cp);</p> <p>g) Compreender o processo de formação e o comportamento das equipes de um projeto (Cp);</p> <p>h) Aplicar os conhecimentos adquiridos para a elaboração de um projeto (Ap);</p> <p>i) Comparar projetos distintos como um gerente de projetos (Av).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>GIDO, J. CLEMENTS, J.BAKER, R. Gestão de Projetos. Tradução da 7ª Edição Americana, São Paulo, CENGAGE Learning, 2019.</p> <p>PMI-Project Management Institute Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (PMBOK-Guide). 6ª Edição, Pensilvania: Project Management Institute Inc 2017.</p> <p>PRADO, D., LADEIRA, F. Planejamento e Controle de Projetos, 8ª Edição, Nova Lima, Editora Falconi, 2014.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>ALENCAR, A. J.; SCHMITZ, E. A. Análise de Risco em Gerência de Projetos. Rio de Janeiro, Editora Brasport, 2010.</p> <p>VARGAS, R., Manual Prático do Plano de Projeto Utilizando o PMBOK Guide, 6ª Edição, Rio de Janeiro. Brasport, Livros e Multimídia, 2018.</p> <p>VERZUH, E. MBA Compacto - Gestão de Projetos, 11ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 2000.</p>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Gestão Financeira Carga-Horária: 36 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Conceituar as teorias de administração, economia e contabilidade aplicáveis nas Forças Armadas. b) Relacionar as ferramentas administrativas e sua aplicabilidade na gestão administrativa da FAB. c) Explicar os processos administrativos utilizados na FAB. d) Explicar como a gestão estratégica pode melhorar o desempenho da organização a curto, médio e longo prazo. e) Utilizar as ferramentas de gestão administrativas para racionalizar os meios materiais, humanos e orçamentários. f) Coordenar os processos administrativos sobre sua responsabilidade, atuando de forma a aperfeiçoá-los. g) Aplicar as ferramentas de Gestão aos processos de Administração Organizacional. h) Apreciar os conhecimentos e as ferramentas aplicadas aos procedimentos administrativos, considerando as esferas Geral e Pública, conforme a evolução científica e práticas da Administração, propondo atualizações.
EMENTA
1) Princípios fundamentais na avaliação de projetos de investimento; 2) Decisões de investimento e o processo de orçamento de capital; 3) Estimativa de Fluxo de Caixa Futuro: análise de fluxo de caixa descontado; 4) Métodos de Análise de Investimento: <i>Payback</i> , Valor Presente Líquido (VPL), Taxa Interna de Retorno (TIR); 5) Seleção de projetos com Restrição de Capital.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Definir os conceitos básicos de orçamento de capital (Cn); b) Demonstrar as etapas do processo de orçamento de capital (Cp); c) Demonstrar o processo de avaliação e seleção de projetos de investimentos (Cp); d) Aplicar os principais métodos de análise de investimentos (Ap); e) Analisar e selecionar projetos de investimentos com restrição de capital (An).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRUNI, A. L.; FAMA, R. As decisões de investimentos com aplicações na HP 12C e Excel. São Paulo: Atlas, 2003. ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Curso de Administração Financeira. 3ªEd. São Paulo: Atlas, 2014. GITMAN, L.J. Princípios de Administração Financeira. 7ªEd., São Paulo: Harbra, 1997.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ASSAF NETO, A. Finanças Corporativas e Valor. 6ªEd. São Paulo: Atlas, 2012. EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória. 11ªEd., São Paulo: Atlas, 2010. FIPECAFI. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. Sergio de Iudícibus et al. São Paulo: Atlas, 2010. IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Curso de Contabilidade para Não Contadores. 2ªEd., São Paulo: Atlas, 1999. MOTTA, R. da R.; CALÔBA, G. M. Análise de Investimentos: tomada de decisão em projetos industriais. São Paulo: Atlas, 2006.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Introdução à Administração
Carga-Horária: 66h/a

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

- a) Empregar os recursos administrativos e financeiros no desenvolvimento de ações de gestão estratégica e coordenação de fluxos administrativos, respeitando as políticas públicas e leis vigentes no país.
- b) Explicar a importância das relações interpessoais, intersetoriais e entre organizações do COMAER.
- c) Conceituar as teorias de administração, economia e contabilidade aplicáveis nas Forças Armadas.
- d) Relacionar as ferramentas administrativas e sua aplicabilidade na gestão administrativa da FAB.
- e) Recordar os conceitos básicos e legislações ligados à área de administração pública e de recursos financeiros e gerência de processos.
- f) Explicar como a gestão estratégica pode melhorar o desempenho da organização a curto, médio e longo prazo.
- g) Propor alternativas aplicáveis e razoáveis para solucionar os problemas ou amenizar os seus impactos com visão prospectiva.
- h) Utilizar as ferramentas de gestão administrativas para racionalizar os meios materiais, humanos e orçamentários.
- i) Coordenar os processos administrativos sobre sua responsabilidade, atuando de forma a aperfeiçoá-los.
- j) Organizar atividades complexas e interdependentes para geração de produtos e resultados aplicáveis a diferentes seguimentos da FAB.
- k) Aplicar as metodologias pertinentes ao Planejamento Estratégico Organizacional com vistas à sua efetiva divulgação e implementação.
- l) Apreciar os conhecimentos e as ferramentas aplicadas aos procedimentos administrativos, considerando as esferas Geral e Pública, conforme a evolução científica e práticas da Administração, propondo atualizações,
- m) Executar as funções de Chefia, utilizando técnicas que garantam maior eficiência aos processos administrativos, condizentes com a legislação em vigor.

EMENTA

1) Administração, organização e habilidades do administrador; 2) Abordagem Clássica da Administração; 3) Abordagem humanista; 4) Abordagem organizacional da Administração.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Descrever os principais conceitos em Administração (Cn);
- b) Identificar os conceitos na resolução de situações-problema propostas (Cp);
- c) Analisar os valores que norteiam as organizações e os administradores (An).
- d) Analisar as principais teorias e correntes do pensamento administrativo (An);
- e) Identificar as contribuições de cada teoria administrativa (Cp);
- f) Relacionar as diversas formas de emprego da ação administrativa na solução de problemas típicos ou contingentes em organizações militares e civis (An).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
SILVA, R. O. da. **Teorias da administração**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. São Paulo: Manole, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERNARDES, C. **Teoria Geral das Organizações: os fundamentos da administração integrada**. São Paulo: Atlas. 1991.
ROBBINS, S. P. **Administração, mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2000.
SILVA, A. T. da. **Administração Básica**. São Paulo: Atlas, 2000.
STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração**. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Língua Espanhola 1 Carga-Horária: 59h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Comunicar-se na língua espanhola utilizando as regras gramaticais na forma oral e por escrito. b) Distinguir as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua espanhola. c) Produzir textos que obedecem às regras gramaticais da língua espanhola. d) Valorizar o uso correto da Língua Espanhola em sua forma oral e escrita.
EMENTA
1) O conhecimento de idiomas: perspectiva instrumental; perspectiva da formação humanística; perspectiva multidisciplinar. 2) Informações pessoais: origem; profissão; local de trabalho/estudo; 3) Fonética da língua espanhola: espanhol peninsular; variedades regionais na América Hispânica. 4) O Mundo Hispânico: países e nacionalidades; particularidades geográficas e culturais, principais cidades. 5) O contexto mundial: países e nacionalidades; informações relevantes. 6) Identidade cultural: estereótipos; preconceitos; choques culturais. 7) Viagens: roteiros; hospedagem; transporte; solicitação de informações; 8) Tempo; dias da semana, meses e dias festivos. 9) Clima e tempo atmosférico nas diversas regiões do continente americano: México e Caribe; América Central; América do Sul.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Identificar as diferentes perspectivas da aprendizagem de idiomas e reconhecer a sua relação com o atual cenário político, econômico e cultural mundial (Cn, Cp); b) Identificar as peculiaridades fonéticas da língua espanhola e aplicá-las durante a comunicação (Cp, Ap); c) Decodificar as características da língua espanhola na modalidade oral e escrita, bem como da/s cultura/s dos países hispânicos a partir de temas de diferentes âmbitos (Cp); d) Empregar habilidades receptivas e produtivas no nível básico, desenvolvidas através de atividades orais e escritas, para se comunicar em diferentes contextos sobre temas relacionados à origem, profissão, estudos, características dos países hispânicos, geografia, compras, viagens, horários e características climáticas (Ap); e) Reconhecer atitudes e valores com respeito à sociedade internacional, como o pluralismo cultural e linguístico (Va).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MARTÍN PERIS, E. e SANS BAULENAS, N. Gente hoy 1 (A1-A2) . Barcelona: Difusión, 2013. GONZÁLEZ HERMOSO, A.; ROMERO DUEÑAS, C. Para pronunciar: + de 100 ejercicios para practicar y mejorar la pronunciación del español . Madrid: Edelsa, 2002. GONZÁLEZ HERMOSO, A. Conjugar es fácil . Madrid: Edelsa, 1996. MILANI, E. M. Gramática de espanhol para brasileiros . São Paulo: Saraiva, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ARIAS, S. L. Espanhol urgente para brasileiros . Rio de Janeiro: Campus, 2000. SANTOS, D. de los; GIRÓN, N. Vacaciones en Español 2 - El Camino de Santiago . Madrid: Edinumen, 2009. Vacaciones en Español 3 - La Ruta Panamericana . Madrid: Edinumen, 2010. SÁNCHEZ, A.; CANTOS, P. 450 ejercicios gramaticales . Madrid: SGEL, 2001.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Língua Espanhola 2 Carga-Horária: 59h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Comunicar-se na língua espanhola utilizando as regras gramaticais na forma oral e por escrito. b) Distinguir as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua espanhola. c) Produzir textos que obedecem às regras gramaticais da língua espanhola. d) Valorizar o uso correto da Língua Espanhola em sua forma oral e escrita.
EMENTA
1) Compras: tipos de produtos e hábitos de consumo; estabelecimentos em uma cidade; horários comerciais. 2) Saúde: partes do corpo; hábitos saudáveis; atividades esportivas. 3) Alimentação: gastronomia geral e típica; interpretação de um cardápio; solicitação de refeições em restaurantes; o almoço de negócios. 4) Atividades habituais e específicas em contextos determinados: descrição de atividades diárias no âmbito profissional; descrição de atividades durante uma missão/viagem de estudos/exercício de sobrevivência.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) identificar as diferentes perspectivas da aprendizagem de idiomas e reconhecer a sua relação com o atual cenário político, econômico e cultural mundial (Cn, Cp); b) identificar as peculiaridades fonéticas da língua espanhola e aplicá-las durante a comunicação (Cp, Ap); c) decodificar as características da língua espanhola na modalidade oral e escrita, bem como da/s cultura/s dos países hispânicos a partir de temas do âmbito da saúde, da alimentação, da profissão e dos meios de comunicação social (Cp); d) empregar habilidades receptivas e produtivas no nível básico, desenvolvidas através de atividades orais e escritas, para se comunicar em diferentes contextos sobre temas relacionados com a saúde, alimentação, atividades cotidianas e do contexto profissional, e os meios de comunicação social do mundo hispânico (Ap); e) reconhecer atitudes e valores com respeito à sociedade internacional, como o pluralismo cultural e linguístico (Va).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MARTÍN PERIS, E. e SANS BAULENAS, N. Gente hoy 1 (A1-A2) . Barcelona: Difusión, 2013. GONZÁLEZ HERMOSO, A.; ROMERO DUEÑAS, C. Para pronunciar: + de 100 ejercicios para practicar y mejorar la pronunciación del español . Madrid: Edelsa, 2002. GONZÁLEZ HERMOSO, A. Conjugar es fácil . Madrid: Edelsa, 1996. MILANI, E. M. Gramática de espanhol para brasileiros . São Paulo: Saraiva, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ARIAS, S. L. Espanhol urgente para brasileiros . Rio de Janeiro: Campus, 2000. SANTOS, D. de los; GIRÓN, N. Vacaciones en Español 2 - El Camino de Santiago . Madrid: Edinumen, 2009. Vacaciones en Español 3 - La Ruta Panamericana . Madrid: Edinumen, 2010. SÁNCHEZ, A.; CANTOS, P. 450 ejercicios gramaticales . Madrid: SGEL, 2001.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Língua Espanhola 3 Carga-Horária: 59h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Comunicar-se de modo claro observando as regras gramaticais e de uso da língua espanhola no nível básico. b) Demonstrar domínio da língua espanhola na modalidade oral e escrita nos níveis gramatical, lexical, fonético/fonológico, pragmático e sociocultural. c) Interpretar textos de diferentes gêneros, orais e escritos, no nível básico. d) Produzir textos orais e escritos tomando como base as regras gramaticais e de uso da língua espanhola no nível básico. e) Valorizar o espanhol como língua veicular na América Latina e segunda língua internacional, bem como a sua aprendizagem e o seu aprimoramento nos níveis oral e escrito.
EMENTA
1) O mundo do trabalho: habilidades profissionais; aeroportos; hotéis; diferenças culturais no âmbito das relações profissionais. 2) Cidades: localização; atividades econômicas e culturais; ecologia; população; tipos de habitação; cidades patrimônio da humanidade no mundo hispânico. 3) Atividades Artísticas: Cinema; Música e Dança; Pintura e Literatura no contexto da Guerra Civil Espanhola e no contexto hispano-americano. 4) Festas e tradições hispano-americanas e espanholas: origens e significado.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Identificar e descrever elementos relacionados ao mundo profissional como habilidades para desempenhar uma profissão, translados, hospedagem e diferenças culturais (Cp); b) Empregar os conhecimentos e as habilidades receptivas e produtivas da língua espanhola para se comunicar em contextos específicos como aeroportos e hotéis (Ap); c) Descrever características de contextos urbanos e analisar seus aspectos positivos e negativos (Cp; An); d) Identificar aspectos da cultura dos países hispânicos, interpretá-los e relacioná-los com suas raízes (Cn, Cp, An); e) Empregar habilidades receptivas e produtivas no nível básico, desenvolvidas por meio de atividades orais e escritas sobre temas mais específicos relacionados com as artes e tradições do mundo hispânico (Ap).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Dicionário Rideel: Espanhol – Português – Espanhol https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185008 MARTÍN PERIS, E.; SANS BAULENAS, N. Gente hoy 1 (A1-A2). Barcelona: Difusión, 2013. SARMIENTO, R. Gramática progresiva de español para extranjeros. Madrid: SGEL, 2002
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIAS, S. L. Espanhol urgente para brasileiros. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
FERNÁNDEZ, M. M. El Cronómetro - DELE (nivel inicial). Ed. Edinumen.
GONZÁLEZ HERMOSO, A. Conjugar es fácil. Madrid: Edelsa, 1996.
La escritura en lengua española: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5976>
La lectura en lengua española: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/9952>
Manual compacto de gramática da língua espanhola
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182196>
SÁNCHEZ, A.; CANTOS, P. 450 ejercicios gramaticales. Madrid: SGEL, 2001.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Língua Espanhola 4 Carga-Horária: 59h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Comunicar-se de modo claro observando as regras gramaticais e de uso da língua espanhola no nível básico.</p> <p>b) Demonstrar domínio da língua espanhola na modalidade oral e escrita nos níveis gramatical, lexical, fonético/fonológico, pragmático e sociocultural.</p> <p>c) Interpretar textos de diferentes gêneros, orais e escritos, no nível básico.</p> <p>d) Produzir textos orais e escritos tomando como base as regras gramaticais e de uso da língua espanhola no nível básico.</p> <p>e) Valorizar o espanhol como língua veicular na América Latina e segunda língua internacional, bem como a sua aprendizagem e o seu aprimoramento nos níveis oral e escrito.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) O mundo hispânico: atualidades; notícias. 2) América Ibérica: as guerras de independência e suas motivações; panorama atual da sociedade ibero-americana. 3) Relações internacionais: perspectivas pluralista e realista; países em evidência; blocos econômicos; tratados de cooperação; organizações militares; áreas em conflito. 4) Temas de segurança nacional / internacional: conflitos armados; crime organizado; terrorismo; fluxos migratórios; vulnerabilidade do espaço cibernético, do espaço aéreo, marítimo e terrestre. 5) Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas: o SICOFAA; membros; missão; valores; áreas estratégicas; objetivos estratégicos; exercícios de cooperação.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Identificar conflitos na América do Sul passados e presentes (Cp);</p> <p>b) Identificar a missão do SICOFAA e descrever os exercícios de cooperação (Cn, Cp);</p> <p>c) Empregar habilidades receptivas e produtivas no nível básico, desenvolvidas por meio de atividades orais e escritas sobre temas mais específicos relacionados com a Geopolítica e Relações Internacionais, como segurança e conflitos, tratados de cooperação, recursos estratégicos, bem como temas relacionados com atualidades dos países ibero-americanos, sua história e com o Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas (Ap).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>Apostila elaborada pela docente.</p> <p>QUESADA, Sebastián. Imágenes de América Latina: manual de historia y cultura latinoamericanas. Madrid: Edelsa, 2001.</p> <p>SARMIENTO, R. Gramática progresiva de español para extranjeros. Madrid: SGEL, 2002.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>A guerra civil espanhola: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/4132</p> <p>Dicionário Rideel: Espanhol – Português – Espanhol https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185008</p> <p>GEOPOLÍTICA(S). Revista de estudios sobre espacio y poder. Universidad Complutense de Madrid. Disponível em https://revistas.ucm.es/index.php/GEOP.</p> <p>GONZÁLEZ HERMOSO, A. Conjugar es fácil. Madrid: Edelsa, 1996.</p>

Manual compacto de gramática da língua espanhola
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182196>
REVISTA CHILENA DE RELACIONES INTERNACIONALES. Disponível em
<https://rchri.cl/acerca-de/> .
REVISTA DE RELACIONES INTERNACIONALES, ESTRATEGIA Y SEGURIDAD.
Universidad Militar Nueva Granada. Bogotá. Disponível em
<https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/ries>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Língua Inglesa 1 Carga-Horária: 59h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Comunicar-se na língua inglesa utilizando as regras gramaticais na forma oral e por escrito; b) Distinguir as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; c) Interpretar textos e falas complexas que tratem de temas tanto concretos como abstratos, inclusive de caráter técnico que forem de sua área de especialização; d) Produzir textos na língua inglesa que obedecem às regras gramaticais da língua inglesa; e) Explicar as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; f) Usar a língua inglesa, com fluência e naturalidade, para interagir com ouvintes nativos; g) Valorizar a prática regular no uso dos idiomas.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Desenvolvimento da compreensão escrita: leitura e interpretação de diferentes tipos de textos de nível B1.2) Desenvolvimento da produção escrita: produção escrita de textos formais e informais de nível B1. 3) Desenvolvimento da compreensão oral: compreensão oral de diferentes tipos de textos de nível B1. 4) Desenvolvimento da produção oral: produção oral de diversos tipos de textos de nível B1. 5) Prática da língua inglesa nos aspectos estruturais, léxicos, fonológicos e morfológicos: prática do idioma nos aspectos estruturais, lexicais, fonológicos e morfológicos de nível B1. 6) Conhecimento dos aspectos sociais e culturais dos países de língua inglesa: aspectos socioculturais, multiculturais e costumes. 7) Atividades de conversação: tópicos variados de nível B1.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Compreender a Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Cp); b) Praticar as habilidades da Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Ap); c) Aplicar os conhecimentos da Língua Inglesa, oral e escrita, em situações cotidianas da vida social e profissional (Ap); d) Utilizar as principais estruturas da Língua Inglesa, compatíveis com o nível B1, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas, demonstrando conhecimento vocabular de diferentes tópicos e estratégias comunicativas em situações sociais e profissionais variadas (Ap); e) Produzir atos de fala e textos escritos, relativos à Língua Inglesa, compatíveis com o nível B1, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (Ap); f) Empregar a Língua Inglesa fazendo uso dos aspectos lexicais, fonológicos, sintáticos e semânticos (Ap); g) Discutir a importância do domínio da Língua Inglesa, oral e escrita, como instrumento de capacitação para um melhor desempenho pessoal e profissional (Cp).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>LATHAM-KOENIG, C.; OXENDEN, C. American English File 3B – Multipack with Online Practice. 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 2019. MCCARTHY, M. English Vocabulary in Use Elementary with answers – 2nd edition, Cambridge University Press, 2010.</p>

MURPHY, R. **Essential grammar in use with answers and cd-rom** - third edition. Cambridge University Press, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROWN, H. D. **Principles of language learning and teaching**. Pearson, 2006.

CAMPOS, G. T. **Manual Compacto de Gramática da Língua Inglesa**. São Paulo: Rideel, 2010.

Longman Dictionary of Contemporary English with Online Access. 6th. ed. Editora Pearson, 2014.

Longman Dictionary of English language and Culture. Pearson Longman, 2005.

LOPES, M.C. **Dicionário da Língua Inglesa**. São Paulo: Rideel, 2015.

NUNAN, D. **What is this thing called language?** Macmillan USA. 2007.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Língua Inglesa 2 Carga-Horária: 59h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Comunicar-se na língua inglesa utilizando as regras gramaticais na forma oral e por escrito; b) Distinguir as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; c) Interpretar textos e falas complexas que tratem de temas tanto concretos como abstratos, inclusive de caráter técnico que forem de sua área de especialização. Produzir textos na língua inglesa que obedecem às regras gramaticais da língua inglesa; d) Explicar as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; e) Usar a língua inglesa, com fluência e naturalidade, para interagir com ouvintes nativos. f) Valorizar a prática regular no uso dos idiomas.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Desenvolvimento da compreensão escrita: leitura e interpretação de diferentes tipos de textos de nível B1. 2) Desenvolvimento da produção escrita: produção escrita de textos formais e informais de nível B1. 3) Desenvolvimento da compreensão oral: compreensão oral de diferentes tipos de textos de nível B1. 4) Desenvolvimento da produção oral: produção oral de diversos tipos de textos de nível B1. 5) Prática da língua inglesa nos aspectos estruturais, léxicos, fonológicos e morfológicos: prática do idioma nos aspectos estruturais, lexicais, fonológicos e morfológicos de nível B1. 6) Conhecimento dos aspectos sociais e culturais dos países de língua inglesa: aspectos socioculturais, multiculturais e costumes. 7) Atividades de conversação: tópicos variados de nível B1.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Compreender a Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Cp); b) Praticar as habilidades da Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Ap); c) Aplicar os conhecimentos da Língua Inglesa, oral e escrita, em situações cotidianas da vida social e profissional (Ap); d) Utilizar as principais estruturas da Língua Inglesa, compatíveis com o nível B1, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas, demonstrando conhecimento vocabular de diferentes tópicos e estratégias comunicativas em situações sociais e profissionais variadas (Ap); e) Produzir atos de fala e textos escritos, relativos à Língua Inglesa, compatíveis com o nível B1, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (Ap); f) Empregar a Língua Inglesa fazendo uso dos aspectos lexicais, fonológicos, sintáticos e semânticos (Ap); g) Discutir a importância do domínio da Língua Inglesa, oral e escrita, como instrumento de capacitação para um melhor desempenho pessoal e profissional (Cp).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>LATHAM-KOENIG, C.; OXENDEN, C. American English File 3B – Multipack with Online Practice. 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 2019. MCCARTHY, M. English Vocabulary in Use Elementary with answers – 2nd edition, Cambridge University Press, 2010.</p>

MURPHY, R. **Essential grammar in use with answers and cd-rom** - third edition. Cambridge University Press, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROWN, H. D. **Principles of language learning and teaching**. Pearson, 2006.

CAMPOS, G. T. **Manual Compacto de Gramática da Língua Inglesa**. São Paulo: Rideel, 2010.

Longman Dictionary of Contemporary English with Online Access. 6th. ed. Editora Pearson, 2014.

Longman Dictionary of English language and Culture. Pearson Longman, 2005.

LOPES, M.C. **Dicionário da Língua Inglesa**. São Paulo: Rideel, 2015.

NUNAN, D. **What is this thing called language?** Macmillan USA. 2007.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Língua Inglesa 3 Carga-Horária: 59h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Comunicar-se na língua inglesa utilizando as regras gramaticais na forma oral e por escrito; b) Distinguir as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; c) Interpretar textos e falas complexas que tratem de temas tanto concretos como abstratos, inclusive de caráter técnico que forem de sua área de especialização; d) Produzir textos na língua inglesa que obedeçam às regras gramaticais da língua inglesa; e) Explicar as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; f) Usar a língua inglesa, com fluência e naturalidade, para interagir com ouvintes nativos; g) Valorizar a prática regular no uso dos idiomas.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Desenvolvimento da compreensão escrita: leitura e interpretação de diferentes tipos de textos de nível B2.1. 2) Desenvolvimento da produção escrita: produção escrita de textos formais e informais de nível B2.1. 3) Desenvolvimento da compreensão oral: compreensão oral e interpretação de diferentes textos de nível B2.1. 4) Desenvolvimento da produção oral: produção oral de diversos tipos de textos de nível B2.1. 5) Prática da língua inglesa nos aspectos estruturais, léxicos, fonológicos e morfológicos: prática do idioma nos aspectos estruturais, lexicais, fonológicos e morfológicos de nível B2.1. 6) Conhecimento dos aspectos sociais e culturais dos países de língua inglesa: aspectos socioculturais, multiculturais e costumes. 7) Atividades de conversação: tópicos variados de nível B2.1</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Compreender a Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Cp); b) Praticar as habilidades da Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Ap); c) Aplicar os conhecimentos da Língua Inglesa, oral e escrita, em situações cotidianas da vida social e profissional (Ap); d) Utilizar as principais estruturas da Língua Inglesa, compatíveis com o nível B2.1, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas, demonstrando conhecimento vocabular de diferentes tópicos e estratégias comunicativas em situações sociais e profissionais variadas (Ap); e) Produzir atos de fala e textos escritos, relativos à Língua Inglesa, compatíveis com o nível B2.1, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (Ap); f) Empregar a Língua Inglesa fazendo uso dos aspectos lexicais, fonológicos, sintáticos e semânticos (Ap); g) Discutir a importância do domínio da Língua Inglesa, oral e escrita, como instrumento de capacitação para um melhor desempenho pessoal e profissional (Cp).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>LATHAM-KOENIG, C.; OXENDEN, C.; CHOMACKI, K. American English File 4A. Multipack with Online Practice. 3rd edition. Essex: Oxford University Press, 2020. MURPHY, R. Grammar in Use – Intermediate Student’s Book with Answers: Self-Study Reference and Practice for Students of American English. 4th edition. Cambridge:</p>

Cambridge University Press, 2018.
REDMAN, S. **English Vocabulary in Use. Pre-Intermediate and Intermediate.** 4th edition.
Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROWN, H. D. **Principles of Language Learning and Teaching.** 5th edition. White Plains: Pearson, 2006.
CAMPOS, G. T. **Manual Compacto de Gramática da Língua Inglesa.** São Paulo: Rideel, 2010.
Longman Dictionary of English Language and Culture. Essex: Pearson Longman, 2005.
LOPES, M.C. **Dicionário da Língua Inglesa.** São Paulo: Rideel, 2015.
NUNAN, D. **What Is This Thing Called Language?** Bloomsbury: Macmillan, 2012.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Língua Inglesa 4 Carga-Horária: 59h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Comunicar-se na língua inglesa utilizando as regras gramaticais na forma oral e por escrito; b) Distinguir as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; c) Interpretar textos e falas complexas que tratem de temas tanto concretos como abstratos, inclusive de caráter técnico que forem de sua área de especialização; d) Produzir textos na língua inglesa que obedeçam às regras gramaticais da língua inglesa; e) Explicar as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; f) Usar a língua inglesa, com fluência e naturalidade, para interagir com ouvintes nativos; g) Valorizar a prática regular no uso dos idiomas.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Desenvolvimento da compreensão escrita: leitura e interpretação de diferentes tipos de textos de nível B2.1. 2) Desenvolvimento da produção escrita: produção escrita de textos formais e informais de nível B2.1. 3) Desenvolvimento da compreensão oral: compreensão oral e interpretação de diferentes textos de nível B2.1. 4) Desenvolvimento da produção oral: produção oral de diversos tipos de textos de nível B2.1. 5) Prática da língua inglesa nos aspectos estruturais, léxicos, fonológicos e morfológicos: prática do idioma nos aspectos estruturais, lexicais, fonológicos e morfológicos de nível B2.1. 6) Conhecimento dos aspectos sociais e culturais dos países de língua inglesa: aspectos socioculturais, multiculturais e costumes. 7) Atividades de conversação: tópicos variados de nível B2.1</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Compreender a Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Cp); b) Praticar as habilidades da Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Ap); c) Aplicar os conhecimentos da Língua Inglesa, oral e escrita, em situações cotidianas da vida social e profissional (Ap); d) Utilizar as principais estruturas da Língua Inglesa, compatíveis com o nível B2.1, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas, demonstrando conhecimento vocabular de diferentes tópicos e estratégias comunicativas em situações sociais e profissionais variadas (Ap); e) Produzir atos de fala e textos escritos, relativos à Língua Inglesa, compatíveis com o nível B2.1, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (Ap); f) Empregar a Língua Inglesa fazendo uso dos aspectos lexicais, fonológicos, sintáticos e semânticos (Ap); g) Discutir a importância do domínio da Língua Inglesa, oral e escrita, como instrumento de capacitação para um melhor desempenho pessoal e profissional (Cp);</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>LATHAM-KOENIG, C.; OXENDEN, C.; CHOMACKI, K. American English File 4A. Multipack with Online Practice. 3rd edition. Essex: Oxford University Press, 2020. MURPHY, R. Grammar in Use – Intermediate Student’s Book with Answers: Self-Study Reference and Practice for Students of American English. 4th edition. Cambridge:</p>

Cambridge University Press, 2018.

REDMAN, S. **English Vocabulary in Use. Pre-Intermediate and Intermediate.** 4th edition.

Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROWN, H. D. **Principles of Language Learning and Teaching.** 5th edition. White Plains: Pearson, 2006.

CAMPOS, G. T. **Manual Compacto de Gramática da Língua Inglesa.** São Paulo: Rideel, 2010.

Longman Dictionary of English Language and Culture. Essex: Pearson Longman, 2005.

LOPES, M.C. **Dicionário da Língua Inglesa.** São Paulo: Rideel, 2015.

NUNAN, D. **What Is This Thing Called Language?** Bloomsbury: Macmillan, 2012.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Língua Inglesa 5 Carga-Horária: 59h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Comunicar-se na língua inglesa utilizando as regras gramaticais na forma oral e por escrito; b) Distinguir as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; c) Interpretar textos e falas complexas que tratem de temas tanto concretos como abstratos, inclusive de caráter técnico que forem de sua área de especialização; d) Produzir textos na língua inglesa que obedecem às regras gramaticais da língua inglesa; e) Explicar as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; f) Usar a língua inglesa, com fluência e naturalidade, para interagir com ouvintes nativos; g) Valorizar a prática regular no uso dos idiomas.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Desenvolvimento da compreensão escrita: leitura e interpretação de diferentes tipos de textos de nível B2.2. 2) Desenvolvimento da produção escrita: produção escrita de textos formais e informais de nível B2.2. 3) Desenvolvimento da compreensão oral: compreensão oral de diferentes tipos de textos de nível B2.2. 4) Desenvolvimento da produção oral: produção oral de diversos tipos de textos de nível B2.2. 5) Prática da língua inglesa nos aspectos estruturais, léxicos, fonológicos e morfológicos: prática do idioma nos aspectos estruturais, lexicais, fonológicos e morfológicos. 6) Conhecimento dos aspectos sociais e culturais dos países de língua inglesa: aspectos socioculturais, multiculturais e costumes. 7) Conhecimento dos aspectos sociais e culturais dos países de língua inglesa: aspectos socioculturais, multiculturais e costumes. 8) Conhecimento dos aspectos sociais e culturais dos países de língua inglesa: aspectos socioculturais, multiculturais e costumes. 9) Atividades de conversação: tópicos variados de nível B2.2.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Compreender a Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Cp); b) Praticar as habilidades da Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Ap); c) Aplicar os conhecimentos da Língua Inglesa, oral e escrita, em situações cotidianas da vida social e profissional (Ap); d) Utilizar as principais estruturas da Língua Inglesa, compatíveis com o nível B2.2, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas, demonstrando conhecimento vocabular de diferentes tópicos e estratégias comunicativas em situações sociais e profissionais variadas (Ap); e) Produzir atos de fala e textos escritos, relativos à Língua Inglesa, compatíveis com o nível B2.2, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (Ap); f) Empregar a Língua Inglesa fazendo uso dos aspectos lexicais, fonológicos, sintáticos e semânticos (Ap); g) Discutir a importância do domínio da Língua Inglesa, oral e escrita, como instrumento de capacitação para um melhor desempenho pessoal e profissional (Cp).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>LATHAM-KOENIG, C.; OXENDEN, C. American English File 4B. Multipack with</p>

Online Practice. 3rd ed. Oxford University Press, 2020.
MCCARTHY, M. English Vocabulary in Use Upper-Intermediate with Answers, 3rd edition. Cambridge University Press, 2012.
MURPHY, R. Grammar in Use – Intermediate Student’s Book with Answers: Self-Study Reference and Practice for Students of American English. 4th edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROWN, H. D. Principles of language learning and teaching. 5th edition. Pearson, 2006.
CAMPOS, G. T. Manual Compacto de Gramática da Língua Inglesa. São Paulo: Rideel, 2010.
COBUILD, C. Advanced Dictionary of English. Heinle Cengage Learning, 2009.
Longman Dictionary of English language and Culture. Pearson Longman, 2005.
LOPES, M.C. Dicionário da Língua Inglesa. São Paulo: Rideel, 2015.
NUNAN, D. What is this thing called language? Macmillan USA. 2007.
RICHARDS, J. Approaches and methods in language teaching. Cambridge University Press, 2001.
RICHARDS, J. Teaching Speaking: A holistic approach. Cambridge University Press, 2012.
 Dicionários online:
 Cambridge Online Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/>
 Longman English Dictionary Online. Disponível em: www.ldoceonline.com
 Macmilan Online Dictionary. Disponível em: www.macmillandictionary.com
 Oxford Online Dictionary. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Língua Inglesa 6 Carga-Horária: 59h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Comunicar-se na língua inglesa utilizando as regras gramaticais na forma oral e por escrito; b) Distinguir as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; c) Interpretar textos e falas complexas que tratem de temas tanto concretos como abstratos, inclusive de caráter técnico que forem de sua área de especialização; d) Produzir textos na língua inglesa que obedeçam às regras gramaticais da língua inglesa; e) Explicar as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; f) Usar a língua inglesa, com fluência e naturalidade, para interagir com ouvintes nativos.; Valorizar a prática regular no uso dos idiomas.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Desenvolvimento da compreensão escrita: leitura e interpretação de diferentes tipos de textos de nível B2.2. 2) Desenvolvimento da produção escrita: produção escrita de textos formais e informais de nível B2.2. 3) Desenvolvimento da compreensão oral: compreensão oral de diferentes tipos de textos de nível B2.2. 4) Desenvolvimento da produção oral: produção oral de diversos tipos de textos de nível B2.2. 5) Prática da língua inglesa nos aspectos estruturais, léxicos, fonológicos e morfológicos: prática do idioma nos aspectos estruturais, lexicais, fonológicos e morfológicos. 6) Conhecimento dos aspectos sociais e culturais dos países de língua inglesa: aspectos socioculturais, multiculturais e costumes. 7) Conhecimento dos aspectos sociais e culturais dos países de língua inglesa: aspectos socioculturais, multiculturais e costumes. 8) Conhecimento dos aspectos sociais e culturais dos países de língua inglesa: aspectos socioculturais, multiculturais e costumes. 9) Atividades de conversação: tópicos variados de nível B2.2.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Compreender a Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Cp); b) Praticar as habilidades da Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Ap); c) Aplicar os conhecimentos da Língua Inglesa, oral e escrita, em situações cotidianas da vida social e profissional (Ap); d) Utilizar as principais estruturas da Língua Inglesa, compatíveis com o nível B2.2, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas, demonstrando conhecimento vocabular de diferentes tópicos e estratégias comunicativas em situações sociais e profissionais variadas (Ap); e) Produzir atos de fala e textos escritos, relativos à Língua Inglesa, compatíveis com o nível B2.2, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (Ap); f) Empregar a Língua Inglesa fazendo uso dos aspectos lexicais, fonológicos, sintáticos e semânticos (Ap); g) Discutir a importância do domínio da Língua Inglesa, oral e escrita, como instrumento de capacitação para um melhor desempenho pessoal e profissional (Cp).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>LATHAM-KOENIG, C.; OXENDEN, C. American English File 4B. Multipack with</p>

Online Practice. 3rd ed. Oxford University Press, 2020.

MCCARTHY, M. **English Vocabulary in Use Upper-Intermediate with Answers**, 3rd edition. Cambridge University Press, 2012.

MURPHY, R. **Grammar in Use – Intermediate Student’s Book with Answers: Self-Study Reference and Practice for Students of American English.** 4th edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROWN, H. D. **Principles of language learning and teaching.** 5th edition. Pearson, 2006.

CAMPOS, G. T. **Manual Compacto de Gramática da Língua Inglesa.** São Paulo: Rideel, 2010.

COBUILD, C. **Advanced Dictionary of English.** Heinle Cengage Learning, 2009.

Longman Dictionary of English language and Culture. Pearson Longman, 2005.

LOPES, M.C. **Dicionário da Língua Inglesa.** São Paulo: Rideel, 2015.

NUNAN, D. **What is this thing called language?** Macmillan USA. 2007.

RICHARDS, J. **Approaches and methods in language teaching.** Cambridge University Press, 2001.

RICHARDS, J. **Teaching Speaking: A holistic approach.** Cambridge University Press, 2012.

Dicionários online:

Cambridge Online Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/>

Longman English Dictionary Online. Disponível em: www.ldoceonline.com

Macmilan Online Dictionary. Disponível em: www.macmilandictionary.com

Oxford Online Dictionary. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Língua Inglesa 7 Carga - Horária: 59h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Comunicar-se na língua inglesa utilizando as regras gramaticais na forma oral e por escrito; b) Distinguir as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; c) Interpretar textos e falas complexas que tratem de temas tanto concretos como abstratos, inclusive de caráter técnico que forem de sua área de especialização; d) Produzir textos na língua inglesa que obedecem às regras gramaticais da língua inglesa; e) Explicar as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; f) Usar a língua inglesa, com fluência e naturalidade, para interagir com ouvintes nativos; Valorizar a prática regular no uso dos idiomas.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Desenvolvimento da compreensão escrita: leitura e interpretação de diferentes tipos de textos de nível C1. 2) Desenvolvimento da produção escrita: produção escrita de textos formais e informais de nível C1. 3) Desenvolvimento da compreensão oral: compreensão oral de diferentes tipos de textos de nível C1. 4) Desenvolvimento da produção oral: produção oral de diversos tipos de textos de nível C1. 5) Prática da língua inglesa nos aspectos estruturais, léxicos, fonológicos e morfológicos: prática do idioma nos aspectos estruturais, lexicais, fonológicos e morfológicos de nível C1. 6) Conhecimento dos aspectos sociais e culturais dos países de língua inglesa: aspectos socioculturais, multiculturais e costumes. 7) Atividades de conversação: tópicos variados de nível C1.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Compreender a Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Cp); b) Praticar as habilidades da Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Ap); c) Aplicar os conhecimentos da Língua Inglesa, oral e escrita, em situações cotidianas da vida social e profissional (Ap); d) Utilizar as principais estruturas da Língua Inglesa, compatíveis com o nível C1, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas, demonstrando conhecimento vocabular de diferentes tópicos e estratégias comunicativas em situações sociais e profissionais variadas (Ap); e) Produzir atos de fala e textos escritos, relativos à Língua Inglesa, compatíveis com o nível C1, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (Ap); f) Empregar a Língua Inglesa fazendo uso dos aspectos lexicais, fonológicos, sintáticos e semânticos (Ap); g) Discutir a importância do domínio da Língua Inglesa, oral e escrita, como instrumento de capacitação para um melhor desempenho pessoal e profissional (Cp).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>HEWINGS, M. Advanced Grammar in Use – with answers and CD-ROM. 3rd. ed. Cambridge University Press, 2013. LATHAM-KOENIG, C.; OXENDEN. American English File 5. 3rd edition. Oxford: Oxford</p>

University, 2020.

MCCARTHY, M; O'DELL, F. **English Vocabulary in Use Advanced With Book With Answers Vocabulary Reference and Practice**. 3rd. ed. Cambridge University Press, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, G. T. **Manual Compacto de Gramática da Língua Inglesa**. São Paulo: Rideel, 2010.

COBUILD, C. **Advanced Dictionary of English**. Heinle Cengage Learning, 2009.

KRAMSCH, C. **The multilingual subject**. Oxford University Press, 2010 .

LOPES, M.C. **Dicionário da Língua Inglesa**. São Paulo: Rideel, 2015.

NUNAN, D. **Exploring Second Language Classroom research – a comprehensive guide**. Cengage ELT. 2009

Dicionários online:

Cambridge Online Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/>

Longman English Dictionary Online. Disponível em: www.ldoceonline.com

Macmilan Online Dictionary. Disponível em: www.macmillandictionary.com

Oxford Online Dictionary. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Língua Inglesa 8 Carga-Horária: 59h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Comunicar-se na língua inglesa utilizando as regras gramaticais na forma oral e por escrito; b) Distinguir as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; c) Interpretar textos e falas complexas que tratem de temas tanto concretos como abstratos, inclusive de caráter técnico que forem de sua área de especialização; d) Produzir textos na língua inglesa que obedecem às regras gramaticais da língua inglesa; e) Explicar as regras gramaticais, formas de pronúncia, expressões idiomáticas e outras construções linguísticas que influenciam na compreensão, escrita e oral, da língua inglesa; f) Usar a língua inglesa, com fluência e naturalidade, para interagir com ouvintes nativos; g) Valorizar a prática regular no uso dos idiomas.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Desenvolvimento da compreensão escrita: leitura e interpretação de diferentes tipos de textos de nível C1. 2) Desenvolvimento da produção escrita: produção escrita de textos formais e informais de nível C1. 3) Desenvolvimento da compreensão oral: compreensão oral de diferentes tipos de textos de nível C1. 4) Desenvolvimento da produção oral: produção oral de diversos tipos de textos de nível C1. 5) Prática da língua inglesa nos aspectos estruturais, léxicos, fonológicos e morfológicos: prática do idioma nos aspectos estruturais, lexicais, fonológicos e morfológicos de nível C1. 6) Conhecimento dos aspectos sociais e culturais dos países de língua inglesa: aspectos socioculturais, multiculturais e costumes. 7) Atividades de conversação: tópicos variados de nível C1.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Compreender a Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Cp); b) Praticar as habilidades da Língua Inglesa nas modalidades falada e escrita, distinguindo diferentes aspectos do texto lido ou ouvido, apresentando capacidade de argumentar, descrever e recontar fatos e acontecimentos (Ap); c) Aplicar os conhecimentos da Língua Inglesa, oral e escrita, em situações cotidianas da vida social e profissional (Ap); d) Utilizar as principais estruturas da Língua Inglesa, compatíveis com o nível C1, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas, demonstrando conhecimento vocabular de diferentes tópicos e estratégias comunicativas em situações sociais e profissionais variadas (Ap); e) Produzir atos de fala e textos escritos, relativos à Língua Inglesa, compatíveis com o nível C1, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (Ap); f) Empregar a Língua Inglesa fazendo uso dos aspectos lexicais, fonológicos, sintáticos e semânticos (Ap); g) Discutir a importância do domínio da Língua Inglesa, oral e escrita, como instrumento de capacitação para um melhor desempenho pessoal e profissional (Cp).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>HEWINGS, M. Advanced Grammar in Use – with answers and CD-ROM. 3rd. ed. Cambridge University Press, 2013. LATHAM-KOENIG, C.; OXENDEN. American English File 5. 3rd edition. Oxford: Oxford University, 2020.</p>

MCCARTHY, M; O'DELL, F. **English Vocabulary in Use Advanced With Book With Answers Vocabulary Reference and Practice**. 3rd. ed. Cambridge University Press, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, G. T. **Manual Compacto de Gramática da Língua Inglesa**. São Paulo: Rideel, 2010.

COBUILD, C. **Advanced Dictionary of English**. Heinle Cengage Learning, 2009.

KRAMSCH, C. **The multilingual subject**. Oxford University Press, 2010 .

LOPES, M.C. **Dicionário da Língua Inglesa**. São Paulo: Rideel, 2015.

NUNAN, D. **Exploring Second Language Classroom research – a comprehensive guide**. Cengage ELT. 2009

Dicionários online:

Cambridge Online Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/>

Longman English Dictionary Online. Disponível em: www.ldoceonline.com

Macmilan Online Dictionary. Disponível em: www.macmillandictionary.com

Oxford Online Dictionary. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Língua Portuguesa 1 Carga-Horária: 36h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Expressar-se de modo formal, claro e conciso, observando as regras gramaticais e as normas de redação oficial. b) Elaborar documentos, relatórios técnicos, textos informativos, expositivos, argumentativos e dissertativos, respeitando regras gramaticais e normas de redação oficial. c) Demonstrar domínio da Língua Portuguesa, em sua forma oral e escrita. d) Interpretar textos e diálogos complexos, sobretudo os que forem de sua área de especialização. e) Utilizar técnicas de expressão oral e escrita nas comunicações.
EMENTA
1) Texto, textualidade e fatores de textualidade: clareza e concisão 2) Técnica de resumo: leitura; sublinha; esquema; síntese 3) Leitura, análise e interpretação textual: análise dos recursos linguísticos e gramaticais envolvidos na produção de sentido. 4) Produção textual: produção de resumos. 5) Técnicas de apresentação oral: prática de plataforma.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Identificar os elementos responsáveis pela textualidade (Cn); b) Analisar textos de diferentes modalidades discursivas (An); c) Empregar a técnica do resumo na produção escrita (Ap); d) Empregar técnicas de exposição oral (Ap); e) Adequar a linguagem oral a diferentes situações de comunicação (Ap).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa . 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008. GOLDESTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Sílvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério : leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009. MACHADO, Anna Raquel <i>et al.</i> Resumo . São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras : coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006. GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna . Rio de Janeiro: FGV, 1992. KOCH. Ingedore G. V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 2011. MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental : para cursos de contabilidade, economia e administração. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000. THEREZO, Graciema Pires. Como corrigir redação . Campinas, SP: Alínea, 2012.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Língua Portuguesa 2 Carga-Horária: 36h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Expressar-se de modo formal, claro e conciso, observando as regras gramaticais e as normas de redação oficial. b) Elaborar documentos, relatórios técnicos, textos informativos, expositivos, argumentativos e dissertativos, respeitando regras gramaticais e normas de redação oficial. c) Demonstrar domínio da Língua Portuguesa, em sua forma oral e escrita. d) Interpretar textos e diálogos complexos, sobretudo os que forem de sua área de especialização. e) Utilizar técnicas de expressão oral e escrita nas comunicações.
EMENTA
1) Fatores de textualidade: coerência e coesão; adequação dos recursos geradores de sentido. 2) Leitura, análise e interpretação textual: análise dos recursos linguísticos e gramaticais envolvidos na produção de sentido. 3) Técnica da resenha: leitura; planejamento; subjetividade; inserção de vozes. 4) Produção textual: produção de textos sobre temas diversos. 5) Técnicas de apresentação oral: prática de plataforma.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Reconhecer, em diferentes modalidades textuais, os recursos expressivos e sua variabilidade (Cn); b) Identificar coerência e coesão como fatores de textualidade (Cp); c) Interpretar e reescrever textos de diferentes modalidades discursivas (Si); d) Analisar aspectos estruturais e/ou construtivos de diferentes modalidades discursivas (An); e) Empregar a técnica da resenha na produção escrita e oral (Ap); f) Adequar a linguagem oral a diferentes situações de comunicação (Ap).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa . 3. ed. São Paulo: Scipione, 2011. GOLDESTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Sílvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade . São Paulo: Ática, 2010. MACHADO, Anna Raquel <i>et al.</i> Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Vocabulário ortográfico da língua portuguesa . 5. ed. Rio de Janeiro: Block, 2009. ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Dicionário de questões vernáculas . 4. ed. São Paulo: Ática, 2003. COSTA, Sérgio Roberto. Dicionário de gêneros textuais . Autêntica Editora, 2014. Biblioteca Virtual Pearson. FIORIN, José Luiz. Lições de texto: leitura e redação . 5. ed. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna . [recurso eletrônico] Rio de Janeiro: FGV, 2014. MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental: para cursos de contabilidade, economia e administração . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013. TERRA, Ernani. Dicionário da língua portuguesa . 2. ed. São Paulo: Editora Rideel, s/d. Biblioteca Virtual Pearson. THEREZO, Graciema Pires. Como corrigir redação . Campinas, SP: Alínea, 2012.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Língua Portuguesa 3 Carga-Horária: 36h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Elaborar documentos, relatórios, técnicos, textos informativos, expositivos, argumentativos e dissertativos, respeitando regras gramaticais e normas de redação oficial.</p> <p>b) Interpretar textos e diálogo complexos, sobretudo os que forem de sua área de especialização.</p> <p>c) Demonstrar domínio da Língua Portuguesa, em sua forma oral e escrita.</p> <p>d) Expressar-se de modo formal, claro e conciso, observando as regras gramaticais e as normas de redação oficial.</p> <p>e) Atuar com rigor científico, ética e responsabilidade.</p> <p>f) Utilizar técnicas de produção textual em trabalhos científicos.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Texto e textualidade: o texto como unidade de sentido; fatores de textualidade; adequação dos recursos geradores de sentido. 2) Construção do parágrafo: tópico frasal; formas de desenvolvimento do parágrafo. 3) O texto argumentativo: características; estrutura; contra-argumentação; fundamentação e desqualificação de enunciados. 4) Produção textual: produção de textos argumentativos sobre temas diversos. 5) Leitura, análise e interpretação textual: análise dos recursos linguísticos e gramaticais envolvidos na produção de sentido.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Identificar os elementos responsáveis pela textualidade (Cn);</p> <p>b) Utilizar os recursos inerentes aos processos da comunicação para consolidar e efetivar a capacidade de expressar ideias e pensamentos (Ap);</p> <p>c) Identificar características e estrutura do texto argumentativo (Cp);</p> <p>d) Compor textos argumentativos de diferentes modalidades com adequação aos recursos linguísticos geradores de sentido (Si);</p> <p>e) Analisar textos de diferentes tipologias e temáticas (An);</p> <p>f) Relacionar a leitura à produção de texto com ênfase nos aspectos linguísticos e estruturais (Ap).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 2000.</p> <p>LIMA, Carlos Henrique da Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 49.ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2011.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>ARISTÓTELES. Arte retórica e Arte poética. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna gramática Portuguesa. 38.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.</p> <p>FIORIN, José Luiz. Argumentação. São Paulo: Contexto, 2015</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Argumentação e Linguagem. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Língua Portuguesa 4 Carga-Horária: 36h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Interpretar textos e diálogo complexos, sobretudo os que forem de sua área de especialização. b) Demonstrar domínio da Língua Portuguesa, em sua forma oral e escrita. c) Transmitir técnicas de comunicação oral. d) Atuar com rigor científico, ética e responsabilidade. e) Desenvolver projetos de pesquisa científica no âmbito da Força Aérea e da Cultura Militar. f) Utilizar técnicas de produção textual em trabalhos científicos.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Leitura, análise e interpretação textual: análise de textos acadêmicos, literários e informativos. 2) Aspectos linguísticos e produção de sentido: eventos históricos e seu reflexo nas produções textuais. 3) Elementos discursivos: polifonia e textualidade. 4) Produção textual: construção de textos críticos e reflexivos sobre temáticas diversas. 5) Texto acadêmico: aspectos linguísticos e estruturais.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Analisar textos de diferentes modalidades discursivas (An); b) Utilizar os recursos inerentes aos processos da comunicação para consolidar e efetivar a capacidade de expressar ideias e pensamentos (Ap); c) Discutir a produção de sentido em textos diversos, com ênfase na relação texto-contexto (Cp); d) Identificar as condições de produção do discurso e as diferentes vozes presentes no texto (Cn); e) Compor textos de diferentes temáticas adequados à norma culta da língua portuguesa (Si); f) Reconhecer os aspectos estruturais do texto acadêmico (Cp).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. BRAIT, Beth. Bakhtin: dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 21 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>BECHARA, Evanildo (Org.). Estudo da língua portuguesa: textos de apoio. Brasília: FUNAG, 2010. CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos. Trad. Nilson Moulin. 2 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. FIORIN, José Luiz. As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Contexto, 2016.</p>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Metodologia Científica Carga-Horária: 66h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Descrever a dinâmica da pesquisa científica, desde a elaboração de pré-projeto à conclusão da pesquisa; b) Desenvolver projetos de pesquisa científica no âmbito da Força Aérea e da Cultura Militar; c) Utilizar técnicas de produção textual em trabalhos científicos; d) Valorizar a inovação tecnológica e a pesquisa científica para o desenvolvimento nacional.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Conhecimento e Método Científico. 2) Projeto de Pesquisa. 3) Metodologia de Pesquisa. 4) Citações e Referências. 5) Linguagem Científica. 6) Referencial Teórico. 7) Monografia. 8) Trabalhos e Publicações Científicas. 9) Orientação de Revisão Bibliográfica e Metodológica.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Expressar os pressupostos e os conceitos da pesquisa científica para a elaboração de trabalhos acadêmicos (Cp); b) Identificar os diferentes tipos de pesquisa acadêmica (Cn); c) Formular os principais elementos do projeto de pesquisa: tema, problema, justificativa, hipóteses e objetivos (Si); d) Identificar trabalhos e publicações científicas para compor o referencial teórico do projeto de pesquisa (Cn); e) Empregar a linguagem científica com clareza, coerência, coesão e correção (Ap); f) Empregar as normas da ABNT nos exercícios propostos e na produção científica (Ap); g) Conhecer aspectos éticos relacionados à pesquisa científica (Cn); h) Distinguir os elementos que compõem o trabalho de conclusão de curso (Cn); i) Conhecer a estrutura do trabalho de conclusão de curso, com seus elementos pré textuais, textuais e pós-textuais (Cn); j) Estruturar os elementos textuais do trabalho de conclusão de curso em colaboração com o orientador (Ap); k) Identificar a metodologia que melhor se aplica à resolução do problema de pesquisa, diferenciando pesquisas qualitativas e quantitativas (Cp); l) Conhecer técnicas de elaboração de plano de amostragem e de instrumentos de pesquisa (Cn); m) Aprofundar a pesquisa bibliográfica a respeito do tema de pesquisa (Ap); n) Conhecer a plataforma brasil e o processo de submissão de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos ao comitê de ética (Cn).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2012. MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira; ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto. Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica (monografias, dissertações e teses): de acordo com a ABNT 2002. 3. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: S. A. Fabris, 2003.</p>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Logística e Gestão de Suprimentos Carga-Horária: 66h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
<p>a) Identificar o papel da Força Aérea Brasileira na História das Forças Armadas;</p> <p>b) Assessorar a chefia imediata, demonstrando alternativas na resolução de situações-problema;</p> <p>c) Empregar os recursos administrativos e financeiros no desenvolvimento de ações de gestão estratégica e coordenação de fluxos administrativos, respeitando as políticas públicas e leis vigentes no país;</p> <p>d) Identificar os conflitos mais marcantes da história mundial e da sociedade contemporânea, que influenciam na geopolítica atual;</p> <p>e) Explicar como a gestão estratégica pode melhorar o desempenho da organização a curto, médio e longo prazo;</p> <p>f) Relacionar as ferramentas administrativas e sua aplicabilidade na gestão administrativa da FAB;</p> <p>g) Recordar os conceitos básicos e legislações ligados à área de administração pública e de recursos financeiros e gerência de processos;</p> <p>h) Utilizar as ferramentas de gestão administrativas para racionalizar os meios materiais, humanos e orçamentários;</p> <p>i) Identificar as situações-problema existentes em seu âmbito de atuação funcional;</p> <p>j) Propor para a chefia ações para a solução de problemas identificados;</p> <p>k) Coordenar os processos administrativos sobre sua responsabilidade, atuando de forma a aperfeiçoá-los;</p> <p>l) Acompanhar a modernização do acervo da Força Aérea para fins de constante desenvolvimento e atualização das metodologias e da inovação tecnológica;</p> <p>m) Acompanhar as políticas do COMAER afetas a sua área de trabalho;</p> <p>n) Demonstrar lealdade e honestidade nas atividades de assessoramento;</p> <p>o) Contribuir para um ambiente de excelência administrativa;</p> <p>p) Atuar com imparcialidade e profissionalismo, primando pelos interesses da FAB.</p>
EMENTA
<p>1) Evolução da Logística, Cadeia Logística e <i>just in time</i>, Estratégia e Planejamento da Logística, Importância da determinação de necessidades para a logística. 2) Previsão de Demanda: Métodos de Previsão de Longo Prazo, Regressão Linear; Métodos de Previsão de Curto Prazo, Média Móvel, Média Ponderada Móvel, Média Exponencial Móvel, Média Exponencial Móvel com Tendência; Intervalo de Previsão; Erros de Previsão, análise da previsão de demanda nos sistemas logísticos do COMAER; 3) Classificação de Materiais: Catalogação, sistemas de catalogação do COMAER; Sistemas de Classificação de Materiais, Importância Operacional, Valor do Consumo, Perecibilidade, Periculosidade, Mercado Consumidor, Classificação Militar de Materiais, sistemas de identificação de materiais. 4) Gestão de Estoques: pontos positivos e negativos dos estoques. Parâmetros de Estocagem, Nível Máximo, Nível de Segurança, Nível Operacional, Nível de Ressuprimento; Demanda Durante o Lead Time; Determinação da Quantidade de Compra, Ressuprimento Automático, Lote Econômico de Compra Tradicional, com Entregas Parceladas, com Desconto por Quantidade, análise dos níveis de estoque do COMAER.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<p>a) Conceituar logística empresarial, logística militar e Cadeia de Suprimentos-Supply Chain (Cn);</p> <p>b) Identificar a importância do Planejamento Logístico na Estratégia Corporativa para atender</p>

- ao nível de serviço dos clientes (Cp)
- c) Identificar a importância da determinação de necessidades para a gestão de suprimentos (Cp);
 - d) Elaborar previsão de demanda (Si);
 - e) Identificar as formas de classificação dos materiais (Cn);
 - f) Identificar o sistema de catalogação do COMAER (Cn);
 - g) Elaborar um sistema de gestão de estoques eficiente e eficaz (Si);
 - h) Calcular as quantidades de compra dos suprimentos (Ap).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAITHER, N.FRAZIER, G. **Administração da Produção e Operações**. 8ª edição. Editora Pioneira. 2002.

BALLOU, R. **Gestão da Cadeira de Suprimentos**. Editora Bookman. 2004.;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de Materiais: Uma Introdução**. São Paulo: Atlas, 1999.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de Materiais: Uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 2005.

BOWERSOX, Donald J. e CLOSS, David J. **Logística Empresarial**. São Paulo, Atlas, 2001.

NOVAES, A.G. **Logística e Gerenciamento da Distribuição da Cadeia de Distribuição**. Editora Campus, 2001.

NOVAES, A.G., ALVARENGA, A.C. **Logística Aplicada – Suprimento e Distribuição Física**. Editora Edgard Blücher, 2000.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Pesquisa Operacional Carga-Horária: 66h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Propor alternativas aplicáveis e razoáveis para solucionar os problemas ou amenizar os seus impactos com visão prospectiva.</p> <p>b) Utilizar as ferramentas de gestão administrativas para racionalizar os meios materiais, humanos e orçamentários.</p> <p>c) Organizar atividades complexas e interdependentes para geração de produtos e resultados aplicáveis a diferentes seguimentos da FAB.</p> <p>d) Propor para a chefia ações para a solução de problemas identificados.</p> <p>e) Aplicar as ferramentas de Gestão aos processos de Administração Organizacional.</p> <p>f) Executar as funções de Chefia, utilizando técnicas que garantam maior eficiência aos processos administrativos, condizentes com a legislação em vigor.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Introdução à Pesquisa Operacional: Origem da Pesquisa Operacional e suas Aplicações; 2) Planejamento de Projetos com PERT CPM: Programa, Elaboração da Rede PERT CPM e Programação de Atividades; Análise de Incerteza relacionadas às Atividades e aos Projetos; Relações tempo/custo; Cronograma PERT CPM Integrado.3) Modelagem Matemática de Problemas Lineares: Estrutura de um Modelo Matemático de Otimização Linear; Modelos Clássicos de Pesquisa Operacional; Modelos de Programação de Operações; 4) Otimização de Modelos Lineares: Solução Gráfica; Método Simplex; 5) Uso de Aplicativos Computacionais de Uso Livre de Otimização para Planejamento e Programação de Operações: Aplicação em Situações Problema</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Conhecer a origem e as aplicações da Pesquisa Operacional (Cn);</p> <p>b) Identificar as fases da Pesquisa Operacional como método científico (Cn);</p> <p>c) Identificar um Problema de Planejamento de Projetos (Cp);</p> <p>d) Elaborar redes de planejamento (grafos) PERT CPM (Ap);</p> <p>e) Programar os eventos da rede PERT CPM (Ap);</p> <p>f) Elaborar o Cronograma do Projeto (Ap);</p> <p>g) Analisar a incerteza da duração das atividades e do projeto (An);</p> <p>h) Realizar a otimização tempo custo do projeto (An);</p> <p>i) Formular modelos de programação linear para situações problema (Si);</p> <p>j) Resolver graficamente modelos de otimização linear com duas variáveis (Ap);</p> <p>k) Resolver modelos de otimização linear por meio do Algoritmo Simplex (Ap);</p> <p>l) Utilizar aplicativos computacionais para gerar soluções para os modelos de otimização linear (Ap);</p> <p>m) Analisar as soluções dos problemas de programação linear (An).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>TAHA, H. Pesquisa Operacional. 8ª edição. Editora Pearson. Livro Digital (384p.). ISBN 9788576051503.</p> <p>ARENALES, M. N et al. Pesquisa Operacional para Cursos de Engenharia. 2ª Edição: Elsevier Brasil, 2015.</p> <p>HILLER, F. S. - LIEBERMAN. G. J. - Introdução à Pesquisa Operacional – Rio de Janeiro: Ed.Mc Graw Hill – 2.013 - 9a . Edição.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>CUKIERMAN, Z. S. - O Modelo PERT/CPM Aplicado a Projetos - Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores – 2000 – 7ª edição.</p> <p>TOZAN, H. Operations research for military organizations. Direção de Mumtaz KARATAS. Hershey:IGI Global, 2018. 445 p. ISBN 9781522555131.</p> <p>BAZARGAN, M. Airline Operations and Scheduling. 2ª Edição: Routledge & CRC Press. 2010</p>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Planejamento Estratégico Carga-Horária: 66h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Descrever a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa, e o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica;</p> <p>b) Declarar as atribuições constitucionais das Forças Armadas e da Força Aérea Brasileira;</p> <p>c) Explicar as estruturas sistêmicas e organizacionais do Comando da Aeronáutica;</p> <p>d) Relacionar as organizações e plataformas da FAB com suas atribuições e finalidades;</p> <p>e) Explicar como a gestão estratégica pode melhorar o desempenho da organização a curto, médio e longo prazo;</p> <p>f) Explicar as teorias e as metodologias aplicadas ao processo de elaboração, execução e avaliação de Planejamento Estratégico;</p> <p>g) Propor alternativas aplicáveis e razoáveis para solucionar os problemas ou amenizar os seus impactos com visão prospectiva;</p> <p>h) Identificar a sua Organização Militar dentro das estruturas sistêmica e organizacional do Comando da Aeronáutica;</p> <p>i) Aplicar as metodologias pertinentes ao Planejamento Estratégico Organizacional com vistas à sua efetiva divulgação e implementação;</p> <p>j) Valorizar as instituições da FAB no cumprimento de sua missão;</p> <p>k) Contribuir para um ambiente de excelência administrativa;</p> <p>l) Atuar com imparcialidade e profissionalismo, primando pelos interesses da FAB;</p> <p>m) Aplicar as ferramentas de Gestão aos processos de Administração Organizacional;</p> <p>n) Valorizar a atualização dos seus conhecimentos e as ferramentas aplicadas aos procedimentos administrativos, considerando as esferas Geral e Pública, conforme a evolução científica e práticas da Administração.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Concepções básicas de Planejamento Organizacional: conceitos e evolução planejamento, estratégia e planejamento estratégico; tipos de planejamento e estratégia; metodologias de planejamento estratégico. 2) Processo de elaboração do planejamento estratégico: processo de elaboração de estratégias; visão geral da organização; análise do ambiente; análise dos aspectos internos de gestão; objetivos e metas organizacionais; estratégias organizacionais; projetos e planos de ação. 3) Processo de implementação do plano e controle das estratégias e políticas organizacionais: implementação competências, estrutura, política, sistemas de apoio, cultura e liderança; controle e avaliação de estratégias. 4) Análise dos documentos relacionados à defesa nacional à luz do planejamento estratégico: Política de Defesa Nacional (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END), Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) e Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER).</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Identificar os conceitos básicos do planejamento estratégico e sua pertinência para a formação do Oficial da Aeronáutica (Cn);</p> <p>b) Descrever as diferentes metodologias para desenvolvimento e implementação do planejamento estratégico (Cp);</p> <p>c) Interpretar os documentos estratégicos do governo brasileiro relacionados à defesa nacional (Av);</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>BARNEY, J.B. e HESTERLY, W.S. Administração estratégica e vantagem competitiva. Tradução: Monica Rosemberg; revisão técnica: Pedro Zanni. São Paulo: Pearson Prentice</p>

Hall, 2007.

MINTZBERG, Henry. *Et al.* **O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

OLIVEIRA, Djalma P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. São Paulo: Atlas, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERTO, SAMUEL C. SAMUEL C. E PETER, J. PAUL. **Administração Estratégica: Planejamento e Implantação da Estratégia**. São Paulo: Makron Books, 1993.

MINTZBERG, HENRY. **Safari de Estratégia**. 1. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

MINTZBERG, Henry. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. 1. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Psicologia Carga-Horária: 36h/a</p>
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Relacionar a psicologia com a gestão estratégica de pessoas com vista à melhoria do desempenho da instituição.
EMENTA
1) Elementos fundamentais da Psicologia para a compreensão da subjetividade; 2) Conceitos e princípios de diferentes teorias psicológicas; 3) Aplicações de conceitos e princípios de diferentes teorias psicológicas no campo da Psicologia Social; da Motivação; da Liderança e da Gestão Estratégica de Pessoas.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<p>a) Explicar o surgimento da Psicologia no contexto histórico das Ciências visando distinguir o conhecimento do senso comum, os diferentes campos de estudo e o objeto de estudo atual, valorizando o conhecimento científico da relação entre psicologia e os grandes conflitos da humanidade (Cp);</p> <p>b) Explicar elementos teóricos fundamentais da Psicologia com base no Behaviorismo, Gestalt e Psicanálise, estimulando o conhecimento científico da relação entre psicologia e os grandes conflitos da humanidade (Cp);</p> <p>c) Relacionar fenômenos da subjetividade, campos de estudo e conceitos visando distinguir os usos e as limitações das diferentes abordagens psicológicas no contexto militar (Ap);</p> <p>d) Relacionar as principais teorias psicológicas com os diferentes enfoques do campo da psicologia social identificando oportunidades para o uso de diferentes dinâmicas sociais na resolução de situações-problema no âmbito das relações interpessoais (Ap);</p> <p>e) Relacionar as principais teorias psicológicas com diferentes aspectos de motivação valorizando o conhecimento das competências individuais e coletivas que possam contribuir para o trabalho em equipe (Ap);</p> <p>f) Relacionar os diferentes aspectos de motivação com diferentes estilos de liderança visando a otimização das capacidades individuais e coletivas dos subordinados (Ap).</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>BOCK, A.M.B.; FURTADO, O. e TEIXEIRA, M. de L.T. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.</p> <p>FADIMAN, J. e FRAGER, R. Teorias da Personalidade. São Paulo: Harbra, 2002</p> <p>MEDEIROS, Sabrina; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos e VIANNA, Alexandre M. (org) Enciclopédia de Guerra e Revoluções do Século XX – As grandes transformações do mundo contemporâneo. Elsevier, 2 ed. Rio de Janeiro, 2004. 978-85-352-1406-</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>ARANHA, M.L. e MARTINS, M.H.P. Filosofando – introdução à Filosofia. São Paulo: Ed. Moderna, 4ª ed., 2013.</p> <p>BERGAMINI, Cecília W. Liderança: administração do sentido. Atlas. 2ª ed. São Paulo, 2009.</p> <p>ROBBINS, Stephen P., JUDGE, Timothy A. Comportamento Organizacional. São Paulo, Ed. Pearson, 2020.</p>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Química para Infantaria Carga-Horária: 36h/a</p>	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA	
a) Explicar os princípios de funcionamento de explosivos, propelentes e combustíveis. b) Explicar os conceitos fundamentais relacionados à agentes químicos e biológicos. c) Compreender emissões radioativas, fissão e fusão nuclear d) Discutir o processo de enriquecimento de Urânio e sua aplicação.	
EMENTA	
1) Explosivos: Química dos Explosivos; Propriedades e Classificação dos Explosivos; Explosivos militares e explosivos improvisados; Propelentes. 2) Agentes Químicos de Guerra: Propriedades e Classificação dos Agentes Químicos; Agentes Biológicos. 3) Radioatividade: Tipos de decaimento radioativo; Energia das reações nucleares; Fissão Nuclear; Rejeitos Radioativos; Enriquecimento de urânio e seu uso; Fusão Nuclear.	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
a) Diferenciar as diferentes classes de explosivos (Cp); b) Identificar os grupos químicos explosóforos, característicos de substâncias explosivas (Cn); c) Explicar as propriedades dos explosivos (Cn); d) Exemplificar diferentes tipos de explosivos militares (Cp); e) Reconhecer misturas químicas com potencial explosivo (Ap); f) Reconhecer os agentes químicos usados ao longo da História (Cn); g) Relacionar a classe do agente químico com o seu efeito (Cp); h) Analisar conceito, uso e propriedades de Agentes Biológicos (Cn); i) Identificar os diferentes tipos de decaimento radioativo de acordo com sua natureza (Cn); j) Examinar diferentes reações nucleares (An); k) Explicar os processos de fissão e fusão nuclear (Cp); l) Interpretar os cálculos para a obtenção da energia das reações nucleares (Cp); m) Descrever e discutir o processo de enriquecimento de Urânio (Cp).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
Kotz J. C; Treichel Jr. P. M. Química Geral e Reações Químicas, Vol. 1 e 2. 5ª. Ed. a Thomson Learning, 2006. Brown L. S., Holme T. A., Química Geral aplicada à engenharia. Ed. Cengage Learning, 2016. Agrawal J. P.; Hodegson R.D. Organic Chemistry of Explosives. Ed. John Wiley & Sons, 2007. Romano, Jr. J. A., Lukey B. J., Salem H (Ed.). Chemical Warfare Agents, 2a. Ed. CRC Press, 2008. Valença, U. S.; Reis S. R.; Palazzo M.; Rocha J.F.; Athayde A. C.; Engenharia dos Explosivos: um enfoque dual, Fundação Ricardo Franco, IME. (2013). Farias, R. F. História das Armas Químicas, Ed. Soares (2017).	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

Woodfin R. L (Ed.) Trace chemical sensing of explosives. Ed. John Wiley & Sons. 2007
Atkins, P. W. Físico-Química. V. 2, 6 ed. LTC livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1999.
Tória dos Mano, E. B. Polímeros como materiais de engenharia. Editora Edgard Blücher Ltda, 1991.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Relações Internacionais Carga-Horária: 66h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Produzir pesquisas, análises e debates sobre os cenários nacionais e internacionais, de temas de interesse do COMAER identificando as oportunidades e os riscos envolvidos, com o objetivo de desenvolver mentalidade e cultura de defesa junto à sociedade e suas instituições. b) Identificar as Políticas de Relações Internacionais praticadas no âmbito das Organizações e Tratados Internacionais dos quais o Brasil faz parte.
EMENTA
1) O sistema internacional e seus principais atores. 2) Evolução histórica do sistema de Estados. 3) Teorias das Relações Internacionais: Realismo, Liberalismo, Construtivismo, Marxismo e abordagens contemporâneas. 4) Política externa e política externa brasileira: modelos de análise, principais características e fundamentos legais. 5) Temas contemporâneos em RI: terrorismo, conflitos religiosos, feminismo e meio ambiente.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Identificar os principais atores do sistema internacional (Cp); b) Compreender as principais abordagens teóricas do sistema internacional (Cp); c) Analisar a política externa em geral e a brasileira em particular (An); d) Debater temas contemporâneos em Relações Internacionais (An).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais . 3ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. PECEQUILO, Cristina Sorenau. Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões . 9ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012. (Disponível na biblioteca virtual da Pearson) GUIMARÃES, Feliciano de Sá. Teoria das Relações Internacionais . 224p. São Paulo: Contexto, 2021. (Disponível na biblioteca virtual da Pearson) SALOMÓN, Mónica. Teorias e Enfoques das Relações Internacionais: uma Introdução . Curitiba: InterSaber, 2016. (Disponível na biblioteca virtual da Pearson)
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. Introdução ao Estudo das Relações Internacionais . São Paulo: Saraiva, 2013. BUZAN, Barry; HANSE, Lene. The Evolution of International Security Studies . Cambridge: Cambridge University Press, 2009. CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais . Brasília: FUNAG, 2012 DOWBOR, Ladislau. A Era do capital improdutivo . 2ed. São Paulo: Autonomia Universitária, 2018. TEIXEIRA JR., SILVA, Antonio Henrique Lucena (Org). Introdução aos Estudos Estratégicos . Curitiba: InterSaber, 2020. (Disponível na biblioteca virtual da Pearson) VILLA, Rafael, Duarte. Segurança Internacional: leitura contemporâneas . Curitiba: InterSaber, 2020. (Disponível na biblioteca virtual da Pearson) WILLIAMS, Paul.(ed). Security Studies: an Introduction . New York: Routledge, 2008.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Sistemas de Informação Carga-Horária: 36h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Relacionar as ferramentas administrativas e sua aplicabilidade na gestão administrativa da FAB. b) Descrever os instrumentos metodológicos de gestão que auxiliam na identificação de situações-problema e delimitação das possíveis causas e alternativas de soluções. c) Aplicar as ferramentas de gestão aos processos de Administração Organizacional.
EMENTA
1) Sistemas de informação e banco de dados: conceitos sobre sistemas, sistemas de informação e sistemas de informação empresariais; bancos de dados. 2) Sistemas integrados e de apoio à decisão: conceitos sobre sistemas integrados de gestão; exemplos de sistemas de informação; conceitos e aplicações de sistemas de apoio à decisão e de gestão do conhecimento; exemplos e demonstração sobre o funcionamento de sistemas de apoio à decisão, ferramentas de <i>Business Intelligence</i> e de produtividade. 3) Sistemas de informação do Comando da Aeronáutica: funcionalidades dos Sistemas de Informação adotados no Comando da Aeronáutica.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Conhecer os conceitos sobre sistemas de informação (Cn); b) Aplicar um banco de dados (Ap); c) Identificar os sistemas integrados (Cp); d) Identificar os sistemas de gestão da cadeia de suprimentos (Cp); e) Identificar os sistemas de gestão do relacionamento com o cliente (Cp); f) Aplicar os sistemas inteligentes de apoio à decisão (Ap); g) Identificar os sistemas de gestão do conhecimento (Cp); h) Identificar os sistemas de informação do COMAER e suas principais funcionalidades (Cp).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de Informação Gerenciais . 11 ^a ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. Princípios de Sistemas de Informação . 11 ^a ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015. Manuais dos sistemas da FAB.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
O'BRIEN, J. A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet . 3 ^a ed. São Paulo: Saraiva, 2011. O'BRIEN, J. A., MARAKAS, G. M. Administração de sistemas de informação . São Paulo: Amgh, 2013. VALENTE, C. Fundamentos de sistemas de informação . Vila Velha: ESAB, 2007.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<p align="center">Disciplina: Tecnologias da Informação Carga-Horária: 36h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Exemplificar como a exposição de dados administrativos e operacionais pode afetar a segurança do público interno e do COMAER.</p> <p>b) Explicar as principais medidas de Segurança Orgânica aplicadas às instalações, ao pessoal, ao material, à documentação e aos meios de Tecnologias da Informação.</p> <p>c) Empregar medidas de proteção de dados pessoais em ambiente físico ou virtual, incluindo redes sociais.</p> <p>d) Apontar as legislações do COMAER referentes às Atividades de Guerra Cibernética.</p> <p>e) Enunciar as noções básicas da Doutrina de Guerra Cibernética no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).</p> <p>f) Exemplificar como o mau uso dos equipamentos cibernéticos cotidianos pode afetar a segurança do público interno e do COMAER.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Telecomunicações: visão geral das telecomunicações; redes e processamento distribuído; serviços de telecomunicações e aplicações de rede; utilização e funcionamento da Internet; a World Wide Web; aplicativos de Internet e rede. 2) Segurança da informação: vulnerabilidade dos sistemas e uso indevido; como estabelecer uma estrutura para segurança e controle; tecnologias e ferramentas para garantir a segurança dos recursos de informação; normas de segurança da informação na FAB.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Identificar os componentes de uma rede de computadores (Cp);</p> <p>b) Identificar os tipos de comunicações (Cp);</p> <p>c) Identificar as funcionalidades da Internet e da Web (Cp);</p> <p>d) Identificar as vulnerabilidades dos sistemas informatizados (Cp);</p> <p>e) Aplicar as principais tecnologias e ferramentas para garantir a segurança da informação (Ap);</p> <p>f) Identificar as normas de segurança da informação do Comando da Aeronáutica (Cp).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de Informação Gerenciais. 11ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.</p> <p>STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. Princípios de Sistemas de Informação. 11ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.</p> <p>CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil. Cartilha de Segurança para Internet. 4ª ed. São Paulo: CERT.br, 2012.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>Normas do COMAER sobre Segurança da Informação e uso consciente das redes.</p> <p>DANTAS, M. L. Segurança da informação: uma abordagem focada em gestão de riscos. Olinda: Livro Rápido, 2011.</p> <p>COELHO, F. E. S.; ARAÚJO, L. G. S.; BEZERRA, E. K. Gestão da segurança da informação. Rio de Janeiro: RNP/ESR, 2014.</p>

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso 1 Carga-Horária: 60h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Descrever a dinâmica da pesquisa científica, desde a elaboração de pré-projeto à conclusão da pesquisa; b) Desenvolver projetos de pesquisa científica no âmbito da Força Aérea e da Cultura Militar; c) Utilizar técnicas de produção textual em trabalhos científicos; d) Valorizar a inovação tecnológica e a pesquisa científica para o desenvolvimento nacional.
EMENTA
1) Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. 2) Reunião de orientação. 3) Técnicas de Plataforma.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Aprofundar a investigação científica do tema escolhido (An); b) Realizar reuniões de orientação (Ap); c) Aplicar técnicas de plataforma para preparação para apresentação oral (Cp); d) Apresentar e discutir o andamento da pesquisa (Cp).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
APOLINÁRIO, Fabio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa . 2ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2012. SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico . 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
APOLINÁRIO, Fábio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico . São Paulo: Atlas, 2004. LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia em ciências humanas . Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina A. Fundamentos de metodologia científica . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Continuação do Anexo A – EMENTÁRIO EIXO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso 2 Carga-Horária: 50h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Descrever a dinâmica da pesquisa científica, desde a elaboração de pré-projeto à conclusão da pesquisa; b) Desenvolver projetos de pesquisa científica no âmbito da Força Aérea e da Cultura Militar; c) Utilizar técnicas de produção textual em trabalhos científicos; d) Valorizar a inovação tecnológica e a pesquisa científica para o desenvolvimento nacional.
EMENTA
1) Apresentações orais do Trabalho de Conclusão de Curso.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Realizar as Apresentações Orais do Trabalho de Conclusão de Curso (Ap).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
APOLINÁRIO, Fabio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa . 2ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2012. SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico . 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
APOLINÁRIO, Fábio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico . São Paulo: Atlas, 2004. LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia em ciências humanas . Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina A. Fundamentos de metodologia científica . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ANEXO B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

<p align="center">Disciplina: Defesa Biológica, Nuclear, Química e Radiológica Carga-Horária: 36 h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Identificar as técnicas e procedimentos individuais do Combatente Terrestre nas Ações de Força Aérea. b) Identificar as técnicas e procedimentos coletivos de Combate Terrestre nas Ações de Força Aérea, até o nível de Esquadrilha (Companhia). c) Empregar as técnicas, táticas e procedimentos individuais aplicadas ao Combatente Básico Terrestre nas Ações de Força Aérea. d) Aplicar as técnicas, táticas e procedimentos coletivos de Combate Terrestre nas Ações de Força Aérea, até o nível de Esquadrilha (Companhia).</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Introdução de agentes BNQR: definições; histórico; motivações político-sociais; usos civis e militares de agentes BNQR. 2) Defesa de agentes QBRN: Métodos de Proteção, Resgate e Descontaminação.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Identificar os princípios básicos de proteção e defesa contra agente BNQR (An); b) Compreender sobre o histórico, bem como os conceitos atuais de guerra química com seus usos e a convenção de proibição de armas químicas (Cp).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA MARINHA. CGCFN-3200 Manual de Defesa Química, Biológica e Nuclear. Rio de Janeiro, 2002. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 1-6 Doutrina de Preparo e Emprego da FAB em missões de transporte na Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN). Brasília, 2020. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Caderno de Instrução – EB70-CI 11.409 Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear. 1ª Edição. Brasília, 2017. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – EB70-MC 10.233 Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear. 1ª Edição. Brasília, 2016. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – EB70-MC 10.234 Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear nas Operações. 1ª Edição. Brasília, 2017. COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Direito Internacional relativo à Condução das Hostilidades. Genebra, 1996.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>PINTO, R. P.; WAKAI M.; PANTALEÃO, K. G. Terrorismo no Brasil do século XXI: uma análise das ameaças. Revista de Geopolítica, v. 11, nº 1, p. 15-31, jan./fev./mar. 2020. SANTOS, A. W. P. A Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear no Brasil: Um Debate sobre o Estado da Arte. Rio de Janeiro, 2019. SILVA, G. R.; BORGES JR., I.; FIGUEROA-VILLAR, J. D.; CASTRO, A. T. Defesa química: histórico, classificação dos agentes de guerra e ação dos neurotóxicos. Vol.35, n.10, pp.2083-2091. 2012.</p>

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

<p align="center">Disciplina: Escola das Frações de Tropa de Infantaria Carga-Horária: 66 h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Interpretar os conceitos básicos da Meteorologia, aplicados às Operações Militares. b) Manipular cartas e documentos utilizados na Meteorologia. c) Valorizar o uso da Meteorologia aplicada as operações terrestres. d) Identificar as técnicas e procedimentos coletivos de Combate Terrestre nas Ações de Força Aérea, até o nível de Esquadrilha (Companhia). e) Planejar o emprego das frações de tropa nas Ações de Força Aérea, até o nível de Esquadrilha (Companhia). f) Descrever técnicas e a doutrina de emprego de Guerra Eletrônica (Medidas de Proteção Eletrônica) aplicadas às comunicações. g) Identificar as características técnicas dos equipamentos de rádio comunicação empregados nas Unidades de Infantaria. h) Identificar a doutrina de emprego de rádio comunicação. i) Identificar indícios de interferência adversa nas comunicações e adotar as medidas de proteção adequadas. j) Manipular os meios de rádio comunicação terra-terra e terra-ar. k) Preparar o plano de comunicações para cumprimento das missões atribuídas ao escalão de tropa sob seu comando. l) Descrever conceitos, técnicas e procedimentos de atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes em geral. m) Aplicar técnicas e procedimentos de atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes em geral.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Maneabilidade: Conceitos; Comandos. 2) Frações de Tropa de Infantaria: Equipe de Tiro (esquadra); Seção de Combate (grupo de combate); Elemento de Combate (pelotão); Elemento de Apoio de Fogo (pelotão de apoio de fogo). 3) Generalidades no emprego de tropas de infantaria: Planejamento geral de missões; Infiltração; Segurança nos Deslocamentos e altos; Navegação Terrestre; Passagem de Ponto Crítico; Técnicas de Ações Imediatas; Situações de Contingência; Prescrições Diversas. 4) Operações Ofensivas: Generalidades; Tipos de Assalto; Envolvimento; Desbordamento; Infiltração; Ataque frontal. 5) Operações Defensivas: Generalidades; Defesa de Área; Retraimento; Casos esquemáticos. 6) Meteorologia das Operações Militares: Influência da meteorologia nas operações; METAR; TAF; REDEMET. 7) Comunicações: Tipos de ondas RF; Modulação analógica e digital; Técnicas de comunicação em campanha. 8) Atendimento pré-hospitalar tático: Introdução; Equipamentos; Atendimento pré-hospitalar ao ferido em combate; Protocolo MARC; Situações que exigem condutas especiais.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Explicar sobre as técnicas de maneabilidade até o nível Elemento (pelotão) (Si); b) Esquematizar a sistemática de infiltração da tropa terrestre no cumprimento da missão (Si); c) Descrever os aspectos relacionados ao comando frações de tropa de infantaria, até o nível Elemento, tanto no ataque quanto na defesa (Av); d) Analisar a estrutura de tropa terrestre utilizada pela FAB, EB e MB (An); e) Identificar os princípios básicos de meteorologia aplicada às operações militares, sob a ótica da tropa terrestre (An); f) Utilizar-se dos meios de comunicação de forma correta e segura (Ap);</p>

g) Aplicar as técnicas e procedimentos de atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes em geral (Ap).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA MARINHA. **CGCFN-1203 Manual para Instrução do Pelotão de Fuzileiros Navais**. 1ª Edição. Brasília, 1994.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA MARINHA. **CGCFN-1204 Manual de Instrução da Companhia de Fuzileiros Navais**. 1ª Edição. Brasília, 1994.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Caderno de Instrução – CI 7-10-1 Pelotão de Fuzileiros**. 1ª Edição. Brasília, 1997.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Instruções Provisórias – IP 7-36 Emprego de Pequenas Frações do Batalhão de Infantaria Leve**. 1ª Edição. Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha – C 7-5 Exercício para a Infantaria**. 1ª Edição. Brasília, 1980.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha – EB70-MC-10.246 As Comunicações nas Operações**. 1ª Edição. Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha – C 24-18 Emprego do Rádio em Campanha**. 4ª Edição. Brasília, 1997.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha – C 24-50 Segurança das Comunicações**. 1ª Edição. Brasília, 1978.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE ORG 101 Organização e Funcionamento dos Grupos de Segurança e Defesa (GSD)**. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha- EB70-MC-10.343 Atendimento Pré-Hospitalar (APH) Básico**. 1ª Edição. Brasília, 2017.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

Disciplina: Equipamentos Bélicos Carga-Horária: 66 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar os armamentos terrestres individuais e coletivos, acessórios, munições e equipamentos utilizados pela FAB. b) Identificar a organização, o funcionamento, os processos e os regulamentos do Sistema de Material Bélico aplicados nas Ações de Força Aérea pela INFAER. c) Identificar os princípios de funcionamento, emprego e efeitos adversos dos itens bélicos e explosivos utilizados pela FAB. d) Manipular e empregar os armamentos terrestres individuais e coletivos, acessórios, munições e equipamentos utilizados pela FAB. e) Preparar documentos do Sistema de Material Bélico, em seu nível de responsabilidade. f) Manipular e empregar os itens bélicos e explosivos utilizados pela FAB. g) Valorizar as regras de segurança e os conceitos de emprego na utilização dos itens bélicos e explosivos utilizados pela FAB.
EMENTA
1) Introdução: Generalidades; Tipos de armas de fogo; Calibre; Regras gerais de segurança; Munições: tipos e projéteis. 2) Armamento Individual: Pistolas; Fuzis; Submetralhadoras; Espingarda Gauge 12. 3) Armamento Coletivo: Metralhadora Leve; Metralhadora Pesada. 4) Armamentos de interesse da tropa terrestre: Armas curtas; Armas Longas; Morteiros e Armamento anticarro. 5) Instrução de tiro: Fundamentos do tiro; Prática de tiro em estande: armas curtas, armas longas e coletivas.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Examinar os tipos, características, funcionamento, emprego, possibilidades e limitações dos armamentos terrestres e relacioná-los aos itens bélicos de dotação do COMAER (An). b) Realizar o manejo, montagem, desmontagem e manutenção em 1º escalão dos armamentos terrestres de dotação do COMAER (Rc). c) Exemplificar as características dos armamentos de interesse da tropa de Infantaria da Aeronáutica (Cp).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 50-1 Manual de Instrução de Tiro com Armamento Terrestre no Âmbito do Comando da Aeronáutica . Brasília, 2021.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Não há.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

Disciplina: Estágio Básico do Combatente de Montanha Carga-Horária: 60 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar o conceito, os fundamentos, a legislação, as regras de segurança, as técnicas e procedimentos aplicados pelo Combatente de Montanha utilizados pela FAB. b) Aplicar as regras de segurança, técnicas e procedimentos nas escaladas e desescaladas das Operações militares em ambiente de Montanha utilizados pela FAB.
EMENTA
1) Técnicas de Escalada: Vestuário, Equipamentos e Armamentos; Nós e Amarrações; Cordas; Técnicas de Escalada. 2) Técnicas Aplicadas ao Montanhismo: Ambiente Operacional de Montanha; Marchas em Montanha; Execução de Marchas em Montanha; Relevo; Evacuação de Feridos; Treinamento Físico Militar.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Identificar os equipamentos de escalada (Cn); b) Descrever as características do vestuário a ser utilizado no ambiente operacional de montanha (Cp); c) Empregar as técnicas de manutenção e lançamento de cordas (Ap); d) Confeccionar as amarrações e os nós utilizados nas atividades do escalador militar (Rm); e) Executar as técnicas de escalada livre (Rm); f) Transpor vias equipadas (Rm); g) Realizar a segurança de outros escaladores (Rm); h) Manifestar capacidade para agir de forma firme e destemida, diante de situações difíceis e perigosas, seguindo as normas de segurança (CORAGEM) (Va); i) Evidenciar a capacidade de agir, atendo-se a detalhes significativos (METICULOSIDADE) (Va); j) Demonstrar a capacidade de manter-se em ação continuamente, a fim de executar uma tarefa, vencendo as dificuldades encontradas (PERSISTÊNCIA) (Va); k) Evidenciar a capacidade de suportar, pelo maior tempo possível, a fadiga resultante de esforços físicos e/ou mentais, mantendo a eficiência (RESISTÊNCIA) (Va).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Programa Padrão de Instrução – PPE 08/1 Estágio Básico do Combatente de Montanha . 1ª Edição. Brasília, 2008. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – EB70-MC-10.228 A Infantaria nas Operações . 1ª Edição. Brasília, 2018.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – EB70-MC-10.223 Operações . 5ª Edição. Brasília, 2017.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

<p align="center">Disciplina: Estágio de Instrutor de Tiro Carga-Horária: 86 h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Interpretar a legislação, regras de segurança, os conceitos, fundamentos, as técnicas e procedimentos utilizados na Instrução de Tiro da FAB. b) Valorizar a segurança aplicada nas Instruções.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Teoria da Instrução de Tiro: Conceitos; Programa de Instrução; Atribuições e Responsabilidades; Módulos de Tiro; Segurança da Instrução de Tiro.2) Análise e Diagnóstico de Tiro: Análise do tiro na perspectiva dos fundamentos; Análise do tiro na perspectiva do alvo; Análise do tiro na perspectiva do atirador.3) Balística: Balística Interna; Balística Externa; Balística Terminal; Balística Aplicada à Instrução de Tiro.4) Prática do Instrutor de Tiro: Módulos de Instrução de Tiro.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Planejar e conduzir instruções de tiro com todo o armamento terrestre de dotação do COMAER (Rc). b) Ministrar instrução sobre o manejo e manutenção de primeiro escalão de todo o armamento terrestre de dotação do COMAER (Rc).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 50-1 Manual de Instrução de Tiro com Armamento Terrestre no Âmbito do Comando da Aeronáutica. Brasília, 2021. SANTANA, Décio Pereira. Manual do Instrutor de Armamento e Tiro. 1ª Edição. Santa Catarina. 2020. MARIZ, Luiz Gaspar. Anotações Sobre a Doutrina Policial – Balística. 1ª Edição. Santa Catarina. 2020.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>ARNOLD, Siegfried. O Treinamento do Tiro Esportivo. Brasília, 1980. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 135-3 Padronização das Instalações Bélicas para a Força Aérea Brasileira. Brasília, 2010. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Instruções Provisórias – IP 12-2 O Caçador. 1º Edição. Brasília, 1998.</p>

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

<p align="center">Disciplina: Estágio Prático de Infantaria Carga-Horária: 276 h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Identificar o conceito, os fundamentos, a legislação, as regras de segurança, as técnicas e procedimentos aplicados nas Operações Aeroterrestres utilizadas pela FAB.</p> <p>b) Aplicar as regras de segurança, técnicas e procedimentos aplicados nas Operações Aeroterrestres utilizados pela FAB.</p> <p>c) Descrever o Sistema SPA-C2, as ordens operacionais e os procedimentos gerais de adjudicação, acionamento e emprego dos meios de Infantaria da Aeronáutica pelo COMAE.</p> <p>d) Preparar os relatórios de missões, com base nas ordens operacionais recebidas pelo sistema de C².</p> <p>e) Descrever o Processo de Preparo Operacional Terrestre do COMPREP, para execução das Ações de Força Aérea.</p> <p>f) Traçar Projetos de Atividades Operacionais para as Unidades de Infantaria, conforme o Processo de Preparo Operacional.</p> <p>g) Valorizar o Processo de Preparo Operacional para execução das Ações de Força Aérea.</p> <p>h) Descrever a legislação de ensino aplicada à Instrução Militar na FAB (ordem unida, cerimonial, educação física, tiro e outras).</p> <p>i) Descrever as técnicas de ensino aplicáveis à instrução militar (técnicas de apresentação, etc).</p> <p>j) Identificar a legislação e os procedimentos gerais de segurança aplicáveis aos treinamentos, estágios e cursos.</p> <p>k) Identificar as técnicas e procedimentos de instrução de Ordem Unida no COMAER.</p> <p>l) Identificar as técnicas e procedimentos para a execução do treinamento das atividades de campanha no COMAER.</p> <p>m) Descrever o apoio logístico necessário para realizar as atividades de instrução militar.</p> <p>n) Aplicar, em seu nível de responsabilidade, o planejamento, coordenação e execução da Instrução Militar de sua OM.</p> <p>o) Usar os valores morais da FAB na Instrução Militar.</p> <p>p) Valorizar a segurança aplicada nas Instruções.</p> <p>q) Demonstrar destreza no ensino e observância aos valores morais da FAB.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Exercício de Aprimoramento: Planejamento; Preparação; Medidas de Coordenação e Controle; Operações. 2) Visitas às Unidades de Infantaria: Unidades de Comando, Preparo e Emprego da Infantaria da Aeronáutica. 3) Instrução Militar: Instrução de Tiro; Auxílio à Coordenação e Execução da Instrução Militar Básica.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Aprimorar os conhecimentos relacionados ao emprego de frações de tropa de infantaria simulando situações de guerra e não-guerra, utilizando-se dos Meios de Força Aérea adequados para cada cenário proposto (Rc);</p> <p>b) Aprimorar os conhecimentos relacionados ao Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica no que tange aos aspectos da Segurança e Defesa (Rc);</p> <p>c) Consolidar os conhecimentos relacionados ao planejamento, comando e controle de operações militares, até o escalão Elemento (pelotão), aprendidos ao longo do Curso de Formação (Rc);</p> <p>d) Distinguir a relação entre a parte teórica ministrada em sala de aula e a prática vivida na execução das tarefas relacionadas a cada atividade (An);</p> <p>e) Aplicar os conhecimentos transmitidos nas disciplinas à realidade aos diversos setores das</p>

Unidades de Segurança e Defesa (Ap);
 f) Identificar as documentações utilizadas para o desempenho das funções dos diversos setores das Unidades de Segurança e Defesa e seus trâmites (An);
 g) Identificar o emprego dos recursos materiais e humanos na consecução dos objetivos do setor estagiado (An);
 h) Acompanhar a rotina diária de determinados setores das Unidades de Segurança e Defesa (Ap);
 i) Aplicar os conhecimentos obtidos no Curso de Formação ministrando a instrução militar básica e instrução de tiro (Rm).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001Compilado.htm. Acesso em: 1 de junho de 2020. Brasília, 1969.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm. Acesso em: 1 de junho de 2020. Brasília, 1969.

MINISTÉRIO DA DEFESA. ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS. **MD33-M-10 Garantia da Lei e da Ordem.** 2ª Edição. Brasília, 2014

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha – EB70-MC-10.242 Operação de Garantia da Lei e da Ordem.** 1ª Edição. Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual Técnico – EB60-MT-20.401 Condutas em Locais de Crime.** 1ª Edição. Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Ensino – EB60-ME-13.301 Trabalho de Comando.** 2ª Edição. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 205-4 Segurança e Defesa no Comando da Aeronáutica.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 55-19 Ações Decorrentes da Detenção em Voo.** Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 50-1 Manual de Instrução de Tiro com Armamento Terrestre no Âmbito do Comando da Aeronáutica.** Brasília, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-3 Controle de Distúrbios.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-6 Escolta Motorizada.** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-7 Posto de Bloqueio e Controle de Vias.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-11 Aplicações das Medidas de Controle no Solo pela Aeronáutica.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-12 Operações de Garantia da Lei e da Ordem em Instalações Aeroportuárias de Interesse.** Brasília, 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-14 Escolta de Batedores.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 205-45 Planejamento de Segurança das Instalações.** Brasília, 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE ORG 107 Comissão de Segurança Orgânica e Defesa (CSOD).** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE ORG 108 Oficial de Segurança Orgânica. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 201 Medidas de Segurança nos Postos do Correio Aéreo Nacional. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 202 Segurança de Aeronave Presidencial. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 203 Segurança de Aeronaves Oficiais de Chefes e Vice-Chefes de Estado ou de Governos Estrangeiros nas Organizações Militares no Comando da Aeronáutica. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 206 Equipe de Alerta de Medidas de Controle de Solo (MCS). Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 207 Controle de Acesso às Instalações. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 208 Identificação de Pessoal. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 209 Identificação de Veículos. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 210 Uso Progressivo da Força e Regras de Engajamento. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 212 Prevenção Contra Atos Hostis à Segurança das Instalações. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 213 Gerenciamento de Crises na Segurança e Defesa. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 214 Programa de Prevenção de Ocorrências com Armamentos no Serviço. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 215A Infraestrutura de Segurança das Instalações. Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 217A Uso de Aeronaves Remotamente Pilotadas em Proveito da Segurança e Defesa. Brasília, 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 218 Uso de Dispositivo de Gravação de Áudio, Imagem e Vídeo na Segurança e Defesa. Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 220 Elaboração do Projeto Integrado de Segurança das Instalações (SISI). Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 221A Plano de Segurança Orgânica e Defesa (PSOD). Brasília, 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica – NSCA 3-4 Plano de Emergência Aeronáutica em Aeródromo.** Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica – NSCA 205-3 Sistema de Segurança e Defesa do Comando da Aeronáutica.** Brasília, 2021.

GARRIDO, R. G. **Ciência Forense: Uma Introdução à Criminalística.** 2ª Edição. Rio de Janeiro, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 1-1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira – Volume 1.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 1-1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira – Volume 2.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 125-5 Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica.** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha – EB70-MC-10.217 Operações Aeroterrestres.** 1ª Edição. Brasília, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 55-20 Manual de Emprego do Transporte Aéreo Logístico e do Transporte Aeroterrestre.** Brasília, 2008.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

Disciplina: Exercício de Desenvolvimento de Liderança Carga-Horária: 36 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar e administrar as próprias reações emocionais e de outros frente a situações de estresse.
EMENTA
1) Preparação para o Teste de Reação de Líderes: Desgaste Físico, Desgaste Psicológico. 2) Teste de Reação de Líderes: Oficinas de Avaliação.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Avaliar a capacidade de persistência, execução, controle emocional dos militares, no cumprimento de missões, sob condições de exaustão física e psicológica (Av); b) Avaliar a capacidade de liderança dos militares sob condições de estresse (Av); c) Comandar frações de tropa de Infantaria da Aeronáutica alheio às condições físicas e psicológicas que o ambiente operacional possa impor (Rc).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 2-1 Manual de Liderança da FAB . Brasília, 2016. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Caderno de Instrução – CI 20-10/3 Exercício de Desenvolvimento da Liderança . Brasília, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Não há.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

Disciplina: Explosivos Carga-Horária: 60 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar a legislação, regras de segurança, as técnicas e procedimentos de manuseio e emprego dos itens bélicos explosivos utilizados pela FAB. b) Identificar os princípios de funcionamento, emprego e efeitos adversos dos itens bélicos e explosivos utilizados pela FAB. c) Manipular e empregar os itens bélicos e explosivos utilizados pela FAB. d) Valorizar as regras de segurança e os conceitos de emprego na utilização dos itens bélicos e explosivos utilizados pela FAB.
EMENTA
1) Princípios Básicos sobre Explosivos: Normas de Segurança; Materiais Explosivos e Ferramentas; Generalidades e Classificação dos Explosivos; Fator “K”. 2) Aplicação de Explosivos: Sistemas de Iniciação; Técnicas Especiais; Técnicas de Demolições.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Construir sistemas de iniciação para cargas explosivas (Rc); b) Realizar, com segurança e eficiência, operações com cargas explosivas em atividades de demolição (Rc); c) Explicar a importância e significância dos padrões de segurança aplicáveis à operação de cargas explosivas (Av); d) Identificar as possibilidades e limitações do emprego de cargas explosivas em prol do combate terrestre (An).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 135-2 Segurança de Explosivos . Brasília, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Não há.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

Disciplina: Fundamentos das Operações Militares Carga-Horária: 36 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Interpretar a legislação, as técnicas, táticas e procedimentos utilizados no emprego das Subunidades de Infantaria e suas Frações, nas Ações de Força Aérea.
EMENTA
1) Princípios de Guerra: Economia de Forças ou de Meios; Exploração; Manobra; Massa; Moral; Objetivo; Ofensiva; Prontidão; Segurança; Simplicidade; Surpresa; Unidade de Comando. 2) Divisão Territorial e Operações Terrestres: Conceituações; Divisão Territorial e Emprego das Forças Armadas. 3) A Infantaria nas Operações: Operações Ofensivas; Operações Defensivas; Ações comuns às Operações Básicas.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Comparar o processo de divisão territorial militar em tempo de paz e em tempo de guerra (An); b) Identificar os conceitos básicos que regem as operações terrestres (Ap); c) Relacionar os princípios de guerra aos fundamentos das operações ofensivas e defensivas (An); d) Distinguir os fundamentos aplicáveis ao planejamento e à condução das operações terrestres ofensivas e defensivas (An).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 1-1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira – Volume 1 . Brasília, 2020. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – EB70-MC-10.223 Operações . 5ª Edição. Brasília, 2017. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – EB70-MC-10.228 A Infantaria nas Operações . 1ª Edição. Brasília, 2018. MINISTÉRIO DA DEFESA. SECRETARIA DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ASSUNTOS INTERNACIONAIS. MD51-M-04 Doutrina Militar de Defesa . 2ª Edição. Brasília, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Manual do Comando da Aeronáutica– MCA 55-84 Manual de Planejamento e Condução de Operações Aeroespaciais – Volume 1 . Brasília, 2019.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

<p align="center">Disciplina: Infantaria da Aeronáutica 1 Carga-Horária: 36 h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Apontar os eventos históricos da Infantaria da Aeronáutica. b) Relacionar os eventos históricos com o emprego da Infantaria na Aeronáutica. c) Valorizar a Infantaria da Aeronáutica no cumprimento da Missão da Força Aérea. d) Identificar os conceitos aplicados na Doutrina Básica da FAB. e) Descrever o Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica. f) Aplicar o Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica às Ações de Força Aérea, conforme Doutrina Básica da FAB. g) Valorizar a Infantaria da Aeronáutica no cumprimento da Missão da Força Aérea. h) Reconhecer o COMAE como Comando de Emprego do Poder Aeroespacial. i) Descrever a Organização e o funcionamento das Unidades de Infantaria (Uinf) (Unidades de Segurança e Defesa, de Defesa Antiaérea e Operações Especiais) da FAB. j) Interpretar os regulamentos, procedimentos e documentos aplicáveis no funcionamento das Uinf da FAB. k) Apontar os recursos humanos e materiais necessários para o funcionamento das Uinf da FAB. l) Aplicar os conhecimentos adquiridos nos procedimentos e funcionamento da Unidade de Infantaria da FAB, em seu nível de responsabilidade. m) Obedecer aos valores morais da FAB na condução das atividades das Uinf.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) História da Infantaria da Aeronáutica: A Criação e Evolução do QOINF; A Formação dos Oficiais de Infantaria; Histórico da Estrutura e Organização da Infantaria da Aeronáutica. 2) Concepção de Emprego da Tropa de Infantaria da Aeronáutica: Doutrina Militar de Defesa; Estrutura Militar de Defesa; Doutrina Básica da FAB; Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Conhecer os eventos históricos relativos à Infantaria da Aeronáutica (Cn); b) Compreender sobre a evolução das Unidades de Infantaria e sua atual organização (Cp); c) Interpretar a doutrina básica da FAB contextualizando-a ao conceito de emprego da tropa de Infantaria da Aeronáutica (An).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 7.276, de 25 de agosto de 2010. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/doutrina_militar/Dec_7276_2010.pdf. Acesso em: 31 de maio de 2020. Brasília, 2010. MINISTÉRIO DA DEFESA. SECRETARIA DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ASSUNTOS INTERNACIONAIS. MD51-M-04 Doutrina Militar de Defesa. 2ª Edição. Brasília, 2007. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 1-1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira – Volume 1. Brasília, 2020.</p>

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 1-1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira – Volume 2.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 125-5 Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica.** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Defendendo na Terra o Domínio do Ar. A História da Infantaria da Aeronáutica.** Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. Rio de Janeiro, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE ORG 101 Organização e Funcionamento dos Grupos de Segurança e Defesa (GSD).** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE ORG 102 Organização e Funcionamento dos Esquadrões de Segurança e Defesa (ESD).** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE ORG 103 Organização e Funcionamento das Esquadrilhas de Segurança e Defesa (EASD).** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE ORG 104 Organização e Funcionamento do Elemento de Segurança e Defesa (ELSD).** Brasília, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 55-42 Manual de Operações Especiais.** Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 64-3 Manual de Busca e Salvamento.** Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 55-45 Manual de Busca e Salvamento em Combate.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-17 Manual de Autodefesa de Superfície.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 355-1 Manual de Defesa Antiaérea.** Brasília, 2017.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

<p align="center">Disciplina: Infantaria da Aeronáutica 2 Carga-Horária: 66 h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Identificar a organização, a estrutura e o funcionamento da ONU, a legislação que regula os conflitos internacionais e as características e organização das suas Operações de Paz.</p> <p>b) Manipular e empregar documentos, equipamentos e materiais utilizados nas Operações de Paz da ONU.</p> <p>c) Cooperar nas Operações de Paz da ONU e valorizar a participação do Brasil e da FAB nelas.</p> <p>d) Descrever o Sistema de Salvamento e Contra-incêndio (SISCON) do COMAER.</p> <p>e) Utilizar os equipamentos de combate aos focos de princípios de incêndio, em seu nível de responsabilidade.</p> <p>f) Valorizar o SISCON do COMAER.</p> <p>g) Interpretar a legislação do Serviço Militar.</p> <p>h) Descrever os procedimentos realizados na mobilização e desmobilização do Serviço Militar.</p> <p>i) Valorizar a seleção dos militares para o Serviço Militar.</p> <p>j) Identificar as atividades relacionadas com a Ação de Força Aérea de Autodefesa de Superfície.</p> <p>k) Descrever os meios de Força Aérea vocacionados para apoiar as atividades da Ação de Autodefesa de Superfície, suas potencialidades e particularidades.</p> <p>l) Identificar os meios de combate utilizados na Ação de Autodefesa de Superfície (Viaturas blindadas ou não, armamentos e outros).</p> <p>m) Descrever o apoio logístico necessário para realizar as atividades de Autodefesa de Superfície.</p> <p>n) Identificar a doutrina de emprego na Ação de Autodefesa de Superfície no Brasil e no mundo.</p> <p>o) Demonstrar as técnicas, táticas e procedimentos utilizados nas atividades aplicadas na Ação de Autodefesa de Superfície.</p> <p>p) Respeitar os valores morais aplicados aos militares na Ação de Autodefesa de Superfície.</p> <p>q) Descrever o Sistema de Defesa Aeroespacial da FAB.</p> <p>r) Identificar a doutrina de emprego da Ação de Defesa Aeroespacial no Brasil e no mundo.</p> <p>s) Descrever os meios de Força Aérea vocacionados para a Ação de Defesa Antiaérea suas potencialidades e particularidades.</p> <p>t) Distinguir as características e os tipos de Defesa Antiaérea, sua classificação, possibilidades e limitações.</p> <p>u) Identificar os aspectos doutrinários, a missão e organização da Defesa Antiaérea na FAB.</p> <p>v) Descrever os armamentos da FAB utilizados na Ação de Defesa Antiaérea, suas potencialidades e particularidades.</p> <p>w) Descrever o apoio logístico necessário para realizar as atividades Ação de Defesa Aeroespacial.</p> <p>x) Demonstrar as técnicas e procedimentos utilizados na Ação de Defesa Antiaérea.</p> <p>y) Respeitar os valores morais aplicados aos militares na Ação de Defesa Antiaérea.</p> <p>z) Identificar a doutrina de emprego das Operações Especiais no Brasil e no mundo.</p> <p>aa) Diferenciar as características das tropas de Operações Especiais da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro.</p> <p>bb) Descrever as Ações de Força Aérea relacionadas com as Operações Especiais.</p> <p>cc) Descrever o conceito e as características das Ações de Força Aérea de Operações Especiais (Ação Direta, Reconhecimento Especial, Contraterrorismo e Guiamento Aéreo Avançado).</p> <p>dd) Descrever os meios de Força Aérea vocacionados para as Operações Especiais, suas potencialidades e particularidades.</p> <p>ee) Descrever o apoio logístico necessário para realizar as Ações de Força Aérea de Operações Especiais.</p> <p>ff) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos utilizados nas atividades aplicadas nas Ações de Força Aérea da área de Operações Especiais.</p> <p>gg) Respeitar os valores morais aplicados aos militares na atividade de Operações Especiais.</p> <p>hh) Descrever as Ações de Força Aérea de Busca e Salvamento e Busca e Salvamento em</p>

Combate.

- ii) Descrever os meios de Força Aérea vocacionados para as Ações de Força Aérea de Busca e Salvamento e Busca e Salvamento em Combate, suas potencialidades e particularidades.
- jj) Descrever o apoio logístico necessário para realizar as atividades das Ações de Força Aérea de Busca e Salvamento e Busca e Salvamento em Combate.
- kk) Identificar a doutrina de emprego nas Ações de Força Aérea de Busca e Salvamento e Busca e Salvamento em Combate no Brasil e no mundo.
- ll) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos utilizados nas atividades aplicadas nas Ações de Força Aérea de Busca e Salvamento e Busca e Salvamento em Combate.
- mm) Respeitar os valores morais aplicados aos militares nas Ações de Força Aérea de Busca e Salvamento e Busca e Salvamento em Combate.

EMENTA

1)Autodefesa de Superfície: Conceito; Aspectos Doutrinários; Meios de Força Aérea; Ações de Autodefesa de Superfície na FAB. 2) Defesa Antiaérea: Conceito; Aspectos doutrinários; Meios de Força Aérea; Ações de Defesa Antiaérea na FAB. 3) Operações Especiais: Conceito; Aspectos doutrinários; Meios de Força Aérea; Ações de Operações Especiais na FAB. 4) Missões e atividades complementares: Operações de Paz; Contraincêndio; Sistema de Serviço Militar no COMAER. 5) Segurança nas atividades operacionais: Princípios e normas; Segurança Operacional. 6)Inglês Técnico para Infantaria: Conceito, termos e expressões militares; Símbolos militares.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar as características das diversas áreas de atuação da Infantaria da Aeronáutica (An);
- b) Identificar os princípios e normas que norteiam a segurança em instruções e atividades operacionais (Ap);
- c) Aplicar os termos e expressões em inglês, bem como os símbolos militares e documentos padronizados pela OTAN, utilizados no planejamento, coordenação e execução das ações militares no contexto de operações combinadas (Ap).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 55-42 Manual de Operações Especiais**. Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 55-45 Manual de Resgate em Combate (CSAR)**. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-17 Manual de Autodefesa de Superfície**. Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 355-1 Manual de Defesa Antiaérea**. Brasília, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma Operacional do sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 226 Segurança Operacional nas USEGDEF**.Brasília, 2021.

DEPARTMENT OF DEFENCE. **Dictionary of Military and Associated Terms**. 2021.

UNITED NATIONS. DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. **United Nations Military Symbols Handbook**.2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Tabela do Comando da Aeronáutica – TCA 125-1 Fatores de Planejamento para os Equipamentos de Emprego das Unidades de Infantaria**. Brasília, 2021.

RANGER TRAINING BRIGADE. UNITED STATES ARMY INFANTARY SCHOOL. **Ranger Handbook**.2006.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

Disciplina: Instrução Individual para o Combate Carga-Horária: 36 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar as técnicas e procedimentos individuais do Combatente Terrestre nas Ações de Força Aérea. b) Empregar as técnicas, táticas e procedimentos individuais aplicadas ao Combatente Básico Terrestres nas Ações de Força Aérea. c) Valorizar a aplicação das medidas de segurança das comunicações.
EMENTA
1) Aprestamento Individual: Composição dos Fardos; Preparação e Manutenção Equipamento; Higiene e Saneamento em Campanha; Nós e Amarrações. 2) Utilização do terreno: Valor militar dos acidentes; Cobertas e abrigos; Progressão e observação; Fortificações de campanha. 3) Camuflagem: Princípios e processos; Camuflagem individual e de viatura. 4) Inteligência de combate: Processos de destruição de emergência; Senha, contrassenha, sinal de reconhecimento, tabela de autenticação, código Q, linha código e código de coação; Prisioneiro de Guerra; Medidas de rastreamento e contrarrastreamento. 5) Funções individuais: Missões individuais. 6) Marchas e Estacionamentos: Normas gerais de Marchas a Pé e Motorizadas; Estacionamentos.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Explicar sobre as técnicas individuais básicas do combatente terrestre (Av); b) Identificar os princípios técnicos para execução de marchas e estacionamentos (An).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CONFERÊNCIA DIPLOMÁTICA DESTINADA A ELABORAR AS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS PARA A PROJEÇÃO DAS VÍTIMAS DA GUERRA. Convenção de Genebra III – Prisioneiros de Guerra, de 21 de outubro de 1950. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Conven%C3%A7%C3%A3o-de-Genebra/convencao-de-genebra-iii.html . Acesso em: 14 de janeiro de 2021. Genebra, 1950. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Cartilha de Prevenção da Rabdomiólise. Brasília, 2018. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Caderno de Instrução – C 5-40 Camuflagem, Princípios Fundamentais e Camuflagem de Campanha. 3ª Edição. Brasília, 2004. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Caderno de Instrução – C 5-15 Fortificações de Campanha. 6ª Edição. Brasília, 1996. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – C 7-20, Batalhões de Infantaria. 3ª Edição. Brasília, 2013. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Caderno de Instrução – C 21-74 Instrução Individual para o Combate. 2ª Edição. Brasília, 1986. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – C 24-50 Segurança das Comunicações. 1ª Edição. Brasília, 1978. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Caderno de Instrução – EB70-CI-11.404 Aprestamento e Apronto Operacional. 1ª Edição. Brasília, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Instruções Provisórias – IP 72-10, Companhia de Fuzileiros de Selva (Anteprojeto).** 1ª Edição. Brasília, 1995.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha – EB70-MC-10.304 Marchas a Pé.** 3ª Edição. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual Técnico – EB70 MT-10.404 Higiene e Saneamento em Campanha.** 1ª Edição. Brasília, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Ensino – EB60-ME-11.401 Dados Médios de Planejamento.** 1ª Edição. Brasília, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Caderno de Instrução – EB60-CI-27.401 Transporte de Carga Individual.** 1ª Edição. Brasília, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 211 Comunicações Rádio na Segurança e Defesa.** Brasília, 2019.

HEADQUARTERS, DEPARTMENT OF DE THE ARMY. **Field Manual – FM 5-20 Camouflage Basic Principles and Field Camouflage.** 1ª Edição. EUA, 1959.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

<p align="center">Disciplina: Navegação Terrestre Carga-Horária: 66 h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Identificar os conceitos da Navegação Terrestre nas Ações de Força Aérea. b) Manipular mapas, cartas, fotografias, bússolas, GPS e outros meios e equipamentos para realizar a Navegação terrestre. c) Operar percursos de Navegação Terrestre Diurno e Noturno, com os diversos meios e equipamentos. d) Valorizar o emprego da Navegação Terrestre nas Ações de Força Aérea.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) O Relevo: Representações do relevo; Formas do relevo; Declividade; Processos de iluminação e esqueletamento. 2) Cartas e Bússolas: Classificação das cartas; Tipos de projeções e funções; Escalas – tipos e métodos de construção; Simbologia; Processos de identificação de um ponto na carta; Direções bases; Azimutes; Bússolas – utilização e particularidades. 3) Meios auxiliares: Sistemas Navegação por Satélites; Utilização do GPS; Softwares gerenciadores de Sistemas de Informações Geográficas; Caixa de areia. 4) Navegação terrestre: Processo expedito de navegação; Equipe de navegação; Técnicas de navegação; Planejamento da navegação terrestre.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Examinar os conceitos teóricos cartográficos e topográficos inerentes às operações terrestres (An); b) Planejar o emprego de cartas topográficas, imagens de satélite e softwares de geoprocessamento para navegação terrestre (Si); c) Selecionar a técnica de navegação terrestre adequada para os diversos tipos de cenários operacionais (Av).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>FRIEDMANN, Raul M. P. Fundamentos de Orientação, Cartografia e Navegação Terrestre. 3ª Edição. Curitiba, 2009. MINISTÉRIO DA DEFESA. ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS. MD33-M-02 Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas. 3ª Edição. Brasília, 2008. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – C 21-26 Leitura de Cartas e Fotografias Aéreas. 2ª Edição. Brasília, 1980. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – EB20-MC-10.209 Geoinformação. 1ª Edição. Brasília, 2014.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>BROTHERTON, Lyle F. Collins. Ultimate Navigation Manual. Londres, 2011. HEADQUARTERS. DEPARTMENT OF THE ARMY. Field Manual – FM 3-25.26 Map Reading and Land Navigation. EUA, 2005.</p>

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

Disciplina: Operações na Selva Carga-Horária: 60 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar o conceito, os fundamentos, a legislação, as regras de segurança, as técnicas e procedimentos aplicados nas Operações em ambiente de Selva utilizadas pela FAB. b) Aplicar as regras de segurança, técnicas e procedimentos aplicados nas Operações em ambiente de Selva utilizados pela FAB.
EMENTA
1) Características do ambiente de selva: Operações na Selva; Patrulha Fluvial; Doenças Tropicais e Higiene na Selva; Efeitos Fisiológicos do Ambiente de Selva; Ambiente Operacional. 2) Técnicas de Combate na Selva: Navegação Terrestre; Navegação Fluvial; Tiro de Ação Reflexa; Infiltração Aquática; Rastreamento e Contrarrastreamento; Armadilhas Antipessoal. 3) Patrulha em ambiente de selva: Fundamentos de Patrulha; Planejamento; Condução de Patrulhas em ambiente de selva.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Identificar as técnicas de combate em ambiente de selva (Ap); b) Identificar as características geográficas do ambiente de selva que afetam as operações militares (An); c) Praticar as técnicas terrestres e fluviais de orientação em ambiente de selva (Rm); d) Planejar o emprego de uma tropa em ações de patrulha, até o escalão Elemento (pelotão), em ambiente de selva (Rc); e) Consolidar os conhecimentos relacionados ao planejamento, comando e controle de operações militares, até o escalão Elemento (pelotão), aprendidos ao longo do Curso de Formação (Rc).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Instruções Provisórias – IP 72-1 Operações na Selva . 1ª Edição. Brasília, 1997. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Instruções Provisórias – IP 21-80 Sobrevivência na Selva . 1ª Edição. Brasília, 1999
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Caderno de Instrução – EB70-CI-11.450 Patrulhas . 1ª Edição. Brasília, 2021. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – EB70-MC-10.223 Operações . 5ª Edição. Brasília, 2017. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – EB70-MC-10.228 A Infantaria nas Operações . 1ª Edição. Brasília, 2018.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

<p align="center">Disciplina: Operações Urbanas Carga-Horária: 300 h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Descrever conceitos, técnicas e procedimentos de atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes em geral.</p> <p>b) Aplicar técnicas e procedimentos de atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes em geral.</p> <p>c) Praticar os valores morais da FAB no atendimento a vítimas de acidentes em geral.</p> <p>d) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes à atividade de Controle de Distúrbios.</p> <p>e) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes às atividades de bloqueio e controle de vias. controle de trânsito e patrulhamento ostensivo.</p> <p>f) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes às atividades de busca e apreensão e guarda de presos disciplinares.</p> <p>g) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes às atividades de escolta.</p> <p>h) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes à atividade de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Operações Urbanas: Tipos e Características; Medidas de Segurança; Organização da Tropa; Equipamentos; Operações de Controle de Distúrbios; Operações de Garantia da Lei e da Ordem; Tiro Policial.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Identificar as peculiaridades envolvidas no espectro de ações relacionadas à Garantia da Lei e da Ordem no contexto das Operações Conjuntas (An);</p> <p>b) Identificar os fundamentos das operações de Garantia da Lei e da Ordem (An);</p> <p>c) Comandar as frações de tropa em situação de Garantia da Lei e da Ordem (Rc);</p> <p>d) Comandar as frações de tropa em situação de Operações de Controle de Distúrbios (Rc).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>MINISTÉRIO DA DEFESA. ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS. MD33-M-10 Garantia da Lei e da Ordem. 2ª Edição. Brasília, 2014</p> <p>MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Caderno de Instrução – EB70-CI-11.450 Patrulhas. 1ª Edição. Brasília, 2021.</p> <p>MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – EB70-MC-10.242 Operação de Garantia da Lei e da Ordem. 1ª Edição. Brasília, 2018.</p> <p>MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-3 Controle de Distúrbios. Brasília, 2020.</p> <p>MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-12 Operações de Garantia da Lei e da Ordem em Instalações Aeroportuárias de Interesse. Brasília, 2015.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>Não há.</p>

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

Disciplina: Polícia da Aeronáutica Carga-Horária: 50 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
<p>a) Descrever os meios de Força Aérea vocacionados para apoiar as atividades da Ação de Polícia da Aeronáutica, suas potencialidades e particularidades.</p> <p>b) Identificar a doutrina de emprego na Ação de Polícia da Aeronáutica.</p> <p>c) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes à atividade de Segurança e Proteção de Autoridades.</p> <p>d) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes à atividade de Controle de Distúrbios.</p> <p>e) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes à atividade de Medidas de Controle de Solo.</p> <p>f) Identificar as técnicas e procedimentos pertinentes à atividade de perícia Criminal.</p> <p>g) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes às atividades de bloqueio e controle de vias, controle de trânsito e patrulhamento ostensivo.</p> <p>h) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes às atividades de busca e apreensão e guarda de presos disciplinares.</p> <p>i) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes às atividades de escolta.</p> <p>j) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes à atividade de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).</p> <p>k) Descrever os meios de Força Aérea vocacionados para apoiar as atividades da Ação de Polícia da Aeronáutica, suas potencialidades e particularidades.</p> <p>l) Descrever o apoio logístico necessário para realizar as atividades da Ação de Polícia da Aeronáutica.</p> <p>m) Identificar a estrutura, organização, capacidades e atribuições nos diversos escalões de Polícia da Aeronáutica das Unidades de Segurança e Defesa.</p> <p>n) Aplicar as técnicas, táticas e procedimentos utilizados nas atividades da Ação de Polícia da Aeronáutica.</p> <p>o) Planejar as atividades relacionadas à Ação de Polícia da Aeronáutica, no seu nível de responsabilidade em áreas de interesse do COMAER.</p> <p>p) Respeitar os valores morais aplicados aos militares na de Ação de Polícia da Aeronáutica.</p> <p>q) Valorizar a Ação de Polícia de Aeronáutica para o cumprimento da missão da Força Aérea Brasileira.</p>
EMENTA
<p>1) Introdução: Organização e Emprego da Esquadrilha de Polícia da Aeronáutica; Atividades Operacionais. 2) Legislação e Regulamentos: NOSDE PRO 202; NOSDE PRO 206; NOSDE PRO 210; NOSDE PRO 213; CPM e CPPM aplicado às Ações de PA. 3) Técnicas Policiais: Equipamentos, Uso de Algemas; Guarda e Transporte de Presos; Patrulhamento Motorizado; Segurança e Proteção de Autoridades; Abordagem de Pessoas; Abordagem de Veículos; Escolta Motorizada; Trânsito e Balizamento; Posto de Bloqueio e Controle de Vias; Operações de Controle de Distúrbios; Medidas de Controle no Solo; Operações de Garantia da Lei e da Ordem; Escolta de Batedores. 4) Noções de Perícia Criminal: Preservação do Local de Crime; Identificação de Substâncias Entorpecentes; Noções de Documentoscopia; Acidentes Veiculares.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar a estrutura, organização e atribuições da Esquadrilha de Polícia da Aeronáutica (An);
- b) Identificar os princípios legais para o emprego da Polícia da Aeronáutica (An);
- c) Identificar os procedimentos técnicos e operacionais padrão empregados nas diversas ações de polícia (An);
- d) Identificar as operações do tipo polícia em missões de interesse do COMAER (An);
- e) Aplicar as técnicas de controle de pessoas e veículos em área de interesse do COMAER (Ap);
- f) Explicar sobre as atividades gerais básicas de perícia criminal aplicadas à atividade de Polícia da Aeronáutica (Av);
- g) Identificar os fundamentos das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (An).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001Compilado.htm. Acesso em: 1 de junho de 2020. Brasília, 1969.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm. Acesso em: 1 de junho de 2020. Brasília, 1969.

MINISTÉRIO DA DEFESA. ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS. **MD33-M-10 Garantia da Lei e da Ordem.** 2ª Edição. Brasília, 2014

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha – EB70-MC-10.242 Operação de Garantia da Lei e da Ordem.** 1ª Edição. Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual Técnico – EB60-MT-20.401 Condutas em Locais de Crime.** 1ª Edição. Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 55-19 Ações Decorrentes da Detenção em Voo.** Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 50-1 Manual de Instrução de Tiro com Armamento Terrestre no Âmbito do Comando da Aeronáutica.** Brasília, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-3 Controle de Distúrbios.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-6 Escolta Motorizada.** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-7 Posto de Bloqueio e Controle de Vias.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-11 Aplicações das Medidas de Controle no Solo pela Aeronáutica.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-12 Operações de Garantia da Lei e da Ordem em Instalações Aeroportuárias de Interesse.** Brasília, 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-14 Escolta de Batedores.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 202 Segurança de Aeronave Presidencial.** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 203 Segurança de Aeronaves Oficiais de Chefes e Vice-Chefes de Estado ou de Governos Estrangeiros nas Organizações Militares no Comando da Aeronáutica.** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 206 Equipe de Alerta de Medidas de Controle de Solo (MCS)**. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 210 Uso Progressivo da Força e Regras de Engajamento**. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 213 Gerenciamento de Crises na Segurança e Defesa**. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 223 Uso do Sistema Pacificador**. Brasília, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 223 Uso do Sistema Pacificador**. Brasília, 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica – NSCA 3-4 Plano de Emergência Aeronáutica em Aeródromo**. Brasília, 2008.

GARRIDO, R. G. **Ciência Forense: Uma Introdução à Criminalística**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, 2015.

ESPÍNDOLA, Alberi. **Perícia Criminal e Cível**. 4ª Edição. Campinas, 2013.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

<p align="center">Disciplina: Segurança das Instalações Carga-Horária: 36 h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Interpretar a legislação, armamentos, equipamentos, técnicas, táticas e procedimentos pertinentes à Ação de Segurança das Instalações.</p> <p>b) Identificar as atividades relacionadas com a Ação de Força Aérea de Segurança de Instalações.</p> <p>c) Descrever os meios de Força Aérea vocacionados para apoiar as atividades da Ação de Segurança de Instalações, suas potencialidades e particularidades.</p> <p>d) Descrever o apoio logístico necessário para realizar as atividades de Segurança de Instalações.</p> <p>e) Identificar a doutrina de emprego na Ação de Segurança de Instalações.</p> <p>f) Identificar a estrutura e organização do Sistema de Segurança e Defesa (SISDE) do COMAER.</p> <p>g) Interpretar o Planejamento de Segurança de Instalações, em conformidade com a legislação do SISDE.</p> <p>h) Identificar os meios de segurança eletrônica e controle de acesso aplicáveis na Segurança de Instalações do COMAER.</p> <p>i) Aplicar as técnicas, táticas e procedimentos utilizadas nas atividades da Ação de Segurança de Instalações.</p> <p>j) Planejar as atividades relacionadas à Ação de Segurança de Instalações, no seu nível de responsabilidade em áreas de interesse do COMAER.</p> <p>k) Traçar um Plano de Segurança Orgânico e Defesa, conforme a legislação do SISDE.</p> <p>l) Traçar o Projeto Integrado de Segurança de Instalações, conforme a legislação do SISDE.</p> <p>m) Identificar os valores morais da FAB aplicados aos militares executores da Ação de Segurança de Instalações.</p> <p>n) Valorizar a importância da segurança de instalações para a missão da Infantaria da Aeronáutica.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Introdução à Segurança das Instalações: Sistema de Segurança e Defesa do COMAER. 2) Planejamento de Segurança das Instalações: Generalidades; Gerenciamento de Riscos em Segurança das Instalações; Estrutura Lógica de Segurança; Estrutura Física de Segurança. 3) Normas Operacionais de Segurança e Defesa (NOSDE): NOSDE ORG 107; NOSDE PRO 108; NOSDE ORG 201; NOSDE PRO 207; NOSDE PRO 208; NOSDE PRO 209; NOSDE PRO 212; NOSDE PRO 214; NOSDE PRO 215A; NOSDE PRO 217A; NOSDE PRO 218; NOSDE PRO 220; NOSDE PRO 221A; Outros Documentos Pertinentes.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Explicar sobre os fundamentos associados à segurança orgânica de uma Organização Militar sob a responsabilidade do COMAER (Av);</p> <p>b) Identificar a estrutura e a organização do Sistema de Segurança e Defesa do COMAER (An);</p> <p>c) Identificar as normas relacionadas ao planejamento das ações de Segurança de Instalações (An);</p> <p>d) Identificar as Normas Operacionais de Segurança e Defesa aplicáveis à Segurança das Instalações (An).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 205-4 Segurança e Defesa no Comando da Aeronáutica.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 205-45 Planejamento de Segurança das Instalações.** Brasília, 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 205-1 Segurança Eletrônica.** Brasília, 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE ORG 107 Comissão de Segurança Orgânica e Defesa (CSOD).** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE ORG 108 Oficial de Segurança Orgânica.** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 201 Medidas de Segurança nos Postos do Correio Aéreo Nacional.** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 207 Controle de Acesso às Instalações.** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 208 Identificação de Pessoal.** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 209 Identificação de Veículos.** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 212 Prevenção Contra Atos Hostis à Segurança das Instalações.** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 214 Programa de Prevenção de Ocorrências com Armamentos no Serviço.** Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 215A Infraestrutura de Segurança das Instalações.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 217A Uso de Aeronaves Remotamente Pilotadas em Proveito da Segurança e Defesa.** Brasília, 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 218 Uso de Dispositivo de Gravação de Áudio, Imagem e Vídeo na Segurança e Defesa.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 220 Elaboração do Projeto Integrado de Segurança das Instalações (SISI).** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 221A Plano de Segurança Orgânica e Defesa (PSOD).** Brasília, 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica – NSCA 205-3 Sistema de Segurança e Defesa do Comando da Aeronáutica.** Brasília, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 1-1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira – Volume 1.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 1-1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira – Volume 2.** Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO AERONÁUTICA. **Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 125-5 Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica.** Brasília, 2019.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

Disciplina: Sistemas Bélicos Carga-Horária: 26 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Valorizar a importância da Segurança de Instalações para a missão da Infantaria da Aeronáutica. b) Valorizar a Ação de Polícia de Aeronáutica para o cumprimento da missão da Força Aérea Brasileira.
EMENTA
1) Mísseis, Foguetes e Bombas de Aviação: Tipos e Configurações; Estrutura Geral dos Mísseis; Sistemas de Guiamento; Parâmetros de Emprego; Mísseis Antiaéreos. 2) Aeronaves da FAB: Possibilidades e Limitações dos meios aéreos utilizados na Força Aérea Brasileira.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Identificar os diversos tipos armamentos empregados pelas aeronaves de combate da FAB (Ap); b) Descrever as principais características dos sistemas de mísseis, foguetes e bombas de aviação (Cp); c) Identificar os meios aéreos utilizados na FAB (Ap); d) Identificar os principais tipos de mísseis antiaéreos adotados pelas Forças Armadas no mundo (Ap); e) Identificar os sistemas de guiamento aplicados aos sistemas de mísseis (Ap).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Tudo sobre aviões de combate. Vol 1 a 35. Editora Altaya, 1998. Guerra Moderna no Ar, na Terra e no Mar. Vol 1. Editora Nova Cultura LTDA, 1998. GORDIANO, A. F., Notas de Aula do Curso de Motor Foguete. Instituto Tecnológico de Aeronáutica. 1990.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Não há.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

Disciplina: Técnicas de Infantaria 1 Carga-Horária: 60 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar os conceitos da Navegação Terrestre nas Ações de Força Aérea. b) Manipular mapas, cartas, fotografias, bússolas, GPS e outros meios e equipamentos para realizar a Navegação terrestre. c) Operar percursos de Navegação Terrestre Diurno e Noturno, com os diversos meios e equipamentos. d) Valorizar o emprego da Navegação Terrestre nas Ações de Força Aérea.
EMENTA
1) Exercício prático: Cartas, bússolas e GPS; Meios Auxiliares de Navegação; Prática de Navegação Azimute e Distância; Prática de Navegação Carta Terreno; Prática de Navegação por GPS; Planejamento de Navegação Terrestre.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Navegar utilizando-se de cartas topográficas e imagens satélite georreferenciadas (Rc); b) Aplicar os meios de navegação como instrumentos de planejamento e condução de deslocamentos terrestres (Rc); c) Planejar um percurso de navegação terrestre (Si).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
FRIEDMANN, Raul M. P. Fundamentos de Orientação, Cartografia e Navegação Terrestre . 3ª Edição. Curitiba, 2009. MINISTÉRIO DA DEFESA. ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS. MD33-M-02 Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas . 3ª Edição. Brasília, 2008. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – C 21-26 Leitura de Cartas e Fotografias Aéreas . 2ª Edição. Brasília, 1980. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – EB20-MC-10.209 Geoinformação . 1ª Edição. Brasília, 2014.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BROTHERTON, Lyle F. Collins. Ultimate Navigation Manual . Londres, 2011. HEADQUARTERS. DEPARTMENT OF THE ARMY. Field Manual – FM 3-25.26 Map Reading and Land Navigation . EUA, 2005.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

<p align="center">Disciplina: Técnicas de Infantaria 2 Carga-Horária: 60 h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Identificar as técnicas e procedimentos individuais do Combatente Terrestre nas Ações de Força Aérea.</p> <p>b) Identificar as técnicas e procedimentos coletivos de Combate Terrestre nas Ações de Força Aérea, até o nível de Esquadrilha (Companhia).</p> <p>c) Empregar as técnicas, táticas e procedimentos individuais aplicadas ao Combatente Básico Terrestres nas Ações de Força Aérea.</p> <p>d) Aplicar as técnicas, táticas e procedimentos coletivos de Combate Terrestre nas Ações de Força Aérea, até o nível de Esquadrilha (Companhia).</p> <p>e) Planejar o emprego das frações de tropa nas Ações de Força Aérea, até o nível de Esquadrilha (Companhia).</p> <p>f) Praticar os valores morais no emprego das Táticas de Combate Terrestre nas Ações de Força Aérea.</p> <p>g) Identificar a doutrina de emprego de rádio comunicação.</p> <p>h) Descrever conceitos, técnicas e procedimentos de atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes em geral.</p> <p>i) Aplicar técnicas e procedimentos de atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes em geral.</p> <p>j) Praticar os valores morais da FAB no atendimento a vítimas de acidentes em geral.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1)Exercício prático: Aprestamento individual; Utilização do terreno; Camuflagem; Inteligência de combate; Funções individuais; Marchas e estacionamentos; Escola das frações de tropa de infantaria; Embarque e desembarque de viaturas; Tiro de fração; Tipos de alto; Técnicas de Ação Imediada; Atendimento Pré-Hospitalar em Combate.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Aplicar as técnicas individuais básicas do combatente terrestre (Rc);</p> <p>b) Aplicar os princípios técnicos para execução de marchas e estacionamentos (Rc);</p> <p>c) Executar as técnicas de embarque e desembarque de viaturas operacionais (Rc);</p> <p>d) Executar as táticas, técnicas e procedimentos relativas às etapas da infiltração até a tomada do PRPO (Rm);</p> <p>e) Coordenar a maneabilidade de frações de tropa de infantaria até o nível Elemento (Rc);</p> <p>f) Atirar sob comando ou comandando uma fração de tropa de infantaria leve (Rm).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Caderno de Instrução – C 5-40 Camuflagem, Princípios Fundamentais e Camuflagem de Campanha. 3ª Edição. Brasília, 2004.</p> <p>MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – C 5-7 Exercício para a Infantaria. 1ª Edição. Brasília, 1980.</p> <p>MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Caderno de Instrução – C 5-15 Fortificações de Campanha. 6ª Edição. Brasília, 1996.</p>

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha – C 7-10 Companhia de Fuzileiros**. 5ª Edição. Brasília, 1973.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha – C 7-10 (Anteprojeto) Companhia de Fuzileiros**. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha – C 7-20, Batalhões de Infantaria**. 3ª Edição. Brasília, 2013.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Caderno de Instrução – C 21-74 Instrução Individual para o Combate**. 2ª Edição. Brasília, 1986.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha – C 24-50 Segurança das Comunicações**. 1ª Edição. Brasília, 1978.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Caderno de Instrução – CI 7-10-1 Pelotão de Fuzileiros**. 1ª Edição. Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Caderno de Instrução – EB70-CI-11.404 Aprestamento e Apronto Operacional**. 1ª Edição. Brasília, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Caderno de Instrução – EB70-CI-11.416 Tiro de Combate**. 1ª Edição. Brasília, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha – EB70-MC-10.343 Atendimento Pré-Hospitalar (APH) Básico**. 1ª Edição. Brasília, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Instruções Provisórias – IP 3-36 Emprego de Pequenas Frações do Batalhão de Infantaria Leve**. 1ª Edição. Brasília, 1997.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Instruções Provisórias – IP 72-10, Companhia de Fuzileiros de Selva (Anteprojeto)**. 1ª Edição. Brasília, 1995.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha – EB70-MC-10.304 Marchas a Pé**. 3ª Edição. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual Técnico – EB70 MT-10.404 Higiene e Saneamento em Campanha**. 1ª Edição. Brasília, 2019.

NAEMT – National Association of Emergency Medical Technicians. **PHTLS: Prehospital Trauma Life Support – Military Edition**. 9ª Edição. EUA, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MINISTÉRIO DA DEFESA. ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS. **MD33-M-02 Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**. 3ª Edição. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Manual de Ensino – EB60-ME-11.401 Dados Médios de Planejamento**. 1ª Edição. Brasília, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. **Caderno de Instrução – EB60-CI-27.401 Transporte de Carga Individual**. 1ª Edição. Brasília, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 211 Comunicações Rádio na Segurança e Defesa**. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE ORG 101 Organização e Funcionamento dos Grupos de Segurança e Defesa (GSD)**. Brasília, 2019.

HEADQUARTERS, DEPARTMENT OF THE ARMY. **Field Manual – FM 5-20 Camouflage Basic Principles and Field Camouflage**. 1ª Edição. EUA, 1959.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

<p align="center">Disciplina: Técnicas de Infantaria 3 Carga-Horária: 120 h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Planejar o emprego das frações de tropa nas Ações de Força Aérea, até o nível de Esquadrilha (Companhia).</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Exercício Prático: Providências Iniciais; Observação e Planejamento do Reconhecimento; Reconhecimento; Estudo Detalhado da Missão; Montagem das linhas de ação e Jogo de Guerra; Decisão; Emissão da Ordem; Fiscalização; Avaliação Contínua; Técnicas de Assalto; Patrulhas.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Planejar o emprego de frações de tropa, até o escalão Elemento, ações ofensivas e defensivas sob a ótica das Normas de Comando (Rc); b) Comandar patrulhas de reconhecimento e combate, até o escalão Elemento, sob condições especiais de dificuldade e tensão (Rc); c) Confeccionar meios visuais de auxílio à emissão de ordens (Rc).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Caderno de Instrução – C 21-75 Patrulhas. 1ª Edição. Brasília, 2004. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Ensino – EB60-ME-13.301 Trabalho de Comando. 2ª Edição. Brasília, 2019. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – EB70-MC-10.211 Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT). 2ª Edição. Brasília, 2020.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Ensino – EB60-ME-11.401 Dados Médios de Planejamento. 1ª Edição. Brasília, 2017. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 55-84 Manual de Planejamento e Condução de Operações Aeroespaciais – Volume 1. Brasília, 2019.</p>

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

Disciplina: Técnicas de Polícia da Aeronáutica Carga-Horária: 36 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes à atividade de Medidas de Controle no Solo. b) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes às atividades de bloqueio e controle de vias, controle de trânsito e patrulhamento ostensivo. c) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes às atividades de busca e apreensão e guarda de presos disciplinares. d) Identificar as técnicas, táticas e procedimentos pertinentes às atividades de escolta. e) Descrever os meios de Força Aérea vocacionados para apoiar as atividades da Ação de Polícia da Aeronáutica, suas potencialidades e particularidades. f) Descrever o apoio logístico necessário para realizar as atividades da Ação de Polícia da Aeronáutica. g) Aplicar as técnicas, táticas e procedimentos utilizados nas atividades da Ação de Polícia da Aeronáutica. h) Planejar as atividades relacionadas à Ação de Polícia da Aeronáutica, no seu nível de responsabilidade em áreas de interesse do COMAER. i) Respeitar os valores morais aplicados aos militares na de Ação de Polícia da Aeronáutica. j) Valorizar a Ação de Polícia de Aeronáutica para o cumprimento da missão da Força Aérea Brasileira.
EMENTA
1) Exercício Prático: Posto de Bloqueio e Controle de Vias; Medidas de Controle no Solo; Trânsito e Balizamento; Escolta motorizada; Abordagem de pessoas e veículos; Busca e apreensão.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Identificar a organização, recurso humanos e materiais utilizados pela tropa terrestre atuando em ações de MCS, PBCV, controle de trânsito, abordagem de pessoas, abordagem de veículos, busca e apreensão, bem como ações decorrentes da detenção de aeronaves em voo ou no solo (Ap); b) Realizar as técnicas, táticas e procedimentos relacionados às Medidas de Controle no Solo (MCS) (Rc); c) Realizar as técnicas, táticas e procedimentos relacionados ao Posto de Bloqueio e Controle de Vias (PBCV) (Rc); d) Realizar as técnicas, táticas e procedimentos relacionados ao controle de trânsito e balizamento de veículos (Rc); e) Realizar as técnicas, táticas e procedimentos relacionados à abordagem de pessoas e veículos (Rc); f) Realizar as técnicas, táticas e procedimentos relacionados à busca e apreensão (Rc); g) Identificar as competências da FAB nas ações decorrentes da detenção de aeronaves em voo ou no solo (An).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 55-19 Ações Decorrentes da Detenção em Voo**. Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-6 Escolta Motorizada**. Brasília, 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-7 Posto de Bloqueio e Controle de Vias**. Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 125-11 Aplicações das Medidas de Controle no Solo pela Aeronáutica**. Brasília, 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. **Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – NOSDE PRO 206 Equipe de Alerta de Medidas de Controle de Solo (MCS)**. Brasília, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Não há.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

Disciplina: Trabalho de Comando Carga-Horária: 36 h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Planejar o emprego das frações de tropa nas Ações de Força Aérea, até o nível de Esquadrilha (Companhia).
EMENTA
1) Introdução: Ciclo de Operações; Metodologia do Trabalho de Comando. 2) Providências Iniciais: Recebimento da Missão; Estudo Preliminar da Missão; Esquema de Manobra Inicial; Emissão de Ordem. 3) Observação e Planejamento do Reconhecimento: Necessidades de Inteligência; Interpretação das Informações Disponíveis; Planejamento do Reconhecimento; Emissão de Ordem. 4) Reconhecimento: Movimentos para Área de Operações; Execução dos Reconhecimentos. 5) Estudo Detalhado da Missão: Missão; Inimigo; Terreno e Condições Meteorológicas; Meios; Tempo; Considerações Cíveis. 6) Montagem das linhas de ação e Jogo de Guerra: Condicionantes das linhas de ação; Elaboração das linhas de ação; Jogo de Guerra. 7) Decisão: Conceito da operação; Confecção do Plano ou Ordem. 8) Emissão da Ordem: Tipos de Ordens; Formas e Meios para Emissão de Ordens. 9) Fiscalização: Fiscalização do Trabalho de Comando Subordinado; Ensaios; Inspeções. 10) Avaliação Contínua: Consciência situacional; Monitoramento; Avaliação e Direção. 11) Técnicas de Assalto: Assalto Contínuo; Assalto por Lanços; Assalto em Sigilo; Assalto Misto; Assalto pelo Fogo. 12) Patrulhas: Organização; Generalidades; Classificação; Conduta de Patrulha; Planejamento e Preparação; Bases e áreas de reunião.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Planejar o emprego de frações de tropa, até o escalão Elemento, em ações ofensivas e defensivas sob a ótica do Trabalho de Comando (Av); b) Identificar o emprego, a organização e condutas operacionais adotadas em ações de patrulha (An); c) Explicar as técnicas, táticas e procedimentos relativos à Tomada do Dispositivo e Ação no Objetivo (Si).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Caderno de Instrução – EB70-CI-11.450 Patrulhas . 1ª Edição. Brasília, 2021. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Ensino – EB60-ME-13.301 Trabalho de Comando . 2ª Edição. Brasília, 2019. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – EB70-MC-10.211 Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT) . 2ª Edição. Brasília, 2020.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Ensino – EB60-ME-11.401 Dados Médios de Planejamento . 1ª Edição. Brasília, 2017. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – EB70-MC-10.250 Proteção de Cíveis . 1ª Edição. Brasília, 2021. MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 55-84 Manual de Planejamento e Condução de Operações Aeroespaciais – Volume 1 . Brasília, 2019.

Continuação do Anexo B – EMENTÁRIO EIXO CIÊNCIAS MILITARES

<p align="center">Disciplina: Vigilância Eletrônica Carga-Horária: 60 h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Identificar os meios de segurança eletrônica e controle de acesso aplicáveis na Segurança de Instalações do COMAER.</p> <p>b) Planejar as atividades relacionadas à Ação de Segurança de Instalações, no seu nível de responsabilidade em áreas de interesse do COMAER.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Histórico: Histórico da Vigilância Eletrônica do COMAER. 2) Legislação e Regulamentos: Direito de Imagem e Privacidade; Uso das Imagens; Estrutura e Atribuições do Sistema de Segurança e Defesa do COMAER; Ações de Segurança e Defesa no COMAER; 3) Planejamento da Segurança das Instalações; Oficial de Segurança Orgânica. 4) Segurança das Instalações: Aspectos Gerais; Ações de Planejamento; Tipos de Ameaças; Classificação de Áreas; Barreiras Perimetrais. 5) Segurança no Trabalho: Equipamento de Proteção Individual; Equipamento de Proteção Coletiva. 6) Eletricidade e Eletrônica: Corrente Contínua e Corrente Alternada; Transformadores, Baterias, Capacitores, Resistores, Indutores, Fontes, Reles, Transistores e Diodos; Aterramento; Protetores contra quedas de energia. 7) Materiais para Instalação: Ferramentas; Materiais de Transmissão de Dados e Comunicação. 8) Centrais de Alarme: Possibilidades e Limitações; Sensores; Instalação e Configuração. 9) CFTV: Fundamentos do CFTV; Gravadores de Vídeo; Câmeras fixas, móveis, analógicas e IP. 10) Análise e Riscos e Elaboração de Projetos: Áreas Vulneráveis; Procedimentos de Segurança; Centro de Vigilância Operacional; Força de Reação. 11) Instalação, Manutenção e Operação de Sistemas: Racks e DVR; Centrais de Alarme; CFTV; Configurações de Rede e Programas de Manutenção.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Dimensionar e elaborar um sistema de vigilância eletrônica (Av);</p> <p>b) Manter um sistema de vigilância eletrônica composto por centrais de alarmes e CFTV (Rc);</p> <p>c) Assessorar os Comandantes de Unidades na aquisição de equipamentos de vigilância eletrônica para implantação, ampliação e manutenção conforme padronizado para o COMPREP (Si);</p> <p>d) Assessorar os Comandantes no que tange à segurança das instalações conforme ICA 205-45 Planejamento de Segurança das Instalações, nos aspectos que tangem a Vigilância Eletrônica (Si).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>MINISTÉRIO DA DEFESA. COMANDO DA AERONÁUTICA. Manual do Comando da Aeronáutica – MCA 205-1 Segurança Eletrônica. Brasília, 2021.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>Não há.</p>

ANEXO C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E DOCTRINA

<p align="center">Disciplina: Armamento, Munição e Tiro 1 Carga-Horária: 66h/a</p>
<p align="center">OBJETIVOS DA DISCIPLINA</p>
<p>a) Descrever os fundamentos básicos de tiro que influenciam o acerto; b) Apresentar os procedimentos básicos de manutenção e segurança a serem utilizados no manuseio de armamento; c) Interpretar as legislações e normas afetas ao emprego do armamento em uso pelas equipes de serviço no âmbito da FAB; d) Utilizar com eficácia o armamento de uso individual disponibilizado pelo COMAER; e) Realizar ações básicas para a conservação e a limpeza do armamento individual disponibilizado pelo COMAER; f) Aplicar as regras de segurança no manuseio de armamentos e munições; g) Valorizar as regras de segurança no manuseio de armamentos e munições.</p>
<p align="center">EMENTA</p>
<p>1) Instrução Geral de Tiro: noções gerais sobre arma de fogo, termos técnicos, procedimentos com a arma, regras de segurança e fundamentos do tiro. 2) Carabina de Pressão 4,5mm: tiro militar básico. 3) Fuzil automático HK-33 5,56mm: instrução preparatória de tiro, prova prática e tiro militar básico. 4) Pistola Taurus PT-92 9mm: instrução preparatória de tiro, prova prática e tiro militar básico.</p>
<p align="center">OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>
<p>a) Identificar os tipos, características, princípios de funcionamento e aplicação das armas individuais adotadas pela Força Aérea (Cn); b) Identificar a munição adequada para os vários tipos de armas portáteis (Cp); c) Identificar as características do fuzil automático HK-33 (Cp); d) Identificar as características da pistola Taurus PT-92 (Cp); e) Identificar os termos técnicos utilizados na instrução de tiro (Cp); f) Identificar os procedimentos a serem adotados em situações de avarias, extravio e roubo de armas e munições (Cp); g) Aplicar as normas de segurança com a arma no estande de tiro (Ap); h) Valorizar a responsabilidade atribuída ao militar, em especial ao Oficial, quanto ao porte e uso adequado e judicioso do armamento individual (Va); i) Valorizar as normas de segurança e procedimentos para realização do tiro com o fuzil automático HK – 33 (Va); j) Valorizar as normas de segurança e procedimentos para realização do tiro com a pistola Taurus PT-92 (Va); k) Desmontar e montar o fuzil automático HK – 33 (Rm); l) Desmontar e montar a pistola Taurus PT-92 (Rm); m) Praticar o tiro de acordo como MCA 50-1, Manual de Instrução de Tiro” (Rc); n) Identificar as características da Carabina de pressão 4,5 mm (Cp); e o) Valorizar as normas de segurança e procedimentos para realização do tiro com a Carabina de pressão 4,5 mm (Va).</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>BRASIL, Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Operações Aéreas. Manual de Instrução de Tiro com Armamento Terrestre no âmbito do Comando da Aeronáutica - MCA 50-1. Brasília, DF, 2005.</p>
<p align="center">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>Não há.</p>

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Armamento, Munição e Tiro 2 Carga-Horária: 20h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Descrever os fundamentos básicos de tiro que influenciam o acerto; b) Apresentar os procedimentos básicos de manutenção e segurança a serem utilizados no manuseio de armamento; c) Interpretar as legislações e normas afetas ao emprego do armamento em uso pelas equipes de serviço no âmbito da FAB; d) Utilizar com eficácia o armamento de uso individual disponibilizado pelo COMAER; e) Realizar ações básicas para a conservação e a limpeza do armamento individual disponibilizado pelo COMAER; f) Aplicar as regras de segurança no manuseio de armamentos e munições; g) Valorizar as regras de segurança no manuseio de armamentos e munições.
EMENTA
1) Pistola Taurus PT-92 9mm: instrução preparatória de tiro; tiro militar básico.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) identificar os tipos, características, princípios de funcionamento e aplicação das armas individuais adotadas pela Força Aérea (Cn); b) identificar a munição adequada para os vários tipos de armas portáteis (Cp); c) identificar os termos técnicos utilizados na instrução de tiro (Cp); d) identificar os procedimentos a serem adotados em situações de avarias, extravio e roubo de armas e munições (Cp); e) identificar as características da pistola Taurus PT-92 (Cp); f) desmontar e montar a pistola Taurus PT-92 (Rm); g) valorizar as normas de segurança e procedimentos para realização do tiro com a pistola Taurus PT-92 (Va); h) aplicar as normas de segurança com a arma no estande de tiro (Ap); i) praticar o tiro de acordo como MCA50-1 “Programa de Instrução de Tiro” (Rc); e j) valorizar a responsabilidade atribuída ao militar, em especial ao Oficial, quanto ao porte e uso adequado e judicioso do armamento individual (Va).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL, Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Operações Aéreas. Manual de Instrução de Tiro com Armamento Terrestre no âmbito do Comando da Aeronáutica - MCA 50-1 . Brasília, DF, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Não há.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Armamento, Munição e Tiro 3 Carga-Horária: 52h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Descrever os fundamentos básicos de tiro que influenciam o acerto; b) Apresentar os procedimentos básicos de manutenção e segurança a serem utilizados no manuseio de armamento; c) Interpretar as legislações e normas afetas ao emprego do armamento em uso pelas equipes de serviço no âmbito da FAB; d) Utilizar com eficácia o armamento de uso individual disponibilizado pelo COMAER; e) Realizar ações básicas para a conservação e a limpeza do armamento individual disponibilizado pelo COMAER; f) Aplicar as regras de segurança no manuseio de armamentos e munições; g) Valorizar as regras de segurança no manuseio de armamentos e munições.
EMENTA
1) Fuzil automático HK-33 5,56 mm: instrução preparatória de tiro; tiro militar básico. 2) Pistola Taurus PT-92 9mm: instrução preparatória de tiro; tiro militar avançado nível 1. 3) Espingarda Gáugio 36: instrução preparatória de tiro; tiro militar básico.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Identificar os tipos, características, princípios de funcionamento e aplicação das armas individuais adotadas pela Força Aérea (Cn); b) Identificar a munição adequada para os vários tipos de armas portáteis (Cp); c) Identificar os termos técnicos utilizados na instrução de tiro (Cp); d) Identificar os procedimentos a serem adotados em situações de avarias, extravio e roubo de armas e munições (Cp); e) Identificar as características da espingarda Gáugio 36 (Cp); f) Identificar as características do fuzil automático HK-33 (Cp); g) Identificar as características da pistola Taurus PT-92 (Cp); h) Valorizar as normas de segurança e procedimentos para realização do tiro com espingarda Gáugio 36 (Va); i) Valorizar as normas de segurança e procedimentos para realização do tiro com o fuzil automático HK-33 (Va); j) Valorizar as normas de segurança e procedimentos para realização do tiro com a pistola Taurus PT-92 (Va); k) Desmontar e montar o fuzil automático HK-33 (Rm); l) Desmontar e montar a pistola Taurus PT-92 (Rm); m) Desmontar e montar a espingarda Gáugio 36 (Rm); n) Aplicar as normas de segurança com a arma de fogo no estande de tiro (Ap); o) Praticar o tiro de acordo como MCA 50 -1 “Programa de Instrução de Tiro” (Rc); e p) Valorizar a responsabilidade e atribuída ao militar, em especial ao Oficial, quanto ao porte e uso adequado e judicioso do armamento individual (Va).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL, Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Operações Aéreas. Manual de Instrução de Tiro com Armamento Terrestre no âmbito do Comando da Aeronáutica - MCA 50-1. Brasília, DF, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Não há.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Armamento, Munição e Tiro 4 Carga-Horária: 26h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Descrever os fundamentos básicos de tiro que influenciam o acerto; b) Apresentar os procedimentos básicos de manutenção e segurança a serem utilizados no manuseio de armamento; c) Interpretar as legislações e normas afetas ao emprego do armamento em uso pelas equipes de serviço no âmbito da FAB; d) Utilizar com eficácia o armamento de uso individual disponibilizado pelo COMAER; e) Realizar ações básicas para a conservação e a limpeza do armamento individual disponibilizado pelo COMAER; f) Aplicar as regras de segurança no manuseio de armamentos e munições; g) Valorizar as regras de segurança no manuseio de armamentos e munições.
EMENTA
1) Pistola Taurus PT-92 9mm: instrução preparatória de tiro; tiro avançado nível 2.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Aplicar as normas de segurança com a arma de fogo no estande de tiro (Ap); b) Valorizar a responsabilidade atribuída ao militar, em especial ao Oficial, quanto ao porte e uso adequado e judicioso do armamento individual (Va); e c) Praticar o tiro de acordo como MCA 50 -1 “Programa de Instrução de Tiro” (Rc).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL, Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Operações Aéreas. Manual de Instrução de Tiro com Armamento Terrestre no âmbito do Comando da Aeronáutica - MCA 50-1 . Brasília, DF, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Não há.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Atividade de Campanha 1 Carga-Horária: 100h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Aplicar doutrinas técnicas e procedimentos de combate e evasão com o objetivo de sobreviver em território hostil ou incerto conforme seu quadro e nível hierárquico; b) Preservar sua sobrevivência em território hostil ou incerto, utilizando técnicas e procedimentos necessários; c) Apresentar zelo e apreço pela imagem institucional da Força Aérea Brasileira; d) Empregar procedimentos de atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes em geral.
EMENTA
1) Aprestamento Individual: composição dos fardos; preparação, cuidados e limpeza do equipamento e do armamento. 2) O Terreno: conhecimento e nomenclatura do terreno; valor militar dos acidentes e interpretação de indícios; avaliação de distâncias; descoberta e designação de alvos e objetivos. 3) Progressão no Terreno: processos de progressão; utilização de cobertas e abrigos; utilização do terreno para observar, atirar e progredir. 4) Navegação Terrestre: emprego da bússola; processo expedito de orientação; técnicas de navegação; aferição de passos; pista de navegação terrestre diurna e noturna. 5) Proteção do Combatente: saúde e higiene em campanha; camuflagem. 6) Missões Individuais: o vigia, o esclarecedor e o atirador de emboscada. 7) Marchas a Pé: tipos de marcha, planejamento, fatores influenciadores e a preparação individual para as marchas; execução das marchas. 8) Estacionamentos: formas de estacionamento; escolha, higiene e segurança dos locais de estacionamento. 9) Primeiros Socorros: noções básicas e técnicas de imobilização em campanha; salvamento de afogados; transporte de feridos; animais peçonhentos. 10) Maneabilidade para o Combate: óculos de visão noturna; acuidade auditiva, visual, olfativa e tátil (AAVOT); silenciamento de sentinelas; nós e amarrações; transposição de obstáculos.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Empregar as técnicas individuais básicas para o combate (Ap); b) Executar, em campanha, as técnicas, táticas e procedimentos básicos empregados pelo combatente terrestre (Rc); c) Valorizar a importância do treinamento físico militar como fundamento do desempenho ideal em situação de combate (Va); d) Valorizar a necessidade da manutenção orgânica do armamento em campanha (Va); e e) Valorizar a tenacidade, a rusticidade, o espírito de corpo e a organização como qualidades fundamentais nas atividades de campo (Va).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL. Ministério do Exército. C 21-74 Instrução Individual para o Combate . Estabelecimento General Gustavo Cordeiro Farias: Brasília, DF, Brasil. 2ª Edição, 1993.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRASIL, Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica. MCA 64-2 Sobrevivência em Terra e no Mar . Estado-Maior da Aeronáutica: Brasília, DF. 2014. BRASIL, Ministério da Marinha. Livro Básico do Fuzileiro Naval . Imprensa Naval: Duque de Caxias, RJ. 1986. BRASIL. Ministério do Exército. C 21-26 Leitura de Cartas e Fotografias Aéreas . Estabelecimento General Gustavo Cordeiro Farias: Brasília, DF. 1ª Edição, 1986. BRASIL. Ministério da Defesa. Comando do Exército. IP 21-80 Sobrevivência na Selva . Centro de Instrução de Guerra na Selva: Manaus, AM. 2ª Edição, 1999. BRASIL. Ministério do Exército. C 21-78 Transposição de Obstáculos . Estabelecimento General Gustavo Cordeiro Farias: Brasília, DF, Brasil. 1ª Edição, 1980.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Atividade de Campanha 2 Carga-Horária: 88h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Aplicar doutrinas técnicas e procedimentos de combate e evasão com o objetivo de sobreviver em território hostil ou incerto conforme seu quadro e nível hierárquico; b) Preservar sua sobrevivência em território hostil ou incerto, utilizando técnicas e procedimentos necessários; c) Apresentar zelo e apreço pela imagem institucional da Força Aérea Brasileira; d) Empregar procedimentos de atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes em geral.
EMENTA
1) Navegação Terrestre: formas do terreno e representações do relevo; declividade; cartas e convenções cartográficas; escalas, direção e azimuth; designação e locação de pontos na carta; emprego da bússola e do GPS; aferição de passos. 2) Grupo de Combate: organização e atribuições; formações e técnicas de progressão; processo de execução dos fogos; manobrabilidade em grupo. 3) Noções de Patrulha: organização; conduta das patrulhas; planejamento e preparação; ação em combate. 4) Técnicas Especiais: técnicas de descida vertical; transporte de cargas; transposição de obstáculos; tiro de ação reflexa; infiltração aquática; evacuação aeromédica; fortificação de campanha. 5) Estacionamentos: segurança dos locais de estacionamento e bivaque.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Empregar as técnicas individuais e coletivas de combate terrestre até o escalão grupo de combate (Ap); b) Valorizar a capacidade de manter-se em ação continuamente, a fim de executar uma tarefa vencendo as dificuldades encontradas (Va); c) Identificar os atributos afetivos da liderança militar em campanha (Va); d) Valorizar a capacidade de liderar, orientar e propiciar modificações nas atitudes dos membros de um grupo, visando o cumprimento da missão imposta (Va); e e) Compor um grupo de combate para a realização de ações ofensivas e defensivas em campanha (Rc).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL, Ministério do Exército, C 21-74 Instrução Individual para o Combate. Estabelecimento General Gustavo Cordeiro Farias: Brasília, DF, Brasil. 2ª Edição, 1993.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRASIL, Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, MCA 64-2 Sobrevivência em Terra e no Mar. Estado-Maior da Aeronáutica: Brasília, DF. 2014. BRASIL, Ministério da Marinha, Livro Básico do Fuzileiro Naval. Imprensa Naval: Duque de Caxias, RJ. 1986. BRASIL, Ministério do Exército, C 21-26 Leitura de Cartas e Fotografias Aéreas. Estabelecimento General Gustavo Cordeiro Farias: Brasília, DF. 1ª Edição, 1986. BRASIL, Ministério da Defesa, Comando do Exército, IP 21-80 Sobrevivência na Selva. Centro de Instrução de Guerra na Selva: Manaus, AM. 2ª Edição, 1999. BRASIL, Ministério do Exército, C 21-78 Transposição de Obstáculos. Estabelecimento General Gustavo Cordeiro Farias: Brasília, DF, Brasil. 1ª Edição, 1980.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Atividade de Inteligência da Aeronáutica Carga-Horária: 10h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Explicar as legislações do COMAER referentes à Atividade de Inteligência b) Apresentar a Lei de acesso à informação e a classificações dos documentos. c) Enunciar as noções básicas da Doutrina de Inteligência no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER). d) Identificar a finalidade, a estrutura e as atribuições do Sistema de Inteligência da Aeronáutica (SINTAER). e) Exemplificar como a exposição de dados pessoais, físicos ou virtuais, pode afetar a segurança do público interno e do COMAER f) Enunciar definições e os segmentos da Atividade de Contraineligência.
EMENTA
1) Doutrina de Inteligência da Aeronáutica 1: Atividade de Inteligência. 2) Doutrina de Inteligência da Aeronáutica 2: Sistema de Inteligência da Aeronáutica. 3) Introdução à Contraineligência: Atividade de Inteligência 1 e Atividade de Inteligência 2. 4) Medidas de Segurança Orgânica: Áreas e Instalações, Pessoal, Documentação e Material, Meios de Tecnologia da Informação. 5) Inteligência Cibernética: Doutrina Cibernética e Conduta no Espaço Cibernético.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) identificar as noções básicas da Doutrina de Inteligência no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER) (Cn); b) descrever os aspectos fundamentais da Atividade de Inteligência no âmbito do COMAER (Cn); c) listar as legislações relacionadas com a atividade cibernética no Brasil (Cn); d) identificar a finalidade, a estrutura e as atribuições do Sistema de Inteligência da Aeronáutica (SINTAER) (Cn); e) definir medidas preventivas na segurança das Organizações Militares (Cn); f) conceituar as medidas de segurança em cada área de atuação (Cn); g) indicar a importância da conduta individual para o sucesso da Segurança Orgânica nas Organizações Militares (Cn); h) enumerar algumas medidas de proteção no Espaço Cibernético (Cn); i) descrever os cuidados necessários no uso de Redes Sociais (Cn); j) citar alguns eventos onde o conhecimento cibernético teve importância no Mundo e no COMAER (Cn); k) enunciar definições e os segmentos da Atividade de Contraineligência (Cn); l) identificar ameaças ao cumprimento da missão do COMAER (Cp); m) valorizar as Ações de Contraineligência no âmbito do COMAER (Va); n) valorizar o Plano de Segurança Orgânica (PSO) (Va).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. <i>Doutrina de Inteligência da Aeronáutica</i> : MCA 200-1. Brasília, 2001. BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. <i>Estrutura e Atribuições do Sistema de Inteligência da Aeronáutica</i> : NSCA 200 – 5. Brasília, 2015. BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. <i>Ações de Contraineligência na Aeronáutica</i> : NSCA 200 – 7. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Plano de Inteligência da Aeronáutica*: PCA 200 – 1. Brasília, 2015.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira*: DCA 1-2. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. *Lei 9.883, de dezembro de 1999*, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional*, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Cibernética de Defesa*, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Segurança da Informação e Defesa Cibernética nas Organizações do Comando da Aeronáutica*: NSCA 1 – 13. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. *Termos de uso de Mídias Sociais*, 2a edição. Brasília, 2012.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Inteligência da Aeronáutica. *Guia Prático de Execução das Medidas do Decreto de Tratamento de Informações Classificadas no Comando da Aeronáutica*: FCA 200- 6. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Inteligência da Aeronáutica. *Prevenção a Escuta Clandestina*: FCA 200-1. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Inteligência da Aeronáutica. *Mentalidade de Segurança*: FCA 200-2. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Inteligência da Aeronáutica. *Prevenção à Engenharia Social*: FCA 200-3. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Inteligência da Aeronáutica. *Escuta Clandestina*: FCA 205-3. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Inteligência da Aeronáutica. *Avaliação de Documentos Classificados no Comando da Aeronáutica*: ICA 200-12. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Administração do Pessoal. *Padronização de Processos Administrativos*: ICA 35-1. Rio de Janeiro, RJ, 2013.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Visitas as Organizações Militares do Comando da Aeronáutica*: ICA 205-22. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Gerenciamento de Plano de Segurança Orgânica do Comando da Aeronáutica*: ICA 200-5. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Conduta do Pessoal Pertencente ao SINTAER*: ICA 200-6. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria Normativa no 45/GC3, de 15 JAN 14. Delega competência aos ocupantes de cargos que menciona para fins de classificação de documentos sigilosos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 16 JAN 2014.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria Normativa no 295/MD, de 03 JUN 02. Institui o Sistema de Inteligência de Defesa, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 03 JUN 2002.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria Normativa no 227/MD, de 19 JUN 02. Dispõe sobre as Normas de Funcionamento do Sistema de Inteligência da Defesa (NOSINDE). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 19 JUN 2002.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Acesso à Informação Pública: uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília, 2011.

BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Instrução Normativa GSI/PR no 2, de 5 FEV 13. Dispõe sobre o credenciamento de segurança para o tratamento de informação classificada, em qualquer grau de sigilo, no âmbito do Poder Executivo Federal.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa no 524-MD, de 2 MAR 12. Estabelece diretrizes gerais para a implantação do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) e constitui Grupo de Trabalho (GT), no âmbito do Ministério da Defesa - MD, com a finalidade de

elaborar e articular estratégias, planos e metas para a implementação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 MAR 12.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa no 1.234-MD, de 11 MAIO 12. Estabelece procedimentos para a concessão de audiências a particulares no âmbito do Ministério da Defesa e disponibilização de agenda de autoridades que menciona. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 14 MAIO 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa no 1.235-MD, de 11 MAIO 12. Estabelece normas para o funcionamento e a tramitação de demandas do Sistema de Informações ao Cidadão no âmbito da administração central do Ministério da Defesa (SIC-MD), nos termos da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 14 MAIO 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa no 2.229-MD, de 23 AGO 12. Altera a Portaria Normativa nº 1.235-MD, de 11 de maio de 2012. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 24 AGO 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa no 1.813-MD, de 13 JUN 13. Altera a Portaria Normativa nº 1.235-MD, de 11 de maio de 2012. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 14 JUN 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa no 2.975-MD, de 24 OUT 13. Disciplina no âmbito do Ministério da Defesa, os procedimentos de lavratura do Termo de Classificação de Informação (TCI), de classificação, desclassificação, reclassificação ou reavaliação da informação, de remessa de TCI à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), de elaboração e atualização das listas das informações classificadas e desclassificadas, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Arquivos. Resolução no 7 do CONARQ, de 20 MAIO 1997. Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Público. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 23 MAIO 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça. Resolução no 14 do CONARQ, de 20 OUT 01. Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução nº 4, de 28 MAR 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivos para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativo às Atividades-Meio da Administração Pública. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 8 FEV 02.

BRASIL. Ministério da Justiça. Resolução no 21 do CONARQ, de 4 AGO 04. Dispõe sobre o uso da subclasse 080 - Pessoal Militar do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio e da Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública aprovados pela Resolução nº 14, de 24 OUT 2001, do conselho Nacional de Arquivos - CONARQ. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 9 AGO 04.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Portaria Interministerial no 140, de 16 MAR 06. Disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio da rede mundial de computadores - internet, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983. Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 30 AGO 1983.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 9 JAN 1991.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 9 NOV 1991.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 7 FEV 2001.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 18 NOV 2011. Edição extra.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 4 JAN 2002.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005. Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores - Internet. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1o JUL 2005.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 16 MAIO 2012.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000. Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012. Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e o tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 16 NOV 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Não há.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Doutrina Militar Carga-Horária: 50h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
<p>a) Identificar os conflitos mais marcantes da história mundial e da sociedade contemporânea, que influenciam na geopolítica atual.</p> <p>b) Identificar as Políticas de Relações Internacionais praticadas no âmbito das Organizações e Tratados Internacionais dos quais o Brasil faz parte.</p> <p>c) Explicar a gênese da Força Aérea Brasileira destacando as contribuições de seus patronos, de armas e de aviação, bem como a evolução da Aeronáutica.</p> <p>d) Conceituar a Doutrina Militar de defesa e a Doutrina Básica da FAB.</p> <p>e) Descrever a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa, e o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica.</p> <p>f) Valorizar a avaliação de desempenho para o aprimoramento pessoal e profissional do efetivo da FAB e para o assessoramento na seleção de oficiais de maior mérito.</p> <p>g) Descrever a estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica elencando as áreas de atuação de cada grande comando e suas unidades subordinadas.</p> <p>h) Identificar os processos de construção do caráter militar.</p> <p>i) Apresentar zelo e apreço pela imagem institucional da Força Aérea Brasileira.</p>
EMENTA
<p>1) Doutrina Militar 1: Forças Armadas como expressão do poder nacional e as responsabilidades da profissão militar; Organização do Comando da Aeronáutica; As Organizações Militares da FAB: COMGAP e DCTA; Origens da profissão militar: as gerações da guerra; 2) Doutrina Militar 2: Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa; Livro branco de Defesa Nacional; DCA 11-45 e PCA 11-47 (Concepção estratégica Força Aérea 100/PEMAER); DCA 1-1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira; Defesa Aérea da FAB e Organização do COMAE; Organizações Militares da FAB: COMPREP e ALAS; Organizações Militares da FAB: SEFA e COMGEP; Controle de Tráfego Aéreo e Organização do DECEA; 3) Doutrina Militar 3: Missões conjuntas e combinadas; Responsabilidade social do oficial e o Livro Defesa e Meio Ambiente; DCA 29-1 Conduta dos oficiais subalternos da Aeronáutica; Fichas FAG, CPO e LMR; Serviços de escala na FAB; Movimentação de oficiais e o Próprio Nacional Residencial; Apresentação dos sistemas em serviço na FAB: SILOMS, SIAFI, COMPRASNET e PORTAL DO MILITAR; Natureza jurídica do aspirante; Planos de carreira da aviação, intendência e infantaria; Organização do Ministério da Defesa; Organização do Comando da Marinha; Organização do Comando do Exército.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<p>a) Conhecer as origens da profissão militar (Cn);</p> <p>b) identificar as Forças armadas como expressão do poder nacional (Cn);</p> <p>c) Caracterizar os grandes Comandos da FAB, suas funções e organizações militares (Cn);</p> <p>d) Apreciar as nuances da responsabilidade na profissão militar (Va);</p> <p>e) Caracterizar as principais legislações que atualmente norteiam a atuação da FAB (Cn);</p> <p>f) Discutir acerca da política brasileira de defesa e estratégia de defesa, com foco nas legislações em vigor (An);</p> <p>g) Identificar a utilização do espaço aéreo nas operações conjuntas, por meio de procedimentos padronizados pelo Ministério da Defesa (Cp);</p> <p>h) Apreciar a Organização do Ministério da Defesa e das Forças Singulares de maneira a estimular a interoperabilidade entre elas (Av);</p>

- i) Identificar diferentes tipos de tarefas, atribuições e experiências afetas ao Oficial da FAB nos primeiros anos de carreira (Cp);
- j) Apresentar as normas que direcionam o comportamento a serem desenvolvidos após a formação (Cp).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALEXANDER, Bevin. **A guerra do futuro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando de Preparo. Portaria COMPREP nº 178/COMPREP, de 3 de junho de 2019. Aprova a edição da Diretriz que dispõe sobre o “Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica” (DCA125-5). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 099, 10 jun. 2019.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-geral do Pessoal. Portaria nº 955/DPM, de 20 de junho de 2018. Aprova a reedição da ICA 30-4, que dispõe sobre movimentação de pessoal militar. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 108, 26 jun. 2018.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-geral do Pessoal. Portaria nº 2515/DLE, de 25 de setembro de 2013. Aprova a reedição da Instrução que dispõe sobre a Avaliação de Desempenho dos Graduados do Comando da Aeronáutica (ICA 39-17). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 195, 9 out. 2013.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comissão de Promoções de Oficiais. Portaria CPO nº 3/SAP, de 26 de outubro de 2015. Aprova a reedição da ICA 36-4, que dispõe sobre a Avaliação de Desempenho de Oficiais da Aeronáutica. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 202, 4 nov. 2015.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comissão de Promoções de Oficiais. **Norma Padrão de Ação CPO nº 15/CPO/2018**, de 13 de junho de 2018. Estabelece normas para cálculo, processamento, emissão e utilização da Lista de Mérito Relativo (LMR), adotada pela Comissão de Promoções de Oficiais (CPO) na análise do mérito dos Oficiais da Aeronáutica, em consonância com a DCA 36-2. Brasília: Comando da Aeronáutica, 13 jun. 2018.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 56/GC3, de 10 de janeiro de 2019. Aprova a reedição da Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Intendentes (ICA 36-9). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 008, 15 jan. 2019.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 60/GC3, de 10 de janeiro de 2019. Aprova a reedição da Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Aviadores (ICA 36-5). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 008, 15 jan. 2019.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 317/GC1, de 9 de março de 2020. Aprova a reedição do Plano de Pessoal da Aeronáutica – PPAER para o ano de 2020 (PCA 30-1). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 041, 12 mar. 2020.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 348/GC3, de 6 de março de 2019. Aprova a reedição da Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (ICA 36-10). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 040, 13 mar. 2019.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 278/GC3, de 21 de junho de 2012. Aprova a reedição da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 121, 26 jun. 2012.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 551/GC3, de 13 de maio de 2016. Aprova a edição da Diretriz que dispõe sobre a Reestruturação da Força Aérea Brasileira (DCA 11-53). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 082, 17 maio 2016.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 1.324/GC3, de 13 de outubro de 2016. Aprova a reedição da Diretriz que trata da conduta dos

oficiais subalternos da Aeronáutica (DCA 29-1). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 177, 17 out. 2016.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 1.597/GC3, de 10 de outubro de 2018. Aprova a reedição da DCA 11-45 “Concepção Estratégica - Força Aérea 100”. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 180, 15 out. 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 1.916/GC3, de 22 de novembro de 2018. Aprova a DCA 55-41 “Progressão Operacional de Oficiais Aviadores da Força Aérea Brasileira”. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 205, 26 nov. 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 2058/GC3, de 11 de dezembro de 2018. Aprova a reedição do Regulamento Interno de Serviço da Aeronáutica (RCA 34-1). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 219, 17 dez. 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 2.102/GC3, de 18 de dezembro de 2018. Aprova a reedição do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PCA 11-47). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 222, 20 dez. 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 2.103/GC3, de 18 de dezembro de 2018. Aprova a reedição da DCA 36-2 “Planejamento do fluxo de carreira dos oficiais da ativa da Aeronáutica”. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 222, 20 dez. 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 2.171/GC4, de 12 de dezembro de 2019. Aprova a reedição da ICA 12-20 “Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica”. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 229, 17 dez. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.049, de 12 de maio de 2017. Regulamenta a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas, para a Aeronáutica e dispõe sobre as promoções dos aspirantes a oficial e dos oficiais temporários do Comando da Aeronáutica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9049-12-maio-2017-784702-publicacaooriginal-152545-pe.html>. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972. Dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1972. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5821.htm. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbndn.pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Defesa e Meio Ambiente: preparo com sustentabilidade**. Brasília: Ministério da Defesa, 2017. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/defesa_e_meio_ambiente/livro_defesa_e_meio_ambiente.pdf. Acesso em: 29 maio 2020.

FRIEDMAN, George; FRIEDMAN, Meredith. **Poder mundial: a tecnologia e o domínio dos Estados Unidos no século XXI**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009.

- GIRARDET, Raoul. **A sociedade militar**: de 1815 até nossos dias. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- HEYDTE, Friedrich August von der. **A guerra irregular moderna** – em políticas de defesa e como fenômeno militar. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.
- HOUSE, Jonathan M. **Combinação das armas**: a guerra do século XX. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.
- LIND, W. S. et al. **The Changing Face of War**: Into the fourth generation. Quantico: Marine Corps Gazette, p. 22- 26, 1989.
- LIND, W. S; THIELE, G. **4th Generation Warfare Handbook**. New York: Castalia House, 2016.
- WHITTAKER, David J. **Terrorismo**: um retrato. Rio de Janeiro: Bibliex, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRASIL. Ministério da Defesa. **Cenários de Defesa 2020 – 2039 – sumário executivo / Ministério da Defesa**, Assessoria Especial de Planejamento. Brasília: A Assessoria, 2017.
- COUTINHO, Sergio Augusto de Avelar. **Cenas da nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2010.
- FERRO, Marc. **O choque do Islã**: séculos XVII – XXI. Rio de Janeiro: Bibliex, 2008.
- KEPEL, Gilles. **Jihad**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.
- MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- PARET, Peter. **Construtores da Estratégia Moderna**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2015-2016. 2 v.
- SILVA, Luiz Maurício de Andrade da et al. A construção da imagem pacifista do Brasil e as suas consequências no desenvolvimento militar do país. In: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, 14., 2017, Resende. **A construção da imagem pacifista do Brasil e as suas consequências no desenvolvimento militar do país**. Pirassununga: AFA, 2017. p. 1-7.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Estágio de Adaptação Militar Carga-Horária: 312h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
<p>a) Identificar o papel da Força Aérea Brasileira na História das Forças Armadas;</p> <p>b) Aplicar e respeitar os valores e tradições do Brasil e das Forças Armadas Brasileiras, em especial da FAB;</p> <p>c) Valorizar o condicionamento físico para o cumprimento das atividades militares, em tempo de paz e guerra;</p> <p>d) Identificar os processos de construção do caráter militar;</p> <p>e) Demonstrar espírito de corpo, disciplina, coragem, autocontrole, perseverança, fé na missão e espírito aguerrido;</p> <p>f) Apresentar os procedimentos básicos de manutenção e segurança a serem utilizados no manuseio de armamentos;</p> <p>g) Enunciar os valores éticos e profissionais típicos dos militares, em especial das Forças Armadas Brasileiras e da Força Aérea Brasileira;</p> <p>h) Sintetizar as características Profissionais das Forças Armadas que as distinguem de outras organizações sociais;</p> <p>i) Praticar e respeitar os valores e tradições do Brasil e das Forças Armadas Brasileiras, em especial da FAB;</p> <p>j) Empregar as normas de higiene e segurança do trabalho.</p>
EMENTA
<p>1) Legislação Militar Primária: RCONT; RDAER; RUMAER; NPA; Manual do Cadete; 2) Ordem Unida Desarmada; 3) Conduta Militar e Civil: Código de Honra; Lema do Cadete; Programa de Treinamento Militar; Desligamento; Conceito Horizontal; Boa educação; Disciplina e conduta civil; PFV; 4) Profissão Militar: Conceito e características da vida militar; Organograma do CCAER e da CLC; Apresentação do CFOAv, CFOInt e CFOInf; Serviços de escala no 1º ano; 5) Treinamento cardiopulmonar; 6) Treinamento neuromuscular; 7) Treinamento utilitário: orientação; pista de cordas; ginástica armada; natação do pentatlo militar; pentatlo aeronáutico; pista de pentatlo militar; defesa pessoal; 8) Treinamento complementar (modalidades esportivas); 9) Atividades complementares: Apresentação dos formandos do CPCAR; Apresentação do Comandante da AFA; Apresentação do Comandante do CCAER e do Comando do 1º Esquadrão; Palestra sobre atividade física e qualidade de vida; Palestra sobre suplementos alimentares, esteroides anabolizantes e programa de controle de peso; Palestra sobre DST; Palestra sobre segurança no trânsito; Palestra sobre cuidados médicos e higiene aplicados ao EAM; Palestra sobre orientações fisioterápicas aplicadas ao EAM; Palestra sobre conduta profissional e assédio sexual; Apresentação do serviço de Assistência Religiosa; Apresentação da Seção de Doutrina do CCAER; Apresentação da Seção de Psicologia do CCAER; Apresentação da Seção de Instrução Militar do CCAER; Apresentação da Seção de Avaliação da Divisão de Ensino; Apresentação da Sociedade dos Cadetes da Aeronáutica; Apresentação da Esquadrilha de Voo a Vela; Atividades administrativas; Reuniões com o Comando do Esquadrão; Criação da bolacha, grito de guerra e nome da turma; Formatura de entrega de platinas.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) identificar a legislação comum às Forças Armadas e a específica do COMAER e seus conteúdos básicos (Cn);
- b) identificar na legislação comum às Forças Armadas e na específica do COMAER, capítulos e artigos nos quais se enquadrem assuntos e situações dadas (Cp);
- c) aplicar, na vida cotidiana, no que couber, os preceitos contidos na legislação comum às Forças Armadas e na específica do COMAER (Ap);
- d) valorizar a importância do conhecimento e atualização constante quanto à legislação comum às Forças Armadas e específicas do COMAER, para um desempenho eficaz, no seu âmbito profissional militar (Va);
- e) interpretar as normas e deveres do Cadete na vida acadêmica (Cp);
- f) identificar as vozes de comando e os toques de corneta correspondentes (Rm);
- g) praticar exercícios de ordem unida desarmada, a pé firme e em movimento (Rm);
- h) integrar uma tropa em formatura (Rm);
- i) demonstrar boa atuação em formaturas e solenidades como integrante de tropa (Rm);
- j) comandar fração de tropa em formatura (Ap);
- k) valorizar a prática da Ordem Unida como meio eficaz de desenvolvimento e demonstração de espírito de corpo, disciplina e organização (Va);
- l) valorizar a importância da conduta exemplar tanto no meio militar como civil (Va);
- m) identificar os procedimentos afetos à conduta militar e civil (Cp);
- n) interpretar as normas e deveres do cadete na vida acadêmica (Cp);
- o) identificar os cursos oferecidos pela Academia da Força Aérea (Cn);
- p) valorizar a conduta ideal, os atributos de caráter e as virtudes da profissão militar (Va);
- q) identificar a estrutura hierárquica do COMAER, da AFA, do CCAER e da Cadeia de liderança de Cadetes (CLC) (Cp);
- r) valorizar a importância dos conhecimentos afetos à legislação militar (Va);
- s) identificar a importância de o indivíduo ter um procedimento ilibado em sua vida particular, respaldando sua vida profissional (Og);
- t) identificar as peculiaridades e as normas dos serviços diários no Corpo de Cadetes da Aeronáutica (Cn);
- u) distinguir as características da profissão militar (Cp);
- v) valorizar a conduta ideal, os atributos de caráter e as virtudes da profissão militar (Va);
- w) valorizar a prática da atividade física diária (Va);
- x) executar exercícios que desenvolvam as capacidades físicas de força, flexibilidade, coordenação, velocidade e resistência (Rm);
- y) valorizar os atributos inerentes à liderança, espírito de corpo, rusticidade, pontualidade, persistência, resistência à frustração, coragem, autoconfiança, controle emocional, senso de organização do tempo e das coisas, decisão e camaradagem (Va);
- z) identificar técnicas de natação (Pr);
- aa) valorizar a necessidade de executar as diferentes técnicas de defesa pessoal (Va);
- bb) participar de jogos coletivos (Re).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Academia da Força Aérea. Manual do Cadete da Aeronáutica 2020. Boletim interno ostensivo [da AFA], Pirassununga, n. 15, 22 jan. 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Academia da Força Aérea. Portaria nº 230/CCAER_SDOUT, de 12 de dezembro de 2017. Aprova a reedição da Norma que estabelece os procedimentos previstos para os serviços de escala dos Cadetes do Corpo de Cadetes da Aeronáutica (NPA 030/CCAER/2018. Boletim Ostensivo [da AFA], Pirassununga, n. 003, 3 jan. 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando de Preparo. Portaria COMPREP nº 93/COMPREP, de 25 de outubro de 2019. Aprova a reedição dentre outras da NOSDE/PRO/210, Norma a respeito dos procedimentos para o uso proporcional e

progressivo da força no âmbito do COMAER. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, n. 197, 30 out. 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-geral do Pessoal. Portaria nº 1750/DLE, de 5 de julho de 2019. Aprova a reedição do Manual de Ordem Unida para o Comando da Aeronáutica (MCA 50-4). Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, n. 120, 11 jul. 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. Portaria DIRENS nº 145/DPL, de 26 de abril de 2019. Aprova a reedição do “Plano de Avaliação da Academia da Força Aérea – Volume I”, MCA 37-5. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, n. 074, 6 maio 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-maior da Aeronáutica. Portaria EMAER nº 37/ISC, de 1º de setembro de 2016. Aprova a criação do Manual que dispõe sobre o Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV) (MCA 909-1). Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, n. 155, 13 set. 2016.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 130/GC4, de 11 de fevereiro de 2016. Aprova a reedição do Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica – RUMAER (RCA 35-2). Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, n. 024, 16 fev. 2016.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 2058/GC3, de 11 de dezembro de 2018. Aprova a reedição do Regulamento Interno de Serviço da Aeronáutica (RCA 34-1). Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, n. 219, 17 dez. 2018.

BRASIL. Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. Aprova o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D76322.htm. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. Portaria normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009. Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (RCONT). Diário Oficial da União, Brasília, n. 95, 21 maio 2009.

BROCHADO, João Manoel Simch. O caráter dos soldados: estudo dos valores coletivos que configuram a base do caráter profissional de militares nas forças de combate. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. 256 p.

HUNTINGTON, Samuel P. O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares. 2. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 2016. 592 p.

KELLETT, Anthony. **Motivação para o combate**: o comportamento do soldado na luta. Rio de Janeiro: Bibliex, 1987. 384 p.

PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. Liderança militar. Rio de Janeiro: Bibliex, 1987. 166 p.

SCHIRMER, Pedro. Das virtudes militares. Rio de Janeiro: Bibliex, 2007. 144 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Treinamento Físico Militar (C-20-20) ESEFEX.

Treinamento Desportivo - MEC Vol.I e II.

JONATH, Ulrich - **Treinamento em circuito** - Ed. Paidós / Argentina, 1978.

Manual de Atletismo (C-20-54) - ESEFEX.

COUNSILMAN, James/ **A Natação** - Livro Ibero-Americano Ltda- Rio de Janeiro- RJ-1980.

BARCELLOS DE MELLO, Paulo Roberto - **Teoria e prática dos exercícios abdominais** - Rio de Janeiro- Ed. Manole- 1986.

FOX, Eduardo L. , MATHEUS, Donald K.- **Bases Fisiológicas da Educação Física e dos**

desportos, Rio de Janeiro - RJ - Ed. Guanabara.

Mc ARDLE, Willian D. etall. **Fisiologia do Exercício, energia, nutrição e desempenho humano**, 3ed. Rio de Janeiro: Guanabara:1992.

NOVAES, Jefferson S, VIANNA, Jeferson M. **Personal Training e Condicionamento Físico em Academia**. Rio de Janeiro: Shape, 1998.

NOVAES, Jefferson S, VIANNA, Jeferson M. **Personal Training e Condicionamento Físico em Academia**. Rio de Janeiro: Shape, 1998.

ESCALISSIO, Humberto. **Condicionamento Físico 1000 exercícios**. Rio de Janeiro, Sprint, 2000.

RODRIGUES, Tania Lucia. **Flexibilidade e Alongamento**. Rio de Janeiro: Sprint, 20 ed, 1998.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Ética e Desenvolvimento Humano Carga-Horária: 130h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Explicar a importância das relações interpessoais, intersetoriais e entre organizações do COMAER; b) Empregar os recursos administrativos e financeiros no desenvolvimento de ações de gestão estratégica e coordenação de fluxos administrativos, respeitando as políticas públicas e leis vigentes no país; c) Atuar com imparcialidade e profissionalismo, primando pelos interesses da FAB; d) Identificar os processos de construção do caráter militar; e) Enunciar os valores éticos e profissionais típicos dos militares, em especial das Forças Armadas Brasileiras e da Força Aérea Brasileira; f) Interpretar os códigos éticos e afins das Organizações Militares e da Força Aérea Brasileira; g) Demonstrar conduta moral alinhada aos valores da FAB e à Ética Militar, conforme apresentada no Estatuto dos Militares; h) Preservar a conduta pessoal ética, conforme valores e deveres que norteiam a vida militar.
EMENTA
1) Ética e Desenvolvimento Humano 1: Gestão de finanças pessoais 1; Métodos contraceptivos, gravidez não planejada e aborto; O preparo moral, intelectual e físico; Gestão do tempo e ferramentas de produtividade; Verdade, omissão e ponderação; Drogadição, alcoolismo e tabagismo; Saúde mental: aspectos práticos para a vida militar; Camaradagem "versus" intimidação sistemática; Programa de Formação de Valores (1º ESQ); 2) Ética e Desenvolvimento Humano 2: Disciplina consciente e probidade; Dignidade da pessoa humana, descrição e procedimento ilibado; Zelo pela instituição e acatamento às autoridades civis; Gestão de finanças pessoais 2; Procedimentos de etiqueta social aplicados ao militar; Símbolos nacionais, civismo e culto às tradições históricas; O autoconhecimento para o combatente militar: a percepção e o controle das emoções; Autorresponsabilidade: assumindo a responsabilidade individual; O Profissionalismo e o Efeito Lúcifer nas atividades militares; Programa de Formação de Valores (2º ESQ); 3) Ética e Desenvolvimento Humano 3: Gestão de finanças pessoais 3; As principais escolas morais de ação aplicadas às atividades militares; A religiosidade no meio militar: respeito, equilíbrio e valores; Programa de Formação de Valores (3º ESQ); 4) Ética e Desenvolvimento Humano 4: Múltiplas inteligências: o reconhecimento das diversas competências humanas; Justiça, imparcialidade e a não obtenção de facilidades pessoais com o uso do posto; Gestão de finanças pessoais 4; Família como instituição social e assistência ao lar enquanto oficial; Programa de Formação de Valores (4º ESQ).
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) identificar aspectos de sustentação essencial da vida militar e civil, especialmente no que se refere à gestão dos recursos pessoais (Cn); b) Valorizar os comportamentos esperados pelo profissional militar, agindo pautado nas atitudes éticas e alinhadas aos valores da Força Aérea (Va); c) Identificar a importância de ter um procedimento ilibado em sua vida particular, respaldando sua vida profissional (Og); d) Aplicar técnicas em sua rotina que otimizem a produtividade, o preparo individual e a gestão dos seus meios (Ap);

- e) Valorizar a conduta ideal, os atributos de caráter e as virtudes da Profissão Militar (Va);
- f) Identificar a real necessidade de se zelar pelo bom nome das FAA, visando a preservação da imagem dos principais responsáveis pela segurança da Nação (Og);
- g) Valorizar a necessidade da conduta bem-educada no relacionamento humano, principalmente na vida em coletividade das organizações militares (Va);
- h) Promover a importância do autocontrole e do autoconhecimento como forma de aprimoramento da liderança individual (Og);
- i) Identificar as principais escolas morais adotadas para embasar a Ética Profissional Militar (Cn);
- j) Conhecer as diversidades das competências humanas (Cn).
- k) Identificar aspectos da carreira que são inerentes à profissão militar (Cn).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARBOSA, Christian. **A tríade do tempo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.
- BARBOSA, Christian. **Por que as pessoas não fazem o que deveriam fazer?** São Paulo: Buzz, 2019.
- BAUMAN, Z. & DONKIS, L. **Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-maior da Aeronáutica. Portaria EMAER nº 37/ISC, de 1º de setembro de 2016. Aprova a criação do Manual que dispõe sobre o Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV) (MCA 909-1). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 155, 13 set. 2016.
- BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm. Acesso em: 29 maio 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. Acesso em: 30 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 52 p.: il. color. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; caderno n. 2). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf. Acesso em: 1 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em saúde. **Álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 60 p. - (Série F. Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares) (Projeto Saúde e prevenção nas escolas). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alcool_outras_drogas.pdf. Acesso em: 1 jun 2020.
- CANADA. Canadian Defence Academy. Canadian Forces Leadership Institute. **Ethics in the Canadian Forces: making tough choices**. Kingston: Canadian Defence Academy, 2006.
- CEBRID. **Livreto informativo sobre drogas psicotrópicas**. São Paulo: CEBRID, 2012.
- CERBASI, Gustavo. **Investimentos inteligentes**. Sextante, 2019.
- CLASON, George S. **O homem mais rico da Babilônia**. 18. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.
- COVEY, Stephen R. Os sete hábitos das pessoas altamente eficazes: lições poderosas para a transformação pessoal. 60. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2017. 462 p.
- DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia financeira: realize seus sonhos com educação financeira**. São Paulo: Dsop, 2013. 116 p.
- FISHER, Robert. **O Cavaleiro preso na armadura: uma fábula para quem busca a trilha da verdade**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GARDNER, Howard. **Múltiplas inteligências: a teoria na prática**. Porto Alegre:

Artmed, 1995.

GIANETTI, Eduardo. **Auto-engano**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional**: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente, trad. M. Santarrita. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GOULART, Fernando Rodrigues. **Ação sob fogo!** fundamentos da motivação para o combate. Rio de Janeiro: Bibliex, 2012. 336 p.

GROSS, Michal L. **Dilemas morais da guerra moderna**: tortura assassinato e chantagem na era do conflito assimétrico. Rio de Janeiro: Bibliex, 2014.

HUDE, Henri. **A ética do decisor**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2015. 472 p.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. 2. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 2016. 592 p.

LANNES, L. S. **Equipes e Cooperação**: o elo essencial. Sorocaba: Editora Saraswati, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: UNIC, 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.

PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Liderança militar**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1987. 166 p.

THE psychology of evil. Intérpretes: Philip Zimbardo. Monterey: Ted Conferences, 2008. (23 min.), son., color. Legendado. Série TED 2008. Disponível em: https://www.ted.com/talks/philip_zimbardo_the_psychology_of_evil/details. Acesso em: 01 jun. 2020.

VIEIRA, Paulo. **O poder da autorresponsabilidade**: a ferramenta comprovada que gera alta performance e resultados em pouco tempo. 12. ed. São Paulo: Gente, 2017. 192 p.

ZIMBARDO, Philip. **O efeito Lúcifer**: como pessoas boas se tornam más. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KENNEDY, Carrie H.; ZILMER, Eric A. **Psicologia militar**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009.

LUTTRELL, Marcus; ROBINSON, Patrick. **O único sobrevivente**: o testemunho do soldado que perdeu toda a sua equipe em confronto com o Al-Qaeda nas montanhas do Afeganistão. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.

SANDEL, Michael J. **Justiça**: o que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo, v. 10, 2012.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Filosofia SIPAER Carga-Horária: 10h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Compreender a filosofia do Sistema de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER) e as ações do COMAER ligadas à prevenção de acidentes aeronáuticos.
EMENTA
1) A Filosofia SIPAER; 2) Segurança de Voo do ponto de vista da Doutrina Básica da FAB; 3) Segurança de Voo nos quadros de Intendência e de Infantaria. 4) Cultura de Segurança. 5) Relato de Prevenção.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Identificar os princípios da Filosofia SIPAER. b) Descrever as ações voltadas para a prevenção de acidentes aeronáuticos. c) Promover a Filosofia SIPAER
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MCA 3-3 Manual de Prevenção do SIPAER; MCA 37-250 Corporate Resource Management (CRM) na Instrução Aérea Militar. DCA 1-1 Doutrina Básica da FAB.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
UNITED STATES AIR FORCE (USAF). Air force instruction 11-290: Cockpit/Crew Resource Training Program, 2020.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Higiene e Segurança no Trabalho Carga-Horária: 10h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Aplicar as normas básicas de higiene e segurança no trabalho para preservar a integridade física da equipe e garantir um ambiente de excelência; b) Explicar as normas e legislação vigentes sobre higiene e segurança do trabalho; c) Empregar as normas de higiene e segurança do trabalho; d) Identificar os riscos inerentes às tarefas do cargo e do ambiente físico.
EMENTA
1) Fundamentos da higiene e segurança no trabalho: terminologias e conceitos de higiene e segurança no trabalho. 2) Normas de higiene e segurança do trabalho: Legislação e normativas do trabalho: Normas regulamentadoras, Normas Brasileiras (NBRs), diretrizes sobre sistemas de gestão de segurança e saúde no trabalho - Organização Internacional do Trabalho (OIT). 3) Medidas de controle de riscos ambientais, ergonômicos e de acidentes: conceitos de riscos ambientais, ergonômicos e de acidentes e a classificação.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Identificar e classificar riscos ambientais, conforme normas e legislações (Cn); b) Identificar riscos ergonômicos, conforme normas e legislações (Cp); d) Identificar riscos de acidentes, conforme normas e legislações (Cp).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BREVIOLIERO, E.; POSSEBON, J.; SPINELLI, R. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos . 7ª ed. São Paulo: Senac, 2017.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BARSANO, P. R.; BARBOSA, R.P. Higiene e segurança do trabalho . 2ª ed. São Paulo: Érica, 2014.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: História Militar Brasileira Carga-Horária: 66h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Apresentar a história das Forças Armadas Brasileiras com ênfase em conflitos internos e externos; b) Explicar a gênese da Força Aérea Brasileira destacando as contribuições de seus patronos, de armas e de aviação, bem como a evolução da Aeronáutica; c) Recordar a história da Aeronáutica, observando as tendências das Políticas de Relações Internacionais desenvolvidas no âmbito da América Latina; d) Relacionar os eventos históricos da Aeronáutica com as relações internacionais presentes na América Latina; e) Relacionar os fatos históricos, a política nacional e internacional e a participação da FAB no contexto histórico; f) Sumariar o papel desempenhado pelas Forças Armadas, em especial o poder aéreo, nos grandes conflitos da humanidade, especialmente naqueles mais recentes com características híbridas; g) Demonstrar interesse pela história das Forças Armadas, seu papel na sociedade e, em especial, estes mesmos fatores afetos à Força Aérea Brasileira; h) Explicar a atuação das Forças Armadas, principalmente da Força Aérea Brasileira, na defesa e manutenção dos interesses nacionais, ao longo da história da nação.
EMENTA
1) Fundamentos Teóricos e Metodológicos; 2) Formação do Estado Brasileiro; 3) Constituição das Forças Armadas Brasileiras; 4) História da Força Aérea Brasileira; 5) Os militares na Política; 6) O Período Republicano.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Compreender e analisar o processo de formação da nação brasileira e a gênese de suas Forças Armadas (Cp); b) compreender, com base nas lições da história, os futuros encargos de ordem social, estratégica, tática e logística inerentes ao oficialato (Cp); c) analisar a evolução da sociedade e da nação brasileira à luz da História Militar (An); d) compreender a identidade militar e aeronáutica a partir da trajetória histórica das Forças Armadas e de seus personagens (Cp); e) interpretar o papel dos militares na organização social e política do Brasil (An).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DORATIOTO, Francisco Fernando. Maldita Guerra . São Paulo. Companhia das Letras, 2002. DAROZ, Carlos. O Brasil na Primeira Guerra Mundial . São Paulo: Contexto, 2016. CASTRO, Celso. A invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CASTRO, Celso. A Proclamação da República . Rio de Janeiro: Editora Zahar, s/d. NAPOLITANO, Marcos. História do Brasil República: da queda da monarquia ao fim do Estado Novo . São Paulo: Contexto, 2016. Carvalho, José Murilo de. Jovita Alves Feitosa. São Paulo: Chão Editora, 2019.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: História Militar Mundial Carga-Horária: 66h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
<p>a) Identificar os conflitos mais marcantes da história mundial e da sociedade contemporânea, que influenciam na geopolítica atual.</p> <p>b) Identificar o papel desempenhado pelas Forças Armadas, em especial o poder aéreo, nos grandes conflitos da humanidade, especialmente naqueles mais recentes com características híbridas.</p> <p>c) Recordar a história da Aeronáutica, observando as tendências das Políticas de Relações Internacionais desenvolvidas no âmbito da América Latina.</p> <p>d) Relacionar os eventos históricos da Aeronáutica com as relações internacionais presentes na América Latina.</p> <p>e) Relacionar os fatos históricos, a política nacional e internacional e a participação da FAB no contexto histórico.</p> <p>f) Sumariar o papel desempenhado pelas Forças Armadas, em especial o poder aéreo, nos grandes conflitos da humanidade, especialmente naqueles mais recentes com características híbridas.</p> <p>g) Identificar a teoria da guerra enquanto fenômeno social, bem como suas consequências para a sociedade.</p> <p>h) Executar ações militares em regiões que apresentam instabilidade política, social, econômica ou cultural, visando ampliar a projeção do país e cumprir suas atribuições.</p> <p>i) Produzir pesquisas, análises e debates sobre os cenários nacionais e internacionais de temas de interesse do COMAER identificando as oportunidades e os riscos envolvidos, com o objetivo de desenvolver mentalidade e cultura de defesa junto à sociedade e suas instituições.</p> <p>j) Explicar os conceitos de guerra: híbrida, regular, irregular, insurgente, cibernética e nuclear, biológica e química de acordo com as legislações em vigor.</p> <p>k) Discutir a teoria da guerra enquanto fenômeno social, bem como suas consequências para a sociedade.</p> <p>l) Demonstrar preparo para trabalhar com pessoas de países estrangeiros e em contexto internacional.</p>
EMENTA
<p>1) Introdução à História Militar e ao estudo da guerra: conceito e objetivos da História Militar; o fenômeno da guerra; teorias, conceitos e classificação das guerras; guerras pós-modernas, híbridas, irregulares e assimétricas; terrorismo, insurgência e contra insurgência; aspectos socioculturais dos conflitos armados; principais pensadores e líderes militares. 2) História Militar da Antiguidade até as Guerras Napoleônicas: a guerra na Antiguidade; a guerra na Idade Média; a guerra no Renascimento e as Guerras Napoleônicas. 3) As Grandes Mundiais: a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial. 4) Da Guerra Fria aos conflitos do século XXI: a Guerra da Coreia; a Guerra do Vietnã; as Guerras Árabes-Israelenses; a Guerra das Falklands/Malvinas; as guerras do Golfo Pérsico, as Guerras Afegãs e os conflitos do século XXI e a perspectiva do poder aéreo na Guerra de 4ª Geração.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar nos principais conflitos bélicos mundiais os aspectos táticos, estratégicos, tecnológicos e organizacionais do emprego militar na Antiguidade até os dias atuais (Cp);
- b) Compreender o fenômeno da guerra a partir de suas teorias, as diversas modalidades de conflitos, a evolução da tecnologia militar e suas consequências para a arte da guerra (Cp);
- c) Interpretar o desenvolvimento do pensamento militar e aeronáutico, destacando a relevância do emprego do poder aéreo, da logística e do emprego de tropas terrestres (Cp);
- d) Analisar o pensamento militar e sua evolução ao longo da História (An);
- e) Considerar as lições da história e dos líderes militares do passado na solução de desafios de ordem estratégica, tática e logística do emprego militar (Va).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GILBERT, Adrian. **A enciclopédia das guerras: conflitos mundiais através dos tempos**. M.Books 2005. ISBN 9788589384735.

CAWTHORNE, Nigel. **100 Líderes Militares da História**. Difel, 2010. ISBN 9788574321035.

SONDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial: história completa**. Editora Contexto, 2013. ISBN 9788572448154.

MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**. Editora Contexto, 2013. ISBN 9788572443463.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARGUELES, Delmo de Oliveira. **Sob o Céus das Valquírias: as concepções de heroísmo e honra dos pilotos de caça da Grande Guerra (1914-1918)**. Curitiba: Editora CRV. 2013. ISBN 8580427061.

CROUCH, Tom.D. **Asas -Uma História da Aviação: das pipas a era espacial**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2008. ISBN 8501073997.

SANTOS, Murillo. **Evolução do Poder Aéreo**. INCAER. Editora Itatiaia, 1989. ISBN 8531906431.

MASSON, Philippe; CORRÊA, Ângela MS. **A Segunda Guerra Mundial: história e estratégias**. Contexto. 2010. ISBN 9788572444675.

KORDA, Michael. **Com Asas de Águia - uma história da batalha da Inglaterra**. Editora Objetiva, 2011. ISBN 9788539002764.

WEIR, William. **50 Líderes Militares que Mudaram a História da Humanidade**. M. Books, 2009. ISBN 9788576800637.

WUEST, Andrew; McNAB, Chris. **A História da Guerra do Vietnã**. M. Books, 2016. ISBN 8576802805.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Instrução de Salto de Emergência Carga-Horária: 62h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Aplicar doutrinas técnicas e procedimentos de combate e evasão com o objetivo de sobreviver em território hostil ou incerto conforme seu quadro e nível hierárquico; b) Preservar sua sobrevivência em território hostil ou incerto, utilizando técnicas e procedimentos necessários; c) Apresentar zelo e apreço pela imagem institucional da Força Aérea Brasileira; d) Empregar procedimentos de atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes em geral.
EMENTA
1) Equipamentos: equipamento da área de estágio; equipamento para o salto; recolhimento de paraquedas na ZL. 2) Técnicas de Controle do Paraquedas: navegação; emergências; arrastamento. 3) Aterragem: tipos e técnicas de aterragens. 4) Procedimentos no Avião: normas de embarque e desembarque; procedimentos de saída da aeronave. 5) Treinamento Físico Militar Paraquedista: corrida; pista de cordas; ginástica básica. 6) Salto de Paraquedas: preparação; salto e reorganização na ZL.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Executar corretamente o abandono de uma aeronave militar em voo com a utilização de paraquedas semiautomático (Rc); b) Executar em tempo hábil os procedimentos de emergência relativos às diversas situações que possam ocorrer antes, durante e após o abandono da aeronave (Rc); c) Empregar com segurança os procedimentos de aterragem nos diversos tipos de terrenos e, se necessário, as manobras para evitar o arrastamento (Rc); d) Valorizar os atributos da tenacidade, rusticidade, determinação e coragem como qualidades fundamentais nas atividades militares (Va); e) Valorizar a importância do treinamento físico militar para a realização do salto de paraquedas (Va).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL, Ministério da Defesa, Comando do Exército, EB70-MC-10.217 Operações Aeroterrestres, Comando de Operações Terrestres: Brasília, DF, Brasil. 1º Edição, 2017.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Não há.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Instrução de Sobrevivência na Selva Carga-Horária: 90h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Aplicar doutrinas técnicas e procedimentos de combate e evasão com o objetivo de sobreviver em território hostil ou incerto conforme seu quadro e nível hierárquico; b) Preservar sua sobrevivência em território hostil ou incerto, utilizando técnicas e procedimentos necessários; c) Apresentar zelo e apreço pela imagem institucional da Força Aérea Brasileira; d) Empregar procedimentos de atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes em geral.
EMENTA
1) Aspectos Gerais da Sobrevivência: ações imediatas e subsequentes; conservação da saúde; contato com indígena. 2) Deslocamentos na Selva: pista de desvio lateral. 3) Proteção na Selva: abrigos. 4) Alimentação na Selva: obtenção de água; obtenção de fogo; alimentos de origem vegetal; alimentos de origem animal; armadilhas para caça e pesca. 5) Sobrevivência: exercício prático.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Empregar as técnicas de sobrevivência na selva, sob condições especiais de dificuldades e tensão (Ap); b) Executar os procedimentos e técnicas de sobrevivência na selva para resguardar-se das adversidades climáticas ou de situações hostis (Rc); c) Valorizar a capacidade individual de liderança e o desenvolvimento dos atributos essenciais para a sobrevivência após um acidente aéreo em ambiente de selva (Va).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL, Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, MCA 64-2 Sobrevivência em Terra e no Mar. Estado-Maior da Aeronáutica: Brasília, DF. 2014.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Não há.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Instrução de Sobrevivência no Mar Carga-Horária: 74h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Aplicar doutrinas técnicas e procedimentos de combate e evasão com o objetivo de sobreviver em território hostil ou incerto conforme seu quadro e nível hierárquico; b) Preservar sua sobrevivência em território hostil ou incerto, utilizando técnicas e procedimentos necessários; c) Apresentar zelo e apreço pela imagem institucional da Força Aérea Brasileira; d) Empregar procedimentos de atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes em geral.
EMENTA
1) Aspectos Gerais da Sobrevivência: amerrissagem; ações imediatas e subsequentes; salvamento e recuperação de afogados; sobreviventes e a jornada sobre o mar; conservação da saúde. 2) Resgate no Mar: sistema de busca e salvamento da Aeronáutica (COSPAS-SARSAT); processos de sinalização e comunicação. 3) Proteção no Mar: equipamentos e bote salva-vidas; natação utilitária. 4) Alimentação no Mar: obtenção de água e alimentos. 5) Sobrevivência: exercício prático.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) empregar as técnicas de sobrevivência no mar, sob condições especiais de dificuldades e tensão (Ap); b) executar os procedimentos e técnicas de sobrevivência no mar para resguardar-se das adversidades climáticas ou de situações hostis (Rc); c) valorizar a capacidade individual de liderança e o desenvolvimento dos atributos essenciais para a sobrevivência após um acidente aéreo no mar (Va).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL, Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, MCA 64-2 Sobrevivência em Terra e no Mar. Estado-Maior da Aeronáutica: Brasília, DF. 2014.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Não há.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Legislação Militar 1 Carga-Horária: 26h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Interpretar os princípios, conceitos e doutrinas que orientam o preparo e emprego da Força Aérea Brasileira; b) Interpretar as legislações inerentes à profissão militar; c) Aplicar, na vida cotidiana, no que couber, os preceitos contidos na legislação específica do Comando da Aeronáutica; d) Contribuir com a gestão documental no âmbito do COMAER; e) Valorizar a importância do conhecimento e atualização constante quanto à legislação específica do Comando da Aeronáutica.
EMENTA
1) Estatuto dos Militares: do ingresso nas forças armadas e da hierarquia e da disciplina; do cargo e da função militar; das obrigações e deveres dos militares; dos direitos e prerrogativas dos militares; das situações diversas. 2) Regulamento Interno de Serviços da Aeronáutica: atividades de rotina da OM; situações especiais; situação do pessoal e afastamentos; retratos, bandeira nacional e insígnias.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) identificar a legislação específica do Comando da Aeronáutica e o seu conteúdo básico(Cn); b) localizar na legislação específica do Comando da Aeronáutica artigos nos quais se enquadrem assuntos e situações dadas (Cp); c) aplicar, na vida cotidiana, no que couber, os preceitos contidos na legislação específica do Comando da Aeronáutica (Ap); e d) valorizar a importância do conhecimento e atualização constante quanto à legislação específica do Comando da Aeronáutica, para um desempenho eficaz, no seu âmbito profissional militar (Va).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Estatuto dos Militares . Brasília, 1980. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 . Brasília, 2019. BRASIL. Comando da Aeronáutica. RCA 34-1 – Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica . Brasília, 2018.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Não há.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Legislação Militar 2 Carga-Horária: 26h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar os princípios, conceitos e doutrinas que orientam o preparo e emprego da Força Aérea Brasileira; b) Interpretar as legislações inerentes à profissão militar; c) Aplicar, na vida cotidiana, no que couber, os preceitos contidos na legislação específica do Comando da Aeronáutica; d) Contribuir com a gestão documental no âmbito do COMAER; e) Valorizar a importância do conhecimento e atualização constante quanto à legislação específica do Comando da Aeronáutica.
EMENTA
1) Correspondências e Atos Oficiais: regras gerais; regras específicas. 2) Lei do Serviço Militar e seu Regulamento: conceitos, características e recrutamento; isenções, débito, prorrogação, interrupção, reserva e certificados; direitos e deveres. 3) Acesso a Documentos Sigilosos: documentos públicos sigilosos. 4) Lei de Remuneração dos Militares: remuneração do militar da ativa e na inatividade. 5) Lei da Pensão Militar: pensão militar, contribuintes e contribuições; beneficiários e habilitação.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) identificar a legislação comum às Forças Armadas e a específica do Comando da Aeronáutica, bem como seus conteúdos básicos (Cn); b) identificar na legislação comum às Forças Armadas e na específica do Comando da Aeronáutica, capítulos e artigos nos quais se enquadrem assuntos e situações dadas (Cp); c) aplicar, na vida cotidiana, no que couber, os preceitos contidos na legislação comum às Forças Armadas e na específica do Comando da Aeronáutica (Ap); d) valorizar a importância do conhecimento e atualização constante quanto à legislação comum às Forças Armadas e específicas do Comando da Aeronáutica, para um desempenho eficaz, no seu âmbito profissional militar (Va).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Portaria nº 836/DLE, de 1º de maio de 2019. NSCA 10-2 – Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica . Brasília, 2019. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. Lei do Serviço Militar . Brasília, 1964. BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966. Regulamento da Lei do Serviço Militar . Brasília, 1966. BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 1869/GC3, de 15 de dezembro de 2015. ICA 205-47 – Instrução para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos da Aeronáutica (ISAS) . Brasília, 2015. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema

de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências. Brasília, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

Remuneração dos Militares das Forças Armadas. Brasília, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 4.307 de 18 de julho de 2002. **Regulamento da Remuneração dos Militares das Forças Armadas.** Brasília, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960. **Lei das Pensões Militares.** Brasília, 1960.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960.

Regulamento da Lei das Pensões Militares. Brasília, 1960.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Portaria COMGEP nº 864/5EM, de 23 de novembro de 2011. **NSCA 5-1 – Confecção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica.** Brasília, 2005.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Legislação Militar 3 Carga-Horária: 26h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar os princípios, conceitos e doutrinas que orientam o preparo e emprego da Força Aérea Brasileira; b) Interpretar as legislações inerentes à profissão militar; c) Aplicar, na vida cotidiana, no que couber, os preceitos contidos na legislação específica do Comando da Aeronáutica; d) Contribuir com a gestão documental no âmbito do COMAER; e) Valorizar a importância do conhecimento e atualização constante quanto à legislação específica do Comando da Aeronáutica.
EMENTA
1) Cerimonial Militar do Comando da Aeronáutica: bandeiras, estandartes e insígnias; formaturas e desfiles militares. 2) Regulamento do Corpo de Pessoal Graduado da Aeronáutica: constituição, organização, ingresso e cursos; engajamento, reengajamento, licenciamento, exclusão, reinclusão e promoção. 3) Regulamento de Promoção dos Oficiais da Ativa da Aeronáutica: critérios e condições básicas; processamento das promoções e quadros de acesso. 4) Regulamento e Regimento Interno de Organização Militar: regulamento e regimento interno.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) identificar a legislação comum às Forças Armadas e a específica do Comando da Aeronáutica, bem como seus conteúdos básicos (Cn); b) identificar na legislação comum às Forças Armadas e na específica do Comando da Aeronáutica, capítulos e artigos nos quais se enquadrem assuntos e situações dadas (Cp); c) aplicar, na vida cotidiana, no que couber, os preceitos contidos na legislação comum às Forças Armadas e na específica do Comando da Aeronáutica (Ap); d) valorizar a importância do conhecimento e atualização constante quanto à legislação comum às Forças Armadas e específicas do Comando da Aeronáutica, para um desempenho eficaz, no seu âmbito profissional militar (Va).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL, Comando da Aeronáutica. Portaria nº 679/GC3, de 30 de abril de 2019. ICA 908-1 – Cerimonial Militar do Comando da Aeronáutica . Brasília, 2019. BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000. Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica (RCPGAER) . Brasília, 2000. BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.049, de 12 de maio de 2017. Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica (REPROA) . Brasília, 2017. BRASIL. Comando da Aeronáutica. PORTARIA nº 80/GC3, de 14 de janeiro de 2005. ICA 19-1 – Regulamentação das Organizações . Brasília, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972. **Promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas.** Brasília, 1972.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. **Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências.** Brasília, 2019.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Liderança Carga-Horária: 70h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Descrever técnicas de comunicação oral. b) Utilizar técnicas de expressão oral e escrita nas comunicações. c) Identificar os fundamentos de liderança e sua aplicação na gestão estratégica de pessoas. d) Apresentar os conceitos básicos e metodologias de gestão do trabalho em equipe. e) Aplicar os fundamentos de liderança para empregar os recursos humanos sob sua responsabilidade, primando pela otimização das capacidades individuais e coletivas dos subordinados, estimulando o desenvolvimento das competências administrativas e minimizando eventuais limitações que venham a prejudicar o trabalho. f) Utilizar os conceitos básicos da gestão de pessoas por competências. g) Valorizar seus subordinados identificando suas potencialidades e fraquezas, buscando a melhoria de sua performance e da equipe. h) Identificar as situações-problema existentes em seu âmbito de atuação funcional. i) Demonstrar liderança, responsabilidade, patriotismo.
EMENTA
1) Liderança 1: Apresentação do MCA 2-1 Manual de liderança da FAB; 2) Liderança 2: Influência, poder e autoridade; Teorias de liderança; Apresentação dos modelos de liderança; Inteligência emocional no exercício da liderança; Como ser um bom liderado: a importância da subordinação efetiva para a liderança; Habilidades de comunicação para assessoramento e orientação; Liderando a mudança; Prestação de contas do líder; Estudo dos modelos de liderança (filme); Liderança do estado-maior do Corpo de Cadetes da Aeronáutica e CLC; Técnicas de introspecção para a liderança pessoal; O reconhecimento da diversidade dos subordinados; Construindo, desenvolvendo ou destruindo equipes; A escada de COG para a prática da liderança; Escuta ativa e pensamento crítico na liderança; Comunicação intersectorial e nas redes sociais; Princípios de solução de problemas; Liderança militar baseada em valores; 3) Liderança 3: Tomada de decisão do líder e níveis de liderança na FAB; Avaliação 360° e competências para a liderança; Estudos de caso de liderança; Prática de liderança baseada em resolução de problemas; Painel de Liderança.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Identificar o embasamento teórico para o estudo e a discussão sobre o fenômeno da liderança (Cn); b) Distinguir as evoluções das teorias que geraram a compreensão atual da liderança como um processo (An); c) Estabelecer os elementos essenciais para a existência da liderança (An); d) Combinar ferramentas para exercer a influência com sucesso em um grupo (Og); e) Praticar a partir dos conceitos e orientado pelos níveis de liderança no âmbito da Administração militar (Ap); f) Relacionar as técnicas e conceitos de interação em grupos para coordenação e atuação me equipes (Og).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRASHOFF, D. Michael. **Este barco também é seu**. São Paulo: Cultrix, 2006. 200 p.

AIR COMMAND AND STAFF COLLEGE. **Guidelines for Command: A Handbook on the Leadership of Airmen**, Second Edition. 212 p. Air University Press, Maxwell AFB. 2015.

BASS, B. M. **Bass e Stogdill's handbook of leadership: theory, research and managerial application**. New York: The Free Press, 1990.

BASS, B. M.; RIGGIO, R. E. **Transformational leadership**. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2006.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-maior da Aeronáutica. Portaria EMAER nº 37/ISC, de 1º de setembro de 2016. Aprova a criação do Manual que dispõe sobre o Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV) (MCA 909-1). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 155, 13 set. 2016.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-maior da Aeronáutica. Portaria EMAER nº 43/ISC, de 16 de setembro de 2016. Aprova a criação do Manual que dispõe sobre a doutrina de liderança da Força Aérea Brasileira (MCA 2-1). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 164, 26 set. 2016.

CAMPOS, Wagner Estelita. **Chefia: sua técnica, seus problemas**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1987. 379 p.

COURTOIS, Gaston. **A arte de ser chefe**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2012.

COUTINHO, Sérgio Augusto de Avelar. **Exercício do comando: a chefia e a liderança militares**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997. 274 p.

COVEY, Stephen R. **O 8º hábito: da eficácia à grandeza**. 18 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, São Paulo: Frankley Covey, 2005. (Trad. Maria José Cyhlar Monteiro).

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**, trad. M. Santarrita. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GOLEMAN, Daniel. **Liderança: a inteligência emocional na formação do líder de sucesso**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 144 p.

HICKMAN, Craig; CONNORS, Roger; SMITH, Tom. **O princípio de Oz: como usar o accountability para atingir resultados excepcionais**. São Paulo: Hsm, 2017.

LANNES, L. S. **Equipes e Cooperação: o elo essencial**. Sorocaba: Editora Saraswati, 2012.

WUNDERLICH, Marcos; ROMA, Andréia (org.). **Liderança sistêmica**. São Paulo: Leader, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Liderança militar**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1987.

TAYLOR, ROBERT L., W.E.R., E.B.R. **Military Leadership: In Pursuit of Excellence**, Sixth Edition, 342p. Editora Westview Press. 2008.

WALKER, ROBERT, W. B.H. **The Military Leadership Handbook**. 562p. Canadian Defence Academy Press. 2008.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Mobilização Militar Carga-Horária: 10h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Descrever os procedimentos realizados na mobilização e desmobilização do Serviço Militar.
EMENTA
1) Mobilização Nacional: Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), A logística e a mobilização, Expressão Militar do Poder Nacional e Produto e Empresa de Defesa. 2) Mobilização Militar: Princípios Básicos, Objetivos, A Logística Militar e a Mobilização Militar. 3) Mobilização Industrial: Conceitos Básicos, Empresas, Capacidade Industrial, Outros Conceitos para efeito de Mobilização Industrial e Produto de Defesa e Produto Estratégico de Defesa. 4) Sistema de Mobilização Militar: Organização e Funcionamento do Sistema e Concepção do Planejamento da Mobilização Militar. 5) Desmobilização Militar: Fases e Planejamento da Desmobilização Militar.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) identificar as noções básicas da Mobilização Militar no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER) (Cn); b) descrever os aspectos fundamentais da Mobilização Militar no âmbito do COMAER (Cn); c) identificar a finalidade, a estrutura e as atribuições do Sistema Nacional de Mobilização(SINAMOB) (Cn); d) descrever as fases da Mobilização Nacional, bem como a sua amplitude (Cn); e) explicar como são realizadas as atividades do SINAMOB (Cp); e f) descrever as fases e o Planejamento da Desmobilização Militar (Cp).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Manual de Mobilização Militar: MD41-M-02 . Brasília, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Não há.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Natação 1 Carga-Horária: 60h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Aplicar doutrinas técnicas e procedimentos de combate e evasão com o objetivo de sobreviver em território hostil ou incerto conforme seu quadro hierárquico.
EMENTA
1) Princípios teóricos da aprendizagem da natação; 2) Adaptação ao meio líquido e flutuação; 3) Ensino dos nados desportivos (crawl costas, peito, borboleta); 4) Nados utilitários; 5) Aperfeiçoamento e Treinamento.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Nadar aplicando as técnicas de nado <i>crawl</i> (RC); b) Nadar aplicando as técnicas de nado costas (RC); c) Nadar aplicando as técnicas de nado peito (RC); d) Nadar aplicando as técnicas de nado borboleta (RC); e) Nadar aplicando as diferentes técnicas de nado utilitário (com 10º uniforme) (RC).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
JUNIOR, Orival Andries (org.). Natação Pedagogia Universitária: aprendizagem de natação, abordagem metodológica . v.2, 1 ed. São Paulo: UNI, 2017 SANTOS, C. A. Natação, ensino e aprendizagem . Rio de Janeiro: SPRINT, 1997.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
MAGLISCHO, E. W. Nadando ainda mais rápido . 2 ed. São Paulo: Manole., 1999. FERNANDES, J. R. P.; DA COSTA, P. H. L. Pedagogia da natação: um mergulho para além dos quatro estilos . Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 20, n. 1, p. 5-14, 2006.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Natação 2 Carga-Horária: 60h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Aplicar doutrinas técnicas e procedimentos de combate e evasão com o objetivo de sobreviver em território hostil ou incerto conforme seu quadro hierárquico.
EMENTA
1) Princípios teóricos da aprendizagem da natação; 2) Adaptação ao meio líquido e flutuação; 3) Ensino dos nados desportivos (crawl costas, peito, borboleta); 4) Nados utilitários; 5) Aperfeiçoamento e Treinamento.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Nadar aplicando as técnicas de nado <i>crawl</i> (RC); b) Nadar aplicando as técnicas de nado costas (RC); c) Nadar aplicando as técnicas de nado peito (RC); d) Nadar aplicando as técnicas de nado borboleta (RC); e) Nadar aplicando as diferentes técnicas de nado utilitário (com 10º uniforme) (RC).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
JUNIOR, Orival Andries (org.). Natação Pedagogia Universitária: aprendizagem de natação, abordagem metodológica . v.2, 1 ed. São Paulo: UNI, 2017 SANTOS, C. A. Natação, ensino e aprendizagem . Rio de Janeiro: SPRINT, 1997.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
MAGLISCHO, E. W. Nadando ainda mais rápido . 2 ed. São Paulo: Manole., 1999. FERNANDES, J. R. P.; DA COSTA, P. H. L. Pedagogia da natação: um mergulho para além dos quatro estilos . Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 20, n. 1, p. 5-14, 2006.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Natação 3 Carga-Horária: 60h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Aplicar doutrinas técnicas e procedimentos de combate e evasão com o objetivo de sobreviver em território hostil ou incerto conforme seu quadro hierárquico.
EMENTA
1) Princípios teóricos da aprendizagem da natação; 2) Adaptação ao meio líquido e flutuação; 3) Ensino dos nados desportivos (crawl costas, peito, borboleta); 4) Nados utilitários; 5) Aperfeiçoamento e Treinamento.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Nadar aplicando as técnicas de nado <i>crawl</i> (RC); b) Nadar aplicando as técnicas de nado costas (RC); c) Nadar aplicando as técnicas de nado peito (RC); d) Nadar aplicando as técnicas de nado borboleta (RC); e) Nadar aplicando as diferentes técnicas de nado utilitário (com 10º uniforme) (RC).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
JUNIOR, Orival Andries (org.). Natação Pedagogia Universitária: aprendizagem de natação, abordagem metodológica . v.2, 1 ed. São Paulo: UNI, 2017 SANTOS, C. A. Natação, ensino e aprendizagem . Rio de Janeiro: SPRINT, 1997.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
MAGLISCHO, E. W. Nadando ainda mais rápido . 2 ed. São Paulo: Manole., 1999. FERNANDES, J. R. P.; DA COSTA, P. H. L. Pedagogia da natação: um mergulho para além dos quatro estilos . Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 20, n. 1, p. 5-14, 2006.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Natação 4 Carga-Horária: 60h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Aplicar doutrinas técnicas e procedimentos de combate e evasão com o objetivo de sobreviver em território hostil ou incerto conforme seu quadro hierárquico.
EMENTA
1) Princípios teóricos da aprendizagem da natação; 2) Adaptação ao meio líquido e flutuação; 3) Ensino dos nados desportivos (crawl costas, peito, borboleta); 4) Nados utilitários; 5) Aperfeiçoamento e Treinamento.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Nadar aplicando as técnicas de nado <i>crawl</i> (RC); b) Nadar aplicando as técnicas de nado costas (RC); c) Nadar aplicando as técnicas de nado peito (RC); d) Nadar aplicando as técnicas de nado borboleta (RC); e) Nadar aplicando as diferentes técnicas de nado utilitário (com 10º uniforme) (RC).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
JUNIOR, Orival Andries (org.). Natação Pedagogia Universitária: aprendizagem de natação, abordagem metodológica . v.2, 1 ed. São Paulo: UNI, 2017 SANTOS, C. A. Natação, ensino e aprendizagem . Rio de Janeiro: SPRINT, 1997.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
MAGLISCHO, E. W. Nadando ainda mais rápido . 2 ed. São Paulo: Manole., 1999. FERNANDES, J. R. P.; DA COSTA, P. H. L. Pedagogia da natação: um mergulho para além dos quatro estilos . Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 20, n. 1, p. 5-14, 2006.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Ordem Unida 1 Carga-Horária: 20h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Distinguir as técnicas a serem utilizadas no comando de tropa ou fração; b) Interpretar o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas; c) Relacionar os comandos de voz e cornetas com os movimentos a serem realizados em treinamentos de ordem unida, solenidades e formaturas; d) Recordar as legislações de Cerimonial em vigor no COMAER; e) Realizar corretamente o movimento a pé firme e em deslocamento durante um treinamento de ordem unida, uma solenidade ou uma formatura; f) Aplicar os comandos de voz e de corneta para uma tropa ou fração; g) Empregar as legislações e normativos de ordem unida para compor tropa Armada ou desarmada e comandá-la em cerimônias cívico-militares; h) Aplicar o regulamento de Continência, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas; i) Demonstrar disciplina, garbo, marcialidade, respeito à hierarquia e desinibição durante as formaturas, servindo de exemplo para os demais.
EMENTA
1) Ordem unida desarmada: comandos e meios de comando; características do comandante; e técnicas de comando. 2) Ordem unida armada: instrução com mosquetão e com espadim.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Comandar fração de tropa em formatura (Ap); b) Valorizar a prática de Ordem Unida como meio eficaz de desenvolvimento e demonstração de espírito de corpo, disciplina e organização (Va); c) Identificar as vozes de comando e os toques de corneta correspondentes (Rm); d) Praticar exercícios de ordem unida armada com corneteiro e banda (Rm); e) Integrar uma tropa em formatura (Rm); e f) Demonstrar boa atuação em formaturas e solenidades como integrante de tropa (Rm).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Portaria COMGEP nº 1750/DLE, de 5 de julho de 2019. MCA 50-4 – Manual de Ordem Unida para o Comando da Aeronáutica . Brasília, 2019.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas . Brasília, 2009.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Ordem Unida 2 Carga-Horária: 20h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Distinguir as técnicas a serem utilizadas no comando de tropa ou fração; b) Interpretar o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas; c) Relacionar os comandos de voz e cornetas com os movimentos a serem realizados em treinamentos de ordem unida, solenidades e formaturas; d) Recordar as legislações de Cerimonial em vigor no COMAER; e) Realizar corretamente o movimento a pé firme e em deslocamento durante um treinamento de ordem unida, uma solenidade ou uma formatura; f) Aplicar os comandos de voz e de corneta para uma tropa ou fração; g) Empregar as legislações e normativos de ordem unida para compor tropa Armada ou desarmada e comandá-la em cerimônias cívico-militares; h) Aplicar o regulamento de Continência, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas; i) Demonstrar disciplina, garbo, marcialidade, respeito à hierarquia e desinibição durante as formaturas, servindo de exemplo para os demais.
EMENTA
1) Ordem unida desarmada: comandos e meios de comando; características do comandante; e técnicas de comando.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Valorizar a prática de Ordem Unida como meio eficaz de desenvolvimento e demonstração de espírito de corpo, disciplina e organização (Va); b) Praticar exercícios de ordem unida desarmada, a pé firme e em movimento (Rm); c) Executar movimentos de ordem unida desarmada e armada com corneteiro e banda (Rm); d) Integrar uma tropa em formatura (Rm); e e) Demonstrar boa atuação em formaturas e solenidades como integrante de tropa (Rm).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Portaria COMGEP nº 1750/DLE, de 5 de julho de 2019. MCA 50-4 – Manual de Ordem Unida para o Comando da Aeronáutica . Brasília, 2019.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas . Brasília, 2009.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Ordem Unida 3 Carga-Horária: 20h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Distinguir as técnicas a serem utilizadas no comando de tropa ou fração; b) Interpretar o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas; c) Relacionar os comandos de voz e cornetas com os movimentos a serem realizados em treinamentos de ordem unida, solenidades e formaturas; d) Recordar as legislações de Cerimonial em vigor no COMAER; e) Realizar corretamente o movimento a pé firme e em deslocamento durante um treinamento de ordem unida, uma solenidade ou uma formatura; f) Aplicar os comandos de voz e de corneta para uma tropa ou fração; g) Empregar as legislações e normativos de ordem unida para compor tropa Armada ou desarmada e comandá-la em cerimônias cívico-militares; h) Aplicar o regulamento de Continência, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas; i) Demonstrar disciplina, garbo, marcialidade, respeito à hierarquia e desinibição durante as formaturas, servindo de exemplo para os demais.
EMENTA
1) Ordem unida desarmada: comandos e meios de comando; características do comandante; e técnicas de comando.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Valorizar a prática de Ordem Unida como meio eficaz de desenvolvimento e demonstração de espírito de corpo, disciplina e organização (Va); b) Praticar exercícios de ordem unida desarmada, a pé firme e em movimento (Rm); c) Executar movimentos de ordem unida desarmada e armada com corneteiro e banda (Rm); d) Integrar uma tropa em formatura (Rm); e e) Demonstrar boa atuação em formaturas e solenidades como integrante de tropa (Rm).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Portaria COMGEP nº 1750/DLE, de 5 de julho de 2019. MCA 50-4 – Manual de Ordem Unida para o Comando da Aeronáutica . Brasília, 2019.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas . Brasília, 2009.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Ordem Unida 4 Carga-Horária: 20h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Distinguir as técnicas a serem utilizadas no comando de tropa ou fração; b) Interpretar o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas; c) Relacionar os comandos de voz e cornetas com os movimentos a serem realizados em treinamentos de ordem unida, solenidades e formaturas; d) Recordar as legislações de Cerimonial em vigor no COMAER; e) Realizar corretamente o movimento a pé firme e em deslocamento durante um treinamento de ordem unida, uma solenidade ou uma formatura; f) Aplicar os comandos de voz e de corneta para uma tropa ou fração; g) Empregar as legislações e normativos de ordem unida para compor tropa Armada ou desarmada e comandá-la em cerimônias cívico-militares; h) Aplicar o regulamento de Continência, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas; i) Demonstrar disciplina, garbo, marcialidade, respeito à hierarquia e desinibição durante as formaturas, servindo de exemplo para os demais.
EMENTA
1) Ordem unida desarmada: comandos e meios de comando; características do comandante; e técnicas de comando. 2) Ordem unida armada: instrução com espada, bandeira e estandarte.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Valorizar a prática de Ordem Unida como meio eficaz de desenvolvimento e demonstração de espírito de corpo, disciplina e organização (Va); b) Praticar exercícios de ordem unida desarmada, a pé firme e em movimento (Rm); c) Executar movimentos de ordem unida desarmada e armada com corneteiro e banda (Rm); d) Integrar uma tropa em formatura (Rm); e) Demonstrar boa atuação em formaturas e solenidades como integrante de tropa(Rm). f) Explicar os procedimentos do porta-bandeira e dos demais oficiais armados de espada no cerimonial militar do Comando da Aeronáutica (Cp); g) Executar os procedimentos e evoluções de porta-bandeira e porta-estandarte (Ra); e h) Executar os movimentos de ordem unida com espada (Rm).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Portaria COMGEP nº 1750/DLE, de 5 de julho de 2019. MCA 50-4 – Manual de Ordem Unida para o Comando da Aeronáutica . Brasília, 2019. BRASIL, Comando da Aeronáutica. Portaria nº679/GC3, de 30 de abril de 2019. ICA 908-1 – Cerimonial Militar do Comando da Aeronáutica . Brasília, 2019.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas . Brasília, 2009.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Poder Aeroespacial Carga-Horária: 36h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar a teoria da guerra enquanto fenômeno social, bem como suas consequências para a sociedade; b) Explicar a atuação das Forças Armadas, principalmente da Força Aérea Brasileira, na defesa e manutenção dos interesses nacionais, ao longo da história da nação.
EMENTA
1) Teorias do Poder Aéreo 2) O Poder Aéreo nas Guerras Mundiais. 3) Operações Baseadas em Efeitos. 4) Poder Aéreo em Conflitos de Baixa Intensidade. 5) Poder Aéreo na atualidade. 6) O futuro do Poder Aéreo.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Descrever o conceito de Poder Aéreo (Cp); b) Descrever e comparar as principais teorias do Poder Aéreo (Cp); c) Verificar a influência do contexto histórico e tecnológico na elaboração das teorias do Poder Aéreo (An); d) Identificar a influência das teorias na aplicação do Poder Aéreo nos principais conflitos (An); e) Analisar operações aéreas e conflitos com base nas teorias do Poder Aéreo (An); f) Compreender a influência da superioridade aérea em uma operação conjunta (Cp); g) Analisar o papel do Poder Aéreo em conflitos de baixa intensidade (An); h) Compreender o conceito de Operações Baseadas em Efeito (Cp).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
WARDEN, John. The Air Campaign, Cap 1 Air Superiority – The Concept GRAY, Colin S. Airpower for strategic effect . Air University Press, 2012. DOUHET, Giulio. O Domínio do Ar . Ed Itatiaia, 1988. SEVERKY, Alexander. A vitória pela Força Aérea . Ed. Itatiaia, 1988.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
OLSEN, John. A History of air warfare . University of Nebraska Press, 2010 PAPE, Robert. Bombing to win: air power and coercion in war . Cornell University Press, 1996. MEILINGER, Phillip. Limiting risk in America's wars . Air University Press, 2017.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Primeiros Socorros Carga-Horária: 16h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Descrever técnicas de intervenção de primeiros socorros em ambiente hostil ou incerto; b) Aplicar os primeiros socorros em vítimas de ferimentos ou acidentados de quaisquer naturezas, promovendo a sobrevivência até que tenha acesso a cuidados especializados; c) Valorizar a utilização das técnicas e procedimentos de combate como meio de aumentar as chances de sobrevivência em território hostil ou incerto.
EMENTA
1) Anatomia e fisiologia: sistemas respiratório, nervoso, circulatório e musculoesquelético. 2) Exame da vítima: aspectos éticos e legais; avaliação da vítima; ressuscitação cardiopulmonar. 3) Lesões Específicas: queimaduras, ferimentos, hemorragias, choque, fratura, luxação e entorse. 4) Prática: avaliação da vítima, aplicação do K.E.D., ressuscitação cardiopulmonar e imobilizações.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) identificar as noções básicas de anatomia e fisiologia humana (Cn); b) identificar as técnicas de abordagem a vítimas de acidentes de afogamento e choque elétrico (Cn); c) identificar as principais emergências clínicas (Cp); d) identificar os cuidados no tratamento de todos os tipos de queimaduras (Cp); e) identificar os principais tipos de choque, bem como o seu tratamento (Ap); f) executar corretamente a sequência da análise primária e secundária em uma vítima (Ro); g) executar os procedimentos de atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes em geral (Ro); h) realizar técnicas de desobstrução de vias aéreas (Ro); i) identificar cada tipo de ferimento (Ro); j) empregar os principais meios de hemostasia (Ro); k) empregar as técnicas de remoção de vítimas acidentadas (Ro); e l) aplicar corretamente o processo de ressuscitação cardiopulmonar em vítimas de parada cardiorrespiratória (Rc).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
National Association of Emergency Medical Technicians (NAEMT). Prehospital Trauma Life Support (PHTLS) . Ninth Edition. National Association of Emergency Medical Technicians (NAEMT). Prehospital Trauma Life Support (PHTLS) . Military Edition.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
American College of Surgeons - Advanced Trauma Life Support (ATLS) . 10th Edition. 2018.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Treinamento Físico 1 Carga-Horária: 266h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar as técnicas e procedimentos para a execução do Treinamento Físico Profissional Militar (TFPM) no COMAER; b) Interpretar os parâmetros utilizados nos testes aptidão e condicionamento físico; c) Valorizar o condicionamento físico para o cumprimento das atividades militares, em tempo de paz e guerra.
EMENTA
1) Treinamento Cardiopulmonar: corridas de longa distância; "FARTLEK"; e treinamento intervalado aeróbio. 2) Treinamento Neuromuscular: ginástica calistênica com e sem aparelhos; e treinamento em circuito. 3) Treinamento Utilitário: técnicas de defesa pessoal; pista de obstáculos do pentatlo militar; pista de natação utilitária do pentatlo militar; pista de cordas; corridas de orientação; aprendizado dos estilos de natação e flutuação. 4) Treinamento Complementar: desportos; grandes jogos; competições (Ex. INTERAFA, NAVAMAER). 5) Testes: Teste de Avaliação do Condicionamento Físico.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) participar de atividades que desenvolvam as qualidades morais e profissionais necessárias ao combatente (Re); b) participar de jogos coletivos (Re); c) identificar as técnicas de defesa pessoal (Pr); d) identificar as técnicas de natação e flutuação (Pr); e) realizar exercícios que desenvolvam as capacidades físicas de força, flexibilidade, coordenação, velocidade, resistência, agilidade e equilíbrio (Rm); f) praticar exercícios que auxiliem na manutenção da eficiência dos sistemas neuromuscular e cardiopulmonar (Rm); g) praticar, mediante seleção, os treinamentos físicos e técnicos específicos das modalidades desportivas oferecidas pela Seção de Educação Física (Rm); h) participar, eventualmente, de competições desportivas civis e militares (Rc) e; i) avaliar o condicionamento físico através do teste de avaliação (Av).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DANTAS, E. H. M. A Prática da Preparação Física . 6. ed. Roca, 2014. FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. Fundamentos do treinamento de força muscular . 3a ed. Porto Alegre: ArtMed; 2006. MACARDLE, W. D., KATCH F. I., KATCH, V. L. Fisiologia do Exercício: nutrição, energia e desempenho humano . 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
GOMES, A. C. Treinamento Desportivo: estruturação e periodização . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. GOMES TUBINO, M. J.; MOREIRA, S. B. Metodologia Científica do Treinamento Desportivo . 13. ed. Rio de Janeiro: SHAPE, 2003.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Treinamento Físico 2 Carga-Horária: 374h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar as técnicas e procedimentos para a execução do Treinamento Físico Profissional Militar (TFPM) no COMAER.; b) Interpretar os parâmetros utilizados nos testes aptidão e condicionamento físico; c) Valorizar o condicionamento físico para o cumprimento das atividades militares, em tempo de paz e guerra.
EMENTA
1) Treinamento Cardiopulmonar: corridas de longa distância; "FARTLEK"; e treinamento intervalado aeróbio. 2) Treinamento Neuromuscular: ginástica calistênica com e sem aparelhos; e treinamento em circuito. 3) Treinamento Utilitário: técnicas de defesa pessoal; pista de obstáculos do pentatlo militar; pista de natação utilitária do pentatlo militar; pista de cordas; corridas de orientação; aprendizado dos estilos de natação e flutuação. 4) Treinamento Complementar: desportos; grandes jogos; competições (Ex. INTERAFA, NAVAMAER). 5) Testes: Teste de Avaliação do Condicionamento Físico.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) participar de atividades que desenvolvam as qualidades morais e profissionais necessárias ao combatente (Re); b) participar de jogos coletivos (Re); c) identificar as técnicas de defesa pessoal (Pr); d) identificar as técnicas de natação e flutuação (Pr); e) realizar exercícios que desenvolvam as capacidades físicas de força, flexibilidade, coordenação, velocidade, resistência, agilidade e equilíbrio (Rm); f) praticar exercícios que auxiliem na manutenção da eficiência dos sistemas neuromuscular e cardiopulmonar (Rm); g) praticar, mediante seleção, os treinamentos físicos e técnicos específicos das modalidades desportivas oferecidas pela Seção de Educação Física (Rm); h) participar, eventualmente, de competições desportivas civis e militares (Rc) e; i) avaliar o condicionamento físico através do teste de avaliação (Av).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DANTAS, E. H. M. A Prática da Preparação Física . 6. ed. Roca, 2014. FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. Fundamentos do treinamento de força muscular . 3a ed. Porto Alegre: ArtMed; 2006. MACARDLE, W. D., KATCH F. I., KATCH, V. L. Fisiologia do Exercício: nutrição, energia e desempenho humano . 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
GOMES, A. C. Treinamento Desportivo: estruturação e periodização . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. GOMES TUBINO, M. J.; MOREIRA, S. B. Metodologia Científica do Treinamento Desportivo . 13. ed. Rio de Janeiro: SHAPE, 2003.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Treinamento Físico 3 Carga-Horária: 380h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar as técnicas e procedimentos para a execução do Treinamento Físico Profissional Militar (TFPM) no COMAER; b) Interpretar os parâmetros utilizados nos testes aptidão e condicionamento físico; c) Valorizar o condicionamento físico para o cumprimento das atividades militares, em tempo de paz e guerra.
EMENTA
1) Treinamento Cardiopulmonar: corridas de longa distância; "FARTLEK"; e treinamento intervalado aeróbio. 2) Treinamento Neuromuscular: ginástica calistênica com e sem aparelhos; e treinamento em circuito. 3) Treinamento Utilitário: técnicas de defesa pessoal; pista de obstáculos do pentatlo militar; pista de natação utilitária do pentatlo militar; pista de cordas; corridas de orientação; aprendizado dos estilos de natação e flutuação. 4) Treinamento Complementar: desportos; grandes jogos; competições (Ex. INTERAFA, NAVAMAER). 5) Testes: Teste de Avaliação do Condicionamento Físico.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) participar de atividades que desenvolvam as qualidades morais e profissionais necessárias ao combatente (Re); b) participar de jogos coletivos (Re); c) identificar as técnicas de defesa pessoal (Pr); d) identificar as técnicas de natação e flutuação (Pr); e) realizar exercícios que desenvolvam as capacidades físicas de força, flexibilidade, coordenação, velocidade, resistência, agilidade e equilíbrio (Rm); f) praticar exercícios que auxiliem na manutenção da eficiência dos sistemas neuromuscular e cardiopulmonar (Rm); g) praticar, mediante seleção, os treinamentos físicos e técnicos específicos das modalidades desportivas oferecidas pela Seção de Educação Física (Rm); h) participar, eventualmente, de competições desportivas civis e militares (Rc) e; i) avaliar o condicionamento físico através do teste de avaliação (Av).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DANTAS, E. H. M. A Prática da Preparação Física . 6. ed. Roca, 2014. FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. Fundamentos do treinamento de força muscular . 3a ed. Porto Alegre: ArtMed; 2006. MACARDLE, W. D., KATCH F. I., KATCH, V. L. Fisiologia do Exercício: nutrição, energia e desempenho humano . 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
GOMES, A. C. Treinamento Desportivo: estruturação e periodização . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. GOMES TUBINO, M. J.; MOREIRA, S. B. Metodologia Científica do Treinamento Desportivo . 13. ed. Rio de Janeiro: SHAPE, 2003.

**Continuação do Anexo C – EMENTÁRIO EIXO INSTRUÇÃO MILITAR E
DOCTRINA**

Disciplina: Treinamento Físico 4 Carga-Horária:380h/a
OBJETIVOS DA DISCIPLINA
a) Identificar as técnicas e procedimentos para a execução do Treinamento Físico Profissional Militar (TFPM) no COMAER; b) Interpretar os parâmetros utilizados nos testes aptidão e condicionamento físico; c) Valorizar o condicionamento físico para o cumprimento das atividades militares, em tempo de paz e guerra.
EMENTA
1) Treinamento Cardiopulmonar: corridas de longa distância; "FARTLEK"; e treinamento intervalado aeróbio. 2) Treinamento Neuromuscular: ginástica calistênica com e sem aparelhos; e treinamento em circuito. 3) Treinamento Utilitário: técnicas de defesa pessoal; pista de obstáculos do pentatlo militar; pista de natação utilitária do pentatlo militar; pista de cordas; corridas de orientação; aprendizado dos estilos de natação e flutuação. 4) Treinamento Complementar: desportos; grandes jogos; competições (Ex. INTERAFA, NAVAMAER). 5) Testes: Teste de Avaliação do Condicionamento Físico.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) participar de atividades que desenvolvam as qualidades morais e profissionais necessárias ao combatente (Re); b) participar de jogos coletivos (Re); c) identificar as técnicas de defesa pessoal (Pr); d) identificar as técnicas de natação e flutuação (Pr); e) realizar exercícios que desenvolvam as capacidades físicas de força, flexibilidade, coordenação, velocidade, resistência, agilidade e equilíbrio (Rm); f) praticar exercícios que auxiliem na manutenção da eficiência dos sistemas neuromuscular e cardiopulmonar (Rm); g) praticar, mediante seleção, os treinamentos físicos e técnicos específicos das modalidades desportivas oferecidas pela Seção de Educação Física (Rm); h) participar, eventualmente, de competições desportivas civis e militares (Rc) e; i) avaliar o condicionamento físico através do teste de avaliação (Av).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DANTAS, E. H. M. A Prática da Preparação Física . 6. ed. Roca, 2014. FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. Fundamentos do treinamento de força muscular . 3a ed. Porto Alegre: ArtMed; 2006. MACARDLE, W. D., KATCH F. I., KATCH, V. L. Fisiologia do Exercício: nutrição, energia e desempenho humano . 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
GOMES, A. C. Treinamento Desportivo: estruturação e periodização . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. GOMES TUBINO, M. J.; MOREIRA, S. B. Metodologia Científica do Treinamento Desportivo . 13. ed. Rio de Janeiro: SHAPE, 2003.

ANEXO D – MODELO DE PLANO DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO			
CURSO			
DISCIPLINA		CÓDIGO DA DISCIPLINA	
EIXO		ÁREA	
ESQUADRÃO		TURMA	
DOCENTE		COORD. / CHEFE DE CURSO	
CARGA HORÁRIA		ANO LETIVO	

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

EMENTA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

UNIDADE DIDÁTICA 1 – XXXXX		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
AULA	CONTEÚDO	OBJETIVOS OPERACIONALIZADOS
01		
02		
03		

Continuação do Anexo D – MODELO DE PLANO DE DISCIPLINA

UNIDADE DIDÁTICA 2 – XXXXX		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
AULA	CONTEÚDO	OBJETIVOS OPERACIONALIZADOS
04		
05		
06		

ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS

MATERIAL DIDÁTICO

PROCESSO AVALIATIVO	
1ª AVALIAÇÃO PARCIAL	
CONTEÚDO	
ESTRATÉGIA AVALIATIVA	
VALOR	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E ÍNDICE DE FACILIDADE (IF)	
2º AVALIAÇÃO PARCIAL	
CONTEÚDO	
ESTRATÉGIA AVALIATIVA	
VALOR	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E ÍNDICE DE FACILIDADE (IF)	
PROVA FINAL	
CONTEÚDO	
ESTRATÉGIA	

AVALIATIVA	
VALOR	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E ÍNDICE DE FACILIDADE (IF)	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
a)
b)
c)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

PARTICULARIDADES DA DISCIPLINA

**ANEXO E – RELACIONAMENTO ENTRE AS DISCIPLINAS E O PERFIL
PROFISSIONAL DOS OFICIAIS DA AERONÁUTICA**

COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS MILITARES	DISCIPLINAS
Identificar o papel da Força Aérea Brasileira na História das Forças Armadas.	Comunicação Institucional
	Doutrina Militar
	EAM
	História Militar Mundial
	História Militar Brasileira
	Logística e Gestão de Suprimentos
Interpretar os princípios, conceitos e doutrinas que orientam o preparo e emprego da Força Aérea Brasileira em contexto nacional e internacional.	Construção de Filosofia de Liderança
	Direito Geral
	Direito Internacional dos Conflitos Armados
	Direito Penal Militar
	Doutrina Militar
	Filosofia
	Economia 1
	Economia 2
	História Militar Mundial
	História Militar Brasileira
	Legislação Militar 1
	Legislação Militar 2
	Legislação Militar 3
	Planejamento Estratégico
Assessorar a chefia imediata, demonstrando alternativas na resolução de situações-problema.	Poder Aeroespacial
	Relações Internacionais
	Comunicação Institucional
	Estatística e Probabilidade
	Introdução à Administração
Expressar-se de modo formal, claro e conciso, observando as regras gramaticais e as normas de redação oficial.	Logística e Gestão de Suprimentos
	Pesquisa Operacional
	Construção de Filosofia de Liderança
	Liderança
	Língua Portuguesa 1
	Língua Portuguesa 2
Aplicar doutrinas técnicas e procedimentos de combate e evasão com o objetivo de sobreviver em território hostil ou incerto conforme seu quadro hierárquico.	Língua Portuguesa 3
	Língua Portuguesa 4
	Atividade de Campanha 1
	Atividade de Campanha 2
	EAM
	Estatística e Probabilidade
	Instrução de Salto de Emergência
	Instrução de Sobrevivência no Mar

	Instrução de Sobrevivência na Selva
	Primeiros Socorros
	TFI1
	TFI2
	TFI3
Empregar armas, em uso na FAB, respeitando as normas de segurança e leis vigentes.	TFI4
	Armamento, Munição e Tiro 1
	Armamento, Munição e Tiro 2
	Armamento, Munição e Tiro 3
	Armamento, Munição e Tiro 4
Aplicar as normas básicas de higiene e segurança no trabalho para preservar a integridade física da equipe e garantir um ambiente de excelência.	EAM
	EAM
Comandar tropa ou fração em treinamentos, solenidades e formaturas, respeitando as normas do manual de ordem unida e demais legislações do COMAER.	Higiene e Segurança do Trabalho
	Ordem Unida 1
	Ordem Unida 2
	Ordem Unida 3
Contribuir para o aprimoramento e expansão do conhecimento científico e de metodologias que concorram para o desenvolvimento tecnológico aeroespacial e da Força Aérea Brasileira.	Ordem Unida 4
	Cálculo 1
	Cálculo 2
	Estatística e Probabilidade
	Gestão de Projetos
	Metodologia Científica
Avaliar o desempenho individual qualitativa e quantitativamente, de maneira justa e imparcial, respeitando as legislações relativas à avaliação de desempenho.	TCC1
	TCC2
Compreender a filosofia do Sistema de Prevenções de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER) e as ações do COMAER ligadas à prevenção de acidentes aeronáuticos.	Doutrina Militar
	Gestão de Pessoas
Descrever a estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica elencando as áreas de atuação de cada grande comando e suas unidades subordinadas.	Filosofia SIPAER
	Direito Geral
	Doutrina Militar
	Filosofia
Empregar os recursos humanos disponíveis, no desenvolvimento de gestão estratégica de RH, formando equipes de alto desempenho.	Planejamento Estratégico
	Construção de Filosofia de Liderança
	Filosofia
	Gestão de Pessoas
	Gestão de Projetos
	Liderança
	Logística e Gestão de Suprimentos
	Planejamento Estratégico
	Psicologia

<p>Empregar os recursos administrativos e financeiros no desenvolvimento de ações de gestão estratégica e coordenação de fluxos administrativos, respeitando as políticas públicas e leis vigentes no país.</p>	Administração Pública
	Comunicação Institucional
	Contabilidade e Orçamento
	Custos
	Direito Geral
	Economia 1
	Economia 2
	Ética e Desenvolvimento Humano
	Gestão Financeira
	Gestão de Operações e Processos
	Gestão de Projetos
	Introdução à Administração
	Liderança
	Logística e Gestão de Suprimentos
	Pesquisa Operacional
<p>Aplicar os preceitos básicos da doutrina de Inteligência e Contraineligência no trâmite de dados pessoais, de outros ou do COMAER.</p>	Planejamento Estratégico
	Sistemas de Informação
<p>Aplicar medidas de segurança nas instalações, de pessoal, de material, de documentação e de meios de Tecnologia da Informação, respeitando os preceitos básicos da Doutrina de Contraineligência, nos ambientes administrativo e operacional.</p>	Atividade de Inteligência da Aeronáutica
<p>Identificar os preceitos básicos da doutrina de Guerra Cibernética no COMAER.</p>	Tecnologias da Informação
	Comunicação Institucional
<p>Identificar as características distintivas do profissional militar.</p>	Tecnologias da Informação
	Doutrina Militar
	EAM
	Ética e Desenvolvimento Humano
	Filosofia

**Continuação do Anexo E – RELACIONAMENTO ENTRE AS DISCIPLINAS E O
PERFIL PROFISSIONAL DOS OFICIAIS DA AERONÁUTICA**

COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS DO QOINF	DISCIPLINAS
Identificar os eventos históricos da Infantaria da Aeronáutica.	Infantaria da Aeronáutica 1
Identificar o Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica, conforme a Doutrina Básica da FAB.	Infantaria da Aeronáutica 1
Identificar o COMAE como elo central do Sistema de C2 no que diz respeito ao emprego do Poder Aeroespacial.	Estágio Prático de Infantaria Infantaria da Aeronáutica 1
Identificar o COMPREP como elo central do Processo de Preparo Operacional para execução das Ações de Força Aérea, conforme a Doutrina Básica da FAB.	Estágio Prático de Infantaria
Empregar a meteorologia aplicada às Operações Militares.	Escola das Frações de Tropa de Infantaria
Empregar a Navegação Terrestre nas Operações Terrestres valor militar na interpretação e identificação dos relevos topográficos.	Navegação Terrestre Técnicas de Infantaria 1
Identificar a organização e funcionamento das Unidades de Infantaria da FAB.	Infantaria da Aeronáutica 1
Empregar as Subunidades de Infantaria e suas Frações de Tropa nas Ações de Força Aérea, conforme a Concepção de Emprego da Infantaria da Aeronáutica.	Defesa Biológica, Nuclear, Química e Radiológica
	Instrução Individual para o Combate
	Técnicas de Infantaria 2
	Escola das Frações de Tropa de Infantaria
	Fundamentos das Operações Militares
	Estágio Básico de Combatente de Montanha
	Operações Aeromóveis
	Estágio Prático de Infantaria
	Operações na Selva
	Trabalho de Comando
Utilizar os Equipamentos Bélicos nas Ações de Força Aérea, conforme a Doutrina Básica da FAB.	Técnicas de Infantaria 3
	Equipamentos Bélicos Explosivos
Utilizar os Equipamentos de Comunicação Eletrônica nas Ações de Força Aérea, conforme a Doutrina Básica da FAB.	Escola das Frações de Tropa de Infantaria
	Técnicas de Infantaria 2
	Instrução Individual para o Combate
Empregar os conhecimentos de Combate terrestre, em missões de Paz da ONU, conforme legislação em vigor.	Infantaria da Aeronáutica 2
Identificar o Sistema de Salvamento e Contra-incêndio do COMAER.	Infantaria da Aeronáutica 2
Identificar o Sistema de Serviço Militar no COMAER.	Infantaria da Aeronáutica 2
Empregar procedimentos de atendimento pré-hospitalar a	Escola das Frações de

vítimas de acidentes em geral.	Tropa de Infantaria
	Técnicas de Infantaria 2
	Operações Urbanas
	Exercício de Desenvolvimento de Liderança
Empregar a Ação de Força Aérea de Segurança de Instalações, conforme a Concepção de Emprego da infantaria da Aeronáutica.	Seguranças das Instalações
	Vigilância Eletrônica
	Sistemas Bélicos
Empregar a Ação de Força Aérea de Polícia da Aeronáutica, conforme a Concepção de Emprego da Infantaria da Aeronáutica.	Polícia da Aeronáutica
	Técnicas de Polícia da Aeronáutica
	Operações Urbanas
Empregar a Ação de Força Aérea de Autodefesa de Superfície, conforme a Concepção de Emprego da Infantaria da Aeronáutica.	Infantaria da Aeronáutica 2
Empregar a Ação de Força Aérea de Defesa Antiaérea, conforme a Dou- trina Básica da FAB.	Infantaria da Aeronáutica 2
Empregar as Ações de Força Aérea da área de Operações Especiais, conforme a Concepção de Emprego da infantaria da Aeronáutica.	Infantaria da Aeronáutica 2
Empregar as Ações de Busca e Salvamento e Busca e Salvamento em Combate, conforme a Concepção de Emprego da infantaria da Aeronáutica.	Infantaria da Aeronáutica 2
Ministrar instrução militar, conforme a Doutrina Básica da FAB, no seu nível de responsabilidade.	Estágio Prático de Infantaria
Ministrar instrução militar, conforme a Doutrina Básica da FAB, no seu nível de responsabilidade.	Estágio de Instrutor de Tiro

ANEXO F – INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR – TURMA 2019

	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AVALIAÇÃO
1º ANO	Administração Pública	ADPU	Introdução à Administração	60	04
	Armamento, Munição e Tiro 1	AMT1	Não há	66	00
	Cálculo 1	CAL1	Não há	60	04
	Cálculo 2	CAL2	Cálculo 1	60	04
	Comunicação Institucional	COIN	Introdução à Administração	30	04
	Conduta Militar e Civil	CMC	Não há	04	00
	Direito Geral	DGEL	Não há	60	04
	Doutrina Militar	DOU	Não há	02	00
	Estágio de Adaptação Militar	EAMI	Matrícula no CFOAv/CFOInt/CFOInf	304	00
	Filosofia	FILO	Não há	30	04
	Física Aplicada	FISAP	Cálculo 2	30	04
	Gestão de Pessoas	GEPE	Introdução à Administração/ Psicologia	60	04
	Infantaria da Aeronáutica 1	INF1	Não há	60	04
	Infantaria da Aeronáutica 2	INF2	Infantaria da Aeronáutica 1	30	04
	Instrução de Salto de Emergência	ISEM	Não há	60	00
	Introdução à Administração	ITAD	Psicologia	60	04
	Língua Inglesa 1/ Espanhola 1	LIN1 LES1	Não há	53	04
	Língua Inglesa 2/ Espanhola 2	LIN2 LES2	Língua Inglesa 1/ Espanhola 1	53	04
	Língua Portuguesa 1	LPO1	Não há	30	04
	Língua Portuguesa 2	LPO2	Língua Portuguesa 1	30	04
	Ordem Unida 1	OUN1	Não há	12	00
	Profissão Militar	PROF MIL	Não há	02	00
	Psicologia	PSIC	Filosofia/ Língua Portuguesa	30	04
	Tecnologia da Informação	TCIF	Não há	30	04
	Treinamento Físico 1	TFI1	EAM/ TACF Diagnóstico	388	04
	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AVALIAÇÃO
2º ANO	Armamento, Munição e Tiro 2	AMT2	Armamento, munição e tiro 1	10	00
	Atividade de Campanha 1	ATC1	Não há	80	00
	Conduta Militar e Civil	CMC	Não há	06	00
	Contabilidade e Orçamento	CTOR	Não há	60	04
	Doutrina Militar	DOU	Não há	02	00
	Economia	ECON	Cálculo 1 e 2	60	04

	Equipamentos Bélicos	EQBE	Não há	80	04
	Estatística e Probabilidade	ESPR	Cálculo 2	60	04
	Gestão de Operações e Processos	GOPR	Estatística e Probabilidade	60	04
	Gestão Financeira	GEFI	Contabilidade e Orçamento	30	04
	História Militar Mundial	HMM	Não há	60	04
	Instrução de Sobrevivência no Mar	ISMA	Não há	60	00
	Legislação Militar 1	LMI1	Não há	20	04
	Língua Inglesa 3/ Espanhola 3	LIN3 LES3	Língua Inglesa 2/ Espanhola 2	53	04
	Língua Inglesa 4/ Espanhola 4	LIN4 LES4	Língua Inglesa 3/ Espanhola 3	53	04
	Língua Portuguesa 3	LPO3	Língua Portuguesa 2	30	04
	Língua Portuguesa 4	LPO4	Língua Portuguesa 3	30	04
	Meios de Apoio ao Combate Terrestre	MACT	Não há	46	00
	Navegação Terrestre	NAVT	Não há	100	04
	Optativa	-	Não há	60	04
	Ordem Unida 2	OUN2	Ordem Unida 1	20	00
	Profissão Militar	PROF MIL	Não há	3	00
	Química Aplicada	QUAP	Não há	30	04
	Táticas de Combate Terrestre 1	TCT1	Infantaria de Aeronáutica 2/ Equipamentos Bélicos	74	00
	Táticas de Combate Terrestre 2	TCT2	Táticas de Combate Terrestre 1	64	00
	Táticas de Combate Terrestre 3	TCT3	Táticas de Combate Terrestre 2	54	00
	Táticas de Combate Terrestre 4	TCT4	Meios de Apoio ao Combate Terrestre/ Meteorologia de Operações Militares/ Navegação Terrestre/ Táticas de Combate Terrestre 3	84	00
	Treinamento Físico 2	TFI2	TF1/ TACF Diagnóstico	396	04

	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AVALIAÇÃO
3º ANO	Armamento, Munição e Tiro 3	AMT3	Armamento, munição e tiro 2	32	00
	Atividade de Campanha 2	ATC2	Atividade de Campanha 1/ Armamento, munição e tiro 3	50	00
	Custos	CUST	Contabilidade e Orçamento	30	06
	Direito Internacional de Conflitos Armados	DICA	Direito Geral	10	00
	Direito Penal Militar	DPMI	Direito Geral	30	06
	Doutrina Militar	DOU	Não há	08	00
	Estágio Básico do Combatente de Montanha	EBCM	Táticas de Combate Terrestre 4	60	00
	Estágio de Instrutor de Tiro	EITIR	Equipamentos Bélicos/ Curso de Prática de Ensino	84	00
	Ética e Desenvolvimento Humano	ETDH	Não há	28	00
	Legislação Militar 2	LMI2	Legislação Militar 1	20	06
	Liderança	LIDE	Não há	44	00
	Língua Inglesa 5	LIN5	Língua Inglesa 4	53	06
	Língua Inglesa 6	LIN6	Língua Inglesa 5	53	06
	Logística e Gestão de Suprimentos	LOGS	Estatística e Probabilidade	60	06
	Metodologia Científica	MECI	Não há	60	06
	Operações Aeroterrestres	OPAT	Táticas de Combate Terrestre 4	68	00
	Ordem Unida 3	OUN3	Ordem Unida 2	20	00
	Polícia da Aeronáutica	PAER	Direito Penal Militar	300	00
	Segurança das Instalações	SEIS	Direito Penal Militar	60	06
	Sistemas de Informação	SINF	Tecnologia da Informação	36	06
	Teste de Reação de Líder	TRLI	Táticas de Combate Terrestre 4	35	00
	Treinamento Físico 3	TF3	TF2/ TACF Diagnóstico	380	06

	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AVALIAÇÃO
4º ANO	Atividade de Inteligência da Aeronáutica	AIAR	Não há	10	00
	Armamento, Munição e Tiro 4	AMT4	Armamento, munição e tiro 3	26	00
	Doutrina Militar	DOMI	Não há	26	00
	Construção de Filosofia de Liderança	CFIL	Não há	30	00
	Estágio Prático de Infantaria	EPIF	Não há	276	00
	Ética e Desenvolvimento Humano	ETDH	Não há	28	00
	Gestão de Projetos	GEPR	Não há	60	06
	Instrução de Sobrevivência na Selva	ISS	Atividade de Campanha 1/ Armamento, munição e tiro 3	90	00
	Legislação Militar 3	LMI3	Não há	20	06
	Liderança	LIDE	Não há	24	00
	Língua Inglesa 7	LIN7	Língua Inglesa 6	53	06
	Língua Inglesa 8	LIN8	Língua Inglesa 7	53	06
	Mobilização Militar	MOMB	Não há	10	00
	Operações Aeromóveis	OPAM	Trabalho de Comando	60	00
	Operações na Selva	OPSE	Táticas de Combate Terrestre 4	60	00
	Ordem Unida 4	OUN4	Ordem Unida 3	20	00
	Pesquisa Operacional	PEOP	Estatística e Probabilidade/ Gestão de Operações e Processos/ Logística e Gestão de Suprimentos	60	06
	Planejamento Estratégico	PLES	Introdução à Administração	60	06
	Poder Aeroespacial	PODAER	Não há	30	06
	Relações Internacionais	REIN	História Militar Mundial	60	06
	Sistemas Bélicos	SBEL	Equipamentos Bélicos/Explosivos	20	06
	Técnicas de Polícia da Aeronáutica	TCPA	Polícia da Aeronáutica	30	06
	Trabalho de Conclusão de Curso 1	TCC1	Metodologia Científica	60	00
	Trabalho de Conclusão de Curso 2	TCC2	Metodologia Científica	50	00
	Treinamento Físico 4	TF4	TF3/ TACF Diagnóstico	374	06
	Vigilância Eletrônica	VIGE	Segurança das Instalações	60	00

ANEXO G – INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR – TURMA 2020

	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AValiação
1º ANO	Administração Pública	ADPU	Introdução à Administração	60	04
	Armamento, Munição e Tiro 1	AMT1	Não há	50	00
	Cálculo 1	CAL1	Não há	66	04
	Cálculo 2	CAL2	Cálculo 1	60	04
	Comunicação Institucional	COIN	Introdução à Administração	30	04
	Conduta Militar e Civil	CMC	Não há	04	00
	Direito Geral	DGEL	Não há	60	04
	Doutrina Militar	DOU	Não há	03	00
	Estágio de Adaptação Militar	EAM	Matrícula no CFOAv/CFOInt/CFOInf	260	00
	Filosofia	FILO	Não há	30	04
	Física Aplicada	FISAP	Cálculo 2	30	04
	Gestão de Pessoas	GEPE	Introdução à Administração/ Psicologia	60	04
	Infantaria da Aeronáutica 1	INF1	Não há	60	04
	Infantaria da Aeronáutica 2	INF2	Infantaria da Aeronáutica 1	30	00
	Instrução de Salto de Emergência	ISE	Não há	50	00
	Introdução à Administração	ITAD	Psicologia	60	04
	Língua Inglesa 1/ Espanhola 1	LIN1 LES1	Não há	53	04
	Língua Inglesa 2/ Espanhola 2	LIN2 LES2	Língua Inglesa 1/ Espanhola 1	53	04
	Língua Portuguesa 1	LPO1	Não há	30	04
	Língua Portuguesa 2	LPO2	Língua Portuguesa 1	30	04
	Meteorologia de Operações Militares	MOPM	Não há	30	04
	Ordem Unida 1	OUN1	Não há	20	00
	Primeiros Socorros	PRIM SOC	Não há	14	00
	Profissão Militar	PROF MIL	Não há	03	00
	Psicologia	PSIC	Filosofia/ Língua Portuguesa	30	04
	Tecnologia da Informação	TCIF	Não há	30	04
	Treinamento Físico 1	TF1	EAM/ TACF Diagnóstico	380	04
	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AValiação
2º ANO	Armamento, Munição e Tiro 2	AMT2	Armamento, munição e tiro 1	20	00
	Atividade de Campanha 1	ATC1	Não há	98	00
	Contabilidade e Orçamento	CTOR	Não há	60	06
	Doutrina Militar	DOU	Não há	08	00

Economia	ECON	Cálculo 1 e 2	60	06
Equipamentos Bélicos	EQBE	Não há	110	06
Estatística e Probabilidade	ESPR	Cálculo 2	60	06
Ética e Desenvolvimento Humano	ETDH	Não há	36	00
Gestão de Operações e Processos	GOPR	Estatística e Probabilidade	60	06
Gestão Financeira	GEFI	Contabilidade e Orçamento	30	06
História Militar Mundial	HMM	Não há	60	06
Instrução de Sobrevivência no Mar	ISMA	Não há	60	00
Legislação Militar 1	LMI1	Não há	20	06
Liderança	LIDE	Não há	02	00
Língua Inglesa 3/ Espanhola 3	LIN3 LES3	Língua Inglesa 2/ Espanhola 2	53	06
Língua Inglesa 4/ Espanhola 4	LIN4 LES4	Língua Inglesa 3/ Espanhola 3	53	06
Língua Portuguesa 3	LP3	Língua Portuguesa 2	30	06
Língua Portuguesa 4	LP 4	Língua Portuguesa 3	30	06
Meios de Apoio ao Combate Terrestre	MACT	Não há	46	00
Navegação Terrestre	NAVT	Não há	98	06
Optativa	-	Não há	60	06
Ordem Unida 2	OUN2	Ordem Unida 1	20	00
Química Aplicada	QUAP	Não há	30	06
Táticas de Combate Terrestre 1	TCT1	Infantaria de Aeronáutica 2/ Equipamentos Bélicos	74	00
Táticas de Combate Terrestre 2	TCT2	Táticas de Combate Terrestre 1	58	00
Táticas de Combate Terrestre 3	TCT3	Táticas de Combate Terrestre 2	48	00
Táticas de Combate Terrestre 4	TCT4	Meios de Apoio ao Combate Terrestre/ Meteorologia de Operações Militares/ Navegação Terrestre/ Táticas de Combate Terrestre 3	84	00
Treinamento Físico 2	TF2	TF1/ TACF Diagnóstico	394	06

	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AValiação
3º ANO	Armamento, Munição e Tiro 3	AMT3	Armamento, munição e tiro 2	52	00
	Atividade de Campanha 2	ATC2	Atividade de Campanha 1	88	00
	Custos	CUST	Contabilidade e Orçamento	30	06
	Direito Internacional de Conflitos Armados	DICA	Direito Geral	10	00
	Direito Penal Militar	DPMI	Direito Geral	30	06
	Doutrina Militar	DOMI	Não há	14	00
	Estágio Básico do Combatente de Montanha	EBCM	Instrução Individual para o Combate	60	00
	Ética e Desenvolvimento Humano	ETDH	Não há	28	00
	Exercício de Desenvolvimento de Liderança	EDL	Trabalho de Comando	36	00
	Infantaria da Aeronáutica 2	INFA2	Infantaria da Aeronáutica 1/ Fundamentos das Operações Militares	60	06
	Legislação Militar 2	LMI2	Legislação Militar 1	20	06
	Liderança	LID1	Psicologia/ Língua Portuguesa / Profissão Militar	44	00
	Língua Inglesa 5	LIN5	Língua Inglesa 4	53	06
	Língua Inglesa 6	LIN6	Língua Inglesa 5	53	06
	Logística e Gestão de Suprimentos	LOGS	Estatística e Probabilidade	60	06
	Metodologia Científica	MECI	Não há	60	06
	Operações Urbanas	OPUB	Polícia da Aeronáutica	300	00
	Ordem Unida 3	OUN3	Ordem Unida 2	20	00
	Polícia da Aeronáutica	PAER	Infantaria da Aeronáutica 1	50	00
	Segurança das Instalações	SEIS	Infantaria da Aeronáutica 1	30	06
	Sistemas de Informação	SINF	Tecnologia da Informação	30	06
	Treinamento Físico 3	TFI3	TF2/ TACF Diagnóstico	374	06

	Vigilância Eletrônica	VIGE	Segurança das Instalações	60	00
	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AVALIAÇÃO
4º ANO	Atividade de Inteligência da Aeronáutica	AIAR	Não há	10	00
	Armamento, Munição e Tiro 4	AMT4	Armamento, munição e tiro 3	26	00
	Doutrina Militar	DOMI	Não há	26	00
	Construção de Filosofia de Liderança	CFIL	Não há	30	00
	Estágio Prático de Infantaria	EPIF	Não há	276	00
	Ética e Desenvolvimento Humano	ETDH	Não há	28	00
	Gestão de Projetos	GEPR	Não há	60	06
	Instrução de Sobrevivência na Selva	ISS	Atividade de Campanha 1/ Armamento, munição e tiro – Gauge 36	90	00
	Legislação Militar 3	LMI3	Não há	20	06
	Liderança	LIDE	Não há	24	00
	Língua Inglesa 7	LIN7	Língua Inglesa 6	53	06
	Língua Inglesa 8	LIN8	Língua Inglesa 7	53	06
	Mobilização Militar	MOMB	Não há	10	00
	Operações Aeromóveis	OPAM	Trabalho de Comando	60	00
	Operações na Selva	OPSE	Táticas de Combate Terrestre 4	60	00
	Ordem Unida 4	OUN4	Ordem Unida 3	20	00
	Pesquisa Operacional	PEOP	Estatística e Probabilidade/ Gestão de Operações e Processos/ Logística e Gestão de Suprimentos	60	06
	Planejamento Estratégico	PLES	Introdução à Administração	60	06
	Poder Aeroespacial	PODAER	Não há	30	06
	Relações Internacionais	REIN	História Militar Mundial	60	06
	Sistemas Bélicos	SBEL	Equipamentos Bélicos/Explosivos	20	06
	Técnicas de Polícia da Aeronáutica	TCPA	Polícia da Aeronáutica	30	06
	Trabalho de Conclusão de Curso 1	TCC1	Metodologia Científica	60	00
	Trabalho de Conclusão de Curso 2	TCC2	Metodologia Científica	50	00
	Treinamento Físico 4	TF4	TF3/ TACF Diagnóstico	374	06

ANEXO H – INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR – TURMA 2021

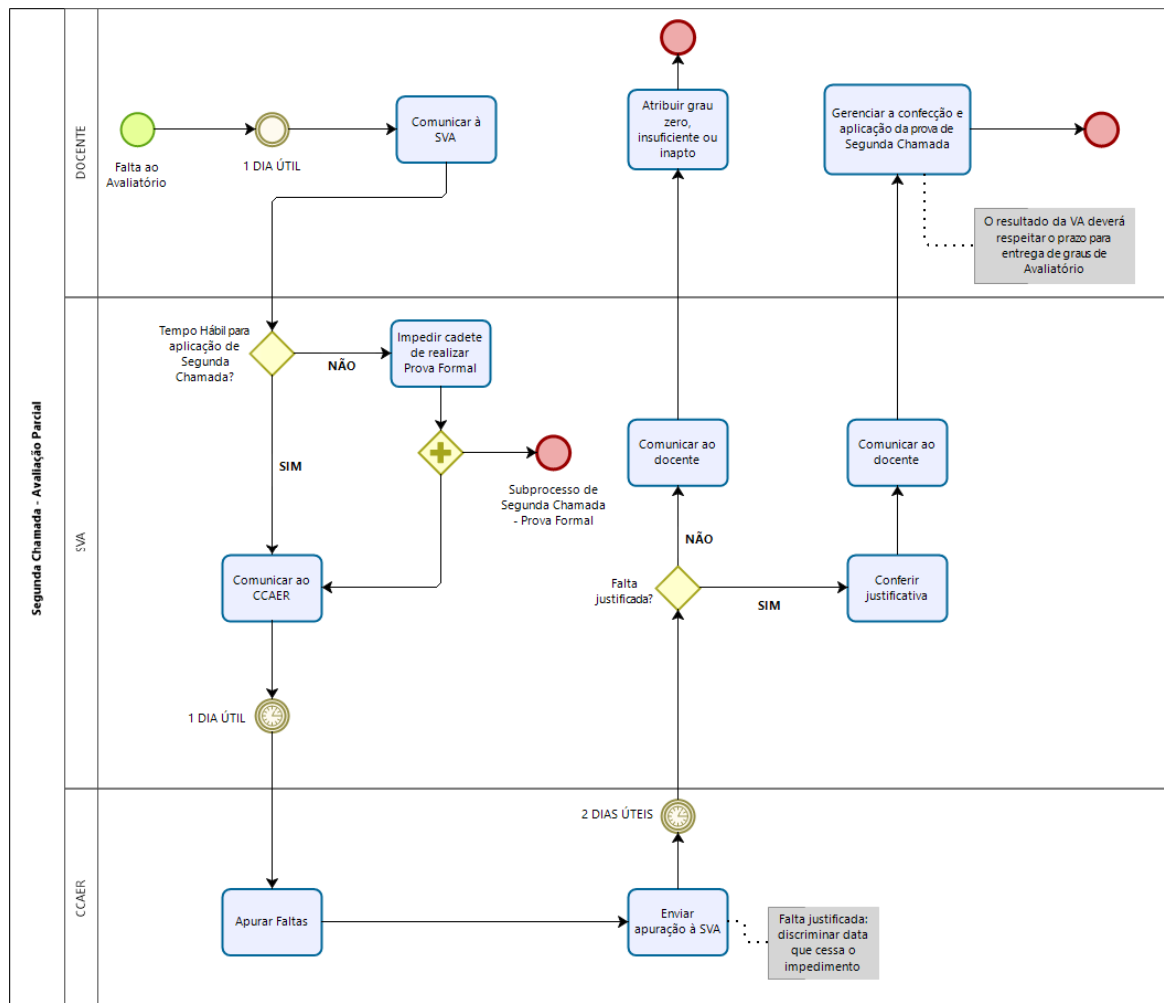
	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AValiação
1º ANO	Administração Pública	ADPU	Introdução à Administração	60	06
	Armamento, Munição e Tiro 1	AMT1	Não há	66	00
	Cálculo 1	CAL1	Não há	60	06
	Cálculo 2	CAL2	Cálculo 1	60	06
	Comunicação Institucional	COIN	Introdução à Administração	30	06
	Direito Geral	DGEL	Não há	60	06
	Estágio de Adaptação Militar	EAM	Matrícula no CFOAv/CFOInt/CFOInf	260	00
	Ética e Desenvolvimento Humano	ETDH	Não há	36	00
	Filosofia	FILO	Não há	30	06
	Física Aplicada	FISAP	Cálculo 2	30	06
	Gestão de Pessoas	GEPE	Introdução à Administração/ Psicologia	60	06
	Infantaria da Aeronáutica 1	INF1	Não há	60	06
	Infantaria da Aeronáutica 2	INF2	Infantaria da Aeronáutica 1	42	00
	Instrução de Salto de Emergência	ISE	Não há	60	00
	Introdução à Administração	ITAD	Psicologia	60	06
	Língua Inglesa 1/ Espanhola 1	LIN1 LES1	Não há	40	06
	Língua Inglesa 2/ Espanhola 2	LIN2 LES2	Língua Inglesa 1/ Espanhola 1	40	06
	Língua Portuguesa 1	LP1	Não há	30	06
	Língua Portuguesa 2	LP2	Língua Portuguesa 1	30	06
	Meteorologia de Operações Militares	MOPM	Não há	30	06
	Ordem Unida 1	OUN1	Não há	20	00
	Primeiros Socorros	PRIM SOC	Não há	14	00
	Psicologia	PSIC	Filosofia/ Língua Portuguesa	30	06
	Tecnologia da Informação	TCIF	Não há	30	06
	Treinamento Físico 1	TF1	EAM/ TACF Diagnóstico	374	06
	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AValiação
2º ANO	Atividade de Campanha 1	ATC1	Não há	100	00
	Armamento, Munição e Tiro 2	AMT2	Armamento, munição e tiro 1	20	00
	Contabilidade e Orçamento	CTOR	Não há	60	06
	Defesa Biológica, Nuclear, Química e Radiológica	BNQR	Química para Infantaria	30	06
	Doutrina Militar	DOMI	Não há	10	00

Economia 1	ECO1	Cálculo 1 e 2	26	06
Economia 2	ECO2	Economia 1	40	06
Equipamentos Bélicos	EQBE	Não há	60	06
Escola das Frações de Tropa de Infantaria	EFTI	Instrução Individual para o Combate / Fundamentos das Operações Militares	60	06
Estatística e Probabilidade	ESPR	Cálculo 2	60	06
Ética e Desenvolvimento Humano	ETDH	Não há	38	00
Exercício de Desenvolvimento de Liderança	EDL	Trabalho de Comando	36	00
Explosivos	EXPL	Não há	60	00
Gestão de Operações e Processos	GOPR	Estatística e Probabilidade	60	06
Gestão Financeira	GEFI	Contabilidade e Orçamento	30	06
História Militar Brasileira	HMBA	Não há	60	06
História Militar Mundial	HMIM	Não há	60	06
Instrução de Sobrevivência no Mar	ISMA	Não há	74	00
Instrução Individual para o Combate	IIPC	Não há	30	06
Legislação Militar 1	LMI1	Não há	20	06
Liderança	LIDE	Não há	02	00
Língua Inglesa 3/ Espanhola 3	LIN3 LES3	Língua Inglesa 2/ Espanhola 2	53	06
Língua Inglesa 4/ Espanhola 4	LIN4 LES4	Língua Inglesa 3/ Espanhola 3	53	06
Língua Portuguesa 3	LP3	Língua Portuguesa 2	30	06
Língua Portuguesa 4	LP 4	Língua Portuguesa 3	30	06
Navegação Terrestre	NAVT	Não há	60	06
Ordem Unida 2	OUN2	Ordem Unida 1	20	00
Química para Infantaria	QUAP	Não há	30	06
Técnicas de Infantaria 1	TIN1	Navegação Terrestre	60	00
Técnicas de Infantaria 2	TIN2	Instrução Individual para o Combate/ Escola do Elemento de Infantaria/ Técnicas de Infantaria 1	60	00
Técnicas de Infantaria 3	TIN3	Técnicas de Infantaria 2/Trabalho de Comando	120	00
Trabalho de Comando	TRCMD	Instrução Individual para o Combate/ Escola do	30	06

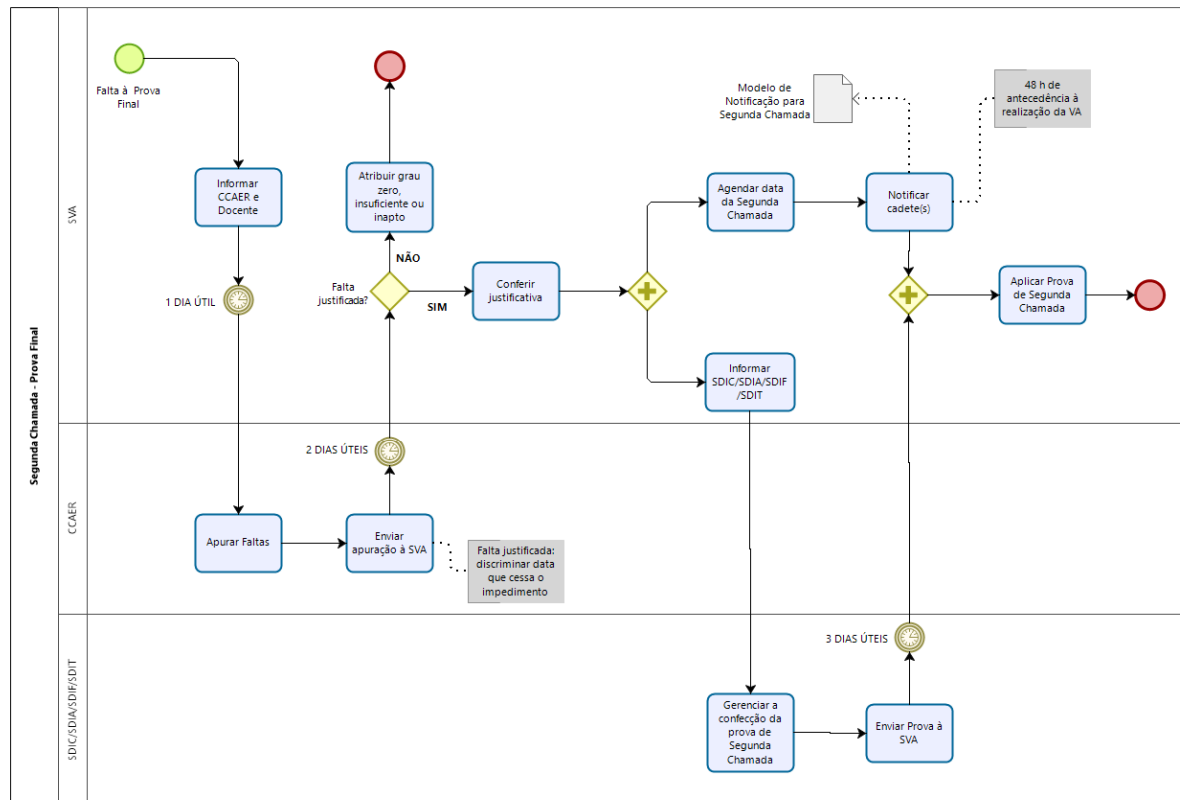
			Elemento de Infantaria/ Técnicas de Infantaria 1		
	Treinamento Físico 2	TF2	TF1/ TACF Diagnóstico	368	06
	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AValiação
3º ANO	Atividade Acadêmica	ATCA	Não há	200	00
	Armamento, Munição e Tiro 3	AMT3	Armamento, munição e tiro 2	52	00
	Atividade de Campanha 2	ATC2	Atividade de Campanha 1	88	00
	Custos	CUST	Contabilidade e Orçamento	30	06
	Direito Internacional dos Conflitos Armados	DICA	Direito Geral	10	00
	Direito Penal Militar	DPMI	Direito Geral	30	06
	Doutrina Militar	DOMI	Não há	14	00
	Estágio Básico do Combatente de Montanha	EBCM	Instrução Individual para o Combate	60	00
	Ética e Desenvolvimento Humano	ETDH	Não há	28	00
	Infantaria da Aeronáutica 2	INF2	Infantaria da Aeronáutica 1/ Fundamentos das Operações Militares	60	06
	Instrução de Sobrevivência na Selva	ISSE	Atividade de Campanha 1 / Armamento, Munição e Tiro - Gauge 36	90	00
	Liderança	LIDE	Língua Portuguesa 1/ Psicologia	44	00
	Língua Inglesa 5	LIN5	Língua Inglesa 4	53	06
	Língua Inglesa 6	LIN6	Língua Inglesa 5	53	06
	Legislação Militar 2	LMI2	Legislação Militar 1	20	06
	Logística e Gestão de Suprimentos	LOGS	Estatística e Probabilidade	60	06
	Metodologia Científica	MECI	Não há	60	06
	Operações Urbanas	OPUB	Polícia da Aeronáutica	300	00
	Ordem Unida 3	OUN3	Ordem Unida 2	20	00
	Polícia da Aeronáutica	PAER	Não há	44	06
	Segurança das Instalações	SEIS	Infantaria da Aeronáutica 1	30	06
	Sistemas de Informação	SINF	Tecnologias da Informação	30	06

	Treinamento Físico 3	TFI3	Treinamento Físico 2	374	06
	Vigilância Eletrônica	VIGE	Segurança das Instalações	60	00
	COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA	
				AULAS	AValiação
4º ANO	Atividade Acadêmica	ATCA	Não há	200	00
	Armamento, Munição e Tiro 4	AMT3	Armamento, munição e tiro 3	26	00
	Atividade Inteligência da Aeronáutica	AIAR	Não há	10	00
	Construção de Filosofia de Liderança	CFIL	Liderança	30	00
	Doutrina Militar	DOMI	Não há	26	00
	Estágio de Instrutor de Tiro	ESIT	Equipamentos Bélicos	86	00
	Estágio Prático de Infantaria	EPIF	Não há	276	00
	Ética e Desenvolvimento Humano	ETDH	Não há	28	00
	Gestão de Projetos	GEPR	Pesquisa Operacional	60	06
	Legislação Militar 3	LMI3	Legislação Militar 2	20	06
	Liderança	LIDE	Língua Portuguesa 1/ Psicologia	24	00
	Língua Inglesa 7	LIN7	Língua Inglesa 6	53	06
	Língua Inglesa 8	LIN8	Língua Inglesa 7	53	06
	Mobilização Militar	MOBM	Não há	10	00
	Operações Aeromóveis	OPAM	Trabalho de Comando	60	00
	Operações na Selva	OPSE	Trabalho de Comando	60	00
	Ordem Unida 4	OUN4	Ordem Unida 3	20	00
	Poder Aeroespacial	POAE	Não há	30	06
	Pesquisa Operacional	PEOP	Estatística e Probabilidade/Gestão de Operações e Processos	60	06
	Planejamento Estratégico	PLES	Introdução à Administração	60	06
	Relações Internacionais	REIN	História Militar Mundial	60	06
	Sistemas Bélicos	SBEL	Não há	20	06
	Técnicas de Polícia de Aeronáutica	TCPA	Polícia da Aeronáutica	30	06
	Trabalho de Conclusão de Curso 1	TCC1	Metodologia Científica 2	60	00
	Trabalho de Conclusão de Curso 2	TCC2	Trabalho de Conclusão de Curso 1	50	00
	Treinamento Físico 4	TFI4	Treinamento Físico 3	374	06

ANEXO I – FLUXOGRAMA DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA SEGUNDA CHAMADA DE UMA AVALIAÇÃO PARCIAL



ANEXO J – FLUXOGRAMA DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA SEGUNDA CHAMADA DE UMA PROVA FINAL



**ANEXO L – MODELO DE FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO E SEGUNDA
CHAMADA OU DE SEGUNDA ÉPOCA****ACADEMIA DA FORÇA AÉREA
DIVISÃO DE ENSINO - SUBDIVISÃO DE EXECUÇÃO
SEÇÃO DE VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM****EVENTO PROGRAMADO DE: [NOME DA DISCIPLINA]
SIGLA: [CÓDIGO DA DISCIPLINA]****2º CHAMADA REFERENTE A PROVA FINAL REALIZADA EM XX/XX/20XX**

Estou ciente do evento acima e ao assinar esta notificação declaro ter conhecimento que essa Verificação de Aprendizagem **tem prioridade** sobre as demais atividades.

Após a definição da data e a ciência do cadete, registrada nesta notificação, mesmo que ocorram mudanças no cronograma divulgado pela Seção de Planejamento de Ensino e houver conflito de horário com outro evento, o cadete deve priorizar o comparecimento à prova, sob pena de ser **atribuído grau 0 (zero)** ou conceito insuficiente aproveitamento ou menção inapto, sem prejuízo das possíveis sanções disciplinares, quando cabíveis.

Ano	Nº	Nome de Guerra	Turma	Data	Rubrica

DATA:**HORA:****LOCAL:**

FULANO DE **TAL** Cap Av
Chefe da Seção de Verificação de Aprendizagem

ANEXO N – MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE REPROVAÇÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

NOTIFICAÇÃO DE REPROVAÇÃO Nº XX/Xº ESQ/20XX

Informo ao Senhor que o Cadete XX/XXX **FULANO** DE TAL encontra-se reprovado(a) no () CFOAv () CFOInt (x) CFOInf, por não cumprir com os parâmetros previstos no Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Formação de Oficiais Infantaria (ICA XXX-X/21), conforme o item 3.1.2.1.

Informo que, conforme a ICA XXX-X/21, (x) há () não há a possibilidade de requerer a reconsideração da reprovação mediante Requerimento de Reconsideração de Reprovação, devendo atentar para os procedimentos e prazos previstos no plano citado.

Comandante de Esquadrão do CCAER

Declaro estar ciente da reprovação em ____/____/____ e informo que:

() apresentarei o Requerimento de Reconsideração de Reprovação dentro do prazo de 2 dias úteis a contar da data de entrega desta notificação.

() não apresentarei o Requerimento de Reconsideração de Reprovação.

() estou ciente que não há possibilidade de apresentar Requerimento de Reconsideração de Reprovação.

Assinatura Cadete

ANEXO O – TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS (THE)

Introdução

Em função das particularidades inerentes à profissão militar, as escolas de formação devem empregar abordagens pedagógicas que promovam o desenvolvimento nos campos cognitivo, psicomotor, afetivo e físico, sempre mantendo o foco nas habilidades que podem ser exigidas em contextos de engajamento real. Agindo desta forma, os níveis de prontidão para o combate serão elevados, ou seja, as tropas estarão cada vez mais prontas para desempenharem suas atividades-fim.

Com relação ao campo físico, especificamente, faz-se necessário entender quais tarefas precisam ser desempenhadas pelos militares, de forma que os programas de treinamento e avaliação sejam corretamente dimensionados. Sabe-se que, em uma missão real, podem surgir diversos agentes estressores tais como sobrecarga psíquica, restrição de sono, déficit energético, exaustão física, entre outros, que não podem ser evitados, mas cujo impacto negativo pode ser minimizado por meio de uma preparação adequada. Isso posto, o aprimoramento das capacidades físicas do militar pode atuar de forma significativa para elevar os níveis de prontidão para o combate, podendo, inclusive, desenvolver atributos psicológicos como: manutenção do estado de humor, das capacidades cognitivas e dos limiares de dor (NINDL *et al.*, 2018).

Nesse contexto, com o intuito de desenvolver a capacidade combativa dos futuros oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB), a Seção de Instrução Militar do Corpo de Cadetes da Aeronáutica (SIM) realiza as seguintes atividades ao longo dos quatro anos de formação: Instrução de Salto de Emergência (ISE), Atividade de Campanha 1 (ATC 1), Instrução de Sobrevivência no Mar (ISM), Atividade de Campanha 2 (ATC 2) e Instrução de Sobrevivência na Selva (ISS), conforme legislação vigente (BRASIL^a, 2020).

Em função de suas especificidades, as atividades supracitadas exigem uma condição mínima de atributos físicos e cognitivos para que sejam concluídas com aproveitamento, o que pode ser mensurado por meio de testes de habilidades focados nas tarefas julgadas essenciais. Portanto, o presente estudo tem por objetivo apresentar propostas de testes com este fim, que passam a ser denominados a partir de agora como Testes de Habilidades Específicas (THE).

Sean *et al.* (2018) afirmam que existem basicamente dois tipos de testes físicos: um focado em capacidades físicas genéricas (como o TACF aplicado na FAB) e outro direcionado para o desempenho em tarefas. O primeiro tipo mostra-se eficaz para determinar a condição geral de saúde do militar, porém não apresenta, necessariamente, relação com desempenho em atividades de campo (Foulis *et al.*, 2017). Já o segundo tipo, mostra-se mais fidedigno para evidenciar se um indivíduo será capaz ou não de apresentar desempenho satisfatório em suas atividades-fim. Outra grande diferença entre estes dois tipos de testes é que, quando o foco são as tarefas, não haverá distinção de parâmetros de avaliação moderados por fatores como sexo e idade. Ou seja, homens e mulheres de todas as idades serão submetidos às mesmas avaliações, já que todos precisam estar em condições de desempenhar as mesmas tarefas.

As propostas de THE que seguem abaixo enquadram-se nos testes do segundo tipo, e foram desenvolvidas a partir de tarefas físicas julgadas essenciais para cada atividade realizada pela SIM, visando sempre níveis adequados de aproveitamento das instruções e a diminuição do risco de lesões causadas por falta de preparo.

Continuação do Anexo O – TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS (THE)

1. INSTRUÇÃO DE SALTO DE EMERGÊNCIA

A ISE visa capacitar os cadetes para, em uma situação emergencial, realizar o abandono de uma aeronave em voo com a utilização de um paraquedas semiautomático. Para tanto, a referida atividade conta com instruções de treinamento físico, técnicas de aterragem, emergências e técnicas de controle do paraquedas, o que demanda habilidades específicas para que sejam executadas sem prejuízos ao discente, destacando-se a corrida e a subida em corda vertical.

1.1 Corrida

Conforme Gigolotti (2019, p. 9), “dentre todas as atividades físicas militares, o treinamento de corrida possui um papel de destaque”. No contexto da ISE, esta modalidade é fundamental, pois pode proporcionar fortalecimento dos membros inferiores, que serão recrutados para a execução adequada das técnicas de aterragem. A corrida deve ser entendida, também, como uma atividade rotineira e primária no expediente militar, sendo relevante na prevenção de lesões e doenças, e na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos (BRASIL, 2015).

1.2 Subida em Corda Vertical

Conforme Brasil (2013, p. 41), a pista de cordas “é uma atividade física que utiliza obstáculos cuja principal finalidade é a imitação de um cenário de combate, onde acidentes naturais e artificiais são transpostos com cordas de diversas dimensões”. Os esforços exigidos durante a execução da subida na corda vertical assemelham-se aos que serão necessários para mudar o curso do paraquedas T-10b em voo, e para descer de uma árvore utilizando as linhas de suspensão do paraquedas reserva em caso de emergência (BRASIL, 2013, p. 104 e 123).

1.3 Propostas de Testes de Habilidades Específicas para a ISE

PROVA SUBIDA NA CORDA VERTICAL	UNIFORME 10º COMPLETO
TEMPO DE EXECUÇÃO SEM LIMITE	DESEMPENHO MÍNIMO 3 m
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	- POSIÇÃO INICIAL: Cadete em pé, empunhando a corda vertical com ambas as mãos abaixo da marcação de 1,60m.
	- EXECUÇÃO: O cadete deverá elevar-se até que ambas as mãos ultrapassem a marcação indicativa da altura de 3 metros, podendo utilizar o apoio dos pés.
	- POSIÇÃO DE REPOUSO: Não será permitido repouso durante a prova.
	- OBSERVAÇÃO: A marca de 1,60m será medida verticalmente a partir do solo e a marca de 3m a partir da primeira marcação.
	- TENTATIVAS: O Cadete terá ao todo duas tentativas. A realização da segunda tentativa deverá ocorrer após um intervalo mínimo de 10 minutos após a realização da primeira tentativa.
PROIBIDO	- Saltar ao iniciar a subida para gerar impulsão.
PROVA CORRIDA	UNIFORME 10º (CALÇA E COTURNO)

TEMPO DE EXECUÇÃO 35'	DESEMPENHO MÍNIMO 5 km
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	- POSIÇÃO INICIAL: Cadete em pé.
	- EXECUÇÃO: Ao sinal de início do teste, os cadetes deverão iniciar a corrida.
	- POSIÇÃO DE REPOUSO: Não existe.
	- OBSERVAÇÃO: O percurso será balizado em terreno predominantemente plano.
	- TENTATIVAS: Permitida apenas uma tentativa.
PROIBIDO	- Caminhar ou parar para descansar durante o teste.

2. ATIVIDADE DE CAMPANHA 1

A ATC 1 objetiva capacitar os cadetes a empregarem técnicas combativas básicas, valorizar o treinamento físico como fundamento do desempenho em batalha e a tenacidade e rusticidade como qualidades fundamentais nas atividades de campo (BRASIL^a, 2020). Para tanto, os cadetes deverão ser capazes de transportar seu fardo de combate (mochila) em diversos deslocamentos (marchas) e, ainda, empregar técnicas de transposição de cursos d'água, o que exigirá força de membros inferiores, um nível mínimo de fortalecimento do core (para prevenir lesões carregando a mochila) e habilidades na água.

2.1 Marcha

Conforme Folhas (2012, p. 15) “para um Comandante, a obtenção de resultados decisivos no campo de batalha pode depender, em grande escala, da capacidade de marcha das suas tropas”. Contudo, a ATC 1 é o primeiro contato dos cadetes com deslocamentos mochilados, o que requer cautela no volume dos itinerários, a fim de reduzir os riscos de lesão.

2.2 Natação

A natação possibilita deslocamentos em diferentes planos, apoios e direções, através da coordenação de braços e pernas e de movimentos combinados (VELASCO, 1994). Na ATC 1, a utilização da natação visa a transposição de obstáculos no terreno, sem que o militar deixe de portar seu uniforme e equipamento, pois, segundo Brasil (1996, p.13), “o objetivo de qualquer operação de transposição é levar o poder de combate através de um obstáculo aquático, assegurando a integridade e a impulsão de nossas forças”.

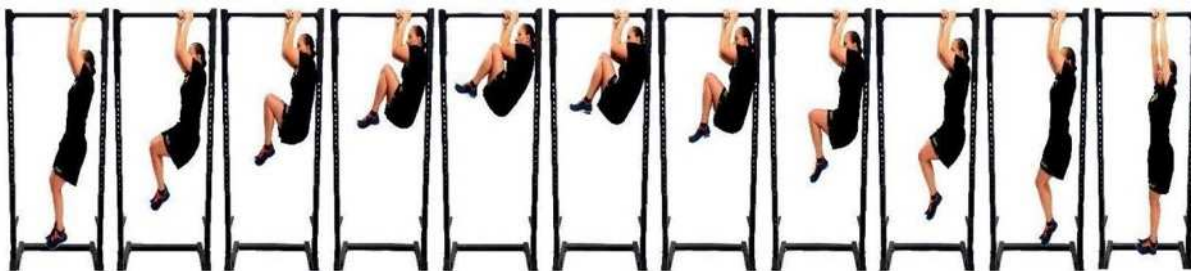
2.3 Teste de Elevação de Pernas

Esse teste, desenvolvido e aplicado pelo Exército Americano (UNITED STATES, 2018), tem o potencial de avaliar a musculatura da região do core, que é bastante exigida em deslocamentos carregando peso. O teste basicamente consiste em elevar os membros inferiores até tocarem os cotovelos, estando o indivíduo suspenso em uma barra fixa, conforme a figura abaixo.

Continuação do Anexo O – TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS (THE)

Figura 1: Teste de elevação de pernas.

Fonte: United States (2018).



2.4 Propostas de Testes de Habilidades Específicas para a ATC1

PROVA NATAÇÃO	UNIFORME 10º (SEM GORRO)
TEMPO DE EXECUÇÃO SEM LIMITE	DESEMPENHO MÍNIMO 50 m
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	- POSIÇÃO INICIAL: Cadete dentro d'água, segurando a borda.
	- EXECUÇÃO: Ao sinal de início do teste, o cadete deverá nadar 50m em estilo livre (exceto costas).
	- POSIÇÃO DE REPOUSO: Não será permitido.
	- TENTATIVAS: Permitida apenas uma tentativa.
PROIBIDO	- Tocar o fundo, as bordas da piscina ou as raia a fim de se apoiar para descansar ou gerar impulsão.
	- Não será autorizado o uso de óculos.

PROVA MARCHA	UNIFORME 10º COMPLETO
TEMPO DE EXECUÇÃO 120'	DESEMPENHO MÍNIMO 8 km
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	- POSIÇÃO INICIAL: Cadete em pé, completamente uniformizado e equipado com o material padronizado pela SIM.
	- EXECUÇÃO: Ao sinal de início do teste, os cadetes deverão iniciar a marcha.
	- POSIÇÃO DE REPOUSO: O cadete poderá realizar seu "alto horário" a qualquer momento, sendo-lhe permitido, nesta oportunidade desequipar-se, sentar ou deitar. No entanto, a marcação do tempo não sofrerá qualquer interrupção.
	- OBSERVAÇÃO: Durante o teste os cadetes poderão fazer consumo da água dos cantis que estarão portando.
	- TENTATIVAS: Permitida apenas uma tentativa.
PROIBIDO	- Deixar de percorrer o trajeto estabelecido.

	-Receberauxíliodeterceirosduranteaexecuçãoda marcha.
PROVA ELEVAÇÃO DE PERNAS	UNIFORME 9º
TEMPO DE EXECUÇÃO SEM LIMITE	DESEMPENHO MÍNIMO 1 repetição
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	- POSIÇÃO INICIAL: Cadete empunhando a barra fixa com as mãos ligeiramente afastadas e corpo completamente estendido.
	- EXECUÇÃO: Ao sinal de início do teste, o cadete deverá flexionar o tronco e elevar as pernas de maneira que os joelhos toquem os cotovelos. Na sequência, deverá retornar à posição inicial, momento em que será contada uma repetição.
	- POSIÇÃO DE REPOUSO: O cadete poderá repousar na posição inicial, sem soltar as mãos da barra fixa.
	- TENTATIVAS: O Cadete terá ao todo duas tentativas. A realização da segunda tentativa deverá ocorrer após um intervalo mínimo de 10 minutos após a realização da primeira tentativa.
PROIBIDO	- Deixar de tocar os cotovelos com os joelhos.
	- Trocar a posição das mãos durante a execução.

3. INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NO MAR

A ISM objetiva capacitar os cadetes a empregar técnicas de sobrevivência no mar sob condições especiais de dificuldade e tensão após um acidente aeronáutico (BRASIL, 2019). Portanto, o instruído deve possuir algumas habilidades aquáticas para que consiga realizar a instrução de salvamento e recuperação de afogados e para a sobrevivência propriamente dita.

3.1 Flutuação

Durante a ISM, os cadetes estarão à deriva em uma balsa de emergência por um período mínimo de 48 horas, tendo que utilizar técnicas de flutuação para realizar suas necessidades fisiológicas e fazer a manutenção da higiene, além de eventuais situações de emergência (como esvaziamento descontrolado da balsa), quando haverá necessidade manter-se flutuando até a chegada da equipe de instrução. Corroborando com estas colocações, o manual do Exército Americano de treinamento para sobrevivência na água (TC-21-21, Water Survival Training) indica como habilidade mínima para um nadador militar básico a capacidade de permanecer em flutuação vertical e fardado (UNITED STATES, 1991).

3.2 Natação

Para início da fase prática da ISM, os cadetes são infiltrados no mar a aproximadamente 100 m da balsa, tendo que deslocar-se até ela nadando. A habilidade de nadar também poderá ser necessária para realizar o salvamento e/ou reboque de algum outro militar que esteja lesionado ou impossibilitado de nadar, tanto no contexto da ISM quanto em um cenário real.

Continuação do Anexo O – TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS (THE)

3.3 Flexão de Braços na Barra Fixa

Faz-se necessário que o instruendo possua força nos membros superiores a fim de impulsionar-se para entrar na embarcação, ou, ainda, para realizar o desviramento da balsa em caso de emergência. Nesse contexto, a flexão de braços na barra fixa “propicia ao militar autonomia para suportar e erguer o peso do próprio corpo que, em atividades simuladas ou reais, podem ser fatores essenciais em situações de grande risco” (AITA *et al.*, 2005 *apud* SILVA, 1999).

3.4 Propostas de Testes de Habilidades Específicas para a ISM

PROVA NATAÇÃO	UNIFORME 10° (SEM GORRO)
TEMPO DE EXECUÇÃO SEM LIMITE	DESEMPENHO MÍNIMO 100 m
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	- POSIÇÃO INICIAL: Cadete dentro d'água, segurando a borda.
	- EXECUÇÃO: Ao sinal de início do teste, o cadete deverá nadar 50m em estilo livre (exceto costas).
	- POSIÇÃO DE REPOUSO: Não será permitido.
	- TENTATIVAS: Permitida apenas uma tentativa.
PROIBIDO	- Tocar o fundo, as bordas da piscina ou as raia a fim de se apoiar para descansar ou gerar impulsão.
	- Não será autorizado o uso de óculos.

PROVA FLUTUAÇÃO	UNIFORME 10° COMPLETO
TEMPO DE EXECUÇÃO 10'	DESEMPENHO MÍNIMO 10'
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	- POSIÇÃO INICIAL: Cadete flutuando na posição vertical.
	- EXECUÇÃO: Ao sinal de início do teste, o cadete deverá manter-se flutuando na posição vertical, sem deslocamento horizontal.
	- POSIÇÃO DE REPOUSO: A critério do cadete, desde que se mantenha na vertical, sem afundar a cabeça na água.
	- TENTATIVAS: Permitida apenas uma tentativa.
PROIBIDO	- Flutuar em posição horizontal.
	- Tocar o fundo, as raia ou as bordas da piscina.
	- Inflar a gangorra para auxiliar na flutuação.
	- Apoiar-se fisicamente em outro cadete.
	- Realizar qualquer deslocamento (nadar) dentro da piscina.

Continuação do Anexo O – TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS (THE)

PROVA FLEXÃO DE BRAÇOS NA BARRA FIXA	UNIFORME 10º COMPLETO
TEMPO DE EXECUÇÃO SEM LIMITE	DESEMPENHO MÍNIMO 1 repetição
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	- POSIÇÃO INICIAL: Cadete em pé sob a barra. Ao comando de "ligar", deverá empunhar a barra com as mãos em pronação, mantendo os braços estendidos e sem tocar os pés ou as pernas no solo ou nos suportes verticais.
	- EXECUÇÃO: Ao comando de iniciar, o cadete deverá flexionar os braços até que o queixo fique acima da altura da barra, podendo, então, retornar à posição inicial.
	- POSIÇÃO DE REPOUSO: É permitido ao cadete permanecer parado na posição inicial.
	- TENTATIVAS: O Cadete terá ao todo duas tentativas. A realização da segunda tentativa deverá ocorrer após um intervalo mínimo de 10 minutos após a realização da primeira tentativa.
PROIBIDO	- Iniciar o exercício imediatamente após empunhar a barra a fim de aproveitar o impulso.
	- Pendular as pernas e/ou tronco durante a execução.
	- Flexionar os braços alternadamente durante a execução.
	- Tocar os pés ou pernas no solo ou nos suportes verticais da barra.

4. ATIVIDADE DE CAMPANHA 2

A ATC 2 objetiva o desenvolvimento da rusticidade, o emprego de técnicas de combate terrestre, o autoconhecimento das capacidades individuais e a capacidade de liderança do cadete em um cenário de hostilidade (BRASIL, 2019). Para tanto, os cadetes revezam-se no comando de uma fração de tropa que deve superar os desafios do terreno, do clima, da vegetação e de sua própria exaustão física para o cumprimento dos objetivos propostos em cada oficina. Portanto, para um bom desempenho nas instruções, é necessário possuir habilidades previamente desenvolvidas em natação, marchas, nós e amarrações.

4.1 Natação

Conforme Bonacelli (2004), os militares foram os precursores da metodologia sistemática para o ensino de natação, pois para o combatente que não sabe nadar, ainda que esteja com seu armamento, um curso de água poderá ser um obstáculo mais intransponível do que as linhas inimigas.

Para a definição dos parâmetros deste teste foram levados em consideração as exigências previstas nas unidades didáticas da ATC 2 (BRASIL, 2019) e a distância a ser transposta durante a instrução de cabo submerso na lagoa dos cadetes. A capacidade natatória para esta atividade de campanha influencia diretamente as condições de segurança.

Continuação do Anexo O – TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS (THE)

4.2 Marcha

De maneira análoga ao que foi apresentado a respeito da ATC 1, a marcha é essencial na ATC 2, pois todos os deslocamentos para as diversas instruções serão executados por meio de navegações terrestres. O grande diferencial é que na ATC 2 os deslocamentos são mais numerosos e mais longos.

4.3 Nós e Amarrações

Ao longo da ATC 2, os cadetes precisarão realizar uma operação de transporte decarga em desnível, além de transportar toda uma fração de tropa por meio de descida em rapel. Sendo assim, conforme (BRASIL^b, 2020, p. 31), é necessário que o militar possua a destreza e o conhecimento prévio dos nós necessários e “saiba confeccioná-los de várias formas, sob quaisquer condições (pouca visibilidade, cansaço, limitação de uma das mãos), arrematá-los e desfazê-los”.

4.4 Propostas de Testes de Habilidades Específicas para a ATC2

PROVA NATAÇÃO	UNIFORME 10º (SEM GORRO)
TEMPO DE EXECUÇÃO SEM LIMITE	DESEMPENHO MÍNIMO 150 m
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	- POSIÇÃO INICIAL: Cadete dentro d'água, segurando a borda.
	- EXECUÇÃO: Ao sinal de início do teste, o cadete deverá nadar 50m em estilo livre (exceto costas).
	- POSIÇÃO DE REPOUSO: Não será permitido.
	- TENTATIVAS: Permitida apenas uma tentativa.
PROIBIDO	- Tocar o fundo, as bordas da piscina ou as raia a fim de se apoiar para descansar ou gerar impulsão.
	- Não será autorizado o uso de óculos.
PROVA MARCHA	UNIFORME 10º COMPLETO
TEMPO DE EXECUÇÃO 160'	DESEMPENHO MÍNIMO 12 km
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	- POSIÇÃO INICIAL: Cadete em pé, completamente uniformizado e equipado com o material padronizado pela SIM.
	- EXECUÇÃO: Ao sinal de início do teste, os cadetes deverão iniciar a marcha.
	- POSIÇÃO DE REPOUSO: O cadete poderá realizar seu "alto horário" a qualquer momento, sendo-lhe permitido, nesta oportunidade desequipar-se, sentar ou deitar. No entanto, a marcação do tempo não sofrerá qualquer interrupção.
	- OBSERVAÇÃO: Durante o teste os cadetes poderão fazer consumo da água dos cantis que estarão portando.
	- TENTATIVAS: Permitida apenas uma tentativa.
PROIBIDO	- Deixar de percorrer o trajeto estabelecido.
	- Receber auxílio de terceiros durante a execução da marcha.

Continuação do Anexo O – TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS (THE)

PROVA NÓS E AMARRAÇÕES	UNIFORME 10º COMPLETO
TEMPO DE EXECUÇÃO 1' para cada item	DESEMPENHO MÍNIMO 20 pontos
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	- POSIÇÃO INICIAL: Cadete em pé, com as mãos sobre a cabeça, completamente uniformizado, com dois mosquetões e dois cabos solteiros sobre o varal a sua frente.
	- EXECUÇÃO: Ao sinal de início, os cadetes deverão confeccionar os nós solicitados pelos avaliadores, retornando, em seguida, para a posição inicial.
	- POSIÇÃO DE REPOUSO: Livre.
	- TENTATIVAS: Permitida apenas uma tentativa.
PROIBIDO	- Receber auxílio de terceiros, cadetes ou não.

5. INSTRUÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA NA SELVA

A ISS objetiva capacitar os cadetes a empregarem técnicas de sobrevivência na selva sob condições especiais de dificuldade e tensão após um acidente aeronáutico (BRASIL, 2019). A área utilizada localiza-se no Campo de Provas Brigadeiro Velloso (CPBV), e o único acesso aos locais onde os cadetes ficam se dá por meio do Rio Braço Norte. Este aspecto pode exigir, em uma situação de emergência, que os discentes possuam habilidades mínimas de flutuação e natação, sem falar dos aspectos de obtenção de alimento e higiene pessoal.

5.1 Flutuação

Tendo em vista que, em caso de emergência, as embarcações dos instrutores demoram cerca de quinze minutos para alcançar a área de sobrevivência mais distante, esse será considerado o tempo mínimo que um cadete deve ser capaz de permanecer em flutuação.

5.2 Flexão de Braços na Barra Fixa

Faz-se necessário possuir força nos membros superiores suficiente para a realização da peconha (técnica utilizada para subir em árvores e coletar alimentos) e para realizar os trabalhos manuais como construção de abrigos, fogueira, etc. E tal demanda pode ser avaliada pelo teste de flexão de braços na barra fixa, além de se tratar de um método confiável, de baixo custo e que exige pouco treinamento do avaliador (MARINHO; MARINS, 2012).

5.3 Propostas de Testes de Habilidades Específicas para a ISS

Continuação do Anexo O – TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS (THE)

PROVA FLUTUAÇÃO	UNIFORME 10º COMPLETO
TEMPO DE EXECUÇÃO 10'	DESEMPENHO MÍNIMO 10'
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	- POSIÇÃO INICIAL: Cadete flutuando na posição vertical.
	- EXECUÇÃO: Ao sinal de início do teste, o cadete deverá manter-se flutuando na posição vertical, sem deslocamento horizontal.
	- POSIÇÃO DE REPOUSO: A critério do cadete, desde que se mantenha na vertical, sem afundar a cabeça na água.
	- TENTATIVAS: Permitida apenas uma tentativa.
PROIBIDO	- Flutuar em posição horizontal.
	- Tocar o fundo, as raízes ou as bordas da piscina.
	- Inflar a gangorra para auxiliar na flutuação.
	- Apoiar-se fisicamente em outro cadete.
	- Realizar qualquer deslocamento (nadar) dentro da piscina.

PROVA FLEXÃO DE BRAÇOS NA BARRA FIXA	UNIFORME 10º COMPLETO
TEMPO DE EXECUÇÃO SEM LIMITE	DESEMPENHO MÍNIMO 2 repetições
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	- POSIÇÃO INICIAL: Cadete em pé sob a barra. Ao comando de "ligar", deverá empunhar a barra com as mãos em pronação, mantendo os braços estendidos e sem tocar os pés ou as pernas no solo ou nos suportes verticais.
	- EXECUÇÃO: Ao comando de iniciar, o cadete deverá flexionar os braços até que o queixo fique acima da altura da barra podendo, então, retornar à posição inicial.
	- POSIÇÃO DE REPOUSO: É permitido ao cadete permanecer parado na posição inicial.
	- TENTATIVAS: O Cadete terá ao todo duas tentativas. A realização da segunda tentativa deverá ocorrer após um intervalo mínimo de 10 minutos após a realização da primeira tentativa.
PROIBIDO	- Iniciar o exercício imediatamente após empunhar a barra a fim de aproveitar o impulso.
	- Pendular as pernas e/ou tronco durante a execução.
	- Flexionar os braços alternadamente durante a execução.
	- Tocar os pés ou pernas no solo ou nos suportes verticais da barra.

Continuação do Anexo O – TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS (THE)**6. FATOR DE CORREÇÃO**

As atividades de campanha, instruções de sobrevivência e o salto de emergência devem possuir modalidade de avaliação de aprendizagem Somativa do tipoclassificatória

Assim, para cada instrução militar, o resultado individual do THE implicará em um fator de correção da Média Final de Disciplina (MFD), conforme quadro abaixo:

Resultado do THE	Fator de Correção
Apto em todas as tarefas do THE	Grau final das avaliações X1,00
Não apto em 1 das tarefas do THE	Grau final das avaliações X0,97
Não apto em 2 das tarefas do THE	Grau final das avaliações X0,95
Não apto em 3 das tarefas do THE	Grau final das avaliações X0,90

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ensino-aprendizagem depende de uma complexa inter-relação instrutor/instruendo para a sua adequada efetivação, ou seja, faz-se necessário não apenas o empenho dos docentes em ensinar, mas também dos discentes em aprender e se preparar para tal. Um cadete que se apresenta para o início de uma atividade de campo despreparado fisicamente é um forte candidato a lesionar-se, além de diminuir os índices de aproveitamento das instruções e afetar a segurança.

Os THE propostos neste estudo foram determinados a partir da análise das tarefas físicas essenciais que precisam ser desenvolvidas pelos cadetes da FAB atualmente, e podem trazer à tona o real panorama de como está o nível de prontidão para o combate desta tropa. Os resultados de testes físicos baseados em tarefas podem influenciar os programas de treinamento realizados pelos cadetes nos tempos de Educação Física e manter o foco do preparo nas atividades mais importantes.

Por fim, os THE deverão ser aplicados por militares habilitados na área de Educação Física, em datas a serem gerenciadas pela Seção de Instrução Militar do Corpo de Cadetes, tendo em vista os tempos disponibilizados pela DE no calendário escolar.

Continuação do Anexo O – TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS (THE)**REFERÊNCIAS**

AITA, E. et al. Comparação de dois métodos de treinamento neuromusculares, específicos para flexão na barra fixa. **Revista de Educação Física / Journal of Physical Education**, v. 74, n. 1, 25 ago. 2005.

BONACELLI, M. C. L. M. **A natação no Deslizar Aquático da Corporeidade**. Tese (Doutorado) em Educação Física. Campinas, 2004.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha C 31-60 - Operações de Transposição de Cursos de Água**. 2ª ed. Brasília – DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Caderno de Instrução de Treinamento e Técnica Básica do Paraquedista Militar**. 1ª ed. Brasília – DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha C 20-20 - Treinamento Físico Militar**. 4ª ed. Brasília – DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Diretoria de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-738. Currículo Mínimo do Curso de Formação de Oficiais de Infantaria (CFOInf). **Boletim do Comando da Aeronáutica nº 177**, de 2 MAR de 2019. Brasília – DF, 2019.

BRASIL^a. Ministério da Defesa. Diretoria de Ensino da Aeronáutica. Manual do Comando da Aeronáutica (MCA) 37-213, de 7 JAN 2020. Plano de Unidades Didáticas do Curso de Formação de Oficiais Aviadores. **Boletim do Comando da Aeronáutica nº 53**, de 31 MAR de 2020. Brasília – DF, 2020.

BRASIL^b. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Manual Técnico – Técnicas de Montanhismo**. 1ª ed. Brasília – DF, 2020.

FOLHAS, B. M. S. **A importância da Marcha como técnica de deslocação no Desempenho Operacional das Unidades de Infantaria**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Academia Militar. Lisboa, 2012.

FOULIS, S. A. et al. U.S. Army Physical Demands Study: Development of the Occupational Physical Assessment Test for Combat Arms soldiers. **Journal of Science and Medicine in Sport**, v. 20, n. 4, 2017.

GIGLOTTI, L. R. A. **Qualidade de vida militar: os benefícios do treinamento de corrida**. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Escola de Saúde do Exército, Programa de Pós-Graduação em Aplicações Complementares às Ciências Militares. Rio de Janeiro – RJ, 2019.

MARINHO, B. F.; MARINS, J. C. B. Teste de força/resistência de membros superiores análise metodológica e dados normativos. **Fisioter. Mov.**, Curitiba, v. 25, n. 1, p. 219-230, jan./mar. 2012.

Continuação do Anexo O – TESTE DE HABILIDADES ESPECÍFICAS (THE)

NINDL, B. C.; *et al.* Perspectives on resilience for military readiness and preparedness: Report of an international military physiology roundtable. **Journal of Science and Medicine in Sport** **21**, 1116-1124, 2018.

SEAN, R. et al. Fit for duty? evaluating the physical fitness requirements of battlefield airmen. **Rand health quarterly**, v. 7, n. 2, 2018.

UNITED STATES. Department of the Army. **TC-21-21 - Water Survival Training**. Washington D. C., Government Printing Office, 1991.

UNITED STATES. Army Center for Initial Military Training. **U.S. Army Field Testing Manual**. v. 1.4, 2018.

VELASCO, C. G. **Habilitações e Reabilitações Psicomotoras na Água**. Editora HARBRA: São Paulo, 1994.